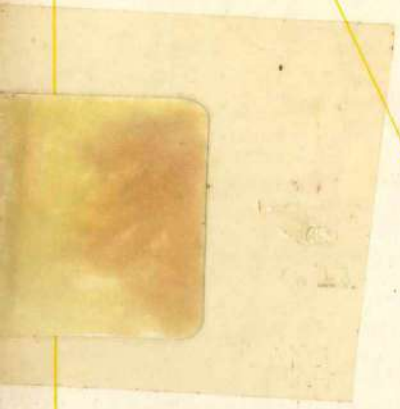
VIVÊNCIA

CCHLA·UFRN
V.7, n.1 - 1993

Escreveram
neste número:

João Emanuel E. de Oliveira
José Willington Germano
Norma Takeuti
Maria Bernadete F. de Oliveira
Oswaldo Hajime Yamamoto
Dacier de Barros
Dinah dos Santos Tinoco
Marcos Palacios
Herbert Martorano de Souza
Zoroastro Cardoso
Beatriz Maria Soares Pontes
José Antônio Spinelli Lindozo
Anelino Francisco da Silva
May Guimarães Ferreira



VIVÊNCIA

CCHLA-UFRN
V.7, n.1 - 1993

NEH UFRN

Escreveram neste número:

João Emanuel E. de Oliveira
José Willington Germano
Norma Takeuti
Maria Bernadete F. de Oliveira
Oswaldo Hajime Yamamoto
Dacier de Barros
Dinah dos Santos Tinoco
Marcos Palacios
Herbert Martorano de Souza
Zoroastro Cardoso
Beatriz Maria Soares Pontes
José Antônio Spinelli Lindozo
Anelino Francisco da Silva
May Guimarães Ferreira

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Geraldo dos Santos Queiroz
Reitor
João Felipe da Trindade
Vice-Reitor

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
Geraldo de Margela Fernandes
Diretor
José Lacerda Alves Felipe
Vice-Diretor

Comissão Editorial da Revista Vivência
José Lacerda Alves Felipe (editor)
Eduardo de Assis Duarte
Vicente Vitoriano M. Carvalho
Woden Madruga
José Willington Germano
Denise Monteiro Takeia

Normalização
Liana Maria Nobre Teixeira

VIVÊNCIA, revista editada pela:
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Campus Universitário S/N
Lagoa Nova
Natal/RN
59072-970

Editoração eletrônica: TEXTOS Informática

Vivência. UFRN/CCHLA. –vol.1, n.1 (jan./jun. 1983) --. --Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1983-

Semestral.
Descrição baseada em: vol.7, n.1 (jul./dez. 1993).
A partir de 1990 publicada pela UFRN/CCHLA. ISSN 0104-3069.

1. Humanismo-Periódico. 2. Ciências Humanas-Periódico.
3. Comunicação Social-Periódico.

RN/UF/Banco de Dados
Geografia

CDU 130.2:3 (05)

Vivência - Revista da UFRN/CCHLA
Volume 7 número 1 julho a dezembro de 1993
Natal - RN

NEH UFRN

SUMÁRIO

JOÃO EMANUEL EVANGELISTA DE OLIVEIRA
Fábricas têxteis: dominação do capital e resistência operária 7

JOSÉ WILLINGTON GERMANO
Neo-liberalismo e contexto internacional 19

NORMA TAKEUTI
A pobreza e a exclusão social no primeiro mundo 33

MARIA BERNADETE F. DE OLIVEIRA
Apontamentos sobre a relação linguagem/ideologia: uma leitura de Mikail Bahktin 63

OSWALDO HAJIME YAMAMOTO
A democratização da universidade: questões e dilemas 71

DACIER DE BARROS
Subdesenvolvimento e ética social 89

DINAH DOS SANTOS TINOCO
Formação, evolução e crise do planejamento estadual no Rio Grande do Norte (1961-1990) 107

Vivência	Natal	v. 7	n. 1	p. 7-230	jul/dez. 1993

Labim/UFRN

MARCOS PALACIOS
O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos 125

HERBERT MARTORANO DE SOUZA
O porto de Natal e a perda de receitas portuárias de exportação 141

ZOROASTRO CARDOSO
Poder na esfera pública e privada 155

BEATRIZ MARIA SOARES PONTES
O significado dos dados e das informações estratégicas no Estado moderno e o papel que, neste contexto, cabe às ciências sociais aplicadas 165

JOSÉ ANTONIO SPINELLI LINDOZO
Identidades e contrastes na análise do Estado de bem-estar 187

ANELINO FRANCISCO DA SILVA
Resenha - SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado 215

MAY GUIMARÃES FERREIRA
Resenha - KURZ, Robert. O colapso da modernização 223

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES 229

Labim/UFRN

FÁBRICAS TÊXTEIS: DOMINAÇÃO DO CAPITAL E RESISTÊNCIA OPERÁRIA

Prof. João Emanuel Evangelista de Oliveira
Departamento de Ciências Sociais

Vivência, Natal, v. 7, n. 1, p. 7-18, jul/dez. 1993

Labim/UFRN

Labim/UFRN

1 - INTRODUÇÃO

A indústria têxtil constitui um dos mais importantes segmentos do parque industrial do Rio Grande do Norte. A partir de sua implantação, iniciada em meados da década de 1970, várias unidades fabris modernas entraram em atividade. Com isso, ganharam relativa significação social as relações entre capital e trabalho assalariado na produção industrial. E, conseqüentemente, começou a se formar uma moderna classe operária em nosso Estado.

Aqui estão os resultados de estudo realizado sobre as relações sociais no cotidiano das fábricas têxteis na Grande Natal. Para tanto, procurou-se investigar como o capital articulava a coerção e o consenso, no interior das fábricas têxteis, em suas relações com os trabalhadores. Por outro lado, buscou-se também analisar se ocorria alguma(s) forma(s) de resistência operária, destacando a sua natureza, à dominação do capital. E, por fim, examinou-se como a consciência operária foi sendo gestada na práxis social dos trabalhadores têxteis no cotidiano fabril.

2 - DOMINAÇÃO DO CAPITAL, RESISTÊNCIA E CONSCIÊNCIA OPERÁRIA

O sistema fabril é caracterizado por um exacerbado autoritarismo nas relações sociais entre o capital e o trabalho. A combinação dialética coerção-consenso, nas empresas têxteis, faz-se sob uma inequívoca prevalência coercitiva. Entre as distintas unidades fabris, esse tipo de arranjo nas relações de poder apresenta certas diferenciações, com um matizamento no nível de autoritarismo praticado. A coerção e o consenso são operados, no fundamental, através do controle e da manipulação da força do trabalho, respectivamente, pelo capital no cotidiano da fábrica. A hierarquia fabril constitui o suporte social para a efetivação do controle e da manipulação da força de trabalho, fazendo a mediação nas relações entre o capital e trabalho, pela atuação dos escalões hierárquicos das empresas junto aos trabalhadores.

O controle da força de trabalho, pela sua dimensão coercitiva hipertrofiada, assume um caráter despótico, que marca, indelevelmente, o conjunto das relações sociais fabris. Sob as relações de produção capitalistas, o trabalho fabril requer a sua fiscalização e supervisão permanentes pelo capital, para a maximização da produção de mais-valia. Assim, o capital exerce um controle técnico da força de trabalho na execução do trabalho fabril, através da própria organização do processo de produção de mercadorias, como uma forma de reunião, objetiva-

Labim/UFRN

mente dada, entre a força de trabalho e os meios de produção. Além disso, o controle também é feito pela medição da produtividade alcançada por cada trabalhador, no cumprimento de suas tarefas, durante a jornada de trabalho, com o registro da produção de fios e tecidos de algodão, obtida pelos diversos operadores de máquina, respectivamente, na fiação e na tecelagem.

A rigor, esses procedimentos **"técnicos"** não são absolutamente neutros, mas estão orientados politicamente, segundo os interesses do capital no processo de acumulação. Por isso, as empresas têxteis empreendem uma fiscalização rigorosa no sentido de reduzir, crescentemente, a **"porosidade"** na jornada de trabalho. Para tanto, exercem um controle quase absoluto sobre os trabalhadores, para evitar que desperdicem tempo durante a jornada de trabalho. Aqui, o controle da força de trabalho chega ao paroxismo de policiar não só o tempo de execução do trabalho fabril, mas, até mesmo, os deslocamentos dos trabalhadores, dentro da fábrica, para a satisfação de certas necessidades fisiológicas básicas. Assim, tudo é feito para que os trabalhadores não conversem no local de trabalho, ou para que, dele, não se ausentem para irem, principalmente, ao banheiro, ao bebedouro ou à enfermaria.

Na fábrica, o controle da força de trabalho é realizado, ainda, por intermédio das promoções funcionais dos trabalhadores na hierarquia fabril. As empresas empregam dois tipos básicos de critérios na avaliação de desempenho de seus operários: critérios **"técnicos"** e critérios **"políticos"**. Os trabalhadores são avaliados, respectivamente, pelos índices de produtividade alcançados no cumprimento de suas tarefas, e pelo seu comportamento na observância das normas internas, vigentes nas fábricas.

O despotismo do capital sobre os trabalhadores, nas relações de trabalho fabris, é operado, diretamente, pelos encarregados ou supervisores, em cada seção na fábrica. Eles são os responsáveis pelo controle da força de trabalho e fazem a fiscalização e a supervisão permanentes das atividades desenvolvidas pelos operários, durante a jornada de trabalho. Possuem, também a incumbência de avaliar o desempenho e o comportamento dos trabalhadores para efeito de ascensão funcional na hierarquia fabril. Os encarregados ou supervisores, em geral, adotam uma postura arbitrária com os trabalhadores e avaliam subjetivamente o desempenho dos operários. Assim, o despotismo do capital oculta a sua natureza, assumindo a expressão imediata de um despotismo pessoal dos encarregados ou supervisores, nas relações cotidianas com os operários na fábrica. Para tanto, o capital, que dilui o seu poder nos interstícios da hierarquia fabril, recorre às normas internas das empresas para legitimar essa dominação despótica.

Labim/UFRN

Em um quadro de prevalência coercitiva; nas relações sociais fabris, é possível tão-somente um **consenso precário**, que se exprime sob a forma de manipulação da força de trabalho pelas empresas. Esse tipo de consenso é obtido tanto por **antecipação** quanto por **reação** do capital frente as contradições sociais presentes na fábrica.

No primeiro caso, o capital toma a iniciativa política para reduzir ou neutralizar a insatisfação operária, decorrente da exploração do trabalho e do despotismo do capital. As empresas têxteis oferecem, por exemplo, certos **"benefícios sociais"**, tais como o atendimento médico-odontológico, o **"sacolão"** ou vale para supermercados e farmácias, procurando, com isso, criar uma imagem positiva junto aos seus operários, pelas **"vantagens"** que desfrutariam por trabalharem nessas fábricas.

No entanto, a obtenção prolongada desse tipo particular de consenso está centrada, fundamentalmente, na atomização do trabalhador coletivo pelo capital, pulverizando-o em uma multitude de trabalhadores individuais, que precisam ser isolados uns dos outros. É necessário, então reforçar o individualismo já existente nos trabalhadores, estimulando a competição entre eles, através da adoção de **"prêmios de produção"**, que propiciam uma importante diferenciação salarial entre os operários. Esse individualismo é incrementado, mais ainda, pelo isolamento social imposto ao trabalhador, durante a jornada de trabalho, pelas empresas. Para tanto, as empresas realizam um rigoroso controle e fiscalização sobre o trabalhador individual e impõem que o relacionamento entre o operário e a empresa, através da hierarquia fabril, seja feito em termos irrestritamente individuais. Com isso, as empresas procuram evitar as manifestações coletivas dos trabalhadores, como forma de encaminhamento de reivindicações e demandas operárias na fábrica. Nesse sentido, as empresas ocupam preventivamente os espaços institucionais existentes dentro das fábricas bloqueando as possibilidades de uma atuação coletiva autônoma dos trabalhadores em seu interior, como canalização das contradições entre o capital e o trabalho. É isso o que ocorre, por exemplo, com a CIPA, onde as empresas controlam e manipulam todo o processo eleitoral e, depois, conseqüentemente, o seu funcionamento, minimizando as chances dos trabalhadores ocuparem-na e potencializarem a luta e a organização operária no espaço fabril.

Há, por outro lado, uma grande diversidade de formas do capital responder reativamente às contradições sociais dentro das fábricas. indo desde a rebeldia individual às manifestações coletivas dos trabalhadores, como as greves, por exemplo, como expressões da insatisfação e da resistência operária frente à exploração e à dominação operadas pelo capital. Os casos mais freqüentes, que evidenciam a insatisfação operária, são as explosões individuais, com discussões e

Labim/UFRN

brigas, envolvendo os trabalhadores e os encarregados e/ou supervisores. Quando isso acontece, as empresas acionam, imediatamente, certos escalões da hierarquia fabril, como os assistentes sociais e as próprias gerências, para debelarem esses focos de rebeldia individual, que podem se generalizar. É preciso reacomodar esses operários, que se rebelam, à rotina do trabalho fabril, com a reobservância estrita das normas internas das empresas. Em muitos desses casos, as empresas conseguem seus intentos, reenquadrando esses operários. Àqueles que se mostram refratários ao poder de convencimento das empresas, não resta outro caminho senão a sua demissão. Dessa maneira são enfrentadas as explosões individuais de insatisfação dos trabalhadores, que desafiam o poder do capital no interior da fábrica.

Em relação aos movimentos coletivos dos trabalhadores, a reação do capital pode ser tipificada com os procedimentos que são usualmente adotados pelas empresas, por exemplo, durante as campanhas salariais dos operários têxteis. O objetivo mais imediato das empresas é evitar que a mobilização operária se radicalize e leve à paralisação da produção, com a greve. Em algumas fábricas, nesses períodos de campanha salarial, há um relaxamento proposital da pressão exercida pelos encarregados e supervisores no controle da força de trabalho, para reduzir o grau de insatisfação reinante entre os trabalhadores. Para demover os operários da deflagração da greve, algumas empresas chegam a cenar com promessas de reajustes salariais, que reponham parcialmente as defasagens acumuladas com o processo inflacionário. Com isso, algumas vezes, consegue-se abortar certas mobilizações e tentativas de greve dos trabalhadores. Quando não obtém êxito, e a greve é deflagrada, as empresas recorrem a intimidação aberta, como forma de esvaziá-la, com operações de **"corpo-a-corpo"** dos diretores, gerentes, supervisores e encarregados, junto aos trabalhadores. A intenção é forçar uma parte dos trabalhadores a entrar na fábrica, nos diversos turnos, para trabalhar, furando a greve já desencadeada. Nesse processo, a intimidação pode desdobrar-se em demissão daqueles trabalhadores que, durante a mobilização, revelaram-se como lideranças, numa atitude extrema da empresa para acabar com a greve. É muito frequente, ainda, que eventuais conquistas obtidas pelos trabalhadores com a organização e a mobilização coletivas, sejam manipuladas pelas empresas, que procuram, a todo custo, retardar a sua implementação e, assim, dissociá-las do movimento grevista. As empresas, contudo, quando tomam medidas coercitivas drásticas, como as demissões de trabalhadores, durante ou após uma greve, sempre procuram amenizar as suas repercussões, com o acionamento de certos mecanismos de caráter consensual, junto aos trabalhadores.

O capital, portanto, demonstra ter uma grande capacidade adaptativa, frente à insatisfação e/ou às mobilizações operárias, engendrando as mais diversas

Labim/UFRN

formas de antecipação e de reação, para reduzir as contradições e para assimilar as pressões e as lutas dos trabalhadores, mantendo a sua supremacia, a partir das relações sociais na fábrica. Por isso, os arranjos do par coerção-consenso, apesar do traço de constante autoritarismo, dado pela prevalência do componente coercitivo, são muito maleáveis e flexíveis, em suas objetivações em cada fábrica. A sua combinação particular depende, essencialmente, da correlação de forças que se estabelece entre o capital e o trabalho, em uma determinada situação concreta.

Na fábrica as relações entre o capital e o trabalho estão, indelevelmente, vincadas pelas contradições derivadas da exploração do trabalho e da opressão do capital sobre a força de trabalho. A sua conseqüência necessária é a insatisfação operária generalizada com os salários pagos e as condições do trabalho fabril. Essa insatisfação é um componente constante nas relações sociais no espaço fabril, que, em suas manifestações, obedece a um movimento de intensidade cíclica. O controle despótico sobre a força de trabalho provoca, imediatamente, um represamento das expressões de insatisfação operária, porque os trabalhadores sofrem um processo de intimidação permanente, através de repreensões, ameaças, punições e demissões, causando uma submissão temporária dos operários nas empresas. Isso, porém, termina produzindo, cumulativamente, uma intensificação mediata da insatisfação operária, que substitui aquela submissão anterior por manifestações explosivas de revolta de trabalhadores individuais até formas coletivas de rebeldia dos trabalhadores. A insatisfação operária não segue um curso linear em suas manifestações, mas varia em intensidade, ora crescendo ora decrescendo, alternando situações de insatisfação concentrada e de insatisfação difusa.

Essa insatisfação generalizada, existente no espaço fabril, desencadeia uma práxis social pelos trabalhadores que implica no desenvolvimento da resistência operária no cotidiano da fábrica, e constitui, simultaneamente, a base objetiva para a formação da consciência operária, que lhe acompanha necessariamente. Nisso, a experiência sedimentada pelos trabalhadores no exercício do trabalho fabril, é algo fundamental, pois significa a vivência concreta e em termos cotidianos da sua situação de classe. É a partir daí que se processa uma resistência operária que indica a presença de uma consciência individual e coletiva dos trabalhadores, em processo de ampliação dialética, das contradições sociais no interior da fábrica.

Todavia, o desenvolvimento da resistência dos trabalhadores e a formação da consciência operária são retardados, porque o capital, através da atomização do trabalhador coletivo, consegue fazer com que a imposição da sua lógica seja experimentada, individualmente, como uma realidade avassaladora e como algo inexorável, na fábrica. A atomização do trabalhador coletivo produz, tempo-

Labim/UFRN

brigas, envolvendo os trabalhadores e os encarregados e/ou supervisores. Quando isso acontece, as empresas acionam, imediatamente, certos escalões da hierarquia fabril, como os assistentes sociais e as próprias gerências, para debelarem esses focos de rebeldia individual, que podem se generalizar. É preciso reacomodar esses operários, que se rebelam, à rotina do trabalho fabril, com a reobservância estrita das normas internas das empresas. Em muitos desses casos, as empresas conseguem seus intentos, reenquadrando esses operários. Àqueles que se mostram refratários ao poder de convencimento das empresas, não resta outro caminho senão a sua demissão. Dessa maneira são enfrentadas as explosões individuais de insatisfação dos trabalhadores, que desafiam o poder do capital no interior da fábrica.

Em relação aos movimentos coletivos dos trabalhadores, a reação do capital pode ser tipificada com os procedimentos que são usualmente adotados pelas empresas, por exemplo, durante as campanhas salariais dos operários têxteis. O objetivo mais imediato das empresas é evitar que a mobilização operária se radicalize e leve à paralisação da produção, com a greve. Em algumas fábricas, nesses períodos de campanha salarial, há um relaxamento proposital da pressão exercida pelos encarregados e supervisores no controle da força de trabalho, para reduzir o grau de insatisfação reinante entre os trabalhadores. Para demover os operários da deflagração da greve, algumas empresas chegam a cenar com promessas de reajustes salariais, que reponham parcialmente as defasagens acumuladas com o processo inflacionário. Com isso, algumas vezes, consegue-se abortar certas mobilizações e tentativas de greve dos trabalhadores. Quando não obtém êxito, e a greve é deflagrada, as empresas recorrem a intimidação aberta, como forma de esvaziá-la, com operações de **"corpo-a-corpo"** dos diretores, gerentes, supervisores e encarregados, junto aos trabalhadores. A intenção é forçar uma parte dos trabalhadores a entrar na fábrica, nos diversos turnos, para trabalhar, furando a greve já desencadeada. Nesse processo, a intimidação pode desdobrar-se em demissão daqueles trabalhadores que, durante a mobilização, revelaram-se como lideranças, numa atitude extrema da empresa para acabar com a greve. É muito frequente, ainda, que eventuais conquistas obtidas pelos trabalhadores com a organização e a mobilização coletivas, sejam manipuladas pelas empresas, que procuram, a todo custo, retardar a sua implementação e, assim, dissociá-las do movimento grevista. As empresas, contudo, quando tomam medidas coercitivas drásticas, como as demissões de trabalhadores, durante ou após uma greve, sempre procuram amenizar as suas repercussões, com o acionamento de certos mecanismos de caráter consensual, junto aos trabalhadores.

O capital, portanto, demonstra ter uma grande capacidade adaptativa, frente à insatisfação e/ou às mobilizações operárias, engendrando as mais diversas

Labim/UFRN

formas de antecipação e de reação, para reduzir as contradições e para assimilar as pressões e as lutas dos trabalhadores, mantendo a sua supremacia, a partir das relações sociais na fábrica. Por isso, os arranjos do par coerção-consenso, apesar do traço de constante autoritarismo, dado pela prevalência do componente coercitivo, são muito maleáveis e flexíveis, em suas objetivações em cada fábrica. A sua combinação particular depende, essencialmente, da correlação de forças que se estabelece entre o capital e o trabalho, em uma determinada situação concreta.

Na fábrica as relações entre o capital e o trabalho estão, indelevelmente, vincadas pelas contradições derivadas da exploração do trabalho e da opressão do capital sobre a força de trabalho. A sua conseqüência necessária é a insatisfação operária generalizada com os salários pagos e as condições do trabalho fabril. Essa insatisfação é um componente constante nas relações sociais no espaço fabril, que, em suas manifestações, obedece a um movimento de intensidade cíclica. O controle despótico sobre a força de trabalho provoca, imediatamente, um represamento das expressões de insatisfação operária, porque os trabalhadores sofrem um processo de intimidação permanente, através de repreensões, ameaças, punições e demissões, causando uma submissão temporária dos operários nas empresas. Isso, porém, termina produzindo, cumulativamente, uma intensificação mediata da insatisfação operária, que substitui aquela submissão anterior por manifestações explosivas de revolta de trabalhadores individuais até formas coletivas de rebeldia dos trabalhadores. A insatisfação operária não segue um curso linear em suas manifestações, mas varia em intensidade, ora crescendo ora decrescendo, alternando situações de insatisfação concentrada e de insatisfação difusa.

Essa insatisfação generalizada, existente no espaço fabril, desencadeia uma práxis social pelos trabalhadores que implica no desenvolvimento da resistência operária no cotidiano da fábrica, e constitui, simultaneamente, a base objetiva para a formação da consciência operária, que lhe acompanha necessariamente. Nisso, a experiência sedimentada pelos trabalhadores no exercício do trabalho fabril, é algo fundamental, pois significa a vivência concreta e em termos cotidianos da sua situação de classe. É a partir daí que se processa uma resistência operária que indica a presença de uma consciência individual e coletiva dos trabalhadores, em processo de ampliação dialética, das contradições sociais no interior da fábrica.

Todavia, o desenvolvimento da resistência dos trabalhadores e a formação da consciência operária são retardados, porque o capital, através da atomização do trabalhador coletivo, consegue fazer com que a imposição da sua lógica seja experimentada, individualmente, como uma realidade avassaladora e como algo inexorável, na fábrica. A atomização do trabalhador coletivo produz, tempo-

Labim/UFRN

ainda, no fundamental, presa à imediatidade, e apenas indireta e parcialmente se aproxima da totalidade social, captando as tendências do seu movimento histórico. Os trabalhadores têxteis apresenta uma consciência dividida entre a subsunção à reificação dominante e lampejos de superação dessa reificação, no cotidiano da fábrica, que é expressão do processo contraditório de sua própria formação histórica como classe social, na sociedade brasileira.

3 - CONCLUSÃO

O estudo da práxis social dos trabalhadores no cotidiano das fábricas têxteis, revelou a existência de uma grande diversidade de formas concretas de combinação da coerção e do consenso, sempre com a prevalência do elemento coercitivo, produzindo o autoritarismo que acompanha e dá sustentação à exploração do trabalho e à dominação do capital. Contudo, os trabalhadores, neste contexto sócio-fabril, não atuam como simples receptores passivos frente ao despotismo do capital. Ao contrário, os trabalhadores se apresentam como sujeitos sociais, em processo de formação como classe social, entabulando múltiplas modalidades de resistência ao capital, que, sem qualquer linearidade, transita do trabalhador individual ao trabalhador coletivo. Nesse processo de resistência, a práxis social dos trabalhadores têxteis é orientada por uma consciência operária heterogênea e contraditória, que vai sendo elaborada a partir da vivência das contradições do cotidiano fabril.

Labim/UFRN

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FREDERICO, Celso. Consciência operária no Brasil: estudo com um grupo de trabalhadores. 2 ed. São Paulo: Ática, 1979.

_____. A vanguarda operária. São Paulo: Símbolo, 1979.

GRAMSCI, Antonio. Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

LUKACS, Georg. História e consciência de classe: estudo de dialética marxista. Porto: Publicações Escopião, 1974.

PAULO NETTO, José e FALCÃO, Maria do Carmo. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1987.

PEREIRA, Vera Maria Cândido. O coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

RAINHO, Luís Flávio. Os peões do Grande ABC: estudo sobre as condições de vida e consciência de classe do operário metalúrgico (sem especialização e semi-especializado) ligado à indústria automobilística. Petropólis: Vozes, 1980.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. Filosofia da práxis. 2.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANNA, Luiz Werneck. A classe operária e a abertura. São Paulo: Cerifa, 1983.

_____. Estudo sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. In: BIB: o que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: ANPOCS, 1986.

WEIL, Simone. A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Labim/UFRN

Labim/UFRN

NEO-LIBERALISMO E CONTEXTO INTERNACIONAL

*José Willington Germano**

* Doutor pela UNICAMP
Professor do Mestrado em Ciências Sociais - UFRN

Vivência, Natal, v. 7, n. 1, p. 19-32, jul/dez. 1993

Labim/UFRN

Labim/UFRN

Sabemos que o **capitalismo liberal** (fundado no *balanço do poder entre as potências, no automatismo monetário do padrão-ouro, no mercado auto-regulado e no Estado gendarme*) em crise desde o último quartel do Século XIX, foi superado historicamente a partir da eclosão das duas guerras mundiais deste século. Em seu lugar surgiu um Estado intervencionista que ampliou a extensão das suas funções.

Em muitos pontos, notadamente na Europa e no mundo desenvolvido, no que pese os efeitos nefastos decorrentes das referidas conflagrações, tal forma de intervenção redundou na realização de inegáveis conquistas por parte dos trabalhadores e de outros setores assalariados através do surgimento do chamado **Welfare State** (Estado de Bem Estar Social) que incrementou os gastos sociais do Estado (modelo keynesiano).

Contudo, a crise de acumulação que se acentua a partir de 1973 (1° choque do petróleo) e prossegue nos anos 80, reacende uma onda conservadora de caráter neo-liberal que tem a pretensão de redefinir os gastos e as funções do Estado, privilegiando o mercado enquanto instância de regulação e equalização social. Nesse sentido, é bastante conhecida a posição de Adam Smith que considerava o mercado como meio superior para abolir a desigualdade entre as classes. Na verdade Smith e o liberalismo clássico fazem oposição a uma forma de intervencionismo estatal, oriundo do Estado Absolutista e do mercantilismo cujo protecionismo significava, aquela altura, um entrave ao desenvolvimento do capitalismo.

De igual modo, o neo-liberalismo combate uma outra forma de intervencionismo: aquela oriunda do **Welfare State** que alargou os direitos sociais de grandes massas, transferindo recursos do setor privado para o setor público. Dessa maneira, escreve Esping-Andersen, (1992: 85) que *"o **neo-liberalismo** contemporâneo é quase um eco da economia liberal clássica"*. É claro guardadas as devidas diferenças históricas, uma vez que no primeiro contexto tratava-se da formação e consolidação dos Estados nacionais enquanto no segundo momento trata-se de uma crise do Estado-Nação (fala-se da sua dissolução) e de uma crise do próprio capitalismo embora isto ocorra, contraditoriamente, numa conjuntura de inequívoca afirmação capitalista em decorrência da derrocada dos países do Leste da Europa.

Assim sendo, o liberalismo econômico e, portanto, o estatismo ou anti-estatismo, é uma invenção e reinvenção do capitalismo aparecendo e reaparecendo historicamente ao sabor das suas crises cíclicas e das suas contradições.

Labim/UFRN

Ora, conforme Marx o modo capitalista de produção se reveste de três características essenciais: 1) o capitalismo é orientado para o crescimento; 2) o crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo que ocorre no processo produtivo; 3) o capitalismo é, por necessidade, tecnológico e organizacionalmente dinâmico. Para ele, essas três condições eram inconsistentes e contraditórias e, portanto, propensas necessariamente a crise e, inclusive, as inevitáveis crises de superacumulação. Nas palavras de David Harvey (1992: 170) essa crise é *"definida como uma condição em que podem existir ao mesmo tempo capital ocioso e trabalho ocioso sem nenhum modo aparente de se unirem esses recursos para o atingimento de tarefas socialmente úteis"*. Com efeito, *"uma condição generalizada de superacumulação seria indicada por capacidade produtiva ociosa, um excesso de mercadorias e de estoques, um excedente de Capital-dinheiro (...) e grande desemprego"*.

Para o referido autor, *"as condições que prevaleciam nos anos 30 e que surgiram periodicamente desde 1973 têm de ser consideradas manifestações típicas da tendência de superacumulação"*. Daí a substituição do fordismo pela denominada "acumulação flexível" que procura absorver os superávits através da aceleração do tempo de giro do capital; a globalização da economia, as transformações radicais recentes do processo de trabalho com a terceira revolução industrial aumentando a produtividade e a competitividade entre as empresas e ampliando o desemprego e, finalmente o clamor das grandes corporações em favor da desregulamentação do Estado e com isto o ressurgimento do liberalismo econômico. Isto configura sem dúvida, uma crise da forma de intervenção posta em prática no pós-guerra bem como a existência de uma crise fiscal do Estado.

A palavra de ordem do neo-liberalismo, todos sabem, é "menos Estado, mais mercado" e que recomenda como terapia para a superação da crise *"a privatização de recursos e funções que no Welfare tinham sido destinados a esfera pública"*. (Vacca, 1991: 160). Como se vê trata-se de inverter o fluxo dos gastos do Estado em favor do setor privado.

Dessa maneira, escreve Giusseppe Vacca (1991: 160/161), a fórmula aparentemente neutra de "menos Estado, mais mercado" esconde uma verdade política elementar. *"De fato, o liberalismo nada mais é que um programa de redistribuição de renda e poder com vantagem para os mais fortes"*. No entanto, *"ao agitarem a palavra de ordem 'menos Estado, mais mercado' as forças conservadoras ganham a vantagem adicional de aparecer como promotoras de inovações desejáveis"*, arvorando-se como arautos da modernidade.

Contudo, trata-se verdadeiramente de uma reação da "nova direita", ao Welfare State. Conforme Taylor - Gooby (1991: 171), *"o resultado desta filoso-*

Labim/UFRN

fia, em termos políticos concretos, é um desejo de reduzir o papel do Estado na área do bem estar social, cortando os gastos e impostos e transferindo os serviços para o setor privado".

Em síntese, as políticas neo-liberais propõem a adoção de medidas que conduzam a: privatização, extinção de empresas estatais, retirada da intervenção do Estado na área dos salários, dos preços mínimos, das taxas de juros; redução dos gastos públicos, inclusive no tocante às áreas de educação e saúde; combate ao déficit público, abertura para o capital estrangeiro, sobretudo das periferias; quebra do poder dos sindicatos e, no caso da América Latina, o combate a inflação converteu-se na principal prioridade do Estado. Segundo o aporte neo-liberal, adotado por agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), este é o caminho que conduz a modernidade e a competitividade industrial inserindo as economias latino-americanas na nova Divisão Internacional do Trabalho.

Da aplicação dessas políticas, na verdade, escreve Paulo Sérgio Pinheiro, *"emerge a devastação das populações pobres..."* (Folha de S. Paulo, 11.09.92: 1-3). Assim, por exemplo, nos EUA durante o governo de Ronald Reagan *"os pobres se tornaram mais pobres ainda e 60% do aumento do PNB favoreceu os 1% mais ricos"*. Nessa perspectiva, *"a taxa anual de crescimento dos gastos sociais declinou de 7,9% (de 1964 a 1978) para 3,9% em 1979 e 1980, e menos de 1,5% durante a década de 1980"* (Navarro, 1991: 193). Isto torna evidente a clara disposição de reverter os gastos (improdutivos) do Estado fazendo voltar a transferência de recursos públicos para o setor privado.

As coisas têm ocorrido portanto, de forma oposta ao que é propagado pelo modelo conservador. Da sua prática não se pode contabilizar como resultado uma maior eqüidade social e um Estado saneado financeiramente. Ao contrário, no fim do Governo Bush, *"los intereses anuales de la deuda asciendem a 204 millones de dolares (...) cantidad que supera a los gastos del gobierno en todos programas sociales"* (Ekaiser, E. **El País**, 09.11.1992: 6). Desse modo, ao assumir a Presidência dos EUA, Bill Clinton se deparou com um desemprego elevado (em torno de 7,5% da força de trabalho) e com um sistema sanitário que deixa sem nenhuma cobertura 35 milhões de norte-americanos numa evidente demonstração do fracasso das teorias neo-liberais.

A respeito afirma Eric Hobsbawm (**Folha de S. Paulo**, 13.12.1992: 6-4), que as teorias neo-liberais *"estão saindo de moda. Mesmo os países que seguiram o liberalismo nos anos 80 - como a Inglaterra e os EUA - estão reconhecendo a necessidade de uma maior ação pública na economia"*. A propósito, o próprio programa do Partido Democrata, que levou Clinton à Presidência, sustenta que

Labim/UFRN

"creemos em la libre empresa y en el poder de las fuerzas del mercado, pero el crecimiento económico no vendrá sin una estratégia económica nacional para investir em beneficio del pueblo" (El País, 09.11.1992: 6).

Nesse sentido é que Clinton propõe um aumento da intervenção do Estado e, portanto, da regulamentação no sentido de: reduzir o déficit público; redução dos gastos com defesa; aumento de impostos para os que possuem renda elevada (mais de 200 mil dólares ao ano). Ao lado disso, estabeleceu os seguintes objetivos imediatos claramente identificados com welfare: criar empregos; reformar o sistema sanitário; criar um programa de formação para melhorar a qualidade da força de trabalho. Trata-se de programas essencialmente sociais que o governo pretende implementar mediante: inversão de recursos na modernização da infra-estrutura; construção de um sistema sanitário que cubra toda a população e o incentivo ao acesso a escola pública e corte de subsídios as escolas privadas.

Na Inglaterra, por sua vez, com o Governo de Margareth Thatcher, de acordo com Taylor-Gooby (1991: 174-175), observa-se que *"o impacto das mudanças nos gastos públicos foi o de ampliar as desigualdades de cobertura"*. Nesse contexto, foi ampliado o grau de concentração da renda, aumentou o desemprego, cresceu a miséria dos grupos mais pobres, notadamente das minorias étnicas, dos moradores das áreas pobres das cidades e uma crescente divisão entre o Norte e o Sul, fato, aliás, que se repete em outros países, como na Itália, onde se fala na região mais rica - o Norte - que a partir de Roma para o Sul não é mais Itália, é África, reavivando, assim, a questão meridional, tão bem estudada por Gramsci, e o separatismo das quais a vitória da Liga Norte nas últimas eleições (1993) constitui um sinal evidente. Por outro lado, em países como o Brasil reacende-se também a onda separatista.

Depreende-se, pois, que na Inglaterra o governo transferiu impostos e benefícios para os grupos mais privilegiados da sociedade. Assim, afirma Taylor-Gooby, que *"O efeito das mudanças nos gastos públicos é o de destinar uma proporção maior de recursos para os mais ricos de modo que a defasagem aumente ainda mais"*.

Na Comunidade Européia (CE), o chamado "Clube dos 12"[1] exibe números grandiosos de riqueza e também de pobreza. Trata-se de um mercado de 346 milhões de habitantes com renda média anual de 11.350 dólares e que responde por 38% do comércio mundial. Em 1991, apenas entre si, os 12 movimentaram 708 bilhões de dólares correspondendo a quase dois PIBs do Brasil (Cf. Maurício Styler - **Folha de S. Paulo** - World Media - 20. 12.1992: 2). No entan-

1. A Comunidade Européia é constituída pelos seguintes países: Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal e Reino Unido.

Labim/UFRN

to, escreve Nathalie Dubois para o Jornal "**Liberation**" *"...no interior de cada um dos 12 países membros da CE um muro cada vez maior se ergue entre os ricos e os marginalizados"* (**Folha de S. Paulo** - World Media - 20.12.1992: 15). Os números são impressionantes: em 1975 a CE contava com 38.5 milhões de pobres, em 1992 este montante ampliou-se para 50 milhões, isto é, um cidadão entre cada seis ou sete da mencionada União vive em condições precárias.

Em números absolutos isto representa a existência de 6 milhões de desempregados há muito tempo (9.5% em termos relativos), 1 milhão de pessoas sem teto, 16 milhões de analfabetos, 10 a 12 milhões de deserdados, condenados por toda a vida ao que é conhecido como "grande pobreza", para diferenciá-la da pobreza comum. Isto sem falar nos 12 milhões de imigrantes de origem muçulmana excluídos das benesses.

Ainda de acordo com Dubois, *"os pobres estão incrustados em todos os países-membros, sem distinção"*. Por sua vez, *"a engrenagem da pobreza é conhecida por todos. De um lado, a exacerbação da concorrência internacional leva às reestruturações industriais, às demissões, ao inchamento dos índices e da duração do desemprego, à modernização tecnológica que rejeita aqueles que não se adaptam aos novos modos de produção. De outro lado, os sistemas de proteção social se mostram cada vez mais inadaptados à amplidão da pobreza, quando não estão desamparados pelos governos preocupados em manter seus equilíbrios macro-econômicos"*. Nessa perspectiva, as próprias empresas pressionam o Estado para que os encargos sociais sejam baixados e, quando isto não acontece, fazem uma retaliação migrando para outras áreas mais favoráveis. Com efeito, o "The New York Times" de 09.08.1993, publicou uma matéria revelando que empresas estão saindo da Europa onde os encargos sociais são considerados muito altos (Alemanha, França, Suécia, etc), mudando-se para outros países onde os referidos encargos são baixos como é o caso dos chamados Tigres Asiáticos, México, Chile, etc.

Isto sem dúvida, configura um quadro de crise, num contexto da chamada globalização, que propicia, contraditoriamente, o aparecimento de um "novo nacionalismo" (ao lado do racismo, do fundamentalismo etc.). Para Octávio Ianni, trata-se do ressurgimento de "camadas arqueológicas pretéritas". Para Roberto Kurz, trata-se de algo destrutivo e que diz respeito a uma luta para participar do que resta do sistema de produção de mercadorias. Ao analisar o que se passa na Alemanha Kurz afirma que *"o nacionalismo não é o de alemães contra não alemães. É o nacionalismo dos que estão incluídos no sistema e que vivem bem e pessoas que estão excluídas"*. Assim, por exemplo, *"muitas regiões da ex-Alemanha Oriental são regiões que estão excluídas, não participam do sistema e nem vão participar (...) O nacionalismo vem daí, do interesse de querer participar do*

Labim/UFRN

que resta ainda do sistema global de produção de mercadorias (**Folha de S. Paulo** - 20.09.1992: 6-7).

Do exposto, torna-se evidente o fracasso da estratégia neo-liberal de deixar a cargo do mercado a promoção da equidade e do equilíbrio sociais. A propósito assinala Hobsbawm que o capitalismo tem trazido três tipos de conseqüências negativas para a humanidade: 1) o perigo de uma catástrofe ecológica; 2) o crescimento da distância entre os ricos e os pobres; 3) a submissão dos valores humanos à lógica cega do mercado (**Folha de S. Paulo**, 13.12.1992: 6-4).

A distância entre ricos e pobres pode ser visualizada quando se constata que Japão, EUA e Comunidade Européia (CE) respondem por cerca de 60% do comércio mundial, cabendo aos chamados países em desenvolvimento participar com apenas 20%. Fica claro a existência, neste final de século, de três blocos econômicos dominantes que tenderão, segundo avaliação de Immanuel Wallerstein, a se reduzir a dois blocos com a provável fusão dos interesses japoneses e americanos para concorrer com a CE que procurarão, ao mesmo tempo, fechar as zonas periféricas que se situam no Sul provocando um evidente foco de tensão.

A respeito disso escreve Wallerstein. "*O fator mais desestabilizador é o sul, que provavelmente será em grande medida deixado de fora da crescente prosperidade e da nova rivalidade entre o norte*". O início do século XXI, acrescenta o autor, "*provavelmente será marcado por um aumento da polarização tanto econômica quanto demográfica entre o norte e o sul, e é pouco provável que isto forneça condições para uma estabilidade política em nível mundial*" (**Folha de S. Paulo** - World Media - 20.12.1992: 8).

A propósito, Robert Kurz faz uma análise catastrófica e apocalíptica acerca dos riscos desse capitalismo sem freios, capaz de gerar uma guerra civil em escala mundial se o quadro de desigualdade não for revertido. "*... multidões cada vez renovadas e maiores de fugitivos (...), resultarão das perseguições de minorias e guerras civis que se baseiam na desesperada luta de distribuição nas sociedades pós-catastróficas e que, enquanto na América Latina continuam sem cessar há muito tempo, se iniciaram recentemente no leste europeu (...) com extrema brutalidade*". Logo não haverá, conforme Kurz, "*nenhuma grande região na terra que não seja área de fugitivos com todas as conseqüências daí resultantes*" (**Folha de S. Paulo**, 13.12.1992: 6-5). Com efeito, tornou-se comum em nosso cotidiano a transmissão, via TV, de imagens de milhares de migrantes oriundos do terceiro mundo que tentam desembarcar desesperadamente nos países centrais, mesmo à custa de perseguição policial e do risco de vida uma vez que a entrada clandestina ocorre, freqüentemente, pelo mar em embarcações precárias e mesmo a nado. Além do mais o desastre socialista, escreve Cano

Labim/UFRN

(1993: 134) *"poderá desencadear uma violenta migração de 20 milhões de pessoas do leste para o oeste europeu"*. Este é um quadro, segundo Kurz (1992), que configura o colapso da modernização prenunciando o "dobre de finados" do próprio capitalismo que se encontra mergulhado numa crise geral, insuperável. A nossa perspectiva, no entanto, é a de questionar essa postura a medida que admitimos que se trata, na verdade, de mais uma crise cíclica do referido modo de produção.

Na América Latina, por sua vez, notadamente a partir de 1979, com a crise da dívida externa, provocada pela política norte-americana de violenta elevação de taxas de juros, a maioria dos países viu-se obrigada a executar políticas de ajustes macro-econômicos de cunho neo-liberal de acordo com o figurino adotado pelo FMI e BIRD fundamentado, por sua vez, no chamado "consenso de Washington". Nas palavras de Wilson Cano (1993: 130), *"o receituário (...) tem como regra básica: pagar a dívida e abrir a economia"*. Ora, isto requer a geração de um excedente de divisas que poderá ser obtido mediante o aumento das exportações as quais exigem, no curto prazo, uma "adequada política cambial" e o deslocamento de parte da demanda interna com o objetivo de possibilitar exportações adicionais.

Com efeito, escreve Cano (1993: 130), *"isto só se pode obter via recessão, contendo o consumo privado (por via de salários), o investimento privado (por via de juros e crédito)"* e o gasto público (pela política fiscal). Contudo, a tecnocracia internacional encastelada no FMI e no BIRD, *"parece não ter refletido sobre o fato de que quem se apropria diretamente do excedente de divisas é o setor privado, enquanto o devedor em dólares é o Estado. Para que este compre esse excedente é obrigado a emitir (dinheiro ou títulos da dívida pública), com que se anula o esforço fiscal anterior"*. Em decorrência o problema financeiro do Estado persiste advindo daí a introdução de um outro ingrediente no receituário qual seja, o propalado enxugamento do Estado e com ele o corte de funcionários públicos, corte nos gastos sociais e privatização. Entretanto, arremata Cano, *"o remédio é incapaz de curar o doente e suas grandes dores acabam por anestesiá-lo"*.

O resultado disso tudo é uma profunda deterioração dos antigos padrões de convivência social. Deterioração esta que se caracteriza, ainda segundo o autor citado, pelos seguintes aspectos, entre outros: um aumento considerável da fração de desempregados que continuam à procura de emprego por mais tempo; uma enorme ampliação do trabalho informal; rebaixamento de salários; piora nos níveis de distribuição da renda; agravamento dos sintomas da crise social.

Labim/UFRN

Os dados a seguir transcritos, citados por Cano (1993), sintetizam bem os efeitos devastadores dessas políticas, notadamente para a classe trabalhadora. Assim entre 1980 e 1989, a denominada "década perdida" apresentou uma redução média anual de 1,9 do PIB por habitante na América Latina, com o Brasil apresentando cifra próxima de zero e a Argentina e México com taxas negativas. O desemprego aberto sofreu uma elevação de 6,9% em 1980 para 9,0% em 1984. O emprego informal aumentou de 24% para 30% da força de trabalho urbano entre 1980 e 1989 (Brasil 24,0%/29,5%). Por sua vez, em virtude do rebaixamento dos salários, os custos efetivos do trabalho igualmente caíram na década: entre 1980 e 1987, em 26% na Argentina e 41% no México e entre 1980 e 1986 em 37% no Chile, países em geral tidos como exemplares na execução dos respectivos ajustes econômicos. Por sua vez, no sub-continente, a Argentina apresenta uma situação particularmente emblemática desse contexto. O país não tem inflação, em compensação acumula o maior número de desempregados da sua história: cerca de 10% da sua população economicamente ativa. Contudo o que mais impressiona é a velocidade com que isto vem acontecendo. Na Argentina há hoje (08/93) 43,32% mais pessoas desempregadas do que há um ano, sem que a sua indústria depauperada tenha fôlego para absorver esse contingente. A taxa de investimento caiu de 22,8% para 16,2% entre 1980 e 1989 nos países da região (Brasil: 22,9% para 17,9%). Não obstante isto a América Latina *"que enviava transferências líquidas de recursos ao exterior em torno de 3% do seu PIB em 1980, aumenta-a para 5% e depois para 6%"* (Cano, 1993: 134).

Desse modo, torna-se patente, escreve Schwartz (1993: 6-6) que na *"América Latina, o ajuste tem sido mais destrutivo que construtivo". Em alguns países, como o Chile, abandonou-se quase por completo o ideal de industrialização. Noutros casos, como Argentina e o México, além do retrocesso industrial foi preciso chegar ao ponto de esquecer até mesmo o ideal de uma moeda nacional, aceitando a dolarização ou apostando numa integração com os Estados Unidos".* Os ajustes praticamente liquidaram com as políticas sociais no subcontinente e provocaram alto desemprego e marginalidade. No Brasil, em particular, configura-se um quadro de políticas sociais fracas, de desemprego crescente, marginalidade e degradação da qualidade de vida. Segundo dados do IBGE (**Folha de S. Paulo**, 23.03.1993: 1.6), a renda "percapita" do brasileiro em 1990-91 era 5,6% menor do que a existente em 1980. 52% dos trabalhadores ganham até 2 salários mínimos e apenas 3% da população ocupada têm rendimentos de mais de 20 salários mínimos. Nos aspectos sociais, portanto, o *"'modelo' brasileiro repete os piores resultados do neo-liberalismo, descuidando da infra-estrutura educacional, alimentar e sanitária, jogando parcelas crescentes da população na marginalidade ou na economia do narcotráfico"* (Schwartz, 1992).

Labim/UFRN

Estamos vivendo, portanto, num contexto de crise generalizada em que a utopia de uma nova ordem mundial está dando sinais de esgotamento precoce. Assim o próprio liberalismo começa a ser abandonado como ocorreu na recente (meados de 1993) reunião do grupo das 7 realizada em Tóquio. Com efeito os EUA, escreve Maria da Conceição Tavares (1993: 2-5), *"em vez de insistir na abertura e desregulação do comércio japonês, temas recorrentes na diplomacia americana da última década, propos o comércio administrado para enfrentar o superávit estrutural do Japão contra EUA"*. Os japoneses, é claro, responderam ironicamente que isto era uma prática contra o livre comércio. O episódio configura, contudo, a evidente posição americana clamando pelo retorno do intervencionismo, confirmando, assim, que Estado e mercado se alternam e se complementam na coordenação das economias capitalistas.

Tavares chama a atenção para as contradições entre a teoria e a prática do liberalismo, duas das quais vêm-se tornando escandalosas a medida em que foi avançando o tão decantado processo de "globalização" do capital: *"a primeira é o crescente protecionismo comercial dos países ricos, forçando a abertura comercial das suas periferias. A segunda consiste em aumentar as restrições ao livre movimento da força de trabalho dos pobres, enquanto defendem uma liberdade desenfreada do capital"*.

O fato é que os perigos da desregulamentação financeira começaram a atingir os próprios países centrais e por isto passaram a agenda da reunião de Tóquio. Assim os EUA em menos de cinco anos passaram da condição de maior credor para a de maior devedor mundial e abriram com o Japão um déficit comercial, a medida que este país vem ganhando a guerra comercial que se instalou a partir da nova recessão[2] mundial iniciada em 1991. A Alemanha por sua vez, que esperava ter um custo de 100 bilhões de dólares para fazer a reunificação, vai arcar, na verdade, com mais de 750 bilhões de dólares. Após a reunificação a

2. Em 1993, a recessão na Comunidade Européia, por exemplo, apresenta, o seguinte quadro: cinco países com crescimento negativo, Bélgica, Alemanha, Espanha, França e Holanda; dois países com crescimento zero, Dinamarca e Itália; três com débil crescimento, Grécia, Luxemburgo e Portugal e dois que começam a se recuperar, Reino Unido e Irlanda. Em seu conjunto a CE apresentará em 1993 um crescimento negativo em torno de -0,5 que, em 1994, segundo projeções, se ampliará para -1,5. O desemprego, por sua vez, apresenta uma cifra record na CE: 11,04% da população ativa em 1993 e 11,54% em 1994, de conformidade com as projeções (Cf. Bassets, **El País**, 21.06. 1993: 19). Um outro sintoma da crise e da recessão mundiais pode ser visualizado pelo prejuízo obtido por grandes corporações como a IBM, General Motors. Assim sendo, em 1992, a GM arrastou um prejuízo de 80 bilhões de dólares o que corresponde aproximadamente a 20% do PIB brasileiro (Cf. Oliveira, 1933: 53). Enquanto isto a economia japonesa apesar da crise apresenta crescimento (1993) 0,75 e mantém uma baixa taxa de desemprego em torno de 2,5% em 1993 e 1994 (projeção). No tocante ao Déficit público, em 1993 a CE apresenta um déficit correspondente 6,25% do PIB, os EUA 4,0% e o Japão apenas 1,50%.

Labim/UFRN

balança comercial da Alemanha tornou-se deficitária e o país é hoje tomador de dinheiro internacional. Na Espanha o desemprego em 1993 atinge 21,75% da força de trabalho o que significa um desemprego de mais de 50% dos jovens entre 18 e 20 anos. Em 1994, essa cifra será ampliada, segundo projeções para 23,0% da população ativa.

No que pese esse questionamento, as idéias liberais continuam fazendo sucesso no Brasil. Para Maria da Conceição Tavares (1993: 2-5), *"as nossas elites provincianas, na ânsia de se tornarem modernas e cosmopolitas, parecem ter aderido tardiamente a todos os dogmas da ideologia liberal"*. Quanto as empresas brasileiras, nacionais ou multinacionais, como as japonesas não demonstram mais vergonha *"em sua resistência prática a abertura comercial"*. No entanto, ao contrário das japonesas, as empresas brasileiras são *"escandalosamente favoráveis a liberdade de preço, à desvalorização cambial permanente e ao desemprego como mecanismo de aumento de produtividade"*.

Em face do exposto conclui-se que a agenda liberal tem sido predominantemente negativa, em particular em áreas periféricas como a América Latina. Recessão, estagnação, devastação da vida das populações pobres, etc. Para alguns, como Bresser Pereira (1993: 6-4), a solução passa pela recuperação financeira do Estado e pela modificação da forma de intervenção do Estado pós-1930 em que vigorou o modelo de substituição das importações, *"ao invés de se caminhar simplesmente para o 'Estado mínimo' como deseja o neo-liberalismo"*. Para Belluzzo (1992), estabilizar a economia e sinalizar para o crescimento significa romper o circuito perverso da acumulação, quase instantânea (com base na especulação financeira), *"da riqueza ilusória e da destruição progressiva da riqueza real e do trabalho"*. Isto é possível num país como o Brasil? Conforme Belluzzo (1992), *"a crise é mais ou menos assim, neste país das Arábias: entre os que têm poder e comando sobre a riqueza, ninguém gosta de pagar impostos, todos pedem verbas e financiamento do governo, mas é claro, condenando veementemente o déficit público"*.

Labim/UFRN

BIBLIOGRAFIA

BASSETS, Elvis. El paro crecerá in España hasta el 23% de la Población activa en 1994, segun la CE. In: **El País**, Madrid, 21.06. 1993: 19.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Sinuca de Bico. In: **Folha de S. Paulo** , 25.04.1992: 1-3

CANO, Wilson. O Lugar do Brasil na nova Ordem Internacional. (Entrevista). In: **Jornal da UNICAMP**. Campinas, junho de 1993.

CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (Des)ordem Internacional.** Campinas, UNICAMP, 1993.

DUBOIS, Nathalie. 50 milhões de Pobres. In: **Folha de S. Paulo** World Media, 20.12.1992. p.15

EL PAÍS, Madrid, 09.11.1993.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As Três Economias Políticas do Welfare State. In: **Lua Nova.** São Paulo, nº 24, set. 1991. pp.85-116.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderno**. São Paulo, Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric. O Socialismo Contra-Ataca. (Entrevista). In: **Folha de S. Paulo,** 13.12.1992. 6-4

KURZ, Robert. Guerra Civil Mundial em Vez de Paz Eterna. In: **Folha de S. Paulo**, 13.12.1992: 6-5.

KURZ, Robert **O Colapso da Modernização** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992

MORAES, Antonio Ermírio. Encargos altíssimos! Retorno? In: **Folha de S. Paulo**, 22.08.1993: 1-2.

NAVARRO, Vicente. Welfare e "Keynesianismo militarista" na era Reagan. In: **Lua Nova** . São Paulo, nº 24, set. 1991. pp.189-210.

OLIVEIRA, Francisco de. De Novo, O Apocalípse ou da Inatividade de(o) ser Humano. In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 36, jul. 1993: 52-57.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Um Novo Paradigma para Discutir a América Latina (Entrevista). In: **Folha de S. Paulo**. 08.08.1993:6-4

_____. "Colapso da Modernização" ou Crise Cíclica? In: Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, nº 36, jul. 1993: 42-48

Labim/UFRN

RODRIGUES, Fernando. Argentina nunca teve tantos desempregados. In: **Folha de S. Paulo**. 22.08.1993: 3-2.

SCHWARTZ, Gilson. Modelo Brasileiro Travou a Transição. In: **Folha de S. Paulo**, 08.08.1993:66.

STYLER, Maurício. O Nascimento de uma Potência. In: **Folha de S. Paulo** - World Media, 20.12.1992. p.2.

TAVARES, Maria da Conceição. Em Tóquio, Adeus ao Liberalismo Econômico. In: **Folha de S. Paulo. 18.07.1993: 2-5**

TAYLOR-GOOBY, Peter. Welfare, Hierarquia e a "Nova Direita" na era Thatcher: **Lua Nova**. São Paulo. nº 24, set. 1992. pp. 165-188.

VACCA, Giuseppe. Estado e Mercado, Público e Privado. In: **Lua Nova**. São Paulo, nº 24, set. 1991. pp.151-164.

WALLERSTEIN, Immanuel. Três Potências, dois Líderes. In: **Folha de S. Paulo,** World Media 20.12.1992. p.8.

Labim/UFRN

A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL NO PRIMEIRO MUNDO

*Norma Takeuti**

* Doutora em Ciências Sociais pela Université Paris 9 - Dauphine, França. Professora do Mestrado em Ciências Sociais UFRN.
Membro Pesquisador associado do Laboratoire de Changement Social - Paris.

Vivência, Natal, v. 7, n. 1, p. 33-62, jul/dez. 1993

Labim/UFRN

Este artigo tem por objetivo apresentar as reflexões e interrogações surgidas durante a realização de um estudo para o Governo Mitterand (1990-1992) sobre um programa social - RMI - Renda Mínima de Inserção Social e de uma pesquisa concomitante "Vergonha e Pobreza", financiada pela Caisse Nationale d'Allocations Familiales na França. O estudo e a pesquisa foram realizados por uma equipe de pesquisadores do Laboratoire de Changement Social da Université Paris 7 - Jussieu, da qual a autora deste artigo fez parte[1].

Tanto a avaliação do programa RMI como a pesquisa "Vergonha e Pobreza" inscrevem-se num processo incitado pela própria lei de criação do programa RMI. Instituições diversas implicadas direta ou indiretamente na gestão e operacionalização do programa RMI viram-se diante da contingência de "melhor conhecer" o terreno de suas ações na medida em que um processo de avaliação do programa, no curso de sua implementação, estava prevista por lei, colocando a possibilidade de revisão do próprio programa, como também a possibilidade de modificação das concepções de outras políticas sociais de luta contra a pobreza.

O Laboratoire de Changement Social (L.C.S.) responde a duas demandas vindo de diferentes órgãos, bem como de diferentes regiões (Département). A natureza dos trabalhos e de suas demandas eram também diferentes: o de avaliação dinâmica estava voltada para o conhecimento do funcionamento do dispositivo RMI, do ponto de vista institucional, bem como do ponto de vista dos beneficiários; o de pesquisa era voltado para a melhor compreensão das situações de pobreza, do processo de desinserção social, do processo de exclusão e de auto-exclusão social.

Diante dessas demandas, o L.C.S. associa suas preocupações de pesquisa fundamental e propõe:

a) à C.N.A.F. - Caisse Nationale d'Allocations Familiales: o objeto de pesquisa: a gênese psicossocial da vergonha associada a pobreza. Através dela, apreender o circuito causal que associaria a pobreza, a humilhação, a violência (física, social e simbólica) e a vergonha, para se compreender o processo de ex-

---

[1] A autora trabalhou no programa de avaliação do RMI no Département (Estado) des Yvelines, em Versailles, enquanto pesquisadora social do Laboratoire de Changement Social da Universidade de Paris 7 - Jussieu, França. Coordenou neste trabalho, o módulo relativo ao "Ponto de vista dos beneficiários do programa". Este trabalho estava inscrito nos objetivos do Programa Nacional de Avaliação do RMI, o qual por sua vez estava inscrito na própria lei de criação do RMI.

Labim/UFRN

clusão e de invalidação social, os quais, segundo hipóteses do trabalho, seriam fatores de reprodução da pobreza. A compreensão desse processo passando pelas representações sociais do pobre existente na sociedade francesa, como também pela imagem e auto-representação que os "pobres" têm de si-mesmos.

b) à D.A.S.D.Y. - Direction d'Action Sociale du Département des Yvelines: a *avaliação dinâmica* tendo por princípio uma avaliação realizada pelos diversos atores sociais implicados na ação, inclusive e sobretudo colocando em evidência a expressão dos excluídos, os beneficários-alvos dessa ação.

As duas frentes de trabalho eram de caráter complementar e possibilitavam um estudo sobre a pobreza e a exclusão na sua relação com o sentimento de vergonha, dentro de uma perspectiva sócio-clínica (opção metodológica fundamental) que contemplava duas dimensões fundamentais:

- **diacrônica**, consistindo em analisar, a partir de histórias de vida, a gênese sócio-psicológica da vergonha;
- **sincrônica**, consistindo em analisar, a partir de observações e entrevistas, o papel do dispositivo RMI enquanto fator de produção ou de compensação do sentimento de vergonha.

Resumindo, a pesquisa articulava-se sobre três eixos:

- desenvolvimento dos processos de desinserção social;
- estratégias de resposta dos indivíduos confrontados à exclusão e à miséria;
- sentimento de vergonha na vivência da pobreza e nas relações às instituições de ajuda social.

Para este texto, foram selecionados, desse amplo material empírico e de reflexão, os seguintes aspectos de discussão:

1) contexto contemporâneo: a pós-modernidade

2) mecanismos monetários e sociais de compensação

3) paradoxos da inserção

Labim/UFRN

CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: PÓS-MODERNIDADE

Para se discutir o processo de exclusão social em um país desenvolvido, achamos necessário primeiramente contextualizá-lo num quadro mais amplo, que diz respeito ao "mundo de hoje", em que estamos vivendo - sejam o "mundo" dos países desenvolvidos ou o dos países periféricos -, e que por hora denominamos de "pós-moderno".

Sabemos que esse termo tem suscitado controvérsia, como bem o polemiza A. Giddens (As conseqüências da modernidade, 1990): *" O que é modernidade? Vivemos correntemente num período de alta-modernidade? O que está além disto? Podemos atribuir algum sentido definido ao conceito pós-modernidade?..."*. Diferentes abordagens têm sido dadas por diversos autores a essa questão que englobam múltiplas dimensões de análise (filosófica, epistemológica, sociológica, econômica,...). Embora hajam divergências em muitos aspectos, sobretudo no que concerne as perspectivas futuras, parece-nos existir um consenso em torno de um ponto: o "estado atual das coisas". Baseamo-nos nessas convergências para efeito de contextualização do objeto da nossa discussão.

Essa abordagem sobre o "contexto pós-moderno" precedendo a questão da exclusão em um país desenvolvido contempla a nossa preocupação de que o assunto aqui apresentado não se constitui em um fenômeno isolado e distante da nossa realidade social de país periférico. Contrariamente, os acontecimentos e os processos de empobrecimento, de invalidação e de exclusão social que se verificam nos países do primeiro mundo e a "globalização da modernidade" têm grandes implicações sobre os povos dos países periféricos, os quais sofrem os seus efeitos sob formas ainda mais violentas.

SINTOMAS DO PÓS-MODERNISMO

Os sintomas de tédio, fastio, aborrecimento e vacuidade individual e social sugerem bem o *"mal-estar"* [2] no mundo hoje do homem pós-moderno, que após tantas aquisições modernas, parece ter perdido o sentido de existir, de trabalhar (pelo menos, na sua forma abstrata, como se lhe é imposta na sociedade de trabalho contemporânea), de fazer projetos e até mesmo de sonhar com um devir.

---

[2] Utilizamos intencionalmente este termo com o intuito de evocar a obra de S. Freud, "Mal-estar na civilização", in Obras Completas, Imago Editora, 1969.

Labim/UFRN

Após o "desabamento" das experiências socialistas, os projetos coletivos, o sentimento de comunidade e de solidariedade e a crença num mundo melhor, sem desigualdades e injustiças sociais, parecem ser idéias e atitudes que perderam total sentido.

M. Freitag (1989) observa que as representações dos anos 1980/90 da sociedade são dominadas pelas idéias de crise, de mudança, de vazio, de efêmero, de perda de sentido, de individualismo, de procura de parâmetros e de referências... Acrescenta ainda que os homens têm o sentimento como se o mundo estivesse lhes escapando e em vão eles tentassem apanhá-lo[3].

A modernidade parece levar os indivíduos a vagar a esmo na busca de referências identitárias. Antes, a família, o trabalho, a religião, a posição de classe, o status social forneciam as bases da identidade social. Hoje, embora não deixem de ser pólos importantes, eles perderam o seu caráter exclusivo e interdependente, enquanto fundamentos da estruturação de identidades (V. de Gaulejac, Le coût de l'excellence, 1991). Analisando a fluidez e o processo de deslocamento das relações sociais, na dinâmica atual do desenvolvimento social e econômico, D. Bertaux (1988) conclui que *"se percebe os perigos deste estado de coisa, se algum lugar de investimento psíquico coletivo não vier transcender o movimento cego, surdo e mudo dos mercados deixados a sua própria dinâmica...No final deste caminho, chega-se ao paradoxo do indivíduo enfim liberado de toda amarra, mas também desprovido de toda individualidade; o indivíduo pronto para se juntar a qualquer grupo, pronto a endossar a identidade que se queira bem lhe propor; tudo, menos o vazio"*. A este propósito, cabe lembrar que J.-F. Lyotard (1979) fala da condição pós-moderna, em termos de *"dissolução do elo social e a passagem das coletividades sociais ao estado de massa composta de átomos individuais..."*.

Concordamos assim com M. Freitag (op.cit.) que a crise societal se situaria muito mais ao nível das orientações normativas da ação social da vida comum, ao nível da identidade coletiva e individual e, ao nível mesmo do sentido da existência humana-social-histórica, da consciência comum aos fins. Essa forma de crise tenderia a se agravar na medida em que o presente sistema social se torna cada vez mais eficaz, competente, efetivo e operacional no seu funcionamento e na sua capacidade de integração e de legitimação.

De fato, o sistema econômico-social capitalista atingiu altos patamares de desenvolvimento, em um curto espaço de tempo. Se ele contribuiu, certa-

---

[3] Uma interessante análise sobre uma *nova etapa histórica do individualismo* nas sociedades democráticas avançadas nos é oferecida por Gilles Lipovetsky, in L'ère du vide - Essais sur l'individualismo contemporain, Gallimard, 1983.

Labim/UFRN

mente, para o progresso dos diversos setores nas sociedades integradas ao seu modelo, ele veio, ao mesmo tempo alterar, senão inverter, tantos valores substanciais da existência do homem, obrigando-o a questionar os seus quadros de referência e o seu modo de pensar, ver e agir no mundo.

PANO DE FUNDO: MUNDIALIZAÇÃO DA ECONOMIA

Um paradigma potente, de ordem econômica, impõe-se hoje ao homem: a primazia do dinheiro nas relações sociais. A ordem dos valores na sociedade foi subvertida pela lógica monetária. *"O dinheiro representa a abstração real social, ele é a encarnação do trabalho abstrato por excelência, totalmente desvinculado do conteúdo concreto de produção"*, como bem o observa R. Kurz (1992, p. 77).

No modo de produção pré-capitalista, a produção era um todo: a esfera do econômico e da produção de bens consumíveis era integrada à esfera da vida privada e coletiva dos trabalhadores, bem como integrada à produção e ao reforço de valores individuais e coletivos. Contrariamente, no capitalismo avançado, o processo de produção, como um todo global, encontra-se reduzido a uma dimensão puramente econômica: a lógica do lucro centra-se menos no crescimento da produção de bens (e menos ainda, na produção de valores e significados concretos para o homem), e mais no aumento da rentabilidade. O trabalho perde completamente o seu caráter de labor através do qual o homem buscava satisfazer suas necessidades objetivas, subjetivas e concretas fundamentais a sua existência, para se tornar em apenas um apêndice da reprodução do capital. O processo de abstração, ao atingir o trabalho e suas formas de realização, não mais possibilita que ele produza valores e significados concretos que correspondam ao sistema de vida dos trabalhadores, não mais permite trocas simbólicas entre os homens, senão trocas indiferenciadas, e acaba limitando a capacidade destes na realização de suas aspirações básicas, individuais e coletivas.

Já M. Weber, malgrado sua adesão à racionalidade científica, indicava nela contradições e limites: em sendo a racionalidade moderna, puramente formal e instrumental, ela acabaria inevitavelmente conduzindo à inversão das aspirações emancipadoras da modernidade.

Da incisiva análise de R.Kurz (op.cit.) sobre o processo global de desenvolvimento e de tendências da ordem econômica e social instalada, podemos extrair alguns elementos para compreender os rumos da modernidade.

Labim/UFRN

O atual sistema de produção capitalista é essencialmente pautado no princípio da concorrência, cujo fim é a realização cada vez maior dos lucros (concorrência pela apropriação da mais-valia). Esse "modelo" exige dos sistemas produtores, além de uma estrutura de economia de concorrência, uma capacidade de competição dentro do mercado mundial, o que automaticamente significa que este dita os critérios do padrão de produtividade a serem adotados por aqueles. Ora, o funcionamento sob esse novo padrão de produtividade exige dos sistemas produtores, uma capacidade de investimentos de capital em equipamentos, pesquisa e desenvolvimento de produtos, formação de recursos humanos, logística em infra-estrutura, renovação constante dos recursos humanos e dos materiais devido a rápida obsolescência que o próprio sistema concorrencial produz....

O novo padrão de produtividade, configurado pela combinação da ciência, da tecnologia avançada e grandes investimentos, cria impasses para a maior parte das economias inseridas neste modelo: nem todas elas teriam essa capacidade combinada para uma competição a nível mundial. *"A lógica abstrata da rentabilidade diz que somente é valida e capaz de participar do mercado, aquela produção que corresponda ao nivel mundial de produtividade"* (R. Kurz, p. 171).

É nesse ponto de análise que se verifica a maneira em que se dá, neste tipo de desenvolvimento capitalista, a produção não só de vencedores, como de perdedores em massa. O Terceiro Mundo encontra-se, já há muito tempo, com perda de capacidade de investimento, de produção e de aquisição de consumo, e com maiorias de suas populações vivendo em estado de miséria e de exclusão social inelutável. O que se denota atualmente é que mesmo dentro das sete grandes nações da OCDE, algumas economias expressam a perda de produtividade, de rentabilidade e de capacidade produtiva : *"vastas regiões e parcelas crescentes da população que estão em grande parte excluidas da produção de riqueza abstrata"* (R. Kurz, p.148). Mesmo o Japão e a RFA que se encontram no primeiro plano das grandes potências parecem não escaparem a um processo de produção de um contingente interno de pobreza[4].

A lógica da crise estaria avançando da periferia (Terceiro Mundo e países do leste europeu) para o centro do sistema nevrálgico do capitalismo. Hoje, a "nova pobreza" estaria encravada no próprio sistema social, contrariamente às sociedades tradicionais e modernas onde a pobreza se desenvolvia nas margens da sociedade.

---

[4] Basta observar na imprensa quotidiana o aumento substancial nestes países, no último ano, do número de falências de empresas de pequeno e médio portes, bem como cortes de pessoal nas grandes empresas.

Labim/UFRN

O PÓS-INDUSTRIAL E PÓS-MODERNO

Os críticos da modernidade[5] já apontavam para todos esses aspectos, acima descritos, na medida em que para eles *"a modernidade seria a civilização capitalista-industrial baseada na economia de mercado, no valor de troca, na propriedade privada, na reificação, na racionalidade instrumental, na quantificação, na legitimidade burocrática, no espírito de cálculo racional e no desencantamento do mundo"*, como indica M. Lowÿ (pp.119-127) na sua incursão sobre a questão da modernidade na Escola de Frankfurt. O autor nota que para W. Benjamin, a evolução do capitalismo significaria *"a barbárie moderna, industrial, dinâmica, instalada no próprio cerne do progresso técnico e científico"*; para J. Habermas seria *"a colonização do mundo da vida"*, a partir do momento em que a reprodução material da vida e a reprodução social passa a ser determinada pelo poder e dinheiro, trazendo conseqüências patológicas do ponto de vista da integração social, da socialização e da reprodução cultural (esferas essenciais do mundo da vida).

Para nós, a pós-modernidade marca-se pelo extremo desenvolvimento dessas características. Compartilhamos do ponto de vista de F. Jameson (1985) no qual a pós-modernidade é também, para além da descrição de um determinado estilo nas artes, música, arquitetura, cinema, etc., um conceito de periodização que devemos correlacionar com o surgimento da nova fase do capitalismo avançado[6], o qual implica na *"emergência de um novo tipo de vida social e de uma nova ordem econômica"*. Sugere, ainda, este autor que as rupturas radicais entre períodos não significam necessariamente mudanças completas de conteúdo, mas apenas reestruturações cujos traços menos importantes, em período anterior, passam a ser dominantes no período ulterior, e vice-versa.

Nessa perspectiva, vê-se que presentemente estamos vivendo um outro instante histórico. Conseqüências prognosticadas na fase do capitalismo industrial (pré II guerra mundial) saltam a olhos nus, numa evidência assustadora: alguns traços (mesmo que denunciados, ao longo de sua progressão) não apresentavam o caráter contundente atual.

---

[5] T. Adorno, M. Horkheimer, W. Benjamin, J. Habermas e outros sobretudo da Escola de Frankfurt, que se apoiaram em K. Marx e M. Weber para suas análises da sociedade moderna.

[6] Cujos tantos termos se associam a ele, tais como o do capitalismo financeiro, capitalismo managerial, capitalismo do consumo ou capitalismo multinacional.

Labim/UFRN

A pobreza e a miséria não são dados novos, porém a forma em que se dá hoje a exclusão e o leque ampliado de categorias sociais sendo dela objeto, é um fenômeno de atualidade da sociedade pós-moderna.

O modelo de desenvolvimento da sociedade capitalista, no estágio presente, está mais baseado na exclusão do que na exploração da força de trabalho. Vimos acima que o sistema de produção de mercadorias, em seu nível atual de desenvolvimento, pautada na lógica da rentabilidade e da competitividade, produz necessariamente ***perdedores***, para o próprio triunfo dos ***vencedores***.

No momento, a realidade dos trabalhadores está mais para a luta pela obtenção do trabalho (para a grande massa de desempregados) e pela manutenção dele (para os que se acham integrados social e profissionalmente) que para a luta contra a exploração do trabalho. A rápida obsolescência que se dá a nível das técnicas, das máquinas, dos procedimentos de gestão, se verifica também a nível do trabalhador, que frente ao progresso tecnológico, se vê numa corrida intermitente de atualização de suas capacitações.

O trabalho moderno exige do trabalhador, de todas as categorias sócio-econômicas, uma permanente formação e até mesmo re-qualificações para a sua "adequação" ao progresso tecnológico. O reverso da medalha, do ponto de vista dos trabalhadores, é que nem todos têm as mesmas chances para acompanhar essa evolução e ser absorvido pelas empresas modernas ou hipermodernas[7]. O novo padrão de produtividade não lhes permite aproveitar o grande contingente de mão-de-obra, não detentora de "condições" apropriadas, mesmo que barata, e muito menos "a grande maioria das massas desarraigadas, levando uma vida miserável e improdutiva fora de qualquer estrutura de reprodução coerente" (R. Kurz, p.194).

Sem dúvida, esse modelo contribuiu para o desenvolvimento dos produtos, tornando-os acessíveis para a grande massa, e para o desenvolvimento das forças produtivas, na sua forma moderna e assalariada (mas também abstrata). Não obstante, ele veio retirar em muito as ***possibilidades*** do trabalhador, que quando tem condições de escolha, vê-se diante de um impasse: ou ele adere à ideologia da expansão do capital, ou ele é excluído do sistema.

O caráter dual da sociedade pós-moderna caracterizar-se-ia sobretudo nos termos de *in-out*, de *dentro-fora*, de *centro-periférico*, de *"inserido-desinserido"*[8] do sistema social, em contraposição aos termos usuais da sociedade tradicional e moderna -

---

[7] Ver a conceituação e modo de funcionamento das organizações hipermodernas in "O poder das Organizações", M. Pagès e alli.

[8] Explicitamos esses termos no item 4 deste artigo.

Labim/UFRN

dominantes/dominados , de *exploradores/explorados* , de *os do alto/os do baixo* da escala social.

A. Gorz (1990) menciona, em um artigo recente, algumas estatísticas relativas ao que ele nomeia de "proletariado pós-industrial": *"situam-se nesse grupo, nos anos 90, aproximadamente 50% da população assalariada; na Alemanha Ocidental, assim como na França, mais da metade dos recém-ingressados na força de trabalho exercem atividades incertas ou têm empregos em tempo parcial. Esse tipo de emprego é exercido por mais de um terço de toda a população assalariada. Somando-se ainda os desempregados, o percentual do 'proletariado pós-industrial' chega a 40-45% na Grã-Bretanha, e até a 45-50% nos Estados Unidos. Dois terços da sociedade já não trabalham".* O autor explicita que se encontram aí, além dos desempregados, aqueles *"que trabalham ocasionalmente, por temporada ou em tempo parcial; os que não podem ou nem querem identificar-se com seu trabalho ou com o lugar que ocupam no processo de produção".* São estes os que nos referimos como os *"desinseridos"* do sistema social.

A lógica da excelência[9] em que operam as organizações hipermordernas acentuam o fosso existente entre os ***in*** e os ***out*** da sociedade de trabalho. A exigência de uma qualidade absoluta é imperativa para a sobrevivência das empresas, e ela exige uma mobilização de todos os envolvidos - capitalistas, patrões, dirigentes e trabalhadores. As organizações se voltam assim para a canalização máxima das energias - físicas, morais e libidinais - dos homens para atingirem os seus objetivos (de lucro e de expansão), através de novas formas de management por excelência: processos de mediação[10], mobilização, gestão participativa, projeto de empresa, ...

---

[9] Mencionamos aqui, entre diversas obras que tratam do tema, particularmente duas: a primeira, de edição americana "Na senda da excelência", T. Peters e R. Waterman, D. Quixote, Portugal, 1983, que obteve sucesso não só nos USA, mas também na Europa e se tornou um dos principais livros de referência das novas tendências do management; o segundo, de edição francesa, "Le coût de l'excellence", de V. de Gaulejac e N. Aubert, Paris, Seuil, 1991, que toma como ponto de partida do estudo, a primeira obra acima, para analisar a contra-face da lógica da excelência nas organizações.

[10] Limitar-nos-emos aqui a definir o **processo de mediação** (desenvolvido em "O poder das organizações", op.cit.), em termos de acoplamento de dois mecanismos indissociáveis - fortes imposições, através de todo um sistema de regras (orquestradas pelos "grandes princípios"), e grandes satisfações e gratificações ofertadas aos trabalhadores. A tese que encontramos nesta obra é que as organizações hipermodernas (multinacionais) se desenvolvem como um lugar autônomo de produção ideológica, um espaço de produção de sentido para a vida dos homens na organização e na sociedade e que o sistema de dominação ideológica se fundamenta basicamente na adesão por parte dos indivíduos a um sistema de valores e de crenças (imagens de força e de poder) proposto pela organização. A ressalva que eles fazem é que se trata, do ponto de vista dos trabalhadores, de um conjunto de valores abstratos na medida em que eles se relacionam única e exclusivamente aos objetivos do capital.

Labim/UFRN

Se atentarmos para o discurso gerencial e a prática das organizações excelentes[11], podemos observar que eles estão assentados na sobrevalorização da ação, na conquista e no sucesso *("you must be a winner")*, no elitismo da organização e dos seus integrantes *("we're the best")*, no sentimento de onipotência *("somente os mais fortes ganharão a batalha da economia concorrencial")*, no talento da adaptabilidade (*"ser flexível às mudanças, capaz de se adaptar à diferentes situações"*), no desafio permanente *("pronto para afrontar as incertezas")* e na disponibilidade integral do indivíduo face aos objetivos da organização.

O autor dessa análise (V.de Gaulejac) nota que esses princípios de excelência e a busca da perfeição são a mola propulsora dessas organizações que leva os seus integrantes a adotarem a norma que, para além de ser melhor em relação aos concorrentes, tem que se buscar em *"ser excelente em si, em relação a si mesmo, sem referência, como um princípio, uma exigência moral, um modo de se comportar"*.

Neste universo organizacional dominado pela idéia da excelência, incita-se a competição entre os indivíduos, inculca-se a ideologia do sucesso e se promove o culto do individualismo. Pertencer ao *mundo dos excelentes* significa enormes investimentos de energia que podem acarretar em desgastes físicos e psíquicos, desestruturantes para o indivíduo[12]. Acrescente-se que a ameaça do desemprego, como a espada de Dâmocles pairando sobre as cabeças dos indivíduos, é uma constante na vida de todos[13]. A batalha do indivíduo para assegurar o seu lugar na organização, e deste modo a sua inserção social (discutiremos essa questão no item seguinte) , é grande. Seria oportuno aqui lembrar uma colocação de V. de Gaulejac (op.cit., p. 39) sobre o poder na sociedade pós-moderna, o qual estaria principalmente relacionado com a *"lutte des places"*

---

[11] in "Le coût de l'excellence", op. cit.

[12] Obras como "Le stress profissional" de M. Pagès e N. Aubert, e também a obra, acima citada, "Le coût de l'excellence" analisam em grande parte, o estresse permanente e as descompensações físicas e psíquicas - a face oculta da corrida ao sucesso - daqueles que se consomem na obstinação da performance.

[13] A propósito, a Revista VEJA de 9/12/92, publica uma matéria intitulada: "O fio da guilhotina: A recessão corta cargos no topo da pirâmide e cria uma nova casta de desempregados, a dos executivos que sempre pairaram acima das crises". A matéria atenta para o fato de que nos últimos dois anos, o processo da economia brasileira produziu milhares de vítimas, entre os executivos, antes protagonistas principais no comando dos processos de "enxugamento" dos quadros de pessoal das empresas. "Hoje em dia pouquíssimos executivos sentem-se seguros no emprego. Eles têm medo de ser mandados embora a qualquer momento", comenta uma consultora de recursos humanos a respeito do sentimento de insegurança, disseminado no meio de executivos brasileiros. Pudemos observar que este fenômeno ocorre de maneira mais aguçada, nos países desenvolvidos.

Labim/UFRN

do que com a *"lutte des classes"* e onde *"as regras de distribuição dos lugares (places) na sociedade pós-moderna são cada vez menos em função da classe de pertencimento originária - identidade herdada - e cada vez mais em função das lógicas organizacionais internas - identidade adquirida"*.

Cabe aqui, portanto, salientar que esta prática gerencial da excelência, realizada por meio dos *processos de mediação* (conforme explicitamos o conceito em nota de rodapé acima) e tecnologias sociais modernas de gestão, é altamente excludente. A seleção dos indivíduos passa por critérios seguramente rigorosos que no *pente fino* da triagem, as chances são extremamente reduzidas para aqueles que apresentam, mesmo que minimamente, handicapes - intelectual, social, cultural e/ou emocional.

É nesse sentido que afirmamos que a sociedade pós-moderna é uma sociedade dual que se caracteriza essencialmente pela segregação e exclusão, cujos alvos não são unicamente aqueles originariamente pertencentes às classes desfavorecidas, se bem que a probabilidade destes em serem atingidos seja maior. A luta contra a pobreza e exclusão não é mais uma "prerrogativa" das categorias sociais inferiores. Diversos setores da sociedade civil dos países desenvolvidos, hoje se encontram mobilizados nessa luta, paralelamente à sua mobilização na produção de riquezas, que inexoravelmente lhes causa ameaças e inseguranças. Os cidadãos desses países tiveram, sem dúvida, conquistas avançadas no campo dos direitos humanos e sociais, no entanto estes parecem ser deglutidos pela força das "leis" da sociedade concorrencial.

As nações desenvolvidas apresentam um cenário constituído de paradoxos: de um lado, a riqueza, o progresso social, o conforto material, a acessibilidade às informações, aos espaços culturais (próximos e mesmo bastante distantes), à educação, à saúde e à longevidade, enfim as facilidades a uma vida qualitativa e até mesmo "excessos" para uns, que agridem a outra face do cenário, qual sejam a pobreza, o atraso, a penúria, a inacessibilidade aos produtos do progresso tecnológico e das ciências, a iminência da miséria, similar àquela vivida por povos do Terceiro Mundo, na qual se encontram um contingente cada vez maior de suas populações. J.-F. Lyotard (op.cit.) sugere o termo "dyschronie générale"[14] para esse estado de coisas.

---

[14] Deixamos o termo em francês, por falta de uma equivalência em português; "não sincronismo" seria uma tradução mais próxima, e "diacrasia" um termo mais apropriado ao quadro descrito. Segundo o autor trata-se de uma expressão literária doravante clássica, dada por M. Butor, em Mobile - Etude pour une représentation des Etats-Unis, Gallimard, 1962.

Labim/UFRN

É nesse quadro que a **gestão da miséria**, produto embaraçoso (e culpabizante!?) da e para a sociedade, se torna um **"affaire"** a ser desenvolvido, tanto quanto o é o da **produção e gestão da riqueza**.

MECANISMOS SOCIAIS E POLÍTICOS DE COMPENSAÇÃO: RENDA MÍNIMA DE INSERÇÃO

Esse contexto sócio-econômico explica, em grande parte, o surgimento, na França, em dezembro/88, do programa social RMI - Renda Mínima de Inserção, dispositivo governamental inscrito no conjunto das políticas públicas do Governo F. Mitterand, e considerado como uma das leis mais importantes do seu segundo setenário.

Importante *"tanto pelos objetivos que ela designou ao nível das pessoas atingidas - lhes assegurar 'meios convenientes de existência', lhes dar acesso à proteção social, enfim facilitar sua inserção social e profissional - quanto pela mobilização social e institucional que ela procura suscitar na luta contra a exclusão e a pobreza... Esta medida de natureza bastante complexa - na medida em que ela diz respeito, ao mesmo tempo, à proteção social e praticamente ao conjunto das políticas públicas que ela interpela - corresponde a uma renovação tão essencial para nossa sociedade: garantir a cada um o direito de viver dignamente e de se inserir"*[15].

O RMI é um programa constituído de dois módulos complementares:

- primeiro, abertura do direito a uma renda (diferencial em relação a outros auxílios que a pessoa pode estar recebendo do Estado), a uma cobertura social e a uma ajuda de habitação (para aqueles que se encontram carentes de seguro social e alojamento);

- segundo, engajamento do beneficiário e da coletividade no processo de inserção social e profissional[16].

---

[15] Relatório do Seminário de "Avaliação das políticas públicas", sessão de 14/06/90, "L'évaluation du RMI", P. Vanlerenberghe, P. Sauvage, S. Wuhl, da Comissão Nacional de Avaliação da Renda Mínima de Inserção.

[16] Um contrato de inserção onde constam planos, formas e prazos de viabilizar a inserção profissional e social, é assinado pelo beneficiário e pelo presidente de um colegiado - Comitê Local d'Insertion - formado por diversos representantes da coletividade.

Labim/UFRN

O programa beneficia todas as pessoas que se encontram no término dos seus direitos sociais (salário-desemprego, alocação familiar, alocação-habitação, seguro social, etc.) e que não se acham inseridos profissionalmente. Tem assim por alvo, todos os desempregados de curta, média e longa duração, jovens com mais de 25 anos de idade, adultos e idosos, mulheres e homens, franceses e imigrantes estrangeiros, que muito ou pouco trabalharam e que se encontram no início ou em um processo já bastante "estável" de **desinserção social**.

É ampla a diversidade de situações das pessoas vivendo em condições de precariedade econômica e social, dificultando a própria definição do termo *desinserção social*. Por exemplo, na amostra do estudo de avaliação realizada por nossa equipe, figuravam:

- jovens ao término dos estudos básicos técnicos (ditos profissionalizantes), que nunca haviam trabalhado de forma estável, havendo apenas realizados "jobs" temporários e que vivem sob o teto paterno ou materno ou que vivem como SDF[17];

- SDF - sem domicílio fixo: mulheres e homens de todas as idades que não possuem habitação (tampouco trabalho estável e muitas vezes com saúde precária devido aos "azares" da vida itinerante)[18];

- idosos que há muito haviam perdidos seus direitos sociais (por falta de cotizações regulares) e que viviam de caridade;

- mulheres - francesas e imigrantes - "monoparentales" (mães sozinhas) que nunca trabalharam e que viviam de auxílios do Estado (ajuda para os filhos, auxílio alojamento, auxílio "pais isolados", etc.);

- mulheres que há muito saíram da vida ativa e cujos maridos ou concubinos se encontram desempregados ou com renda familiar insuficiente;

- casais onde os dois cônjuges se encontram desempregados[19];

---

[17] SDF - Sem Domicílio Fixo, termo bastante usual na França para nomear todos os indivíduos que não possuem teto, que se alojam em casa de amigos (quando têm), que dormem nos bancos dos jardins, debaixo de pontes, em casas abandonadas, ou em abrigos de caridade (principalmente, no inverno). E na falta destes, eles se tornam "squatters", onde podem.

[18] Dentro desta "categoria", encontram-se as variadas situações: toxicômanos, alcoólatras, delinqüentes,... e também, artistas, músicos, artesãos, garções de bar,... que, às vezes, possuem até mesmo um transporte utilitário pessoal que é transformado em "habitat". Devido o aumento considerável desta "categoria social", na França, ela tem sido objeto de estudos de campo e de intervenção social, tanto por parte de Organismos estatais, como de entidades públicas e privadas.

[19] O módulo de inserção social do RMI prevê contrato de inserção social e profissional familiar.

Labim/UFRN

• homens e mulheres, com formação superior (letras, engenharia, arquitetura, administração,...), alguns com pouca e outros com muita experiência profissional, que por razões diversas (idade, incidências graves na saúde física ou psicológica, ocorrências de eventos traumatizantes na vida pessoal, etc.) que após perderem o útimo emprego se encontram na categoria de "chômeurs de longue durée" (desempregados de longa duração) e sem esperanças[20];

• homens e mulheres - franceses e imigrantes - de baixo nível de escolaridade e sem qualificações;

• sobretudo homens, numa faixa intermediária de idade (entre 40 e 50 anos) que após haverem trabalhado em um único métier durante toda a vida ativa (sendo para muitos, em uma única empresa), foram vítimas dos processos de corte de pessoal em massa[21] e não se enquadram dentro das exigências do mercado para uma reinserção profissional;

• "gens de voyage" (equivalentes a ciganos), integrantes de comunidades de concepção nômade, há muitas gerações fixadas em terrenos franceses, na maior parte periféricos mas próximos do centro urbano, e cuja população vive na maior parte de "jobs" ou de "travail noir" (trabalho sem carteira assinada e conseqüentemente, sem direitos sociais).

As "categorias" de indivíduos-potenciais beneficiários do RMI não se esgotam nessa lista acima, mencionada para efeito ilustrativo. A população em questão é bastante heterogênea e escapa a toda e qualquer tipologia, o que do ponto de vista institucional, a implementação das ações se torna complexa, tendo em vista seus procedimentos habituais em se trabalhar com sistemas categoriais específicos (retomaremos essa questão no item seguinte).

Uma outra complexidade na consecução de tal programa consiste na abrangência de seus objetivos de grande envergadura social e diríamos ainda, cultural pois se trata de uma mudança na sociedade das representações e atitudes vis-à-vis daqueles que se nomeia por pobre e marginal. *"O RMI é uma medida*

---

20 No item seguinte abordaremos com mais detalhe as dificuldades encontradas pelos próprios "RMIstas" (estigmas sociais, vergonha, auto-representação negativa, deterioração psíquica em conseqüência do prolongado tempo inativo, desespero, resignação, etc.) em realizar o programa de reinserção social e profissional.

21 As demissões em massa cujas ocorrências se verificam, cada vez mais, em empresas de grande porte tipo IBM, BULL Informática, Philips, General Motors, Wolkswagen, Michelin, etc... produzem um enorme contingente de "sujeitos obsoletos" cujas capacitações adquiridas, ao longo dos anos de trabalho, não mais são apropriadas para as empresas modernas, como explanamos no item "Contexto pós-industrial e pós-moderno", deste artigo. Essas pessoas necessitam de uma requalificação para poderem se lançar no mercado de trabalho.

Labim/UFRN

complexa que toca de perto ou de longe o conjunto das políticas públicas e dos comportamentos sociais. Esta medida demanda uma análise mais global das condutas gerais da sociedade como um todo: que dizer por exemplo, das dificuldades de acesso ao emprego se não se analisar a atitude das empresas face a contratação das pessoas não qualificadas? que dizer dos públicos 'marginais' que entram dificilmente no dispositivo se não se tem um conhecimento mais global da grande pobreza?" , conforma consta no Relatório de avaliação das políticas públicas, op.cit...

A complexidade não se averigua apenas pela heterogeneidade das situações apresentadas pela população-alvo, mas também pelos desafios, de ordem política, social, cultural e econômica, em jogo. O "partennariat" (parceria) econômico e social, considerado suporte de concretização do RMI, é enormemente incitado, para a própria viabilização das ações, principalmente do módulo de inserção social e profissional dos beneficiários. A própria lei prevê uma mobilização nacional, não só por parte dos órgãos governamentais envolvidos, como também das coletividades, das instituições sociais - privadas e públicas, dos políticos e da classe empresarial. Enfim, todo cidadão francês é interpelado por esta lei, que vem institucionalizar na França, a **luta contra a pobreza e a exclusão**.

Através do RMI pretende-se reintegrar os direitos que determinadas pessoas perderam no decorrer do processo de *desinserção* profissional, restabelecer o elo social e a "autonomia" dessas pessoas, através do direito ao trabalho.

Contudo, após dois anos de funcionamento do programa, integrantes de movimentos de luta contra a pobreza e a exclusão, muitos beneficiários do RMI, observadores sociais críticos e setores diversos da sociedade civil, não viam aí senão um mero mecanismo de compensação monetária para os excluídos do sistema.

De um processo (esperado) de **supressão das causas fundamentais da exclusão social**, o RMI ficaria reduzido a um **processo de simples supressão de sintomas?!**

Labim/UFRN

Os Paradoxos da Inserção Social e a irredutibilidade da exclusão social

"O RMI é um direito do qual se tem vergonha!"

Numa sociedade desenvolvida, como a França, recorrer ao RMI gera o sentimento de "vergonha"[22]: os próprios entrevistados apontavam para a diferença entre ser dependente do Assedic[23] e ser "RMIsta", uma expressão pejorativa na França para nomear os beneficiários do RMI. Este lhes equivale a ser: *"detrito da sociedade, incapaz, perdedor, perdido, deserdado, analfabeto, assistido e mendigo do Estado, "pauvre-type", miserável,...*, conforme suas próprias definições[24]. O RMI parece desqualificá-los em todos os sentidos - profissional, social e humanamente. *"Em uma sociedade dominada pelo valor-dinheiro e a ideologia da carreira, ser pobre é vergonhoso. A pobreza degrada e humilha"* [25].

Na realidade, o RMI suscita nos beneficiários atitudes e sentimentos ambivalentes: é, ao mesmo tempo, positivo e negativo nas suas vidas. *"O dinheiro do RMI é uma renda que ajuda a sobreviver e por vezes reconforta, mas é também uma ajuda desqualificante"*, assinala um entrevistado.

É sentido positivamente, na medida em que o auxílio financeiro lhes permite evitar de cair totalmente na miséria, porque o programa lhes confere também coberturas sociais, principalmente em saúde e habitação, que os protege um pouco na insustentável situação precária em que se encontram.

Ao mesmo tempo, essa ajuda é vivenciada de forma negativa. O RMI é fonte de vergonha, de revolta, de indignação e para alguns, de culpa:

---

[22] Cf. pesquisa "Vergonha e Pobreza", op. cit.

[23] Órgão que gerencia o pagamento dos salários-desemprego. Ser "chômeur" (desempregado) é, ainda que simbolicamente e por um fio, estar integrado na sociedade. Mesmo porque quem ainda vive de salário-desemprego (máximo dois anos), não atingiu o período crítico da "desesperança", como muitos se encontram após passados esses dois anos na vida inativa.

[24] Conforme a análise da auto-representação in "Relatório de Avaliação do RMI", V. de Gaulejac, N. Takeuti e F. Blondel, dezembro 1991, Laboratoire de Changement Social, Université Paris 7 - Jussieu, França.

[25] V. de Gaulejac, Honte et Pauvreté, Revista Santé Mentale au Québec, 1989, XIV, 2, 128-137.

Labim/UFRN

• **culpabilidade** por parte daqueles que têm o sentimento de *"estar vivendo às custas da sociedade, recebendo dinheiro facilmente, sem dar contra-partida"* (contrapartida ao ganho seria um trabalho remunerado que lhe confira um reconhecimento social);

• **revolta/indignação** por parte daqueles que sentem que os auxílios financeiros RMI e os contratos de inserção[26] são somente "panos quentes" para encobrir um problema social - o da exclusão produzida pela própria sociedade; para estes o RMI, em lugar de resolver, contribui, mais ainda, na reprodução da exclusão.

• **vergonha** por parte dos que sentem estar mendigando e se vêem assimilados pela sociedade como pessoas - *incapazes e assistidas* - que vivem da assistência pública;

Os "RMIstas" representam, de uma certa forma, a "nova pobreza" na França, todavia eles não são apenas pobres, como observam alguns entrevistados, eles são indivíduos que "estão no mais baixo escalão da sociedade", carregados de todos os estigmas sociais negativos.

Esse fenômeno da "nova pobreza" estampada, numa sociedade avançada, provoca indignação, vergonha, muitas vezes até culpa, não só aos que estão dentro, mas também aos que estão fora dela. Um olhar do senso comum, capta uma certa perplexidade e um mal estar por parte dos últimos, que reagem ora com pena e indulgência (por estarem em melhores condições), ora com desprezo e rejeição por aqueles que "não sabem batalhar na vida e querem viver às custas dos impostos pagos por outros". Existiria uma tendência a se responsabilizar, individualmente, as pessoas que "caem" de situação social ou que se encontram na reprodução da pobreza.

Na pesquisa "Vergonha e Pobreza" trabalhamos sob a hipótese que "a vergonha é um fato social", o que equivale dizer que a emergência desse sentimento está associado a uma situação social. A imagem social reenviada por um outro engendra a vergonha. *"A vergonha é uma revelação do outro"*, nos dizia J.-P. Sartre (in L'être et le néant, 1943).

---

[26] Que uma boa porcentagem acha que é "bidon" (gíria francesa que significa "fajuto", "não sério"), formulado segundo as normas institucionais e sociais, e de modo genérico, sem considerações pelas particularidades de cada um. Mais adiante, explicitamos melhor as contradições em torno do contrato de inserção.

Labim/UFRN

Deixamos, por enquanto, em suspenso as nossas reflexões sobre o tema "vergonha social"[27], para aqui nos referir que a visão social (extremamente estigmatizante) do pobre age sobre os sentimentos e atitudes deste. O "RMIsta" se bem que excluído de muitos aspectos da vida normativa da sociedade, continua se referindo através dos valores nela dominantes, razão pela qual ele não pode se impedir de introjetar a imagem desvalorizante de sua pessoa, que ela lhe atribui:

> *"Quando vou ao correio buscar o envelope RMI, eu fico me dizendo que eles lá devem se dizer: essa aí deve ser um refugo; tenho vergonha desse dinheiro; é pior do que se eu o tivesse roubado".*
>
> *"Sou RMIsta mas não gosto disso, a sociedade tem raiva de mim; não vou dizer a um empregador que sou beneficiário do RMI; tenho vergonha de o dizer".*
>
> *"Quando vou aos restaurantes de caridade tenho vergonha porque tenho impressão que as pessoas me vêem...Sinto-me sempre inferior a elas...não ouso dizer a meus amigos que me encontro há quatro anos sem trabalho... escondo isso sempre".*
>
> [Trechos de entrevistas, relativos a esse tema, tirados do Relatório de Avaliação RMI, op.cit..]

A pobreza, como já dissemos, suscita compaixão e complacência, mas ela é também associada *a sujeira, ao fedor, a feiúra, a grosseria, a negligência, a incultura, a violência,... e a morte*. D. Boullier[28] levanta bem a questão da pobreza associada a morte: *"A pobreza provoca medo nas pessoas pois, durante vários séculos, na França, ela ocasionou a morte... e em períodos de escassez e fomes, os pobres foram e são os primeiros a serem atingidos. Há um medo generalizado desta coisa que mata, e a humanidade batalha, em primeiro lugar, para dela se defender, para a própria sobrevivência da espécie humana. Este medo reflete-se na literatura, particularmente nos contos e se inscreve, mais*

---

[27] O tema e o status da teoria da vergonha na psicanálise e a sua dimensão social merecem um espaço de discussão particular, que organizamos em outras notas de trabalho.

[28] D. Boullier, pesquisadora social, integrante da equipe "Vergonha e Pobreza", in Notas de Trabalho: "Honte, peur et pauvreté", abril/1992, Laboratoire de Changement Social, Université Paris 7 - Jussieu, França.

Labim/UFRN

amplamente, no imaginário coletivo". Esta consideração sobre o medo da pobreza vem fundamentar a hipótese de que as atitudes de distanciamento, de desprezo ou de rejeição vis-à-vis da pobreza e de todas as suas adjacências, seriam mecanismos de defesa (inconscientes) contra a angústia de morte (no sentido psicanalítico freudiano).

Muitos dos nossos entrevistados, dentro do trabalho de avaliação RMI, manifestaram atitudes de rejeição em relação aos outros beneficiários, com os quais, ao mesmo tempo eles se identificavam, nas suas condições concretas de existência. A auto-representação social negativa do "RMIsta" só puderam ser expressadas em referência aos outros "seus semelhantes", com os quais cada entrevistado buscava demarcar a sua diferença. A ambivalência manifestada - ser, ao mesmo tempo, "igual e diferente" dos outros - revela:

• por um lado, condutas defensivas contra a angústia (de morte): o "outro" constitui-se em uma espécie de "espelho" onde se reflete sua própria condição - a decadência observada no outro pode ser (ou vir a ser) a sua própria decadência. A evitação dos "seus semelhantes" torna-se-lhe necessária afim de evitar uma desestruturação de identidade, ainda maior;

• por outro lado, a sua dificuldade em se colocar como **sujeito social do processo de inserção**. O conjunto de beneficiários não se constitui em um grupo de pertencimento, tampouco em um grupo de referência: eles se rejeitam entre si e acabam rejeitando a si próprio.

No processo de isolamento e de retraimento em si, eles acentuam o sentimento de solidão, agravam a sua fragilização pessoal e reproduzem e reforçam a sua exclusão social. Nessa configuração de atitudes dos beneficiários estaria, do nosso ponto de vista, um dos elementos centrais do processo de desinserção.

Acrescente-se aí as representações e atitudes ambivalentes do "RMIsta" em relação a inserção social: para a maioria, a inserção significa encontrar um trabalho de imediato: *"trabalhar, se encaixar numa empresa, encontrar uma situação estável, receber salário, fazer parte do mundo ativo e poder fazer projetos na vida, tipo comprar casa, viajar,..."*, (in Relatório de Avaliação, op.cit.). Suas visões não diferem da **visão etnocêntrica** defendida por aqueles (**in** da sociedade de trabalho) que consideram que "ser inserido" é ser "como eles", é viver conforme a imagem deles, ter acesso a um nível cultural, econômico e social equivalente aos seus: ter um trabalho regular, remunerações, habitação "decente", uma rede relacional, uma família estável, uma relação "utilitária" às instituições, ser capaz de "administrar sua vida". As normas desta "gestão existencial" são banalizadas e se impõem ao conjunto da sociedade que consideram esse tipo de

Labim/UFRN

comportamento evidente e normal[29]. O trabalho é uma ponte necessária para readquirir um status social e uma capacidade de ação, tecer uma rede relacional e possuir rendas regulares. Todavia, a entrada no "sistema" não se dá como todos gostariam: eles entram "por baixo" (quando o conseguem), fazendo trabalhos pouco valorizantes, "duros e degradantes" e mal pagos. Assim, a inserção é, para eles, também uma "palavra horrível" que evoca, os "constrangimentos" do mundo do trabalho - *"o de ser enquadrado", "submeter-se a certas condições de trabalho", "sujeitar-se aos mandos e desmandos de outras pessoas",...* . Além do que ela tem a conotação de *"domesticação de marginais ou de desajustados da sociedade"*.

Este duplo aspecto da representação da inserção exprime a ambivalência dos beneficiários entre o desejo de escapar a um sistema de constrangimentos sociais, e a necessidade de se integrar na sociedade, a fim de alcançar uma "normalidade" e a cidadania. Notamos que, quanto maior a ambivalência, maiores são as dificuldades para a realização dos objetivos de inserção profissional e social.

As dificuldades apresentadas pelos beneficiários que se "auto-excluem", é reforçada pelas atitudes (inconscientes, na maior parte das vezes) de rejeição e descrédito à suas pessoas e às suas intenções, por parte dos responsáveis pela operacionalização do programa. Estes escapam tampouco à internalização da idéia de que o "pobre", o "RMIsta" são indivíduos "incapazes", "inválidos" ou na melhor das hipóteses "passivos", necessitando de assistência. *"Muitas instituições sociais ou médicas contribuem para manter a vergonha da pobreza, seja pela implementação de dispositivos humilhantes de assistência ou de cuidados, seja pela forma de tratamento dos problemas... Implicitamente, tais dispositivos reforçam o sentimento que a pobreza é uma tara pessoal, um problema individual, no limite uma falha psicológica, enquanto que ela é a consequência de uma situação econômica"* (V. de Gaulejac, in Honte et pauvreté, op.cit.).

A lógica de controle e de *suspeita a priori* que caracteriza o sistema de assistência conduz, as vezes, a situações aberrantes: os demandadores de ajuda devem, primeiro, provar que estão completamente depauperados para obter o RMI. Um entrevistado descreve os seus diversos percursos e estratégias, antes de poder receber a primeira alocação RMI. Na primeira, ele apresentou claramente o seu projeto - formação desejada e o tempo necessário para se formar e encontrar trabalho: *"De cara, não me acreditaram porque eu tinha pique demais, eu não tinha um modo de falar... perdido, de alguém perdido. Em todos as agências*

---

[29] Notas de Trabalho: Vergonha e Pobreza, V. de Gaulejac, junho 1992, Laboratoire Changement Social, Université Paris 7 - Jussieu, FR.

Labim/UFRN

RMI que fui, vi gente nas filas, sem entusiasmo, sem vontade de batalhar na vida, porque são a escória, de um certo modo criada pela sociedade; ela tem necessidade de detritos - gente de baixo, como ela tem necessidade de suas elites - gente de alta. Eu correspondia mais aos do alto mas em situação dos de baixo. Quando encontrei a assistente social, ela não quis me crer. Tive que dar provas de não possuir recursos! Atestado daqui e dali, tudo para provar a minha depauperação: sem dinheiro, sem trabalho, sem casa... Só fui aceito em outro lugar porque dessa vez me apresentei, com os atestados, mas também fazendo bem o papel de miserável (falando igual a eles, com o olhar perdido como eles, vestindo-me como eles,...), aí fui enquadrado dentro das normas deles".

É como se esperasse que uma pessoa, afogando-se no mar, primeiro afundasse para então se lhe estender a mão. Essa situação é bem descrita por uma mãe (sozinha) com quatro filhos que conta ter recorrido ao órgão instrutor, bem antes do término de auxílios anteriores, seus únicos parcos recursos, para poder contar com o RMI em seguida. No entanto, o seu dossiê RMI só pôde ser aberto, três meses após o término dos direitos anteriores: durante esse período, a família viveu de caridades. A exigência da prova de precariedade é, na maior parte dos casos, vivenciada como uma prova humilhante. O mal estar, o embaraço ou a vergonha se instalam ou se acentuam, nessa ocasião e em cada instante das diferentes etapas, que ele deve cumprir, enquanto usuário do RMI.

O beneficiário é colocado em uma situação paradoxal pois para ter direito ao RMI, ele deve provar que ***nada tem*** e ***nada é***; em seguida, a fim de ser ajudado no processo de inserção, ele deve demonstrar que possui capacidade para vencer. Ou seja, primeiro ele deve **se desqualificar** para em seguida **se qualificar**. A nível psicológico, essa passagem, não parece ser evidente.

A assinatura do contrato de inserção[30] é um *ato forte*, que em princípio, deveria desencadear todo um processo de mobilização, não só a nível do beneficiário, como também a nível social e institucional. Porém, na maior parte das vezes, ele dá início apenas a procedimentos formais de cumprimento de obri-

---

30 O contrato de inserção é, por lei, o instrumento que liga a alocação financeira e a inserção e que fundamenta juridicamente o direito dos beneficiários. Ele deve refletir um trabalho de "pesquisa" sobre o que o beneficiário estima ser a démarche mais apropriada a suas necessidades e a suas aspirações. As noções de progressividade e de duração, conforme as condições de cada um, devem ser integradas. O contrato deve estar mais pautado sobre a obrigatoriedade dos meios que sobre os resultados e os seus termos devem se basear nas potencialidades dos interessados e não sobre os seus handicapes: ***"A elaboração e a assinatura do contrato são os primeiros atos fortes que iniciam a dinâmica de inserção. O contrato manifesta a capacidade de engajamento dos beneficiários e o reconhecimento de sua dignidade de cidadãos, atores e não assistidos"***, in Relatório de Avaliação RMI, op.cit.

Labim/UFRN

gações e deveres rotineiros[31]. A incredulidade, de parte a parte, quanto a uma resolução positiva para a situação vivida pelo "RMIsta", leva a uma formulação mais normativa e menos eficaz de contratos, com pouca participação ou omissão mesma do próprio interessado.

Os resultados dos trabalhos de avaliação mostram contradições existentes entre a experiência vivida pelos beneficiários no dispositivo RMI e o texto da lei, sobre diversos pontos[32]:

• muitos beneficiários têm o sentimento de não serem tratados como pessoas ou cidadãos, mas como seres "coisificados" ou instrumentalizados;

• muitos beneficiários se sentem despossuídos de sua própria expressão: pede-se lhes que apresentem um projeto pessoal, mas se os dissuade de apresentá-lo conforme as normas institucionais; suas necessidades e aspirações são re-interpretadas pelos atores institucionais, segundo a lógica de cada serviço e as regras e procedimentos existentes;

• solicita-se-lhes a expressão de suas aspirações para construir um projeto de inserção, diz-se-lhes, no entanto, que os meios são escassos para o realizar. Por lei, o percurso de inserção é individualizado, segundo as aspirações e necessidades de cada beneficiário, porém na prática, as "ofertas" de formas de inserção são dirigidas a "uma massa" e bastante limitadas, além de que inexistem praticamente critérios de inserção;

• as ofertas de emprego correspondem freqüentemente a empregos subqualificados, pouco valorizantes e mal pagos, mesmo quando os postulantes sejam qualificados e tenham, anteriormente, exercido responsabilidades importantes;

• a lei coloca prioridade sobre os meios a serem facultados aos beneficiários, mais do que sobre os resultados. Não obstante, na prática, exigem-se resultados que se traduzem na obtenção de trabalho[33], mesmo se este não esteja totalmente adaptado às condições do indivíduo.

---

31 Visitas regulares a assistente social para dar conhecimento de suas dificuldades em encontrar estágios, trabalho, habitação, etc., ao mesmo tempo para pedir auxílio na sua busca.

32 O nosso trabalho de avaliação continha igualmente um módulo complementar a do "Ponto de vista dos beneficiários", o das relações inter-institucionais e lógicas de funcionamento institucional. De forma que os pontos relevados levam em conta os dois pontos de vista.

33 Não esqueçamos que este é um dos indicadores importantes da eficácia institucional, enquanto que para muitos "RMIstas" se trata de resolver problemas de saúde, habitação e formação profissional, antes de sair a procura de emprego.

Labim/UFRN

Tratar-se-ia então, ao invés de um sistema "adaptado" aos beneficiários para os ajudar a resolver seus problemas, de um sistema de normalização e de controle para os obrigar a se "readaptar"?

Há um sentimento generalizado de que os beneficiários participam de um processo externo a eles. As decisões são tomadas por eles e não com eles. Muitos são os que não deixam de reconhecer a "boa vontade" dos atores institucionais, mas vários entre eles não deixam de assinalar igualmente a "inoperência" ou até mesmo a "perversidade" da relação de dependência que decorre das atitudes assistencialistas. A inserção **"sem poder de escolha"** prima sobre a inserção **"com escolha própria"**. A lei pretende levar em conta as especificidades de cada indivíduo, mas a prática induz a uma normalização e a uma padronização dos beneficiários, dentro de um sistema categorial pré-existente. A "lógica existencial" dos "RMIstas" - confusa e desordenada - choca-se com a lógica das instituições - forçosamente planificada e organizada.

Essas contradições diversas seriam expressões da natureza particular do elo social que liga o "RMIsta" à comunidade social. Ele é submetido a um duplo movimento contraditório de exclusão e de "integração":

- por um lado, confrontado a problemas diversos que o colocam em situação de *desinserção* (perda de emprego, perda de renda, rupturas familiares e/ou afetivas, habitação precária, perda de auto-estima, perda de confiança no futuro, dificuldades de prefigurar um devir, saúde fragilizada, etc...);

- por outro lado, a lei que lhe confere uma existência social como sujeito de um direito novo, o direito à inserção.

A contradição está no fato que o contrato faz com que a inserção dependa tanto do indivíduo, quanto dos meios colocados a sua disposição para realizar a inserção. Ora, sob o ângulo do indivíduo, ele se encontra em situação vulnerável que o coloca, de alguma maneira, "fora da parada" da sociedade de trabalho. Quanto aos meios, o módulo de alocação financeira RMI, fornece-lhe meios que lhe permite mal sobreviver, enquanto o módulo de inserção, permite-lhe elaborar um projeto que raramente desemboca em um emprego. É preciso dizer, ainda, que as respostas das estruturas econômicas em absorver perfis "RMIstas" têm se mostrado bastante tímidas, quase nulas[34] e as relações institucionais ainda se dão, essencialmente, através de práticas assistencialistas, impossibilitando o beneficiário a se posicionar como **sujeito do processo de in-**

---

[34] Relembramos que a organizações modernas estão na "injunção" de operarem na lógica da excelência, o que impossibilita o "RMIsta" de integrar tal universo, levando-se sobretudo em conta a desqualificação e invalidação social de sua condição.

Labim/UFRN

serção. Esses últimos aspectos vêm agravar a contradição do movimento que tenta, em princípio/teoria, integrar o indivíduo, para na prática excluí-lo.

A situação paradoxal constitui-se no fato que o dispositivo de inserção induz comportamentos que são fatores de exclusão.

Em vista dos resultados alcançados até o momento, percebe-se mais um mal-estar generalizado do que perspectivas de mudanças: *"...terminaremos vertendo uma renda mínima sem controle, a inserção se tornando uma missão impossível?"* [35]

* * *

> ***"Como devenir, nas condições existenciais em que eles (indivíduos como os "RMIstas") se encontram, numa sociedade caracterizada pela perda de sentido do devenir social, pelo enfraquecimento dos ideais sociais e do Ideal do Ego (de cada homem) - bases estes do elo social criador da civilização?*** [36]***"***

Tomando-se por premissa que a inserção é uma relação social, um dos aspectos do nosso trabalho foi o de analisar a natureza do elo social entre "categorias excluídas" do sistema e a comunidade social, bem como as contradições que atravessam essas relações, correlacionando-os às contradições básicas do sistema social.

Os resultados dos trabalhos de avaliação do programa RMI veio confirmar uma hipótese inicial, segundo a qual esse dispositivo seria um processo de mediação das contradições existentes na sociedade e por isso mesmo, o seu funcionamento estaria permeado por contradições múltiplas de base.

---

[35] Interrogação de um "Conseiller Général" durante debates na reunião da Comissão Departamental de Inserção de Yvelines, 16/01/92, diante dos resultados da avaliação.

[36] J. Palmade, prefácio de "La pauvreté, un destin?", B. Breban, L'Harmattan, 1984, Paris. As palavras entre os parênteses, foram por nós acrescentadas.

Labim/UFRN

Assim, refletir sobre a inserção, focalizando-se apenas sobre as mudanças de comportamentos, pareceu-nos ser uma *démarche* redutora. A questão da inserção/exclusão social é, geralmente, analisada a partir dos "problemas" e dos "comportamentos" das pessoas em dificuldade, em lugar de:

- se tomar, como ponto de partida, as relações existentes entre a sociedade e os indivíduos;

- se questionar sobre o processo que produz a precariedade, a invalidação, a fragilização, a exclusão social... correlacionado ao modelo de desenvolvimento da própria sociedade.

Um ponto a que chegamos, através deste trabalho e de outros, centrados no modo de funcionamento das organizações modernas, é que houve um "deslocamento" dos espaços de produção da sociedade e de identidades, bem como alteração na natureza do elo social.

A evolução sócio-econômica, o progresso tecnológico, a transformação no modo de circulação do conhecimento (cf. análise de J.-F. Lyotard, op.cit.) e a urbanização multiplicaram sobremaneira os fenômenos de "deslocamentos" (de classe, de cultura)[37]. Atualmente, não se trata mais de falar em crises identitárias, a nível individual, pois elas dizem respeito a grupos sociais inteiros. V. de Gaulejac (Notas de trabalho, Honte et pauvreté, op.cit.) sublinha que

> *"não é somente o indivíduo que está 'declassé'* (desenraizado em relação a sua classe de origem) *ou deslocado, é o seu grupo de pertencimento que se encontra fraturado, levando:*
>
> *- uns pelos caminhos da desinserção e,*
>
> *- outros, na necessidade de se inserir, a rupturas em relação ao seu meio de origem e aos seus valores e costumes, a terem que reinventar novas práticas sociais".*

Acrescentamos, estas novas práticas são, na maior parte das vezes, vividas como extremamente desestruturantes a nível sócio-psíquico-cultural.

---

[37] V. de Gaulejac analisa o fenômeno de "deslocamento de classe" na sua obra "La névrose de classe", Éd. Hommes et groupes, 1987, Paris, e N. Takeuti, o fenômeno de "deslocamentos culturais" e os seus efeitos a nível da identidade psíquico-afetiva e cultural, em "Conflits d'identification culturelle", tese de doutoramento, 1985.

Labim/UFRN

No atual contexto da pós-modernidade, conforme discutimos neste texto, a condição social e psíquica do homem parece estar presa a um *"imaginaire social leurrant"*[38]: racionalidade instrumental, eficiência, individualidade, carreira, *excelência*...

Entretanto esse "imaginário potente" deixa interstícios onde podem se exercer tipos de práticas sociais que permitem vislumbrar possibilidades de um *imaginário criador* (cf. C. Castoriadis) abrindo caminhos para um *projeto instituinte* do homem?

Nossa pesquisa segue o seu curso nesse sentido...

38 - *leurrant* = logro, enganoso. Cf. E. Enriquez, in L'analyse de l'organisation, PUF, 1991.

Labim/UFRN

BIBLIOGRAFIA

BERTAUX, D. — Individualismo e modernité, Espace Temps, número 37, 1988.

BLONDEL, F.
BOULLIER, D.
De GAULEJAC, V.
DEVILLARS, J.
ROY, S.
TABOADA, I.
TAKEUTI, N. — Honte et Pauvreté - Décheance sociale et processus d'insertion, Relatório de pesquisa, Laboratoire de Changement Social, Université Paris 7 - Jussieu, Novembro 1992. Pesquisa financiada pela Caisse Nationale d'Allocations Familiales, França.

BREBAN, B. — La pauvreté, un destin?, L'Harmattan, Paris, 1984.

FREITAG, M. — Eclatement du "social", ou oubli de la "société"?, in "L'éclatement du social - Crise de l'objet, crise des savoirs?", CRTS, Université de Caen, 1989, obra coletiva sob a direção de D. Le Gall, C. Martin et M. Soulet.

FREUD, S. — Malaise dans la civilisation (1929), Denoël e Steel, Paris, 1934.

De GAULEJAC, V. — Honte et Pauvreté, Revista Santé Mentale au Québec, 1989, XIV, 2, 128-137.

DE GAULEJAC, V.
TAKEUTI, N.
BLONDEL, F. — L'évaluation dynamique du RMI dans les Yvelines, Convention LCS-Conseil Général des Yvelines, 1992.

De GAULEJAC, V. — La névrose de classe, Ed. Hommes et Groupes, Paris, 1987.

De GAULEJAC, V.
AUBERT, N. — Le coût de l'excellence,Seuil, Paris, 1991.

GIDDENS, A. — As Conseqüências da Modernidade, UNESP, 1991.

GORZ, A. — A nova agenda (jan. 1990) in "Depois da queda - o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo", coletânea de ensaios sob a organização de R. Blackburn, Paz e Terra, 1992.

Labim/UFRN

JAMESON, F. Pós-modernidade e sociedade de consumo, trad. V. Dantas, Novos Estudos, CEBRAP, 12, JUNHO 1985.

KURZ, R. O Colapso da modernização, Paz e Terra, 1992.

LIPOVETSKY, G. L'ère du vide - Essais sur l'individualisme contemporain, Gallimard, 1983.

LYOTARD, J.-F. La condition postmoderne, les Editions de Minuit, Paris, 1979.

LOWŸ, M. A Escola de Frankfurt e a modernidade - Benjamin e Habermas, Novos Estudos, CEBRAP, 32, março 1992.

PAGÈS, M.
BONETTI, M.
De GAULEJAC, V.
DESCENDRE, D. O poder das Organizações, Atlas, 1987.

PAGÈS, M.
AUBERT,N. Le stress profissional , ed. Klincksiek, Paris, 1989.

PETERS,T.
WATERMAN, R. Na senda da excelência, D. Quixote, Portugal, 1983.

SARTRE, J.-P. L'être et le néant, essai d'ontologie phénoménologique (1943), TEL Gallimard, 1975, Paris.

VIVERET, P. Le revenu minimum d'insertion, une dette sociale sous la direction de R. Castel J.L. Lae, L'Harmattan, Paris, 1992.

TAKEUTI, N. Conflits d'identification culturelle, tese de doutoramento, Université de Paris 9 - Dauphine, 1985.

VANLER-ENBERGHE, P.
SAUVAGE, P.
WUHL, S. Relatório do Seminário de "Avaliação das políticas públicas", sessão de 14/06/90, "L'évaluation du RMI", Comissão Nacional de Avaliação da Renda Mínima de Inserção.

WRESINSKY, J. Grande pauvreté et précarité économique et sociale, Rapport au Conseil économique et sociale, J.O. 28/02/87.

Labim/UFRN

APONTAMENTOS SOBRE A RELAÇÃO LINGUAGEM/IDEOLOGIA: uma leitura de Mikail Bahktin

M. Bernadete F. de Oliveira
Profª Adjunto IV-Deptº de Letras

Vivência, Natal, v. 7, n. 1, p. 63-70, jul/dez. 1993

Labim/UFRN

Labim/UFRN

Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre linguagem e ideologia, a partir do ponto de vista de M. Bahktin, da forma que é explicitado em **"Marxismo e Filosofia da Linguagem"**, e em **"Estética da Criação Verbal"**.

Na concepção de Bahktin, a linguagem possui uma natureza dialógica, cuja gênese reside na necessidade de cooperação mútua entre os homens. Isto significa dizer, que a linguagem é forjada nas relações sociais, entre falantes definidos, e, que todo enunciado lingüístico dirige-se a um interlocutor. É, como sabiamente adverte Bahktin, não basta colocar dois "homo sapiens" face a face, para que os signos se constituam. Um sistema de signos apenas se constitui entre indivíduos socialmente organizados, seja em grupos, castas, classes, tribos etc. Para este autor, o universo dos signos é o locus privilegiado da materialização ideológica, e entre os vários tipos de signos, destaca-se a palavra, fenômeno ideológico por excelência.

Segundo ele, é esta natureza específica da linguagem que a torna um objeto fundamental no estudo das ideologias. É, portanto, no fenômeno da interação verbal, decorrente desta natureza dialógica, que se dá a materialização do elo que existe entre a estrutura social e a ideologia, podendo este fenômeno ser identificado nos mais diversos aspectos da enunciação, e nos diferentes modos de discurso. Em outros termos, o autor afirma que cada época e cada grupo social tem seu repertório de formas de discurso. E, diz ele, pelo fato das formas do signo, manifestadas nos diferentes discursos, serem condicionadas pela organização social dos indivíduos ou grupos que os utilizam, uma modificação nestas condições modifica também o signo.

Para Bahktin (1988), os estudos da filosofia da linguagem são elementos fundamentais para uma teoria da ideologia, isto porque para este autor, o produto ideológico é constituído a partir dos signos. Diz ele, **"tudo que é ideológico é um signo"** (pag 31), e como tal reflete e refrata uma outra realidade.

Sua concepção de ideologia aproxima-se daquela concebida por Gramsci (1979), para quem, ideologia é **"uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas"** (pag.16) e que tem como objetivo **"conservar a unidade ideológica de todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela ideologia"**. (pag.26) A ideologia ou visão/concepção de mundo é pois um conjunto de idéias que expressam os valores da cultura espiritual existentes em uma dada sociedade, em um dado momento

Labim/UFRN

histórico, e em vários níveis, desde uma concepção mais elaborada, também chamada de concepção filosófica, até o senso comum e o folclore.

Este conjunto de idéias ou, no dizer de Gramsci, uma concepção de mundo, assume como universal, aquilo que é de interesse particular, apenas em determinadas circunstâncias, ou seja, quando o bloco histórico no poder mantém a confluência de todas as forças interessadas numa modificação social. Neste momento, pode-se dizer que a ideologia dominante é a representação de uma concepção de mundo que se tornou hegemônica. O conceito de ideologia assim compreendido, não se limita aquele de dominação e/ou de falsa consciência, e sim refere-se ao conjunto de valores e idéias que existem numa dada sociedade, e que podem manifestar valores contraditórios, em diversos níveis.

Retomando a afirmação de Bahktin, de que o signo lingüístico é marcado pelo horizonte social de uma época, de um grupo, etc, e que sua forma vai depender das condições em que ocorra a interação verbal, abre-se o caminho para a compreensão da natureza ideológica do signo lingüístico. Esta vai se manifestar em diversos "índices de valor" e sua natureza social permite que o signo torne-se uma das arenas onde se desenvolve a luta de classes. Compreender esta plurivalência do signo, é de fundamental importância, se não a tivermos claro, e se subtrairmos o signo das tensões da luta social, deixamos de percebe-lo como vivo, móvel, capaz de exercer sua natureza polissêmica, capacidade de produzir sentidos diversos característica, por excelência do signo lingüístico.

Por outro lado, é exatamente por sua natureza ideológica, que o signo pode funcionar como instrumento de deformação do ser. Este, o funcionamento que lhe atribui um pensamento dominante, na tentativa de colocá-lo acima das classes, de forma que sejam abafados os índices de valor social que pode comportar. Este processo que chamaríamos de alienação do signo, decorre do fenômeno da fetichização, o qual funciona de duas formas, ou seja, de um lado, ao conceber as relações entre signos como se fossem relação entre coisas, quando em sua essência, esta relação é a materialização de uma relação social; de outro, a partir da negação do caráter polissêmico da linguagem, e a tentativa de instauração de um sentido único, homogêneo, de caráter universal portando um mesmo valor.

Na perspectiva de Bahktin, portanto, a linguagem, em sua essência, pelo fato de ser produzida a partir de uma relação social, representa idéias, conceitos, funcionando como elemento de construção de visão de mundo, e, acreditamos ser esta também a compreensão de Gramsci (1979), quando este afirma que **"se é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que a partir da linguagem**

Labim/UFRN

de cada um é possível julgar da maior ou, menor complexidade de sua concepção de mundo" (pag.13).

Por outro lado, ao tratar do funcionamento ideológico da linguagem, Bahktin o faz nos marcos da interação verbal, recolocando em discussão a importância da função comunicativa da linguagem. Segundo ele, a Lingüística tem relegado esta função da linguagem a um segundo plano, e, a partir da herança filosófica dos séculos XVII e XVIII, tem privilegiado sua função cognitiva, ou limitado-se a tratar o processo da comunicação, em seu aspecto informativo.(2) Para este autor, o diálogo é a forma clássica da comunicação verbal, e a relação dialógica é uma relação de sentido que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal. A compreensão dos enunciados, portanto, implica na natureza dialógica da linguagem porque envolve o outro, enquanto que à explicação é reservado o caráter de monólogo.

E, como diz Schaff (1968), é neste contexto que se permite a afirmação marxiana de que **"deve-se procurar a origem tanto da consciência como da fala na vida social e em suas necessidades de comunicação com outras pessoas"** (Schaff, pag.148), o que possibilita explicar o processo da comunicação, sem ser necessário recorrer a milagres e metafísicas.

A partir deste aparelho conceitual, Bahktin (1988) critica aqueles autores, ligados à filosofia idealista, e que situam a ideologia na consciência, transformando aquela em um conjunto de idéias abstratas, e esta em uma representação da individualidade. O autor retoma a idéia marxista clássica da consciência como produto social, e que apenas pode ser explicada, a partir do meio ideológico e social, no qual ela se constrói, adquirindo forma e existência nos signos criados por um grupo organizado, no curso de suas relações sociais. Os signos, afirma. **"são o alimento da consciência individual, a matéria do seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis"** (pag.36), e a consciência diz ele **"fora de sua objetivação, de sua realização num material determinado (o gesto, a palavra, o grito), é uma ficção"** (pag.118)

Desta forma, é que o horizonte social, de uma época e de um grupo social determinado, marca o signo lingüístico, cuja forma passa a depender das formas e circunstâncias em que ocorrem a interação social, responsável por sua realização. É, nesse contexto, ou seja, nessa interação, que o signo adquire "índices de valor", os quais estão relacionados às condições sócio-econômicas do grupo onde se origina, ou seja, as bases de sua existência material. E, é nesse sentido, que a linguagem, através de sua função representativa, torna-se a "consciência real", a qual é explicada não pelo funcionamento individual da mente,

Labim/UFRN

e sim a partir das representações sociais, presentes na situação de interação verbal.

Reafirmando a interação verbal como o fenômeno lingüístico por excelência diz este autor que toda enunciação é de natureza social, e determinada pela situação social mais imediata - condições reais da enunciação. Na verdade, para ele, qualquer que seja a enunciação, por exemplo a expressão verbal de uma necessidade - a fome - é determinada em sua forma pelo tipo de situação e pelo tipo de sujeito emissor de determinada expressão verbal. Ela terá a forma e a modalidade lingüística, seja por exemplo de exigência ou de solicitação, dependendo da situação imediata em que se situa a percepção desta necessidade, por parte da pessoa ou grupo de famintos em questão.

Em seu texto "Gêneros do Discurso", Bahktin (1992) vai propor o "enunciado" como a unidade real do processo de comunicação humana, vinculando-o à alternância dos falantes, ou seja, cada enunciado começa quando o "outro" termina e vice-versa. Daí sua constatação que "**... as pessoas não trocam palavras ou combinações de palavras, trocam enunciados**", e que o enunciado vai da "**réplica monolexemática ao romance em vários tomos**". (pag.305)

Por outro lado, a colocação da natureza social da linguagem, fruto de relação social entre homens organizados, faz com que Bahktin introduza o conceito de polifonia. Isto é, a natureza social da linguagem implica em que nossos enunciados estejam repletos de palavras de outros.

Isto porque, diz este autor "**a expressão, o meio social, o micromundo - o da família, dos amigos e conhecidos, dos colegas - que vê o homem crescer e viver, sempre possui seus enunciados que servem de norma, dão o tom: são obras científicas, literárias nas quais as pessoas se apóiam e às quais se referem, que são citadas, imitadas servem de inspiração. Toda época, em cada uma das esferas da vida e da realidade, tem tradições acatadas que se expressam e se preservam sob o invólucro das palavras, dos enunciados. ...Há sempre certo número de idéias diretrizes que emana dos luminares da época, certo número de objetivos que se perseguem, certo número de palavras de ordem. etc...** " (Bahktin, 1992, pag.313).

O conceito de polifonia introduzido por Bahktin incorpora a dimensão ideológica do signo lingüístico, no sentido de que os enunciados estão, "**repletos de palavras dos outros, caracterizados em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação...**" (Bahktin, 1992, pag.314), ao mesmo tempo que reforça a idéia da importância do processo de comunicação social, através do fenômeno da interação verbal. Por outro lado, esta natureza polifônica do signo, permeada do conteúdo ideológico assume um caráter dinâmico, na medida em que afirma "**as**

Labim/UFRN

palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que acumulamos, reestruturamos, modificamos " (pag.314) (3)

Ou seja, na compreensão de Bahktin, o locutor não é um Adão, daí o objeto de seu discurso torna-se o ponto de encontro de "**... interlocutores imediatos ou então as visões de mundo, as tendências, as teorias etc.**" (pag.319). Para ele, ao se subestimar a relação do locutor com o outro e com seus enunciados, deixa-se de compreender o discurso. As unidades de língua, diz ele, é que ... **carecem de qualquer relação com o enunciado do outro, com a palavra do outro**" (pag.325).

Para ele, portanto, o enunciado não constitui uma unidade da língua, como se fosse um nível superior ao da frase. É, sim, uma unidade da comunicação verbal, possuidora de sentido, comportando juízos de valor e implicando em uma compreensão responsiva. Por este motivo, o enunciado apenas pode ser apreendido na relação dialógica, realizado por sujeitos reais, cujo valor é definido pelas formas de sua relação com a realidade, como seu alocutário e com os enunciados alheios. (4) Diz ainda Bahktin (1992), que "**as tonalidades dialógicas preenchem nossos enunciados... pois nosso próprio pensamento nasce e forma-se em interação e luta com o pensamento alheio**" (pag.317).

Desta forma, as diversas vozes presentes no discurso - polifonia -, são de origem social, e assumem o caráter de "visões de mundo" garantindo a dimensão ideológica da linguagem em Bahktin.

NOTAS

(1) Este tema tem sido bastante explorado na Lingüística Moderna nas primeiras fases da Escola Francesa da Análise do Discurso, tendo em M. Pêcheux seu expoente máximo. Discutimos estas questões em Oliveira (1991).

(2) Referimos-nos aqui mais especificamente aos modelos lingüísticos da Escola Gerativa e ao Estruturalismo Americano.

(3) O conceito de polifonia vem sendo utilizado por outros autores, destacando-se entre eles O. Ducrot (1987), no entanto, ao não considerar a dimensão sócio-histórica da interação verbal como constitutiva da linguagem, não conseguem dar conta dos aspectos ideológicos da polifonia

(4) A noção de valor do enunciado é completamente diferente da noção de valor para Saussure. Neste autor o valor está relacionado apenas ao signo e suas relações internas que se realizam nos eixos sintagmático e paradigmático.

Labim/UFRN

BIBLIOGRAFIA

BAHKTIN, M. - **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** São Paulo, Hucitec, 1988. Trad. do orig., 1930.

_____ - **Estética da Criação Verbal.** São Paulo, Martins Fontes, 1992.

DUCROT, O. - Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In, **O dizer e o dito.** Campinas, Pontes, 1987.

GRAMSCI, A. - **A Concepção Dialética da História.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

OLIVEIRA, M.B.F. de. - O discurso como fenômeno ideológico: a concepção de M. Pêcheux. **VIVÊNCIA**, v.4. n.1, 1991.

SCHAFF, A. - **Introdução à Semântica.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

Labim/UFRN

A Democratização da Universidade: Questões e Dilemas

Oswaldo Hajime Yamamoto

Vivência, Natal, v. 7, n. 1, p. 71-88, jul/dez. 1993

Labim/UFRN

Labim/UFRN

A partir de meados dos anos 70 - com a reorganização do movimento estudantil e o surgimento do movimento docente articulado nacionalmente - a defesa da democracia passou a se constituir em uma das principais lutas da comunidade universitária no combate ao autoritarismo vigente no âmbito universitário. Se a legitimidade e a necessidade mesma de tal processo constituíam-se em virtual unanimidade a sua condução, não obstante, tem colocado um conjunto de questões de difícil equacionamento. O objetivo do presente ensaio é precisamente discutir algumas dessas questões postas pela consideração da necessidade da democracia como condição privilegiada para o funcionamento da instituição universitária, sobretudo pela contraposição simples - e por vezes apressada - da democracia ao autoritarismo.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, delineio - ainda que de maneira sumária, as questões que se colocavam em torno da democratização da sociedade brasileira no processo de transição do período autoritário. Com base nessas considerações, discuto no tópico seguinte, as questões concernentes ao autoritarismo e à democratização da universidade propriamente dita. Finalmente, no último ponto, à guisa de conclusão, recoloco a problemática da democratização da universidade.

1. AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO: ALGUMAS NOTAS

A democracia foi, indubitavelmente, a prioridade política maior da sociedade brasileira desde o final da década de 70 - culminando no período que se convencionou denominar de "transição". Esta preocupação esteve presente na produção intelectual do período de maneira marcante, não somente no que tange à transição quanto em discussões acerca da democracia enquanto uma "idéia nova" (Pécaut, 1990). No sentido de ilustrar apenas o tratamento da temática, faço referência a seguir aos escritos de intelectuais que, a partir de diferentes angulações teóricas, abordaram a questão: Guillermo O'Donnell, Francisco Weffort e Carlos Nelson Coutinho[2].

O'Donnell seguramente é um dos estudiosos que mais tem se dedicado à questão do autoritarismo e da transição democrática, não somente do Brasil como de outros países latino-americanos e europeus. Partindo da premissa de que a natureza das transições democráticas não pode ser dissociada das características dos períodos autoritários precedentes, sustenta que o ciclo autoritário brasileiro durante a vigência dos governos militares **não** teve a marca dos demais regimes do cone sul, que foram "economicamente destrutivos" e "altamente repressivos". Ao contrário, o regime, aqui teria sido relativamente bem-sucedido economica-

Labim/UFRN

mente e aplicado uma repressão - ainda que dura - significativamente "menos extensa e sistemática" (1988, p.15).

Em razão destas distinções, as características das transições seriam também diferentes. Naqueles regimes em que esta se processou através de colapsos, mesmo enfrentando duras restrições de agudas crises econômicas, os novos governos democráticos teriam margens maiores de liberdade, relativamente à questão da regressão autoritária. Já no Brasil, devido às próprias características do regime autoritário, a transição teria sido "pactuada"[3]. Paradoxalmente, a conseqüência para a transição seria a possibilidade de regressão relativamente livre de obstáculos com respeito aos demais países latino-americanos.[4]

As possibilidades de regressão, no caso brasileiro, estariam ligadas pois, a elevado grau de continuidade do regime autoritário precedente, tanto no plano institucional propriamente dito, quanto em outros, "mais estruturais" (O'Donnel, 1988, p.83)[5]. Daí a necessidade de mais premente - como principal responsabilidade da classe política - de defender dos riscos da regressão, esta democracia com todas as suas vicissitudes, na direção de uma "consolidação democrática".

Nessa direção, O'Donnel (1988, p.46) aponta quatro condições: neutralizar os atores "incondicionalmente autoritários"; fomentar preferências ou práticas vinculadas ao funcionamento democrático; fortalecer a "maioria antiautoritária" e a "construção institucional representativa" [6].

Dois outros que têm se dedicado ao estudo da questão da democracia - Carlos Nelson Coutinho e Francisco Weffort - destacam-se não somente pela qualidade de suas reflexões como pela defesa de posições polêmicas, principalmente no tocante às relações entre a democracia e o socialismo.

Coutinho (1984) lembra que a questão da democracia não é estranha ao marxismo[7]; ao introduzir a discussão, afirma combater uma visão "estreita" que identifica a democracia como forma de dominação burguesa, defendendo-a enquanto um dos **pressupostos** para o estabelecimento e consolidação do socialismo no Brasil.

Posição bastante próxima defende Weffort (1984): para ele, a problemática da democracia **não** se incompatibiliza com a da revolução, sugerindo, mesmo, que a primeira poderia ser a **condição** para a segunda[8]. Também para Weffort, a noção da democracia como uma forma de dominação burguesa por excelência, seria fruto de *"leituras mal digeridas de Marx"*[9]. Weffort afirma ser a democracia *"o terreno onde grupos e partidos que representam interesses e ideologia diversas lutam pelo poder"* (1984, p.59). Mas, mais do que um instrumento, ela se afirmaria enquanto um "valor geral" - ou "valor universal", conforme Coutinho

Labim/UFRN

(1984) - *"um valor que é de todos, espaço irrenunciável de realização da dignidade humana"* (Weffort, 1984, p. 61). Nesse sentido, *"a luta dos revolucionários, no Brasil, está em contribuir para a criação da democracia (...) (e) o sentido da revolução no Brasil é o de criar a democracia"* (p.118). Se a democracia será ou não socialista, não é uma questão que permita resposta a priori. Mas, para Weffort, *"a luta pela democracia será também a luta pelo socialismo"* (p.133).

Já Coutinho distingue a democracia *"como substantivo"* (valor universal) e *"como adjetivo"* (burguesa ou proletária), embora não discorde da necessidade de colocar a questão democrática também enquanto uma questão tática. Ao contrário: é absolutamente incisivo ao afirmar que *"seria um erro supor que essa nova democracia, em todos os seus aspectos, só possa surgir após* a conquista do poder pelas classes trabalhadoras (1984, p.26), sugerindo que *"novos institutos democráticos"* comecem a se forjar no seio dos regimes políticos democráticos burgueses [10].

As posições de O'Donnel, Weffort e Coutinho, em rigor, colocam a árida questão da definição de democracia[11]. Extrapola o âmbito deste trabalho uma incursão mais profunda no tema. O que vale registrar para efeito da presente análise é a existência, no período denominado de transição, de um **ethos democrático**[12] por assim dizer, perpassando os diversos níveis da sociedade brasileira - incluindo-se aí, obviamente, suas instituições. A necessidade da defesa da democracia era colocada, no caso de O'Donnel, como uma responsabilidade da classe política em primeiro plano, e das demais instâncias da sociedade civil[13]. É fundamental, pois, a consideração desses elementos na compreensão dos processos de democratização instaurados nas diversas instituições no período. Não se tratava apenas do pensamento liberal colocando- a necessidade de fortalecer as instituições no sentido de evitar a ruptura do "tênue tecido social" construído nos anos de transição: a própria esquerda - ou setores desta - colocava a questão da democracia como um elemento indispensável ao jogo político.

2. AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NA UNIVERSIDADE

Não é meu intento retomar em minúcias a questão do autoritarismo na educação brasileira - nas instituições universitárias em particular -, uma vez já ter sido tal tarefa extensivamente realizada[14]. Enfoco, tão somente, em linhas gerais, como se configurou o autoritarismo principalmente no âmbito universitário.

O autoritarismo esteve presente em todos os aspectos da universidade brasileira nesse período[15]. Estruturada nos pressupostos dos Acordos MEC-USAID, a legislação mais diretamente ligada à gestão autoritária poderia ser re-

Labim/UFRN

sumida na seguinte cronologia: a "Lei Suplicy" nº 4464 de 9 de novembro de 1964); o "Relatório Atcon" de junho a setembro de 1965; o Decreto-lei nº 228 de 18 de fevereiro de 1967; o "Relatório Meira Matos" de janeiro a abril de 1968; o "Relatório Geral do Grupo de Trabalho para a Reforma universitária", criado pelo Decreto nº 62.937 de 1 de outubro de 1968; a Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968; o próprio Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e, finalmente, o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.

Tal legislação é de tal maneira extensiva que ela modificou radicalmente a configuração da universidade brasileira, abrangendo virtualmente todos os aspectos do seu funcionamento[16].

Evidentemente, enquanto uma instituição que foi um dos alvos privilegiados da intensa repressão no período "áureo" do regime militar e, dadas as características que lhe são inerentes, de refletir as questões postas pela sociedade, sob o peso do **ethos democratizante** antes referido, a universidade - ou melhor dizendo, os seus segmentos organizados - alinham-se rápida e decisivamente no combate ao autoritarismo e a conseqüente luta pela democratização - da universidade e da sociedade.

Interessa aqui analisar como a questão da democratização da universidade foi e tem sido colocada. Se efetivamente o autoritarismo perpassou todas as instâncias da vida universitária, a discussão sobre a democratização atinge também todas essas instâncias. Todavia, se por um lado não se pode negar os efeitos deletérios do autoritarismo na universidade e a constante necessidade de combatê-lo vigorosamente; por outro, não é possível compartilharmos da idéia de ter sido ele o responsável único e direto da degradação da educação - e da universidade brasileira hoje[17]. Parto da hipótese de que a democracia, tomada de maneira *"simplista"* numa contraposição direta com o autoritarismo, resultou em sua defesa como uma espécie de panacéia, decorrendo daí os equívocos que contribuíram para os impasses que vive hoje a universidade.

Discutir a democratização da universidade implica a consideração, inicialmente, de dois níveis: a democracia interna e a democracia externa. Marilena Chauí (1980a) lembra muito bem a necessidade de distinguir a universidade como "espaço público" - lugar de opinião livre - e como "coisa pública" - pressupondo uma análise de classes; constituindo-se nas duas dimensões necessárias da luta pela sua democratização. Deixo de lado, registrando a importância dessa dimensão, a democratização externa da universidade - que, na realidade, constitui-se em uma outra questão.

No plano interno, a discussão da democratização associa-se à **gestão autônoma** da universidade. Sem pretender abordar a questão da autonomia, lembro

Labim/UFRN

apenas alguns parâmetros fundamentais para a presente discussão: a garantia dos espaços e precondições para que a universidade se desenvolva, sem se desvincular da sociedade (Maar, 1985) e sem implicar o descompromisso do Estado com o seu funcionamento. Assim, gestão autônoma significa, dentro de determinados limites, a possibilidade de autodefinição da instituição. Correndo o risco de uma exagerada simplificação da questão, afirmaria que os dois eixos principais desse processo foram a democratização do **trabalho pedagógico,** em primeiro lugar[18]; e da **estrutura de poder** - ou a busca por uma participação mais efetiva nos processos de decisão.

A despeito do reconhecimento de que a democratização desborda a crítica à "administração autocrática" (Fávero, 1983), e que, em relação ao movimento docente, o processo teria ultrapassado este nível na defesa da instituição enquanto coisa pública (Maar, 1985), o que temos observado no interior da universidade é que a luta centra-se na participação nas instâncias decisivas e, mais especificamente, na escolha de dirigentes e na questão da representação. Uma vez que exatamente aí que se concentram os maiores problemas, é sobre este segundo eixo que gostaria de tecer considerações.

2.1. A questão da representação

Fernando H. Cardoso, ao analisar as tendências prevalecentes na política brasileira nos anos de transição, chamava a atenção para o advento do que denominava de "pan-politicismo"[19], que se caracterizaria pela "desconfiança das cúpulas e das instituições político-representativas" (1980/81, p.12). Talvez dentro do "espírito" dessa tendência, uma característica que tem marcado as lutas das entidades representativas das categorias que compõem a comunidade universitária tem sido, ao lado da reivindicação de aumento da representação nos órgãos colegiados, uma paradoxal **desconfiança do sistema de representação.**

Como se manifesta isso? Fundamentalmente, na exacerbação da tomada de decisões pela via direta - sejam assembléias, sejam reuniões de setores mais localizados[20]. Criou-se e fomenta-se o mito de que as decisões não têm legitimidade senão as tomadas através da participação direta dos membros da comunidade interessada - o que pressupõe a falência do sistema representativo.

Evidentemente, existem decisões cruciais que, **talvez** devam ser remetidas a essas grandes reuniões. Todavia, submeter questões relativamente triviais ao processo de deliberação coletiva constitui-se em um primarismo administrativo e político. Qual a base que sustenta tal procedimento?

Labim/UFRN

Identifico, fundamentalmente, três. A primeira residiria numa desconfiança (ou talvez no reconhecimento das falhas) no processo de escolha de representantes, **ainda que seja utilizada a eleição direta.** A segunda, na falta de mecanismos de controle da ação do representante - daquilo que os norte-americanos denominam de **accountability**. Talvez estes processos sejam resultado do período autoritário precedente, o que, se permite entender o procedimento, não o justifica. Contudo, existe uma terceira razão mais crucial: a indefinição - ou a falta de conhecimento ou talvez de consenso - acerca do papel da própria instituição universitária e de seus segmentos. Esta questão retomo no tópico subseqüente.

As duas primeiras razões apontadas, evidentemente, estão imbricadas com a terceira. Em relação à primeira, práticas arcaicas de indicação podem impedir a definição clara dos pressupostos nos quais determinadas candidaturas se colocam - além das dificuldades inerentes aos processos eleitorais em qualquer nível. Daí coloca-se o receio apontado na segunda razão acima de, dada a indefinição do seu papel e de suas proposições, minar o sentido de representação no extremo oposto, isto é, o contrasenso de **representar-se a si mesmo**[21].

Na raiz desta questão está a dificuldade na definição do sentido de representação no âmbito das decisões universitárias. Ou seja, que representação nas instâncias de decisões da universidade implicam, necessariamente, uma concepção corporativa da gestão universitária. Deixo também esta questão em aberto para ser retomado no próximo tópico.

2.2 A questão da escolha de dirigentes

Dentre as consignas mais caras aos movimentos organizados da comunidade universitaria - e do movimento docente em particular - figura, sem duvida, a questão da escolha - através de eleição direta - dos seus dirigentes. Por outro lado, esta luta tem levantado um conjunto de questões mal-resolvidas pelos movimentos a ponto de se questionar se efetivamente avançou-se neste ponto.

Parto do princípio - que não coloco em questão - de que a escolha dos dirigentes deva caber àqueles que fazem a universidade - uma dimensão da autonomia. Evidentemente, esta formulação tangencia a questão, pois a definição do sentido do trabalho universitário não está colocada. Então: como e a quem cabe decidir sobre a escolha de dirigentes universitários? Esta é a questão-chave.

Os movimentos dos professores, dos funcionários e dos estudantes - não em sua totalidade, mas uma parcela ponderável a ponto de ser possível tomarmos como tendência - têm divergido sobre a questão[22]. Sem querer identificar as po-

Labim/UFRN

sições com os segmentos, pois isto seria irrelevante, aponto três caminhos - todos eles problemáticos, a meu ver - trilhados nos processos de escolha de dirigentes: o voto paritário, o voto proporcional e o voto universal. Analiso, a seguir, cada um deles para justificar a minha afirmação.

Em relação ao voto paritário, repito a essência das colocações de Dermeval Saviani (1987)[23], cuja análise prende-se a três aspectos: o ponto de vista educacional, o político e o corporativo. Quanto à paridade do ponto de vista educacional, o autor afirma ser um engodo, na medida em que a relação educativa não é, em sua base, uma relação entre iguais[24]. Do ponto de vista político, a paridade não se sustentaria: ela implicaria uma participação igualitária dos segmentos universitários de forma artificial. Nem os segmentos são, necessariamente idênticos em seu peso nem as propostas se configuram em função dos segmentos. Por fim, do ponto de vista corporativo, pressupondo uma igualdade de direitos, a implicação seria, em última instância, a gestão conjunta da universidade, o que sem dúvida é uma questão bastante dificultosa.

Em rigor, a paridade significa uma exacerbação do sentido corporativo - o interesse do segmento (ou da corporação) assumindo o caráter de interesse da totalidade[25]. Embora sua defesa assuma mais o caráter de uma "solução de compromisso" - "na falta de uma melhor definição sobre os mecanismos de participação dos segmentos", a sua essência é, indubitavelmente, corporativa.

Como contraponto ao voto paritário, coloca-se a defesa do voto universal. A base do argumento do voto universal é dupla: de um lado, a extensão simples do conceito de cidadania política para a universidade; de outro, um argumento de natureza política que sustenta que o cerne da questão é a qualidade das propostas, não a forma de votação. A tradução seria mais ou menos a seguinte: *"não há o que temer, pois as melhores propostas vencerão"*

Esta posição é extremamente frágil. Quanto ao argumento da cidadania, Giannotti (1986) pergunta com propriedade: quais são os cidadãos plenos na universidade? Ou melhor, como se define a cidadania na universidade? Uma extensão pura e simples de cidadania da sociedade para uma de suas instituições é leviana[26]. Cidadania implica não somente o direito de eleger, como de ser eleito. Ora, quem pode eleger e quem pode ser eleito para os cargos de direção da universidade? Para responder a tal questão, é fundamental a referência às finalidades mesmas da universidade. De acordo com o que usualmente se estabeleceu em relação a este ponto - sem procurar polemizar, a universidade é uma instituição que tem por fim, basicamente, um duplo objetivo: o ensino e a pesquisa. Embora possa ser pouco simpático com relação aos estudantes e funcionários - e até mesmo a uma parcela dos professores - pode dirigir a instituição quem pode exer-

Labim/UFRN

cer **plenamente** tais atividades[27]. É absolutamente insustentável a hipótese levantada por parcelas do movimento dos servidores - e ratificada por estudantes e professores - de que um funcionário técnico-administrativo poderia gerir a universidade[28]. Trata-se de uma proposição cuja sustentação radica em um entendimento da gestão universitária como uma questão meramente administrativa, ocultando uma visão empresarial da instituição universitária.

Quanto ao argumento de que a "melhor proposta vence", se correta, não sustenta a conclusão. Se fosse verdade, por que propugnar pelo voto universal se qualquer que seja o sistema utilizado, prevaleceria a melhor proposta? Dessa forma, os defensores desta proposta não teriam razões para se preocupar... Na realidade, observa-se uma defesa de natureza corporativa camuflada num argumento supostamente político[29].

Finalmente, a defesa do voto proporcional constitui-se em um meio-termo, colocado e justificado pela impossibilidade de definição por uma das duas proposições anteriores. Há o reconhecimento de diferença qualitativa entre os segmentos da comunidade e - cabalisticamente - procura-se transformar as diferenças qualitativas em quantitativas. Creio ser desnecessário afirmar a falta de qualquer sustentação lógica para tal proposta - a não ser, uma "solução de compromisso". A sua adoção não é reprovável em si; a questão que coloco é a incapacidade - ou talvez a pouca disposição - de os segmentos organizados enfrentarem as questões subjacentes a tais proposições: para uma equação dessa natureza ter sentido lógico, haveria necessidade de uma definição da importância ou peso relativo de cada um dos segmentos para o funcionamento da universidade.

3. RECOLOCANDO A QUESTÃO DA DEMOCRACIA

De acordo com os objetivos colocados no início do ensaio, este não tem intenção de assumir nenhum caráter prescritivo, mas tão somente de discutir as questões colocadas. Contudo, uma vez colocadas as observações acerca dos problemas inerentes à condução dos processos de democratização, creio ser necessário ao menos caminhar na direção de um entendimento diverso da questão.

Em momento algum coloquei em questão a necessidade, legitimidade e importância da luta contra o autoritarismo e pela democratização. Apontei, apenas, a precariedade da reflexão na condução desses processos de democratização. Talvez o temor da "regressão autoritária" tenha justificado tais formas - algo como a "teoria da curvatura da vara" de Lenin, a que Saviani (1983) se refere. Contudo, é necessário que as questões - de base - sejam recolocadas - e isto significa resgatar o sentido do trabalho universitário.

Labim/UFRN

A deterioração do funcionamento da universidade nos seus diferentes aspectos é um fato notório[30]. É evidente que a universidade que temos hoje é o resultado de uma política educacional posta em prática pelo Estado nestes últimos anos; não é necessário repetir a ladainha. Reconhecer, denunciar e lutar para que o Estado formule uma política que confira as características da universidade postulada pelos setores organizados, principalmente o movimento docente, de ser "pública, gratuita, competente, democrática e autônoma" **não** deve, sem embargo, escamotear a nossa responsabilidade em algumas das mazelas dessa universidade. E aí que se colocam as questões da democracia e da representação.

É necessário afastar de uma vez por todas a idéia espúria de que democratizar a universidade implica a simetria na relação entre seus segmentos. O que confere significado e razão de ser à instituição são suas finalidades expressas no trabalho universitário, mormente de ensino e pesquisa. A confusão acerca desse pressuposto básico pode nos levar - inadvertidamente ou não - à construção de uma universidade supostamente democrática, mas medíocre.

Em que consiste, então, a democratização possível - e desejável - na universidade? Certamente defendo a necessidade de a escolha dos dirigentes ficar sob a responsabilidade daqueles que fazem a universidade. Contudo, questiono a eleição direta como a forma privilegiada de escolha. Por que não defender a escolha através das instâncias de deliberação da universidade? Acredito que a primeira tarefa seria resgatar o sentido da **representação** como forma de participação nas instâncias de decisão da universidade - fortalecendo-as e definindo de maneira **clara** as responsabilidades de cada um dos segmentos. E os parâmetros para a definição da composição dessas instâncias só podem ser dados por uma definição do significado da universidade - o que, **inescapavelmente**, nos conduzirá a uma representação proporcional e nunca paritária. A democratização das instituições universitárias deveria, além disso, passar pelas características da **accountability**. Afinal, esta não é uma marca das democracias formais mais estabelecidas hoje? Certamente isto contraria algumas das ilusões acerca das possibilidades de "avanço democrático" dentro da universidade tais como a "auto ou co-gestão", mas seguramente estaremos contribuindo para corrigir desvios da rota que nos conduzem à catástrofe.

(1990)

Labim/UFRN

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Fernando H. **Autoritarismo e Democratização.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

_____ Regime Político e Mudança Social. **Revista de Cultura & Política,** (3) : 7-25, nov. 80/jan.81.

CHAUÍ, Marilena de S. Ventos do Progresso: a Universidade Administrada. In PRADO JR., Bento (org.) **Descaminhos da Educação pós-68.** São Paulo, Brasiliense, 1980a.

_____. Ideologia e Educação. **Educação & Sociedade, 2** (5): 24-40, jan.1980b.

_____. **Cultura e Democracia.** São Paulo, Moderna, 1981.

COUTINHO, Carlos N. **A Democracia como Valor Universal e Outros Ensaios.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.

EYMAR, Carlos. **Karl Marx, Crítico de los Derechos Humanos.** Madri, Tecnos, 1987.

FÁVERO, Maria de L.A. Universidade: poder e participação. **Educação & Sociedade, 5** (16): 42-61, dez.1983.

GIANNOTTI, José A. **A Universidade em Ritmo de Barbárie.** 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.

MAAR, Wolfgang L. Autonomia Universitária: Uma Questão de Prática Democrática. **Educação & Sociedade.** 7 (22).20-27, dez.1985.

MARTINS, Carlos E. Regime Político e Mudança Social/Comentário de Carlos Estevam Martins. **Revista de Cultura & Política.** (3):27-34, nov/80/jan.81.

MOREIRA ALVES, M. Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1989.

NETTO, José P. **Democracia e Transição Socialista (escritos de teoria e política).** Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil (entre o povo e a nação).** São Paulo, Ática, 1990.

Labim/UFRN

O'DONNELL, Guillermo. Transições, Continuidades e alguns paradoxos. In REIS, Fábio W. & O'DONNELL, Guillermo. **A Democracia no Brasil: Dilema e Perspectivas.** São Paulo, Vértice, 1988.

OLIVA, Aloísio M. A Greve, o Feijão e o Sonho. **Revista Veja.** 114, 4 jul.1984.

REIS, Fábio W. Consolidação Democrática e Construção do Estado/Partidos, Ideologia e Consolidação Democrática. In REIS, Fábio W. & O'DONNELL, Gillermo. **A Democracia no Brasil: Dilema e Perspectivas.** São Paulo, Vértice, 1988.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** São Paulo Cortez/Autores Associados, 1983.

_____. A Questão da Paridade na Gestão da Universidade. In SAVIANI, Dermeval. **Ensino Público e Algumas Falas sobre a Universidade.** São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1987.

STEPAN, Alfred. **Os Militares: da Abertura à Nova República.** 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

TOGLIATTI, Palmiro. **Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro, Muro, 1980.

WEFFORT, Francisco. **Por que Democracia?** São Paulo, Brasiliense, 1984.

YAMAMOTO, Oswaldo H. O Autoritarismo na Universidade: Notas para o Debate acerca da Questão da Democratização. **Educação em Questão. 1** (1):38-55, jan.jun/1987.

Labim/UFRN

NOTAS

1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Psicologia. Bolsista da CAPES.

2. Entre os intelectuais que discutiram o assunto, com impostações teóricas diversas, ainda cabe o registro de Fernando H. Cardoso (1975), Marilena Chauí (1981) e, mais recentemente, José P. Neto (1990).

3. Segundo Stepan (1986) e O'Donnell (1988), que discutem a questão em detalhes, "pactuada por cima".

4. O'Donnell analisa com mais cuidado as características das transições, postulando, inclusive, um processo de "dupla transição" para os países do cone sul, derivando daí, diferentes conseqüências para as duas modalidades de transição.

5. Entre as continuidades institucionais, O'Donnell identifica, fundamentalmente, três: a forte presença institucional das forças armadas, a permanência de "notáveis" do regime autoritário na classe política e a manutenção do "estilo político" prevalecente (1988, p.64). Quanto ao segundo conjunto de continuidades, a referência principal de O'Donnell diz respeito às relações sociais.

6. A definição de democracia de O'Donnell é clara: democracia consolidada ou regime democrático compreende uma democracia política (ou "poliarquia", conforme Dahl), com os atores democráticos controlando significativos recursos de poder. Implica também a habitualidade e fortalecimento dessas instituições democráticas e, também, sua ampliação nos campos social, econômico e cultural. Finalmente, a sujeição à distinção (republicana) de público e privado.

7. Coutinho (1984) lembra que, desde os escritos juvenis de Marx e das preocupações de Engels, a democracia freqüentou polêmicas com Bernstein, Kautsky, Rosa Luxemburg, Lenin, Trotsky, Dimítrov, Gramsci, entre outros. Também Togliatti (1980) defende posições próximas às que examinamos. Registre-se, também, o minucioso trabalho de Eymar (1987) acerca do tratamento dado por Marx à questão dos direitos humanos - tema correlato.

8. Diz Weffort (1984, p.30): *"O grande problema desta concepção da atividade política é que - se continuar predominando - a democracia que teremos daqui para a frente será tão capenga quanto a que já tivemos no passado. Mais ainda, a continuar prevalecendo este conceito conservador de política, se a*

Labim/UFRN

*democracia será capenga, **uma revolução será simplesmente impossível***". (grifo nosso).

9. Segundo Weffort, Marx examinava as democracias censitárias européias de meados de século XIX - *"burguesas em seus próprios fundamentos"*, nas quais *"a cidadania se definia a partir da propriedade e de níveis determinados de renda"* (1984, p.37). Assim, a democracia burguesa se constituía numa forma de ditadura da burguesia sobre o proletariado. Considerando-se as formas políticas adotadas pelas classes dominantes no Brasil, Weffort afirma que, se Marx fosse brasileiro, teria dito que a *"ditadura é a forma, por excelência de dominação burguesa (...) e talvez dissesse também que a democracia é a forma, por excelência, de rebeldia popular"* (p.39).

10. Um outro ponto de contato entre o pensamento desses dois autores refere-se à identificação do autoritarismo presente tanto na forma como têm se operado as transformações sociais e políticas no Brasil, quanto na própria colocação da questão da democracia. Embora não caiba uma análise desta questão, ao menos uma referência se faz necessária. Na análise dos dois autores, existe um ponto extremamente problemático: a questão da relação da democracia com o marxismo, o socialismo e com a revolução. Talvez os problemas decorram do fato de que, como é possível deduzir no corpo desta seção, por um lado a obra de Weffort é claramente **datada** e, por outro, não se trata de um trabalho acadêmico - mas **um texto de combate** como denominaria Florestan Fernandes. Mas, talvez não. A despeito da argumentação, por vezes brilhante, restam certamente alguns problemas a equacionar.

11. A análise de O'Donnell sobre a questão da democracia (e do próprio processo de transição brasileira), apesar de extremamente lúcida, não deixa de apresentar alguns pontos questionáveis. Para O'Donnell, a democracia política (entendida como a vigência de instituições da democracia formal) é **relativamente** independente de democratização nas esferas econômica, política e social - propondo uma espécie de "efeito irradiador" da primeira sobre as demais.

12. Não nos escapa que os principais vetores associados à via institucional trilha pelas oposições no período relacionam-se à falência do "milagre brasileiro" que corrói as bases de sustentação dos governos militares e a derrocada da alternativa armada abraçada por setores de esquerda. Dentre a copiosa produção sobre o assunto, destaco o correto trabalho de Moreira Alves (1989). Sobre o papel dos intelectuais no processo de democratização, ver Pécaut (1990).

Labim/UFRN

NOTAS

1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Psicologia. Bolsista da CAPES.

2. Entre os intelectuais que discutiram o assunto, com impostações teóricas diversas, ainda cabe o registro de Fernando H. Cardoso (1975), Marilena Chauí (1981) e, mais recentemente, José P. Neto (1990).

3. Segundo Stepan (1986) e O'Donnell (1988), que discutem a questão em detalhes, "pactuada por cima".

4. O'Donnell analisa com mais cuidado as características das transições, postulando, inclusive, um processo de "dupla transição" para os países do cone sul, derivando daí, diferentes conseqüências para as duas modalidades de transição.

5. Entre as continuidades institucionais, O'Donnell identifica, fundamentalmente, três: a forte presença institucional das forças armadas, a permanência de "notáveis" do regime autoritário na classe política e a manutenção do "estilo político" prevalecente (1988, p.64). Quanto ao segundo conjunto de continuidades, a referência principal de O'Donnell diz respeito às relações sociais.

6. A definição de democracia de O'Donnell é clara: democracia consolidada ou regime democrático compreende uma democracia política (ou "poliarquia", conforme Dahl), com os atores democráticos controlando significativos recursos de poder. Implica também a habitualidade e fortalecimento dessas instituições democráticas e, também, sua ampliação nos campos social, econômico e cultural. Finalmente, a sujeição à distinção (republicana) de público e privado.

7. Coutinho (1984) lembra que, desde os escritos juvenis de Marx e das preocupações de Engels, a democracia freqüentou polêmicas com Bernstein, Kautsky, Rosa Luxemburg, Lenin, Trotsky, Dimítrov, Gramsci, entre outros. Também Togliatti (1980) defende posições próximas às que examinamos. Registre-se, também, o minucioso trabalho de Eymar (1987) acerca do tratamento dado por Marx à questão dos direitos humanos - tema correlato.

8. Diz Weffort (1984, p.30): *"O grande problema desta concepção da atividade política é que - se continuar predominando - a democracia que teremos daqui para a frente será tão capenga quanto a que já tivemos no passado. Mais ainda, a continuar prevalecendo este conceito conservador de política, se a*

Labim/UFRN

*democracia será capenga, **uma revolução será simplesmente impossível***". (grifo nosso).

9. Segundo Weffort, Marx examinava as democracias censitárias européias de meados de século XIX - *"burguesas em seus próprios fundamentos"*, nas quais *"a cidadania se definia a partir da propriedade e de níveis determinados de renda"* (1984, p.37). Assim, a democracia burguesa se constituía numa forma de ditadura da burguesia sobre o proletariado. Considerando-se as formas políticas adotadas pelas classes dominantes no Brasil, Weffort afirma que, se Marx fosse brasileiro, teria dito que a *"ditadura é a forma, por excelência de dominação burguesa (...) e talvez dissesse também que a democracia é a forma, por excelência, de rebeldia popular"* (p.39).

10. Um outro ponto de contato entre o pensamento desses dois autores refere-se à identificação do autoritarismo presente tanto na forma como têm se operado as transformações sociais e políticas no Brasil, quanto na própria colocação da questão da democracia. Embora não caiba uma análise desta questão, ao menos uma referência se faz necessária. Na análise dos dois autores, existe um ponto extremamente problemático: a questão da relação da democracia com o marxismo, o socialismo e com a revolução. Talvez os problemas decorram do fato de que, como é possível deduzir no corpo desta seção, por um lado a obra de Weffort é claramente **datada** e, por outro, não se trata de um trabalho acadêmico - mas **um texto de combate** como denominaria Florestan Fernandes. Mas, talvez não. A despeito da argumentação, por vezes brilhante, restam certamente alguns problemas a equacionar.

11. A análise de O'Donnell sobre a questão da democracia (e do próprio processo de transição brasileira), apesar de extremamente lúcida, não deixa de apresentar alguns pontos questionáveis. Para O'Donnell, a democracia política (entendida como a vigência de instituições da democracia formal) é **relativamente** independente de democratização nas esferas econômica, política e social - propondo uma espécie de "efeito irradiador" da primeira sobre as demais.

12. Não nos escapa que os principais vetores associados à via institucional trilha pelas oposições no período relacionam-se à falência do "milagre brasileiro" que corrói as bases de sustentação dos governos militares e a derrocada da alternativa armada abraçada por setores de esquerda. Dentre a copiosa produção sobre o assunto, destaco o correto trabalho de Moreira Alves (1989). Sobre o papel dos intelectuais no processo de democratização, ver Pécaut (1990).

Labim/UFRN

13. O que justifica o caráter normativo de seus escritos sobre o assunto, especialmente os ensaios de 1988.

14. Os periódicos, como Educação & Sociedade por exemplo, apresentam inúmeros artigos de autores que analisam o assunto, tanto ao nível da universidade brasileira quanto das congêneres latino-americanas. Eu próprio tive a oportunidade de analisar a questão do autoritarismo presente na legislação, particularmente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em outro trabalho (Yamamoto, 1987).

15. Obviamente vale a observação de que o autoritarismo na universidade - ou na sociedade - não se constituiu nem em um fenômeno novo sem exclusivo do período do governo militar. Muito pelo contrário, o autoritarismo constitui-se numa marca da sociedade brasileira desde seus primórdios. A educação não poderia ficar imune a essa característica da sociedade: a reforma, por exemplo, de Francisco Campos não deixam margem a dúvidas. Trato do autoritarismo nesse período com exclusividade pelo fato de se constituir no objeto da presente análise.

16. A ponto de Oliva (1984, p.114) afirmar que "o autoritarismo não é um aparelho centralizado de opressão, mas um exercício cotidiano que penetrou na universidade e se faz presente desde as mais simples situações vividas em salas de aula até o processo de escolha de reitores".

17. Foge ao objetivo do presente estudo uma análise da política adotada para a educação, no bojo do reordenamento econômico imprimido pelo Estado no período - que permitiria a compreensão da situação da educação brasileira. O autoritarismo é apenas um dos aspectos da forma assumida pelo Estado nesse período e, portanto, a democratização - corretamente interpretada - apenas um dos elementos para uma possível "correção de rota" da educação.

18. Não somente na esteira do projeto liberal do "escolanovismo", já amplamente discutido por autores como Saviani (1983), mas também do resgate do trabalho de Paulo Freire.

19. Ou "movimentismo" associado ao "basismo". Carlos Estevam Martins, "dando nome aos bois", identifica tal tendência simplesmente como anarquismo, ao lado do pensamento liberal e marxista identificados por Cardoso (Martins, 1980/81, p.27).

20. Tendência que diversos autores, entre os quais Giannotti (1986) denominam de "assembleísmo".

Labim/UFRN

21. Estou me referindo aos processos de representação nas instâncias administrativas da universidade - incluindo-se a posição que o Movimento Docente tem tomado em relação à questão. A observação, na realidade, poderia ser estendida ao próprios mecanismos de deliberação do Movimento Docente, onde o sentido de representação fica relegada a um plano bastante inferior quando confrontada com a da "democracia direta". Mas esta é, efetivamente, uma outra questão.

22. Claro está que não estou desconhecendo as segmentações de ordem política e político-partidária nos três movimentos.

23. Muito embora tenha dúvidas sobre as suas conclusões sobre a aceitabilidade da proposta paritária.

24. Marilena Chauí, num artigo em que analisa algumas das falácias educacionais, afirma ser a relação pedagógica basicamente uma relação assimética (1980b).

25. A questão do "corporativismo", na realidade, é bastante mais complexa do que estas observações podem sugerir, em virtude de suas implicações políticas. Fábio Wanderley Reis (1988) discute com algum detalhe no tocante à questão da transição brasileira, reportando-se às análises de Claus Offe e Philippe Schmitter, entre outros.

26. Não se trata de impugnar a defesa da democracia pela utilização do argumento de que "a universidade não é uma sociedade em miniatura", conforme sustenta Maar (1985), mas de não se esquivar de considerar as especificidades da questão, deixando-se seduzir pela analogia fácil.

27. Esta questão nos remete à antiga e dificultosa discussão sobre a relação entre saber e poder, onde não cabe uma resposta simples. No entanto, é inegável que numa universidade que se defina enquanto tal, estrutura-se em torno do saber. Nesse sentido é que, para Giannotti (1986), somente pode dirigir quem pode exercer plena e autonomamente as atividades-fins, ou seja, os doutores.

28. A seguir a lógica do raciocínio, também poderiam ser dirigentes funcionários não-qualificados, assim como os estudantes.

29. Pela própria constituição das instituições universitárias, o número de alunos deve - necessáriamente - ultrapassar o de professores e funcionários. Assim sendo, em qualquer das instâncias administrativas, a escolha dos dirigentes acabaria sendo decidida, em última instância, pelos estudantes.

30. Giannotti (1986) faz uma análise contundente acerca da questão. Embora mereça alguns reparos, lamentavelmente, trata-se de um documento que retrata dura mas fielmente a universiddade brasileira hoje.

Labim/UFRN

Labim/UFRN

SUBDESENVOLVIMENTO E ÉTICA SOCIAL

Prof. Dacier Barros

Vivência, Natal, v. 7, n. 1, p. 89-106, jul/dez. 1993

Labim/UFRN

Labim/UFRN

A insistente tendência obscurantista que permeia o atual cotidiano de alguns círculos acadêmicos, é um exemplo típico da difusão de um receio, expresso sobretudo, a partir de uma tentativa de encaminhamento, pelo qual, permita acima de tudo, a negação do possível uso da racionalidade metodológica, e não fazer dela um instrumento lógico de análise científica. Conseqüentemente, Significativa quantidade de afirmações acadêmicas, vêm se caracterizando como verdadeiros aglomerados de expressões espontaneamente elaboradas.

Metodologicamente é impossível deixar de se reconhecer as indispensáveis contribuições dos conceitos, racionalmente contidos nos métodos que se definem pelo rigor científico, como elemento básico a uma compreensão e interpretação dos fenômenos sociais. Provavelmente seria irrelevante frisar que expressões definidoras de categorias sociais, como por exemplo, "frações de Classe", ou "Trabalhadores Produtivos" ou "Improdutivos", não ofusquem nem impeçam o rigor científico, na interpretação e explicação dos fenômenos que se apresentam à sociedade, mesmo quando estabelecemos uma premissa que tome como base a complexidade das relações sociais contemporâneas. Sem dúvida, poderíamos estabelecer como uma crítica secundária e genérica a "interpretação", por exemplo, que concebe o Materialismo Histórico como um método que em seu universo teórico elabora uma síntese de variáveis, preocupando-se apenas em interpretar leis econômicas nas relações de trabalho, sendo, por isso, incapaz de perceber os elementos superestruturais contidos nas relações sociais. É evidente que as relações sociais são os elementos naturais de realização do curso histórico, com características específicas de cada etapa histórica, sintetizada por sujeitos individuais ou coletivos. Se, para Marx e para os demais teóricos do materialismo histórico, estes sujeitos são as ações subordinadas às relações de posse e secundadas pelas contradições das classes sociais, Max Weber se utiliza destas ações contidas no seio das diversas instâncias superestruturais para explicá-las como agentes das transformações. Um exemplo disto é o seu agudo raciocínio sobre as formas de elaboração da crença religiosa, de que se utiliza para explicar a dinâmica das ações realizadoras dos fatos sociais. Mas, as ações e intenções dos sujeitos individuais ou coletivos não podem ser pensadas como realizadoras absolutas de funções. Toda criação é portadora de elementos componentes, tanto da esfera estrutural como da superestrutural, e a ética das ações sociais depende do grau de complexidade contido nas relações entre ambas as esferas. Discernir esta realidade não é propriedade intrínseca de um método único e absoluto, mas da racionalidade explícita do rigor científico metodologicamente exposto. Neste aspecto, não é atributo da racionalidade científica buscar contradições a partir do confronto de fundamentos ou de arcabouços metodológicos distintos. Max Weber adverte:

Labim/UFRN

"Devemos evidentemente libertar-nos da idéia de que é possível interpretar a reforma como "conseqüência histórica necessária" de certas mudanças econômicas ... Por outro lado contudo não se pode sequer aceitar uma tese tola ou doutrinária segundo a qual o `espírito do capitalismo` somente teria surgido como conseqüência de determinadas influencias da Reforma, ou que o capitalismo, como sistema econômico, seria um produto da reforma." (WEBER, Max. 1967, pg.61)

Mas igualmente Lukacs resgata Hegel (fenomenologia do Espirito) para fundamentar que a racionalidade metodológica não pode prescindir desta compreensão.

"Porque a acção, a Praxis - pelas quais Marx fazia culminar suas teses sobre Feuerbach implica por essência uma penetração, uma transformação da realidade. Mas a realidade só pode ser apreendida e compreendida como totalidade, e só um sujeito, que é já em si uma totalidade, é capaz desta compreensão. Não é em vão que o jovem Hegel põe como primeira exigência de sua filosofia o princípio segundo o qual `o verdadeiro deve ser considerado e expresso não apenas como substância mas igualmente como sujeito` (LUKACS, Georg. 1967, pg.53).

No entanto, se o Materialismo Histórico à luz da racionalidade metodológica rejeita o individuo como realizador de função, porque segundo Marx os homens fazem, sim, sua história, mas sob circunstância que não escolheram, isto porque sendo a dinâmica social reflexo de uma

Labim/UFRN

"Unidade dialética indissolúvel, é simultaneamente fundamento e conseqüência, reflexo e motor do processo histórico dialético. O proletariado, sujeito do pensamento da sociedade, destrói de um só golpe o dilema da impotência, ou seja, o dilema do fatalismo das leis puras e da ética das intenções puras." (LUKACS, Georg 1967, pg.54)

Utilizando-se da mesma lógica, Max Weber destaca como de importância fundamental perceber a natureza deste processo histórico e igualmente de "Se destruir o dilema do fatalismo das leis puras e da ética das intenções puras." Assim, diz Weber,

" deve ser lembrado, uma vez por todas, que os programas de reformas éticas nunca estiveram no centro do pensamente dos reformadores religiosos, entre os quais - para o nosso propósito - devemos incluir homens como Menno, George Fox e Wesley. Eles não foram fundadores de sociedade para a `cultura ética`, nem de idéias culturais. A salvação da alma era o único ponto angular de suas vidas e obras. Suas metas éticas e a atuação prática de seus movimentos relacionavam-se todas com ela, e eram apenas conseqüências de movimentos puramente religiosos. Desta forma, teremos de admitir - provavelmente, até mesmo do nosso ponto de vista - que os resultados culturais da reforma foram em boa parte conseqüências imprevistas, e por isso mesmo, não desejadas, do trabalho dos reformadores, muitas vezes bastante divergentes, e até oposto ao que eles realmente desejavam" (WEBER, Max 1976, pg.60)

A noção de Estrutura e Superestrutura, ou seja, as relações econômicas e culturais, se confundem em seus mais variados aspectos de realização como fatores de determinação social. Eleger um elemento ou fator social como determinante de uma das esferas da ação coletiva é estabelecer uma falsa premissa.

Malinowski, em sua obra pioneira e de importância magistral sobre a economia das sociedades da Oceânia e das sociedades africanas, frisa a impor-

Labim/UFRN

tância de uma rigorosa análise das bases econômicas dessas sociedades, por achar que a estrutura social dependia essencialmente das "relações econômicas específicas que nascem do controle dos recursos". Sendo assim, torna-se possível uma compreensão mais profunda das estruturas sociais no seio destas comunidades estudadas.

Todavia, sem perda de nenhum valor científico, alguns funcionalistas enfatizaram a problemática de maneira bastante diversa.

> *"Tínhamos a concepção de que a chave da imensa e complexa unidade da sociedade encontrava-se em suas estruturas, e que essa estrutura se fundava nas relações de parentesco, casamento e nas relações políticas (...) Nelas se escondiam simetrias súteis, redes complexas a serem descobertas, ainda que atividades de subsistência fossem vistas com realidades simples, indiferenciadas, e que se repetiam da mesma e cansativa maneira, qualquer que fossem o lugar onde fossem encontradas".* (NETTING, Robert Mc . 1971)

Na verdade nem o econômico nem o cultural se reduzem apenas àquilo que socialmente se apresenta em sua aparência. Sabe-se que em todo e qualquer período da história social, não raramente uma boa parte das relações na esfera do econômico, se dissimula, se reifica no universo das relações de parentesco, das relações políticas e das relações religiosas e demais esferas do cultural. Assim sendo, todo e qualquer estudo que venha a ser efetuado sobre as relações econômicas não se deve reduzir exclusivamente a uma análise da organização do trabalho. Também em todas as esferas da superestrutura, o cultural se vê influenciado pelas relações econômicas. Por isso, numa complexa relação social, sobretudo nas sociedades modernas, o econômico e o cultural não pertencem "strictu sensu" nem ao estrutural nem ao superestrutural. O que há é uma relação dialética, ou melhor, de interdependência, através da qual as mais diversas formas do comportamento social estabelecem um vínculo orgânico entre a estrutura e a superestrutura. É evidente que a partir da sedimentação do Modo de Produção capitalista, e do aguçado processo de desenvolvimento das estruturas produtivas fundamentadas na racionalidade do lucro, quanto mais desenvolvidas economicamente forem as sociedades mais complexas serão as relações estabelecidas no âmbito da superestrutura. Isto devido a uma atomização dos mais diversificados interesses difundidos no seio da sociedade civil. Conseqüentemente, as relações estabelecidas nas instâncias ditas civis são respaldadas de um caráter fundamen-

Labim/UFRN

tado numa lógica formalmente difundida na razão histórica, servindo de empecilho às pretensões imediatistas e inconsequentes dos agentes econômicos. Daí porque, nas sociedades contemporâneas subdesenvolvidas, mas que na divisão internacional do trabalho, incorporam complexas estruturas produtivas; os valores assumidos e atomizados no tecido social, frutos, sobretudo, da própria divisão técnica e social do trabalho e de uma intensa difusão dos meios de comunicação, desenvolvem características especificas e, em muitos aspectos, mascaradoras da própria ética social historicamente estabelecida, sedimentando por isto, nas relações sociais, expressões de valores corporificados nas ações coletivas, absolutamente contraditórias a toda e qualquer compreensão e aceitação individual, do que poderia vir a ser considerado ético.

Na sociedade brasileira, a realização das funções em certas esferas da sociedade civil, toma aspectos próprios, assim como os diversos elementos caracterizadores da função ética: a moral, a dignidade, a justiça, o compromisso, a consciência, a funcionalidade assumem dimensões onde seria praticamente impossível encontrar fundamentos de uma razão ética. Basta lembrar o exemplo do trágico manuseio do Erário em diversos momentos de nossa história social e política recente. Inúmeras vezes em que setores são denunciados, o silêncio cúmplice ou a solidariedade explícita são exercidas com vigor por todos os componentes de sua instância social. Não seria injusto afirmar que assim aconteceu com os representantes da Saúde, quando vieram a público os recentes grandes escândalos, envolvendo a Seguridade Social e os hospitais. O mesmo se deu com as Forças Armadas, onde setores do Exército envolveram-se em escândalos das concorrências públicas para aquisição de material de consumo. Da mesma forma está acontecendo com representações institucionalizadas da burguesia, em que setores vêm sendo permanentemente denunciados por prática de corrupção, onde somas significantes de impostos, através de mecanismos contábeis, deixam de ser recolhidos aos cofres públicos. Não há exemplo mais adequado e mais trágico dessa solidariedade orgânica que aquele em que o Judiciário demonstrou ter, no exercício da própria Justiça, à medida que sedimenta a compreensão senso comum, da inoperância da ética pública e da inviabilidade de uma revisão do comportamento coletivo, alicerçado na compreensão de que a ética do indivíduo não tem função social. Refiro-me ao caso de um Juiz do Rio de Janeiro, denunciado por responsabilidade direta numa prática de sete anos de desvio e apropriação de enorme quantia de dinheiro do Ministério Público, conseguida através de aposentadorias fraudulentas, o qual teve, após julgamento, sua pena abrandada, sob a alegação aceita e defendida entre seus pares, porque estaria legalmente fundamentada, baseada na argumentação de bons antecedentes. É como se sete anos fossem equivalentes a um segundo de uma ação inconsequente na vida de um cidadão.

Labim/UFRN

Atualmente a difusão e assimilação de valores no Brasil se estabelecem de forma bastante instantânea e acrítica. E neste aspecto, apresenta-se praticamente como uma das características definidoras daquilo que Max Weber chamava de "formação do caráter nacional". A construção do conceito de Modernidade, bastante vulgarizado, e atualmente posto em prática entre nós por setores dominantes, teve em Max Weber um significado claramente universal. Para ele a Modernidade é um processo acumulativo, no qual os elementos sociais se apóiam e se reforçam mutuamente para viabilizarem racionalmente a formação e a acumulação de capital; a mobilização de recursos para o desenvolvimento de todos os elementos responsáveis pela caracterização das forças produtivas, bem como o aumento da produtividade do trabalho. Caracteriza, ainda, a Modernidade como o estabelecimento de poderes políticos cristalizados numa representação; a formação de uma identidade suficiente e objetivamente capaz de criar símbolos sociais adequados à universalidade da contemporaneidade histórica; a difusão dos direitos sociais, políticos, saúde, segurança etc., assim como o respeito aos direitos políticos e à universal escolaridade formal.

A identidade compreendida por Max Weber, no entanto, não pode ser confundida com a objetividade do homem massa, do ser coletivo, e nem tão pouco pode ser a unidade do pensamento coletivo. A difusão de verdade única transvestida de unidade é violenta, porque é a violência concentrada socialmente concebida. Isto porque, normalmente, é a difusão de uma "verdade" tomando outras "verdades" sobre si. É a dominação ou regulação de uma pretensa razão sobre a razão.

A identidade que Max Weber concebe como criadora de símbolos adequados à razão histórica, é que deveria ser respeitada como absoluta, pois é ela a única responsável pela integração da individualidade à contemporaneidade histórica. Por isso é indispensável percebermos a incoerência dos valores éticos morais e culturais, que servem como fonte de realização dos elementos os quais norteiam o conceito de Modernidade hoje difundido no Brasil, visto que estão sendo estabelecidos a partir de uma arcaica e superada compreensão de igualdade e de liberdade.

A mera assimilação de uma compreensão de modernidade, fundamentada unicamente numa igualdade que se realiza apenas na difusão de uma consciência social de liberdade, onde a própria liberdade se baseia apenas na ação de mercado e no direito do individuo secundarizar as normas sociais em função de uma falsa compreensão de "livre arbítrio", não pode ser capaz de elaborar uma identidade nacional realizadora da integração da individualidade à razão histórica. O sentimento de liberdade, responsável por práticas e condutas de vida, acumulado e difundido no processo histórico brasileiro, imprime na sociedade dois aspectos

Labim/UFRN

inversos da compreensão weberiana de modernidade: do direito público, o sacrifício dos valores sociais e políticos mais simples estabelecidos pela razão histórica contemporânea, quais sejam - direito à saúde, ao lazer, à segurança social e à escolaridade formal universal; do indivíduo, o absoluto descaso pelos deveres socialmente estabelecidos, indispensáveis ao exercício da modernidade.

Discute-se atualmente no Brasil a realização do Estado liberal como sendo agente da modernidade, tomando-se como referencial as mesmas fontes de preocupação que norteiam as sociedades desenvolvidas e que, há décadas, superaram as dificuldades estruturais típicas dos Estados subdesenvolvidos, sem levar em consideração que são estas dificuldades as quais atualmente fazem parte da tipologia das sociedades cujo capital ainda se encontra em estado de subdesenvolvimento, e que são reflexo de sua condição econômica. E é lógico que nos países desenvolvidos a ordem social determina as relações econômicas, mas nas regiões periféricas são as relações econômicas que determinam a ordem social. Por isso, a ética da ação e do discurso político não podem ser universais.

No Ocidente desenvolvido, a difusão do Estado liberal é conseqüência de um momento histórico em que as relações Capital-Trabalho não só se colocam num plano de aparente simetria, mas, sobretudo, são vigiadas por sindicatos fortes e segmentos das classes trabalhadoras, que, pela sua própria dinâmica, já se encontram extremamente integrados ao capital e, além disso, por uma Justiça que exerce um poder real, com autonomia relativa bastante ampliada, conseqüentemente, capaz de reduzir a dimensão dos conflitos e atrofiar os interesses imediatos dos agentes econômicos. Por isso, qualquer discussão sobre desregulamentação de mercado, internacionalização do capital, privatização de serviços, amplamente difundida nos Estados desenvolvidos, tem a adesão racional de setores significativos da sociedade. Para atender às novas exigências, estes Estados intensificam as fronteiras ideológicas do discurso nacionalista, enquanto as reivindicações de liberdade encontram espaços simetricamente combinados com as velhas bandeiras de igualdade e justiça social. Nos países atrasados, onde estes elementos ainda não são suficientemente dinâmicos e não tendo, portanto, condições de estabelecer uma assimilação social de equilíbrio entre as diversas instâncias das relações sociais, é evidente a falência dos valores culturais que norteiam a compreensão da modernidade, e esta falência é evidente porque eles estão estabelecidos a partir de falsas premissas. Falsas porque a pretensa realização da modernidade está submetida a uma compreensão errônea de igualdade e este sentimento de igualdade é falso porque se fundamenta num falso sentimento de liberdade. A evidência da falência desta compreensão de modernidade pautada numa incoerente assimilação de liberdade, não nega, na realidade, a importância de uma metódica percepção da historicidade dos fatos sociais e de suas conseqüências.

Labim/UFRN

A experiencia historicamente vivida na Europa em 1917 e suas variáveis tentou elaborar os fundamentos de novas premissas no arcabouço metodológico da Dialética, fundamentando novos valores possíveis de orientação racional à modernidade - superação do velho. Falharam, contudo, porque fundamentaram igualmente esta racionalidade na unicidade do comportamento social que é a objetividade da violência concentrada, esquecendo-se da identidade, razão que permitiria a individualidade do ser social. Vale, no entanto, ressaltar que o erro não estaria no arcabouço metodológico que inspirou a experiência, e sim na própria historicidade, objetivada na racionalidade do ser social e sua época.

Os movimentos sociais revolucionários ou progressistas, ou mesmo aqueles movimentos de massa que seguem uma liderança ideologicamente indefinida, mas que apontam para a superação qualitativa de um estágio socioeconômico por outro mais dinâmico, podem desenvolver como expectativa social um complexo de valores elaborados e/ou de senso comum, em que a base de sustentação dessa ação social seja elaborada a partir de uma fundamentação ideológica, ou melhor, a exploração de uma mera paixão coletiva, sedimentando a importância de uma ação transformadora apenas da estrutura produtiva, isto é, uma nova dinâmica nas relações de produção. O inverso, entretanto, também é possível e, historicamente, ambas as situações já foram vivenciadas. O primeiro caso poderá levar a um falso idealismo revolucionário e, em um curto período histórico, todos os momentos que formam o arcabouço superestrutural, ético, moral, cultural, poder-se-ão fundamentar e se desenvolverem para justificar a substituição do velho pelo novo, do tradicional pelo progressista, apenas na aparência, sem tocar, todavia, na essência. Cremos que a experiência revolucionária de 1917 na Rússia, sob a liderança de Lenin e Trotski, é um exemplo histórico adequado a esta condição pelo rumo tomado, sobretudo, a partir de 1923.

Quanto à segunda probabilidade, a história recente é rica de experiências. As ditaduras burguesas têm bem claro sua essência adequada a estas condições. Basta lembrar os movimentos europeus de cunho nazi-fascistas nos quais a sociedade absorvia, em delírio, os agressivos discursos das lideranças políticas que conclamavam as massas à adesão, às guerras de conquistas e á criação de novas fronteiras políticas, como fonte de enriquecimento. Para estes movimentos, o desenvolvimento único da esfera produtiva seria responsável pela transformação qualitativa da sociedade. Os Estados cesaristas, na história recente da América Latina, são outros exemplos dessa falsa visão. Basta lembrar que, no Brasil pós-64, desenvolvia-se e difundia-se a crença de que as condições, naquele momento, estavam naturalmente maduras para o "Brasil Grande". O "milagre brasileiro" era e deveria ser apenas econômico e em si mesmo se bastava. A lógica cínica - é necessário primeiro crescer o bolo para depois dividir - acompanhava e explicava todas as estatísticas de desempenho do setor produtivo. A sociedade se negava a

Labim/UFRN

perceber que o mero crescimento econômico, a qualquer preço, criava uma lógica própria, portadora de uma "ética" e de um valor exclusivo entre as esferas sociais, na qual a consciência de liberdade projetava apenas o crescer, incompatibilizando-se com toda e qualquer racionalidade do dividir. A compreensão de modernidade atomizava no tecido social uma falsa premissa de liberdade, uma vez que ela, a liberdade, se realizava apenas a partir da probabilidade do econômico.

Infelizmente, em ambos os casos todos os valores espirituais da sociedade - a moral, a ética, a cultura são levados a um processo de deterioração que, sem dúvida, serão, em um curto espaço de tempo, os elementos mais palpáveis da falência do sistema, ou do projeto de governo colocado em prática como sendo a fonte de realização da sociedade.

A medida que uma sociedade opta por um processo de desenvolvimento, cujos elementos básicos de sustentação se sedimentam apenas num processo de industrialização que avança desordenadamente, a estrutura produtiva se desgarra dos elementos fundamentais da superestrutura, os únicos com capacidade de subsidiar uma racionalidade nas relações orgânicas entre Capital e Trabalho. E é esta racionalidade ilusória, porém concreta, porque cria os mitos sociais e a utopia, por ser precariamente estabelecida nas sociedades subdesenvolvidas, mas que assumiram um dinâmico papel de complementaridade nas relações internacionais do grande capital, a exemplo do Brasil, que vai ser responsável pela criação do indivíduo desprovido da consciência do ser social, do cidadão sem cidadania. Os indivíduos percebem o seu eu como algo contido apenas em si mesmo. Ele se vê tão somente resultado do seu próprio esforço ou como universo de si mesmo.

O processo de formação de valores e a própria compreensão da realização do valor, socialmente difundido no Brasil, tem, sem dúvida, um caráter próprio e aspectos específicos. Contudo, se os sedimentos culturais são produtos de uma historicidade própria de cada sociedade, as formas com que estes valores se exteriorizam, no Brasil, refletem um caráter nacional, carente de uma racionalidade que seja capaz de definir os diversos aspectos inerentes às esferas sociais e que, por sua vez, dêem condições às mesmas de serem realizadoras de funções específicas de seu próprio universo. Daí porque as relações sociais no Brasil se apresentam com características cosmopolitas e conseqüentemente carentes de um caráter nacional. Em uma entrevista brilhante, muito recentemente dada ao Jornal do Brasil, o Professor Cristovam Buarque é traído pelo que poderíamos chamar de "inconsciente social", exemplo que reflete a assimilação e reprodução daquilo que estamos considerando como falso valor. Dizia ele em sua entrevista:

Labim/UFRN

"... Aliás, nos Estados Unidos, há até aquela lei que obriga as crianças negras a estudarem em bairros brancos, e vice-versa. Imaginem se no Brasil tivéssemos boas escolas, igualzinho, e pudéssemos em nome da integração nacional que crianças pobres fossem estudar em áreas ricas, e as ricas, nos bairros pobres. Duvido que a esquerda tivesse coragem de propor isso. Nem eu proponho, porque a gente está muito atrasado."
(Jornal do Brasil, 12.05.92 Caderno 1)

Ora, sabemos que a questão racial estabelecida na cor, é um problema que deve ser visto sob duplo aspecto. O primeiro é que a diferença de cor é de natureza biológica e, por conseguinte, natural. Não há por que nem como criar esforços para negar a existência de diferentes raças. O segundo é que os problemas advindos da questão racial são de natureza cultural e, sendo assim, superáveis. No momento em que a sociedade americana percebeu que esta questão era um elemento que ameaçava a sua integridade nacional criou mecanismos os mais diversos, como sejam, de ordem econômica, discussões públicas, propaganda nos meios de comunicação, leis reguladoras das relações entre os cidadãos etc., na tentativa de superar o problema. Como o racismo e os problemas dele advindos se estabelecem apenas no âmbito cultural, superar a cultura tem, como conseqüência, perceber a estupidez da intolerância racial e compreender que as diferenças de cor entre os homens é natural e a segregação racial é incoerente e incompatível com a dignidade humana. Mas, no caso da miséria social isto não se dá. Ela é um problema de natureza meramente econômico-social e, mesmo que, se no Brasil ela criou formas de expressão cultural, tal cultura da miséria não deveria, em hipótese nenhuma, ser tolerada nem tão pouco deveriam criar-se mecanismos de tolerância a ela. A sociedade, expropriada dos seus elementos básicos definidores de valores realizadores do caráter nacional, apropria-se de elementos superestruturais inspirados em sociedades mais desenvolvidas. Por isso, um mero processo imitativo em escala nacional é responsável pela assimilação e reprodução de uma compreensão de desenvolvimento e de modernidade social, sem nenhum suporte racional, adequado aos padrões contemporâneos do capitalismo.

Não se pode levar em consideração apenas o significado etimológico das palavras nem, tampouco, os valores ou significados teóricos que estejam sendo ensinados nos compêndios, ou como deva ser o indivíduo bem comportado. Mas, o importante é perceber os valores que permeiam a sociedade e orientam a conduta do homem coletivo. É claro que os compêndios, os dicionários, bem como o entendimento dos indivíduos, não permitem suscitar dúvidas quanto ao significado do ser honesto ou desonesto, do ser íntegro ou não, do ser pontual ou

Labim/UFRN

impontual, e assim por diante. Porem no momento do exercício do comportamento coletivo, ou quando se é chamado a representar uma ação coordenada, institucionalizada, os elementos negativos ou negadores da função social são passivamente associados à uma funesta neutralidade. O uso de certas expressões fluem com benevolência no corpo social para abrandar o real significado das palavras: são "sabidos" aqueles que enriquecem em pouco tempo; os que desrespeitam publicamente as instituições simplesmente não "olham para ninguém"; as falcatruas são "coisas de político", e assim sucessivamente. Não se trata da um mero pacto da mediocridade, mas sim a cotidianidade deste pacto que leva a sociedade à adesão destes elementos como uma medida social de "valor socialmente aceito". Recentemente, diante de denúncias de uma enorme quantidade de irregularidades no Executivo, considerável número de nomes, politicamente expressivos, defendiam a necessidade do silêncio como forma de preservação das instituições democráticas. O que vivenciamos realmente, é a difusão de uma lógica com a qual, em nome ou defesa de um bem chamado "democracia", temos de conviver, aprendendo a aceitar o ilegal como único meio de proteger o legal.

Nos países centrais, onde as relações estabelecidas entre os agentes econômicos são regidas por normas e funções definidas, reguladoras do comportamento social, há todo um complexo de valores éticos, culturais e morais, que viabiliza um convívio eticamente regulado entre o Capital e o Trabalho. Nos países subdesenvolvidos ao contrário, a ordem econômica estabelecida se constitui no elemento definidor e ordenador do comportamento social. As normas internas constituídas, subsumidas nas relações econômicas, respaldam a lógica da exploração máxima do trabalho pelo capital. Convive-se com a pobreza extrema, mas fala-se em padrão de desenvolvimento econômico; explora-se o direito absoluto da individualidade, mas nega-se o direito à realização das normas coletivas; fala-se da necessidade de se superar a intolerância das normas e condutas sociais estabelecidas pelo padrão racional de desenvolvimento do capitalismo, mas exige-se a aceitação plena da individualidade; critica-se com a ênfase de quem é senhor da razão a intolerância das condutas normatizadoras das funções sociais, mas pratica-se como senhor absoluto a individualidade como razão absoluta; discute-se os padrões de democracia, do liberalismo, do capitalismo, etc., sob o pomposo nome de " novos agentes da modernidade", mas ainda não se é capaz de obedecer a um horário previamente estabelecido. É como se a hora correta fosse "aquela em que eu me faço presente", e não aquela que os relógios indicam. Fala-se com elegância em Modernidade, no entanto, a compreensão que temos do social esbarra em uma extraordinária dificuldade, pois carece de dimensões reais e próprias dos elementos superestruturais e estruturais que se fazem essenciais para a integração e realização de uma dinâmica transformadora. Dinâmica esta que seja capaz de caracterizar a "solidariedade orgânica" inerente às sociedades modernas de classe.

Labim/UFRN

Somos, sem dúvida, a conseqüência de uma estrutura cultural cosmopolita, mas extremamente necessitada de um caráter nacional e de uma dinâmica realizadora da integração na historicidade e de sua época.

A sociedade no Brasil está sendo induzida cada vez mais a perder o espírito empreendedor. Os grupos elaboram seus próprios mecanismos de defesa e se plantam em fronteiras culturais, psicológicas e estáticas, criadoras apenas de ritos (alguns sem dúvida particularmente vantajosos). A sua história social nestas últimas décadas tem se caracterizado por um verdadeiro estado de anomia. O Erário é um exemplo desta anomia. Esta esfera, riquíssima em delitos, daria margem, sem dúvida, à elaboração de uma enorme lista de órgãos e instituições fraudadas com as mais diversas e variadas formas, mas paupérrima, ou mesmo absolutamente ausentes de culpados. Se a sociedade, em geral, não coloca em evidência esta realidade, se não pelo contrário, direciona toda a sua energia e crenças para a "sorte": compra-se uma determinada marca de margarina acreditando na sorte de ganhar uma casa ou um fundo permanente de pensão; ou compra-se ainda, um tablete de chocolate de baixíssima qualidade, que lhe pode valer um automóvel de luxo e ainda Tele-Sena, Sena, Loto, Jogo do Bicho, Raspadinhas, Baú da Felicidade, etc., todas estas modalidades de valor ético bastante duvidoso passam a ser responsáveis pela fusão de interesses entre o grande capital e a sociedade política que, acreditando na supremacia da estupidez coletiva, se utilizam dos meios de comunicação para investir maciçamente nestes expedientes. Assim, são responsáveis pela criação de dois traços psicológicos de natureza bastante convergentes: aquele que se realiza e o outro que apenas se eterniza na ilusão. No entanto, se no primeiro caso a natureza é muito mais concreta porque se realiza no lucro, no segundo é ilusória, uma vez que a probabilidade de ganho é ínfima. Porém se combinam numa verdadeira passividade contemplativa, elaborando uma visão de mundo, realizadora de um comportamento social sem personalidade. Estas e outras características do comportamento coletivo, criaram mitos e símbolos realizadores de sentimentos, que levaram a sociedade brasileira a se adaptar aos rigores da carência plena. Possibilitou e consolidou, ainda, ao longo de sua história, a existência de uma sociedade destituída de valores socialmente agregados, onde foi despertada uma consciência da existência da propriedade, mas não foram construídos elementos capazes de ditar normas sociais que orientassem na construção de uma ética realizadora dos deveres à posse. Assim, numa sociedade que carece de normas reguladoras do ethos social, a individualidade se configura como o único meio dinâmico que capacita a realização do ser. Neste aspecto, a compreensão do lucro, desprovido da racionalidade ("levar vantagem em tudo"), apresenta-se como a única e elementar característica realizadora de funções. O capital é concebido como uma atividade alocativa mas sem nenhuma ética distributiva. Desta forma, uma sociedade desapropriada de todos os meios que lhe capacita a inte-

Labim/UFRN

grar-se no processo de desenvolvimento que a ela se apresenta e, plenamente submetida às pressões decorrentes desta situação, os fatores econômicos passam a ter um enorme peso na orientação e realização da conduta pessoal.

Por isso, segundo Florestan Fernandes, em nossa sociedade

> *" As "classes" são identificadas com a herança colonial, com tradição de estilo de vida "à la Grande" com o orgulho e o paternalismo ibérico, com a apatia e o conformismo das massas, etc. Perde-se de vista o essencial como a emergência de novas realidades econômicas, sociais e politicas, vinculadas à exploração capitalista, permitida a revitalização de atitudes, valores e comportamentos estamentais. E negligenciam-se as conseqüências que aparecem na superposição de orientações de valor exclusivas (de classe e estamentos) e na persistência da acumulação de desigualdades sociais numa sociedade global na qual a estratificação bifurcada cedeu lugar a uma estratificação pluralística".* (FERNANDES, Florestan. 1975. pg.39).

Isto é exatamente o inverso do que a modernidade exige de uma sociedade de classe, ou seja, os diversos aspectos da realização do indivíduo não podem ser dissociados da vontade coletiva nem da historicidade do seu tempo. A própria objetividade do querer pessoal é orientada pela subjetividade da vontade coletiva. O comportamento do individuo, a sua relação com a coletividade, a compreensão de uso e valor dos bens públicos, o respeito para com as coisas do próximo e do público e a própria opção a profissão, bem como o exercício das obrigações estabelecidas são determinadas e definidas a partir de interesses comuns, porque é fruto de uma visão de mundo adequadamente elaborada com a racionalidade do ser social. São estas característica elementares, necessárias à realização dos aspectos mais visíveis da modernidade. Inclusive e sobretudo porque, as instituições são instâncias que se caracterizam como realizadoras de funções definidas.

No Brasil contemporâneo, no entanto, as instituições públicas se caracterizam muitas vezes, como corporações de interesse próprio. O homem político, não raro, tenta mascarar sua própria filiação partidária, e muito claramente, em seus discursos e campanhas se define como empreendedor pessoal de obras públicas ou se comporta como líder impessoal da coletividade desprotegida. São raros os panfletos ou "out doors" que identificam o político à sua agremiação partidária. Isto se explica pelo fato de que a imagem definidora que pretende

Labim/UFRN

construir e divulgar é a de que é ele quem merece o crédito e não a Instituição que ele representa. O importante é a reprodução lógica de que ele está acima de toda e qualquer instituição ou partido.

Não é por ingenuidade ou por compaixão que se fala com tanta veemência na miséria do povo. O degradante está em se eleger a miséria da ética para viabilizar a miséria do econômico e do social; exploram-se fenômenos que muito pouco, ou nada, dizem respeito ou são responsáveis diretos pelas condições históricas que sedimentaram a angústia social. Esforços são conduzidos para mascarar a realidade e as reais razões que deixaram uma extraordinária parcela da população em condições sub-humanas. A inflação foi o tema eleito para tornar-se a lei responsável pelas condições sociais, passando a ser explicada como uma causa, quando na realidade é uma mera conseqüência de uma estrutura produtiva realizadora de valor que, se num dado momento consegue estabilizar a moeda, em hipótese nenhuma deixa de super valorizar as demais mercadorias. O preço da moeda é igual à magnitude da miséria social. Como o dinheiro está predominantemente em boa parte das relações vitais da sociedade, e mais, sendo o meio mensurável por onde todos os elementos da modernidade se realizam, dois princípios contraditórios vão ser responsáveis pela efetivação da ética realizadora do comportamento coletivo social: do lado do rico, a difusão da sórdida filosofia : "não é desonra ser pobre", "pobreza não é defeito, o que vale é a riqueza da alma", etc. Não é à toa que uma "super" apresentadora de TV, dominadora de um público onde se incluem milhões de crianças subnutridas, analfabetas que moram em uma coisa que podemos chamar de tudo, menos de uma casa, tem como seu "slogan" diário e predileto, cantado em melodia de fácil absorção: "Hoje é dia de folia, o meu coração quer convidar você, prá cair na brincadeira, com o maior prazer." Do lado do pobre, a compreensão individual da importância do ser ético, é uma compreensão expressa no senso comum de que todos os meios são lícitos para se ganhar dinheiro, e se não o tenho é porque Deus assim o quer. São estes dois discursos contraditórios que realizam o comportamento socialmente já assimilado. Por outro lado, a apatia e a dissimulação da pobreza extrema, a neutralidade, a passividade, etc., combinam perfeitamente com a natureza do discurso ideológico do político tradicional. No abuso de expressões com que cotidianamente a sociedade política invade os meios de comunicação, para afirmar e confirmar o seu desempenho, as mais expressivas e notáveis são aquelas que falam do caos ou catástrofes iminentes do tipo "estamos no fim do poço", "mergulhados num mar de lama", " temos que mudar" ... etc.. No entanto, o apego aos privilégios historicamente estabelecidos é a regra orientadora que há séculos norteia a ação do ser político. A impunidade é uma conquista de propriedade e de segurança e sobre ela repousam as condições atuais.

Labim/UFRN

Sem dúvida não seria de um todo incorreto, mensurar que o maior patrimônio de político brasileiro é o analfabetismo. Preservar este patrimônio é um "dever" sobre o qual viabiliza-se a reprodução de ambos - político e analfabeto .

Na infindável esperança de uma melhora, o Ser social, desapropriado do saber e do comportamento racional da historicidade de sua época, condiciona-se à realidade estabelecida, não lhe restando outra alternativa senão voltar-se para o sobrenatural, para o mito, como únicas verdades que poderiam resgatar a sua dignidade. Mas, neste estado de extrema carência e ambiguidade, onde convive com a abundância e vive na miséria, é obrigado a sufocar toda e qualquer queixa pois foi assim que aprendeu com a cultura do "homem cordial" que vive "deitado eternamente em berço esplêndido". Em compensação, aqueles que realmente vivem neste" berço esplêndido" aprenderam a acreditar que o limite da miséria coletiva encontra uma fronteira apenas no aniquilamento, realizando seu ethos do comportamento no "temos que mudar".

Dois aspectos de valores sociais estabelecidos, dois esteios de um edifício cultural solidamente construído na abundancia de uma única matéria prima - a miséria - são responsáveis pela construção daquilo que alguns teóricos chamam de uma "cultura cosmopolita", ou seja, a ausência de um caráter nacional ou, infelizmente, mais trágico ainda, a evidência de serem tais características, a essência do caráter nacional, isto é, uma cultura fortemente submetida ao senso comum de uma ética singular, qual seja, "Deus assim o quer" ou "somos todos irmãos".

Labim/UFRN

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, Florestan. Capitalismo Dependente e Casses Sociais na America Latina. Zahar, Rio de Janeiro, 1975.

LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe. Publicações Escorpião, Porto, 1974.

NETTING, Robert Mc. The Ecological Aproach in Cultural Study, 1971.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espirito do Capitalismo. São Paulo, Bibl.Pioneira de C. Sociais. 1967.

Labim/UFRN

FORMAÇÃO, EVOLUÇÃO E CRISE DO PLANEJAMENTO ESTADUAL NO RIO GRANDE DO NORTE (1961-1990)

*Profª Dinah dos Santos Tinôco**
PPGA/UFRN

* Doutora pelo Institut d'Urbanisme de Paris - Université de Paris Val de Maine

Vivência, Natal, v. 7 n. 1, p. 107-124, jul/dez. 1993

Labim/UFRN

Labim/UFRN

INTRODUÇÃO

O planejamento governamental no Rio Grande do Norte pode ser abordado a partir de três principais momentos:

O primeiro compreende o decênio 1961-1970 e caracteriza-se pela implementação das bases institucionais-administrativas e técnico-financeiras que deram suporte ao surgimento dessa atividade no Estado.

O segundo diz respeito ao período situado entre 1971-1981, refere-se à administração dos governadores indicados, os quais estabeleceram maior sintonia entre as instâncias estaduais e federais de governo, que a partir da institucionalização do Sistema de Planejamento Estadual do Rio Grande do Norte-SISPLAN-RN, na qualidade de subsistema do Sistema de Planejamento Federal, obedeceu a técnicas e procedimentos unificados para todo o país, no contexto de ampla centralização financeira e decisória imposta pela União.

O terceiro, a partir de 1982, compreende a gestão dos governadores eleitos e caracteriza-se pela crise do planejamento nas diferentes esferas administrativas. O planejamento de médio e longo prazos a nível nacional, foi solapado por sucessivos planos conjunturais de caráter emergencial. Ocorreram reformulações no aparato institucional estadual inspiradas em modificações efetuadas pela esfera federal de governo, bem como readequações suscitadas pela nova carta constitucional.

Esse trabalho tem por objetivo, examinar, de acordo com a periodização acima estabelecida os principais fatores de ordem externa e interna ao aparato institucional-administrativo estadual, que influenciaram de alguma maneira, a formação, evolução e crise do planejamento estadual no Rio Grande do Norte. Derivou de duas pesquisas intituladas: ***"Planejamento Estadual no Rio Grande do Norte 1961/1979"***, e ***"O Sistema Estadual de Planejamento do Rio Grande do Norte e os procedimentos por esse adotado nos anos 80"***, ambas contaram com o plano de apoio a pesquisa do CNPq.

1 - ANTECEDENTES DO PLANEJAMENTO ESTADUAL

O planejamento emergiu no estado do Rio Grande do Norte no início dos anos sessenta, suscitado por amplas possibilidades que se abriram a essa atividade no contexto internacional e nacional.

Labim/UFRN

No âmbito internacional, destacou-se a ajuda externa americana ao nordeste do Brasil, motivada tanto pela conjuntura regional devido à presença das Ligas Camponesas, quanto pela política anti-americana de Fidel Castro. Nesse contexto, foi firmado em 1961 o acordo Aliança para o Progresso, entre Estados Unidos e Brasil, com a finalidade de financiar infra-estrutura econômica e social, bem como cooperação técnica e investimentos produtivos (ROBOCK, 1963).

Havia interesse por parte dos países centrais em preservar os sistemas capitalistas, de toda e qualquer ameaça de transformação do regime. De acordo com CARVALHO (1979), o Brasil foi ***"ideologicamente envolvido"*** pela necessidade premente de planejar seu desenvolvimento. O ideário da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, deu o suporte teórico-metodológico com ampla repercussão nos meios acadêmicos e administrativos nacionais. Criada em 1949, a CEPAL orientou o tipo de planejamento governamental adotado nas diferentes instâncias administrativas, inclusive nos estados federados, ao longo de aproximadamente três décadas, a partir de 1960. Essa instituição prestou assessoria a realização de estudos e diagnósticos sobre a dinâmica das economias periféricas, e propôs a industrialização deliberadamente conduzida pelo Estado, enquanto ***"gerente fundamental da política de desenvolvimento"*** (RODRIGUEZ, 1981, p. 265), que se traduzia num maior intervencionismo estatal, mediante ampliação do papel do Estado a nível jurídico-institucional e econômico, tendo por conseqüência a expansão da tecnoburocracia.

Assim, foram criadas, nas várias esferas da administração pública brasileira, instituições as mais diversas: órgãos federais, regionais e estaduais de planificação, instituições bancárias e creditícias. No âmbito da empresa privada, escritórios de consultoria vieram ampliar o leque das instituições voltadas para o planejamento governalmental.

1.1 - Origem do Planejamento Estadual no Rio Grande do Norte- 1961/1970.

A adoção do planejamento governamental no Rio Grande do Norte, só ocorreu de forma sistemática, no início dos anos sessenta, quando ***"o planejamento do desenvolvimento"*** já constituía no país, sinônimo de eficiência administrativa e modernidade. Fazia-se necessário a implantação de todo um aparato institucional-administrativo e técnico-financeiro, inclusive para possibilitar a negociação de recursos externos, que requeria a elaboração de projetos dotados de alguma especialização técnica.

Do ponto de vista institucional, foi criado em 1º de fevereiro de 1961,

Labim/UFRN

no dia seguinte à posse do Governador Aluízio Alves, o primeiro órgão especialmente voltado para o planejamento estadual: a Comissão Estadual de Desenvolvimento - CED (Dec. 3.804/61), integrada por técnicos treinados na SUDENE. A mencionada Comissão foi pioneira na realização de estudos e diagnósticos sobre a economia estadual, tendo elaborado o primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Norte 1961-1965, mediante assessoria técnica da CEPAL e da SUDENE.

Porém, o Estado precisava promover adequações tanto nos instrumentos de captação de recursos, como na geração de informações para subsidiar a sua ação. O caráter anacrônico da máquina administrativa, pode ser constatado através das palavras do então Governador Aluízio Alves (1961-1965): ***"Foi necessário quase começar tudo de novo. Durante dois anos fazer a Lei da Reforma Administrativa, sua regulamentação, as leis complementares de enquadramento de pessoal, a formação de funcionários especializados, a implantação"***(1). Para tanto, o Governo contratou uma consultoria do sul do país, a PLANASA, para elaborar uma ampla reforma administrativa,ao mesmo tempo que deu continuidade ao treinamento do quadro técnico estadual na SUDENE e na CEPAL.

A referida reforma administrativa, regulamentada pelas leis 3.088/64 e 3.148/64(2), promoveu a modernização da máquina administrativa estadual, através de modificações estruturais: retirou da esfera do chefe do executivo estadual, nove dos doze órgãos a ele diretamente subordinados(3). Permaneceram vinculados ao gabinete do Governador apenas a Casa Civil, a Casa Militar e o órgão responsável pelo planejamento governamental, que passou da categoria de autônomo para órgão diretamente vinculado ao Governador, tendo sua personalidade jurídica modificada. Em vez do antigo Conselho Estadual de Desenvolvimento, foi criada a Assessoria de Planejamento Coordenação e Controle - APCC, à qual caberia a elaboração, coordenação execução e controle de planos globais de governo, enquanto a programação setorial era de responsabilidade das assessorias das Secretarias Setoriais.

Os órgãos de atividade meio também sofreram modificações, a Secreta-

(1) Cf. Rio Grande do Norte - Governo do Estado 5a mensagem Anual Gov. Aluízio Alves. Natal, junho de 1965, cap. 1. Mensagem não paginada.

(2) Cf. Planejamento Assessoria Administrativa Ltda Atualização Administrativa do Estado do Rio Grande do Norte. Governo Aluízio Alves. São Paulo s/d.

(3) Estavam diretamente vinculados ao Gabinete do Governador a Consultoria Geral do Estado, Casa Civil, Casa Militar, Procuradoria Jurídica do Rio Grande do Norte na capital federal, Assessoria de Convênios e Serviços Especiais, Assessoria de esportes, Centro de Documentação e Informação, Assessoria de Recreação do Estado, Comissão Estadual de Teatro, Serviço Estadual de Compras e Cursos de Administração.

Labim/UFRN

ria de Finanças e o Departamento Estadual de Estatística permaneceram na nova estrutura, porém, foram criados nesse nível a Superintendência de Obras do Estado, o Departamento Jurídico e o Departamento de Administração, ao invés do antigo Departamento de Serviço de Pessoal.

Quanto aos órgãos de atividades fim, algumas alterações foram efetuadas, apesar da permanência de diversas instituições já existentes, tais como: Polícia Militar e Secretaria de Educação e Cultura. Foi criada uma única Secretaria de Interior e Segurança, em vez das duas anteriores. A Secretaria de Saúde e Assistência Social foi desdobrada em Secretaria de Saúde Pública e Departamento de Serviço Social do Estado. A Secretaria que aglutinava agricultura, indústria, comércio, viação e obras públicas foi substituída pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para tratar de todos os problemas relativos ao desenvolvimento.

A atividade de planejamento governamental, embora embrionária, foi revestida de condições político-institucionais e operacionais que lhes deram suporte. O Governo criou o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FDES (Lei 2.795 de 11 de maio de 1962), para prestar viabilidade financeira ao primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social. Os objetivos do mencionado plano foram revistos ainda durante a gestão do Governo que o elaborou, sendo redefinidas prioridades, concentradas anteriormente nos setores industrial e agrícola, e doravante nos setores agro-pecuário e de infra-estrutura econômica e social. No decorrer dessa gestão administrativa diversos outros planos setoriais foram formulados e novas instituições criadas para implantá-los, principalmente nos setores de eletrificação, telecomunicação, água e esgoto, saúde, e habitação(4). Dessa maneira, plantou-se toda uma base infra-estrutural que daria suporte ao planejamento estadual nos anos subseqüentes.

A administração seguinte (Monsenhor Walfredo Gurgel, 1965-1970) foi igualmente apoiada por um instrumento norteador das ações de governo: o II Plano de Desenvolvimento Econômico e Social. Eram três os objetivos básicos perseguidos: recuperação e dinamização da agropecuária do Estado, promoção de um processo de industrialização e aceleração da reforma administratriva. Na prática, as ações empreendidas dirigiram-se principalmente para os dois últimos objetivos.

O incentivo a industrialização se processou principalmente através dos seguintes instrumentos: dotação de infra-estrutura básica, incentivo a criação de

(4) Foram criadas a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte - COSERN (Lei 2.721/61), a Companhia de Águas e Solos do Rio Grande do Norte - CASOL (Lei 2.817/61). Fundação de Habitação Popular - FUNDHAP (Lei 2.891/63) entre outras.

Labim/UFRN

um distrito industrial, instituição de uma companhia de economia mista para prestar estímulo ao setor industrial; a Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte - COFERN, criada em 1967, para financiar a elaboração de projetos, efetuar estudos e pesquisas, e estabelecer incentivos fiscais e financeiros para a indústria.

Deu-se prosseguimento a reforma administrativa iniciada na administração anterior(5), visando estimular a carreira de funcionário público, promover a reformulação das instituições governamentais, objetivando melhor desempenho técnico e financeiro.

Em 1968, foi elaborado pela primeir vez no Estado, o Orçamento Plurianual de Investimentos, pela Assessoria de Planejamento Coordenação e Controle, para o período 1968/70. A ênfase atribuída ao orçamento como instrumento primordial de planejamento, perduraria contrapondo-se inclusive a atividade de planejamento propriamente dita.

Esse período foi marcado por profundas modificações jurídico-institucionais, introduzidas pelo regime militar, com reflexos no aparato administrativo estadual. Entre as mais relevantes, podem ser destacadas: a Reforma Tributária (Lei nº 5.172/66) e a Reforma Administrativa (Decreto Lei 200/67).

A primeira visava canalizar maior volume de recursos para os cofres públicos e fortalecer o Sistema Tributário, no sentido de permitir ao Estado o desempenho de suas novas funções, capacitando-o a promover o processo de acumulação. Dessa maneira, a cobrança dos principais tributos foi centralizada pelo governo federal e conseqüentemente o poder decisório sobre as inversões.

A segunda, introduziu uma ampla pauta de modificações na atuação do Estado. Instituiu o orçamento programa, a sistemática de transferência de recursos vinculados a programas específicos, descentralizou a execução dos encargos federais, exercendo entretanto a coordenação e o controle, entre outras medidas. No âmbito do planejamento, regulamentou todo um aparato institucional, criou o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, órgão central do sistema de planejamento e orçamento e o Ministério do Interior, incumbido de coordenar todas as políticas voltadas para as questões urbanas e regionais da país.

(5) Vale ressaltar que o governo Walfredo Gurgel era da mesma tendência política do ex-governador Aluízio Alves tendo sido vice-governador na sua administração (1961-1965).

Labim/UFRN

2 - FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE - SISPLAN-RN (1971-1981)

De um modo geral, a década de setenta apresentou condições favoráveis ao planejamento, porém, a um tipo específico de planejamento centralizador e excludente. Os representantes do executivo estadual passaram a ser nomeados, perdendo a legitimidade outorgada pela aclamação popular.

Em 1972, a criação da Secretaria de Articulação dos Estados e Municípios - SAREM, logo após a regulamentação do Sistema de Planejamento Federal, visou promover a integração da União com as demais esferas de governo, mediante programas de cooperação técnica e incentivo a formação e institucionalização nos Estados de Sistemas Estaduais de Planejamento, semelhantes ao modelo adotado pela União, bem como, incentivou a unificação de normas e procedimentos para todo o país.

A década de setenta iniciou-se sob os auspícios do ***"milagre brasileiro"***, para no final de 1973, assistir ao desencadeamento da crise. Os anos seguintes foram marcados por altas taxas de inflação e endevidamente externo. Contudo, as elevadas taxas de crescimento da economia brasileira no período do milagre, serviram de parâmetro para o delineamento de objetivos ambiciosos para o país no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento, levando as empresas públicas e privadas ao endevidamento(6).

Na esfera estadual de governo, foram introduzidas adequações do aparato administrativo estadual aos novos dispositivos legais instaurados pelo regime militar. Por outro, o processo de desenvolvimento da economia estadual pautou-se fundamentalmente na adoção de novos e inusitados projetos agrícolas pelo executivo estadual então nomeado(7).

A administração estadual foi reestruturada através de uma reforma administrativa que contou com a consultoria do Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público da Bahia(8). A nova estrutura foi consubstanciada pela

---

(6) Cf. Celso Furtado *"O Brasil Pós-Milagre"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

(7) O professor Cortez Pereira foi designado para assumir a chefia do executivo estadual, sendo empossado no cargo no dia 15 de março de 1971. Na sua administração, inaugurou um conjunto de novos programas agrícolas com adoção de tecnologias modernas.

(8) O Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público da Bahia foi criado em 1964 pela Universidade Federal da Bahia denominado nessa ocasião de Instituto do Serviço Público da Bahia - ISP. Esse centro desenvolveu estudos sobre a administração pública dos estados nordestinos tendo prestado consultoria mediante apoio da SUDENE e da USAID.

Labim/UFRN

criação e reformulação de órgãos, e adoção de novos métodos organizacionais e processuais. A lei 3.957/71 de 38 de maio de 1971 instituiu a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral e a Secretaria de Administração. A primeira substituiu a partir daquela data o órgão de planejamento então vigente, a Assessoria de Planejamento Coordenação e Controle - APCC, absorveu o Departamento Estadual de Estatística encampando as suas funções e as do extinto Serviço Central de Orçamento.

A Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral - SPCG teve suas atribuições definidas pelo artigo 7º da mencionada lei 3.957/71:

> ***"A Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral é o órgão central do sistema de planejamento e orçamentação do Estado cabendo-lhe a sistematização, coordenação e controle da ação governamental planejada em todos os níveis da administração pública de modo a facilitar a atuação harmônica dos seus órgãos na promoção do desenvolvimento econômico e social".***

No que se refere aos aspectos legal e operacional, a mencionada Secretaria exerceu desde o início a coordenação do Sistema Estadual de Planejamento do Rio Grande do Norte - SISPLAN-RN. Isso deveu-se a liderança que imprimiu aos demais órgãos ainda pouco estruturados, devido a presença no seu quadro funcional de técnicos qualificados que lhes prestavam assessoria.

O tipo de planejamento então adotado, foi marcado por acentuada centralização financeira e decisória no âmbito federal de governo. Para pleitear recursos da União, os Estados tinham que adequar suas programações aos setores prioritários definidos pelo Governo Federal. Assim, foi desencadeado um amplo processo tático de negociação de recursos entre as instâncias federal e estadual, designado por técnicos da CEPAL/IPEA de ***"planejamento para negociação"***.

No decurso da década de setenta, verificou-se uma preocupação constante do executivo estadual com a eficiência da máquina administrativa, mediante

Labim/UFRN

contratação de trabalhos de consultorias[9], com a finalidade de promover a montagem e institucionalização do Sistema Estadual de Planejamento.

A modificação estrutural da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral foi introduzida pela lei 4.286/73 de 6 de dezembro de 1973, que procedeu a transformação do seu Departamento Estadual de Estatística no Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - IDEC, o qual passou a prestar apoio a Secretaria de Planejamento na execução de suas atividades.

O segundo quinqüênio dos anos setenta deu prosseguimento a montagem e institucionalização do Sistema Estadual de Planejamento. Nesse período, a realidade estadual foi pela primeira vez objeto de minucioso estudo, o Diagnóstico Estrutural do Rio Grande do Norte[10]. Concluído em 1975, elaborado por técnicos da Secretaria de Planejamento e Fundação IDEC, esse trabalho contou com assessoria permanente da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL e serviu de base para o Plano de Ação do Governo 1976-1979.

O Diagnóstico introduziu inovações metodológicas, estabeleceu indicadores e critérios no trato de problemas especificos, principalmente referente à questão espacial, tais como: reginalização do Estado através da definição das zonas homogêneas[11] estudo sobre hierarquia urbana, delimitação de áreas de influência dos principais centros urbanos do Rio Grande do Norte, índices de polaridade, entre outros.

---

(9) nos anos setenta a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral contratou diversos estudos. A Sociedade Brasileira de Serviços Técnicos e Econômicos Ltda de São Paulo - BRASTEC elaborou dois trabalhos: Estudos Institucionais para a Administração Geral e Estudos para a Institucionalização do Sistema de Planejamento e Programação. A empresa Processamento de Dados e Engenharia de Sistemas - PROCENGE S/A - Recife, elaborou seis documentos entre 1974 e 1975. Quatro dos seis foram localizadas na biblioteca de Secretaria de Planejamento do RN: Estudos Básicos para Institucionalização do Sistema Estadual de Planejamento, Implantação do Sistema Estadual de Planejamento e Estruturas Administrativas Básicas, Detalhamento do Sistema de Informação para o Planejamento e Programa de Implantação do Sistema Estadual de Planejamento do Rio Grande do Norte.

(10) O referido documento foi composto de oito volumes: Síntese, Recursos Naturais, Recursos Humanos, Aspectos Econômicos, Aspectos Sociais, Aspectos Urbanos, Metodologia e Coletânea de Mapas, tendo sido parcialmente atualizado em 1978.

(11) "... O conceito de zonas homogêneas num espaço sócio-econômico de qualquer extensão territorial... corresponde à definição daquelas partes do território que apresentam características homogêneas em toda sua extensão... A idéia básica é, que um espaço pode dividir-se em "unidades territoriais sócio-econômicas elementares", cujas características estruturais em toda a sua extensão apresentam grandes semelhanças senão concordâncias, não somente quanto a sua situação atual, mas também quanto a sua dinâmica passada (grifo no original Cf. Rio Grande do Norte. Governo do Estado Diagnóstico Estrutural do Estado - Metodologia, vol. VII, p.53.

Labim/UFRN

O Plano de Ação do Governo Tarcísio Maia (1976-1979) respaldou-se nos estudos efetuados pelo mencionado Diagnóstico, embora tenha considerado na definição de diretrizes para o Estado as orientações do II PND (1975-1979) para o Nordeste. Esse plano foi considerado o melhor dentre os demais planos estaduais já elaborados, visto que apresentou uma programação de investimento detalhada ao nível de metas e custos, proporcionando pela primeira vez a articulação entre planejamento e orçamento. As ações efetivamente desenvolvidas na segunda metade da década concentraram-se principalmente em investimentos industriais e infra-estruturais e de desenvolvimento urbanístico, não sendo concedido ao setor agropecuário o mesmo tratamento dispensado pela administração anterior, causando descontinuidade de alguns programas agrícolas tidos antes como prioritários.

A administração seguinte (Lavoisier Maia, 1979-1982) foi prejudicada por quatro anos consecutivos de seca, que comprometeu a produção agrícola estadual e canalizou as ações de governo para programas de emergência. Observou-se a continuidade do ***"planejamento para negociação"*** com o governo federal, sendo privilegiado os programas especiais de governo, a exemplo do POLONORDESTE. Essa gestão administrativa encerrou a fase dos governadores indicados em razão do processo de abertura política instaurado no país.

3 - A CRISE DO PLANEJAMENTO ESTADUAL (a partir de 1982)

Os anos oitenta foram marcados pela crise do planejamento governamental em todos os níveis de governo. Diversos fatores contribuiram para o desencadeamento e aprofundamento da referida crise, alguns externos ao aparato administrativo estadual, outros fortemente imbricados aos instrumentos e procedimentos por esse adotados.

Inicialmente deve ser destacada a grave situação econômica nacional, que reduziu sobremaneira os recursos para investimento nos Estados ao longo dos anos oitenta. Para fazer face a crise econômica sem precedentes na história do país, sucessivos planos de estabilização foram tentados, introduzindo mudanças de orientação da atividade econômica. Isso fez do planejamento de médio e longo prazo mera retórica.

Por outro lado, apesar da democratização do país, observou-se a persistência de comportamentos organizacionais instaurados pelo regime militar a partir da ampla centralização decisória e financeira no âmbito da União, que induziu os Estados federados a dar continuidade ao chamado ***"planejamento para negocia-***

Labim/UFRN

ção, visto que os investimentos dependiam na sua quase totalidade de transferências federais, vinculadas na sua maior parte a programas específicos e convênios, que obedeciam rigidamente a planos de aplicação formulados por ocasião da elaboração dos projetos; já que grande parte dos recursos próprios arrecadados pelo Tesouro Estadual, eram gastos com o custeio da máquina administrativa.

A esses fatores vieram se juntar outros agravantes, tais como, as estiagens que assolaram o Estado do Rio Grande do Norte (12) e que mobilizaram o governo estadual no sentido da criação e administração de programas de emergência, com vistas a combater os efeitos nefastos das secas.

Dos fatores internos ao aparato administrativo estadual pode ser destacados os mais diversos aspectos, tais como: 1) os procedimentos tecnicistas adotados pelo planejamento estadual, 2) inadequação e expansão da estrutura institucional-administrativa encarregada do planejamento estadual, 3) falta de uma política de recursos humanos para o planejamento.

No que se refere ao primeiro aspecto, ou seja, aos procedimentos utilizados pelo planejamento, observou-se nos anos oitenta a continuidade do planejamento tecnicista. Os planos de governo, formulados em gabinete, não refletiram as problemáticas estaduais. Observou-se um hiato entre os diagnósticos e a realidade, bem como, entre o conteúdo programático dos planos e a capacidade do poder público de pô-los em prática. Os diagnósticos basearam-se fundamentalmente em dados censitários, sem recorrer a pesquisa empírica enquanto instrumento de observação da realidade estadual. O tipo de acompanhamento adotado foi meramente físico e quantitativo, com vista a subsidiar a elaboração das mensagens governamentais, a serem apresentadas anualmente às Assembléias Legislativas, impossibilitando a percepção das facilidades ou dificuldades encontradas na condução dos diferentes programas De um modo geral não houve articulação entre planejamento e orçamenmto. Faltaram instrumentos que garantissem a viabilidade financeira dos plnaos governamentais. Contudo, vale ressaltar que dentro do contexto do ***"planejamento para negociação"***, os planos de governo constituíam-se principalmente em documentos para prestar legitimidade as administrações estaduais, do que em diretrizes de ação, visto que as prioridades eram estabelecidas à distância pela esfera federal de governo e a barganha por recursos públicos estava subordinada principalmente a práticas clientelísticas e fisiológicas e não a racionalidade outorgada pelo planejamento.

Quanto ao segundo aspecto, isto é, inadequação institucional dos órgãos

(12) As estiagens ocorreram no Rio Grande do Norte nos anos 80 principalmente nos três primeiros anos dessa década (1980- 1982) e no ano de 1988, desta vez juntamente com a devastação provocada pelo bicudo na produção algodoeira do Estado.

Labim/UFRN

e setores voltados para o planejamento, foi possível constatar[13] que a Secretaria de Planejamento perdeu a sua capacidade de coordenação e liderança do SISPLAN-RN. Isso se deveu principalmente a deficiência dos instrumentos criados para a coordenação, articulação e acompanhamento das instituições integrantes do SISPLAN-RN, visto que as Unidades Setoriais de Planejamento - USP's, divisões criadas no âmbito da Secretaria de Planejamento e das secretarias setoriais, não se desincumbiram de uma maneira geral da atividade de planejamento, mas somente da orçamentação. Apenas as USP's da Secretaria de Educação e Cultura e da Secretaria de Saúde Pública exerceram atividades de planejamento. As principais deficiências observadas nessas unidades, referem-se a falta de capacitação técnica de parte significativa dos funcionários, número reduzido do efetivo funcional alocado em algumas delas e constante remanejamento de pessoal.

Ainda pode ser destacado enquanto obstáculo institucional ao planejamento, a posição hierárquica inadequada da Secretaria de Planejamento[14], que conjugou duas atribuições incompatíveis: a de coordenação do planejamento estadual e executora de programas e projetos. Isso fez com que as secretarias setoriais a vissem como concorrente por recursos e se retraíssem para proteger as suas verbas. Por isso, convênios foram formuladas diretamente entre as secretarias setoriais e os ministérios correspondentes, sem que a Secretaria de Planejamento fosse informada, nem a nível programático, nem orçamentário, impossibilitando ao orçamento estadual retratar a situação financeira real do Estado, além de esvaziar a Secretaria de Planejamento do seu papel de coordenação.

Em razão tanto das deficiências da estrutura criada para exercer o planejamento estadual, quanto da tendência a superespecialização de órgãos para cada setor que se procurou incentivar, o aparato institucional-administrativo estadual expandiu-se acentuadamente obedecendo a padrões administrativos federais apresentando superposição de atribuição entre instituições da administração direrta e indireta.

O terceiro e último aspecto, a falta de uma política de recursos humanos, fez com que os técnicos pertencentes ao quadro funcional do Estado ficassem desatualizados devido ao isolamento dos mesmos, provocado pela inexistência de informações atualizadas, inacessibilidade às publicações especializadas, falta de incentivo a pesquisa que o tipo de ***"planejamento para negociação"*** provocou, além da evasão gradativa de parte substantiva do pessoal especializado devido aos

(13) A partir de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa o *"Sistema Estadual de Planejamento e os procedimentos por esse adotados nos anos 80"* coordenada pela autora desse trabalho.

(14) A Secretaria de Planejamento não tem quadro funcional. Os técnicos que a integravam foram incorporados a Fundação IDEC a partir de julho de 1979.

Labim/UFRN

baixos salários.

Duas gestões administrativas consecutivas se sucederam de 1983 a 1991, a do Governador José Agripino Maia (1983-1986) e a do Governador Geraldo José de Melo (1988-1991) além do Governo interino de Radir Pereira (1987)(15). A administração José Agripino Maia (1983-1986) adotou o planejamento de âmbito espacial. O Plano de Ação do Governo Agripino foi concebido a nível regional, para cada uma das cinco regiões do Estado. Nessa gestão deu-se início a programas ditos participativos, obedecendo a orientações federais e regionais. Porém essa participação era limitada apenas a consulta as bases por ocasião da elaboração dos referidos programas. A última administração dos anos oitenta não elaborou Plano de Governo, mas planos setoriais tais como o Plano de Irrigação, considerado prioridade deste governo. Assim o planejamento foi ao longo dos anos oitenta esvaziado até mesmo enquanto instrumento de legitimação da ação do poder público em todos os níveis.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o presente trabalho abordou alguns dos principais fatores influentes na formação, evolução e crise do planejamento estadual no Rio Grande do Norte, é possível estabelecer as considerações seguintes:

O surgimento da atividade de planejamento estadual no Brasil deveu-se a uma complexa teia de relações e influências extremamente diversificadas, que conduziram os governadores a perceberem a ação planejada de governo enquanto meio para o alcance do desenvolvimento econômico e social, visto que, a atividade de planejamento foi divulgada e absorvida como atividade prospectiva, fortemente revestida de racionalidade.

Foram significativas as influências exógenas ao país, na formação dessa mentalidade favorável ao planejamento, devido em grande medida, ao renomado sucesso de reconstrução dos países europeus devastados pela guerra.

Destacou-se a atuação da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, que além de promover forte impulso a teoria de desenvolvimento econômico, prestou assistência técnica na década de sessenta, aos recentemente criados órgãos de planejamento. A tomada de consciência da necessidade de reduzir as disparidades regionais foi concretizadas pela criação de órgãos de planificação voltados para escala regional.

(15) Em razão da candidatura do então Governador ao Senado Federal.

Labim/UFRN

Outro importante agente influente na emergência da ação planejada de governo a nível estadual, foram as agências financeiras internacionais. Estas exigiram que os recursos solicitados fossem acompanhados de normas técnicas de aplicação que deveriam obrigatoriamente traduzirem-se em projetos de menor ou maior grau de complexidade.

Face a esse contexto, os governos estaduais tentaram perseguir ao longo da década de sessenta, dentro das oportunidades que lhes eram apresentadas, as etapas que conduziriam ao fortalecimento das estruturas administrativas estaduais.

Na década de setenta, deu-se prosseguimento a estruturação e institucionalização do aparato governamental estadual voltado para o planejamento, passando o mesmo em seguida a ser inserido dentro de um enfoque sistêmico. Porém, o contexto estadual era outro. O Estado não se encontrava mais absolutamente desprovido das mínimas condições infra-estruturais como no passado. Os governadores já não eram eleitos, porém indicados pela cúpula do regime militar para assumir a chefia do executivo estadual. Perdeu-se a antiga legitimidade outorgada pela aclamação popular. No entanto, novos mecanismos foram instaurados visando maior controle da sociedade. O planejamento veio servir de mediador nas relações Estado/União. A administração estadual do Rio grande do Norte, a exemplo das demais, extremamente carente de recursos, sobretudo financeiros, encontrava-se totalmente distituída de autonomia para conduzir os rumos da economia estadual.

Finalmente, a década de oitenta foi marcada pela crise do planejamento em todos os níveis de governo. Apesar da Constituição de 1988 ter acenado com alguma melhoria das finanças estaduais, mediante repartição mais eqüitativa dos tributos no âmbito dos estados e municípios, a recessão econômica não permitiu aumento significativo na arrecadação estadual do Rio Grande do Norte. A realidade ainda é preocupante e de incerteza, devido tanto a falta de um direcionamento efetivo da política econômica nacional, quanto do quadro econômico recessivo, agravado pelos efeitos nefastos da seca que dirigiu mais uma vez os esforços do poder público estadual para a administração de programas de emergência.

Labim/UFRN

BIBLIOGRAFIA

01 - BOISIER, Sérgio et al. **Análise del sistema de planeamiento estadual in Brasil**. Convênio CEPAL-IPEA. Rio de Janeiro, 1972.

02 - BRASIL. **Constituição**. Brasília, Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.

03 - BRASIL, II Plano Nacional de Desenvolvimento. II PND 1975-1979. Lei nº 6.151 de 4 de dezembro de 1974.

04 - BRASTEC/RN Governo do Estado/SEPLAN-RN. **Estudos para a Institucionalização do Sistema de Planejamento e Programação**, sl. jan., 73.

05 - CARVALHO, Horácio M. de. "Planejamento e estado nas sociedades capitalista". **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, n. 9, mar./1979.

06 - HADDAD. **Dimensões do planejamento estadual no Brasil**. Análise de experiências. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1985.

07 - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO Rio Grande do Norte - IDEC. **Diagnóstico Estrutural do Estado, vol. Síntese**. Natal, 1976.

08 - FURTADO, Celso ***"O Brasil Pós-Milagre"***. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.

09 - MATUS, Carlos. **Adios senhor presidente**, Caracas. Editorial Pomaire Venezuela S.A., 1987.

10 - OSLACK, Oscar. Políticas públicas e regimes políticos. Reflexões a partir de algumas experiências latino- americanas in **Revista de Administração Públicas**. Rio de Janeiro: FGV, 16(1):17-60, jan./mar., 1982.

11 - PLANASA. Planejamento Assessoria Administrativa Ltda. Atualização Administrativa do Estado do Rio Grande do Norte, Governo Aluízio Alves, São Paulo, sd.

12 - PROCENGE - Processamento de Dados e Engenharia de Sistema. **Implantação do Sistema Estadual de Planejamento e Estruturas Administrativas Básicas**. Recife, dez., 1974.

13 - Rio Grande do Norte Governador 1961-1961 (Aluízio Alves): 1ª Mensagem Anual (1961), 2ª Mensagem Anual (1962), 4ª Mensagem Anual (1964), 5ª Mensagem Anual (1965).

Labim/UFRN

14 - _____. Governador 1966-1970 (Walfredo Gurgel) Pensamento e Ação do Governo Monsenhor Walfredo Gurgel, continuar para crescer. Diretrizes do II Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Norte, Natal, 1965.

15 - _____._____ 4ª Mensagem Anual, Natal, 1969.

16 - _____. Governador - 1971-75 (José Cortez Pereira de Araújo) Plano de Ação do Governo, Natal, 1972.

17 - _____._____ - Mensagem Governamental, 1975.

18 - _____. Governador 1975-1979 (Tarcísio Maia), Plano de Ação do Governo 1976-1979, Natal, SEPLAN, 1976.

19 - _____._____ - Mensagem a Assembléia Legislativa 1979, Natal, 1979.

20 - _____. **Mensagem** do governador Lavoisier Maia à abertura das sessões legislativas, 1983.

21 - _____. GOVERNO DO ESTADO/SEPLAN/IDEC. **A ação do governo (1983-1987)**. Natal, 1984. Mimeog.

22 - _____. **Mensagem** do goernador José Agripino Maia à abertura das sessões legislativas, 1985.

23 - RIO GRANDE DO NORTE/GOVERNO DO ESTADO/SAG-CEPA. **Programa de Irrigação do Estado**. Natal, 1988. Mimeog.

24 - _____. **Mensagem** do governador Geraldo Melo à abertura das sessões legislativas, 1991.

25 - ROBOCK, Stefan H. Desenvolvimento Econômico Regional ***"O Nordeste Brasileiro"***. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1963.

26 - RODRIGUEZ, Octávio. **Teoria do subdęsenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1981.

27 - TINOCO, Dinah dos S. **Planejamento estadual no Rio Grande do Norte, 1961-1979**. (Relatório de Pesquisa do CNPq). Natal, jun., 1988.

28 - TINÔCO, Dinah ***"O Sistema Estadual de Planejamento do Rio Grande do Norte e os Procedimentos por este adotados nos anos 80"*** (Relatório Técnico Final de Pesquisa de CNPq) Natal, dez., 1992.

29 - ULYSSEA, Pedro Paulo de. O sistema de planejamento federal e suas articulações com os estados e municípios. (**Seminário** Tarefas e Problemas das Administrações Municipais Brasileiras). Brasília: SEPLAN-SAREM, dez., 1982.

Labim/UFRN

Labim/UFRN

O MEDO DO VAZIO : Comunicação socialidade e novas tribos

*Marcos Palacios**

* Marcos Palácios é Ph.D em Sociologia pela University of Lipverpool e Coordenador do Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade federal da Bahia

Vivência, Natal, v. 7, n. 1, p. 125-140, jul/dez. 1993

Labim/UFRN

Labim/UFRN

"Insistiram tanto na desumanização, no desencantamento do Mundo Moderno, na solidão que este engendra, que não conseguem mais ver as redes de solidariedade que nele se constituem." (Michel Maffesoli)

Este ensaio se propõe a apresentar algumas considerações em torno de novas formas de organização social, emergentes em sociedades complexas contemporâneas. Interessa-nos, especialmente, contrastar essas formas emergentes com aquela que sempre constituiu um foco importante de análises sócio-políticas das sociedades complexas: a Comunidade Clássica.

O trabalho orienta-se por duas interrogações básicas:

1) até que ponto os elementos que caracterizam a Comunidade, enquanto forma de organização social e política, sobrevivem e podem ser identificados nas formas de vida social emergentes na Contemporaneidade ? ;

2) de que maneira processos comunicacionais articulam e/ou dão visibilidade ao funcionamento dessas novas formas de associação ?

Michel Maffesoli, dada a importância de seus trabalhos sobre formas emergentes da vida social, é nosso principal interlocutor, fornecendo a maioria dos (pre)textos para nossas considerações.

Partimos de uma constatação: a *idéia* ou *conceito* de Comunidade, tão central na Sociologia Clássica, é uma invenção da Modernidade. E nem poderia ser diferente, pois é justamente com a Modernidade que novas formas de organização social emergem fazendo com que, por contraposição, tornem-se perceptíveis as modalidades anteriores, que as precedem.

O pensamento social que se desenvolve entre 1500 e 1800, embasado na idéia de Lei Natural, está totalmente voltado para a construção de uma Teoria da Sociedade. Assentada sobre os alicerces da Vontade, Consentimento e Contrato, a imagem de uma Sociedade Moderna vai constituir-se por contraste e contraposição àquelas formas de associação caracterizadas como não embasadas na Lei Natural: as corporações, os monastérios, as guildas, a família extensa, as vilas comunais. Em uma palavra: as Comunidades.

Labim/UFRN

A partir da instauração da Modernidade, temos as Comunidades *pensadas* enquanto tal e não mais apenas *vivenciadas* enquanto *ambientes sociais*.

Se no período de construção da Modernidade o pensamento social orientou-se no sentido de negar ou valorar negativamente as formas associativas tradicionais e tudo que elas representavam, o século XIX, marcando através do Capitalismo Industrial a consolidação dessa Modernidade, vai gestar um pensamento caracterizado justamente pela redescoberta dos valores da Comunidade enquanto positividade, incorporando-os às suas utopias, sejam elas instauradoras (Saint-Simon, Fourier, Owen, Proudhon, etc), ou restauradoras (Bonald, Maistre, Burke, Carlyle, etc) (1).

A Sociologia Clássica, produto típico desse momento de consolidação da Modernidade, conquanto tenha na Comunidade um de seus eixos centrais, vai estruturar o debate em termos de *contraposição*, ou seja, caracterizando o presente como constituído pelo avanço de uma forma de organização (a Sociedade Complexa), às expensas de uma outra, que vai se tornando mais e mais residual (a Comunidade). Venha ou não temperado por um romântico anti-capitalismo, ou por elementos nostálgicos de uma suposta Idade de Ouro perdida, tal posicionamento é evidente, seja nas abordagens sociológicas de cunho tipológico (Tönnies, Weber), seja naquelas de cunho metodológico (Durkheim) (2).

A contribuição de Durkheim, nesse particular, ainda que também construída em torno de uma contraposição (Solidariedade Mecânica x Solidariedade Orgânica) vai, no entanto, chamar a atenção para um elemento que interessa diretamente para o argumento a ser desenvolvido neste ensaio.

O sociólogo francês ressalta que, conquanto o avanço da sociedade complexa, caracterizada pela Solidariedade Orgânica e estruturada em termos da divisão social do trabalho, fosse realmente uma marca da Modernidade, a estabilidade institucional dessa modalidade de associação dependia de seu enraizamento na continuidade - fosse por que forma fosse - da modalidade anterior, comunitária, de solidariedade (3). Ou seja, a sociedade complexa só poderia estruturar-se e ter continuidade na medida em que o fizesse sobre as bases pré-existentes das solidariedades tradicionais. A simples substituição de uma forma de solidariedade pela outra só poderia levar ao que ele chamou de "monstruosidade sociológica".

---

1 Para algumas indicações a esse respeito vide PALACIOS, M.S. "Sete teses equivocadas sobre Comunidade e Comunicação Comunitária", **in**: *Textos de Cultura e Comunicação*, Salvador, FACOM/UFBa., n.26, 1991.

2 A esse respeito vide o interessante capítulo "Community", **in:** NISBET, R.A.*The Sociological Tradition*, London, Heinemann Educational Books,1970.

3 Idem, ibidem, p.85.

Labim/UFRN

Na Sociologia do século XX a representação que irá prevalecer será a de uma Sociedade Complexa, no interior da qual persistem enclaves tradicionais, comunitários. A depender do ponto de vista, tais enclaves são considerados *resíduos* a serem eventualmente removidos, ou são, ao contrário, valorizados como *núcleos de resistência*, como formas a serem preservadas, incentivadas e multiplicadas, na medida em que representariam senão uma alternativa, pelo menos uma espécie de antídoto à crescente massificação, despersonalização, desagregação e alienação que caracterizariam a Sociedade Moderna.

A Sociologia das Comunidades e a Comunicação Comunitária - enquanto áreas de reflexão teórica e estudos acadêmicos especializados - inscrevem-se nesse panorama, tendo sido trabalhadas desde ambos os pontos de vista.

Por um lado tivemos, ao longo dos anos 50 e 60, a elaboração de modelos que visavam uma intervenção dita modernizante. Informada por uma Teoria da Modernização de corte funcionalista, derivada em grande medida dos trabalhos de Talcott Parsons e seus seguidores, a Sociologia das Comunidades e a Comunicação Comunitária foram colocadas, nesse caso, a serviço de uma espécie de engenharia social, que tinha por fim último justamente 'dinamizar' as comunidades tradicionais, com o intuito de 'moderniza-las' e 'integrá-las' à sociedade complexa (4).

Superado esse momento 'modernizante', o que vamos observar, a partir do final dos anos 60, é a predominância de um direcionamento de tais estudos a partir de perspectivas afinadas com a segunda visão acima descrita. A Comunidade passa a ser vista como "aquela forma de organização que reúne as pessoas e resgata a socialidade perdida" (5).

Sem deixar de fazer parte da sociedade maior e participando de alguma forma de sua lógica, a Comunidade é pensada como um **locus** específico dentro da sociedade complexa, caracterizado pela existência de "relações sociais genuínas", em contraposição ao domínio das "relações abstratas e vazias", que "tiram o homem de seu convívio com os outros homens e medeiam esse convívio com objetos inanimados mas reificados, que, assim, substituem as pessoas" (6).

A Sociologia das Comunidades e a Comunicação Comunitária passam a ter, então, uma função "produtiva". O estudo das Comunidades volta-se para fornecer subsídios que permitam "organizar movimentos sociais e unificar esfor-

---

4 Vide AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*, São Paulo, Cortez, 5a. edição, 1985.

5 MARCONDES, Ciro. 'Jornal comunitário e mobilização popular'in: _____, *Quem manipula quem ?*, Petropolis, Vozes, 1986, 2a. edição, p. 158.

6 Idem, ibidem, p. 157.

Labim/UFRN

ços individuais em defesa de interesses comuns, normalmente menosprezados na sociedade, mas que representam grandes massas urbanas" (7).

A partir desse posicionamento, que é *fundamentalmente político*, temos uma determinada caracterização, algo como um "tipo ideal", do que seja a Comunidade numa Sociedade Moderna. Certos elementos são fundamentais para identificá-la.

Em primeiro lugar, coloca-se a questão do sentido de ligação, de *pertencimento*. Esse sentimento de pertencer diferencia, por exemplo, um grupo identificado por um fator puramente étnico (a cor da pele) de um outro constituído enquanto movimento negro organizado. A negritude, seria o laço de união, a característica básica comum, mas somente em havendo o sentido de ligação, de pertencimento, poderíamos falar de uma Comunidade e não simplesmente de um grupo étnico.

O sentimento de Comunidade levaria, então, a um *caráter cooperativo* no interior da Comunidade. E mais, levaria, ou poderia levar, à *ação organizada* e ao delineamento de um *projeto comum* .

Além disso, outras características poderiam ser apontadas como constituindo um 'modelo ideal' de Comunidade na modernidade: *a permanência* (em contraposição à efemeridade), a *territorialidade* (sejam tais territórios reais ou simbólicos) e a existência de uma *forma própria de comunicação* entre seus membros, através de *veículos específicos* (murais, boletins, jornais, serviços de alto-falantes, rádios, etc).

Dadas a permanência, a ação organizada e a existência do projeto comum, a Comunidade teria então a tendência de se estabilizar e se *institucionalizar*, tomando uma forma mais consolidada, com uma organização visível, hierarquia formal, delegação de responsabilidades e poderes, personalidade jurídica, etc.

Partindo-se de uma tal caracterização, poderíamos sugerir que os processos comunicacionais cumprem uma dupla função no âmbito da Comunidade. Por um lado eles tem uma função articuladora, possibilitando e/ou incrementando a formação do caráter cooperativo entre os membros da Comunidade e a passagem da percepção desse caráter para a ação política propriamente dita (mobilização). Por outro lado, a Comunicação cumpre uma função de "publicidade", dando visibilidade à Comunidade, "publicizando-a", tomado esse

7 Idem, Ibidem, p. 162.

Labim/UFRN

termo no sentido utilizado por Adriano Duarte Rodrigues, em sua acepção etimológica de "processo de tornar público" (8).

Tendo por parâmetro essa tipologia da Comunidade em tempos modernos e, por extensão, das práticas decorrentes de tal caracterização, podemos passar a uma linha mais especulativa, procurando identificar até que ponto as novas formas de vida social, características da Contemporaneidade, aproximam-se e/ou afastam-se desses padrões.

Um ponto de partida interessante é Marshall McLuhan, que nos faz, ainda nos idos dos anos 60's, um claro chamamento para a reconsideração de tais categorias, em função do que ele descreve como "a dissolução da civilização fonético-literária", pela revolução eletrônica e informacional já então em curso (9).

Para McLuhan, um efeito observável de tal revolução seria a (re)descoberta de uma sensibilidade integral, manifestada através de um considerável deslocamento de nossa vida sensorial. Estaríamos redescobrindo, através da situação criada pela revolução eletrônica, uma sensibilidade que ele chamará de "tribal".

A retomada dessa mesma temática, uma década depois, por Michel Maffesoli, permite levar adiante alguma dessas linhas de especulação pouco ortodoxas esboçadas por McLuhan.

Para Michel Maffesoli, em todos os tempos, a sensibilidade coletiva, seja qual for o nome que se lhe dê (emoção, sentimento, mitologia, consciência, ideologia), ultrapassando a atomização individual "suscita as condições de possibilidade para uma espécie de "aura" que vai particularizar tal ou qual época: como a *aura teológica* na Idade Média, a *aura política* no século XVIII, ou a *aura progressista* no século XIX. É possível que se assista agora, à elaboração de uma *aura estética*, onde se reencontrarão, em proporções diversas, os elementos que remetem à pulsão comunitária, à propensão mística ou à perspectiva ecológica" (10).

Essa aura estética (entendendo-se o estético como um sentir ou vivenciar em comum) indicaria que a Contemporaneidade estaria assistindo à substituição

---

8 Vide RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

9 McLUHAN, M. & FIORE, Q. *War and Peace in the Global Village*, New York, Bantam Books, 1968. Para uma discussão do papél de McLuhan enquanto precursor de certos temas da sociologia contemporânea, vide PALACIOS, Marcos, "Memórias do Aquário: Comunicação e Socialidade em McLuhan para uso e abuso dos Comunicólogos", FACOM/UFBA, 1993, mimeo.

10 MAFFESOLI, M. *O Tempo das Tribos*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987, p. 19/20.

Labim/UFRN

de um social racionalizado, por formas de associação com dominate empática. A distinção, uma noção que se aplica à Modernidade, parece ser "totalmente inadequada para descrever as formas de agregação social que ora vêm à luz. Estas tem contornos indefinidos. O sexo, a aparência, os modos de vida, até mesmo a ideologia são cada vez mais qualificados em termos ("trans...", "meta...") que ultrapassam a lógica identitária e/ou binária" (11).

Desde seus primeiros trabalhos, Michel Maffesoli advoga resolutamente a necessidade de se mudar as maneiras de avaliar os agrupamentos sociais na Contemporaneidade. Vivemos um tempo de transformações, em que à extensibilidade dos sentidos do homem (a la McLuhan), propiciada pelas tecnologias comunicacionais, corresponderia uma extensibilidade do eu ("um ego relativo e extensível"), uma tendência à indiferenciação, ao "perder-se" em um sujeito coletivo. O ideal comunitário de bairro ou aldeia passaria agora a agir mais por contaminação do imaginário coletivo, do que por persuassão de uma razão social. A "sensibilidade coletiva, originária de uma forma estética, acaba por constituir uma relação ética" (12).

Para Maffesoli, portanto, estaríamos assistindo a um processo de "deslizamento" da moral política, que caraterizou a Modernidade, para o que ele denomina a "ética da estética" (13).

A idéia norteadora de seu trabalho é de que para além e para aquém das formas instituídas (o social), "existe uma centralidade subterrânea informal (a socialidade) que assegura a perdurância da vida em sociedade" (14).

As características da vida metropolitana, associadas ao novo ambiente eletrônico em que estamos imersos, vão exacerbar um processo que Anthony Giddens associa estreitamente com a Modernidade: o *desencaixe* dos sistemas sociais.

Por desencaixe, Giddens refere-se ao deslocamento "das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço" (15). Nas sociedades pré-modernas, espaço e tempo coincidiam amplamente, sendo as dimensões espaciais da vida social dominadas amplamente pela presença, por atividades localizadas.

---

11 Idem, ibidem, p.16/17.

12 Idem, ibidem, p.27.

13 Vide MAFFESOLI, M. A Comunicação Pós-Moderna como Cultura", in: ***Textos de Cultura e Comunicação***, Salvador, FACOM/UFBA n. 28, 1992.

14 MAFFESOLI, M. ,(1987), p. 5.

15 GIDDENS, A. *As Consequencias da Modernidade*, São Paulo, Ed. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1991, p. 29.

Labim/UFRN

A Modernidade tornará o lugar, na acepção de Giddens, mais e mais *fantasmagórico* (16), ou seja, os locais são "completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles" (17), fomentando relações entre *ausentes*, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face-a-face. É nesse sentido que, da mesma forma que se fala em *explosão* das Comunicações na Contemporaneidade, cabe igualmente a metáfora da *implosão*, aliás já tipificada por McLuhan, através da idéia da Aldeia Global.

Assim, o sentimento de pertencimento, elemento fundamental para a definição de uma Comunidade, desencaixa-se da localização: é possível pertencer à distância. Evidentemente, isso não implica na pura e simples substituição de um tipo de relação (face-a-face) por outro (à distância), mas possibilita a co-existência de ambas as formas, com o sentimento de pertencimento sendo comum às duas.

O tribalismo, nessa perspectiva, seria um dos elementos da pós-modernidade, uma pós-modernidade que é definida por Michel Maffesoli justamente como "o arcaico que recebe ajuda do desenvolvimento tecnológico. E o arcaico o que é ? É a busca da Comunidade, no sentido do *arché*, do simples, do primeiro. Essa busca de Comunidade recebe a ajuda do desenvolvimento tecnológico" (18).

Maffesoli ilustra essa idéia com o Minitel francês, um sistema nacional de intercomunicação doméstica, que permite, através do uso de um microcomputador e um telefone, o acesso a uma enorme diversidade de fontes de informação oficiais e particulares de vários tipos, serviços profissionais, jogos, correios eletrônicos, noticiário, bancos de dados, etc. O Minitel Rose, por exemplo, permite a troca de mensagens amorosas, eróticas ou pornográficas. Através do Minitel, estariam facilitados os modos de aproximação, a formação de pequenas tribos e comunidades sexuais, religiosas, etc.

A televisão a cabo seria outro desenvolvimento tecnológico interessante sob esse ponto de vista. "Qual o princípio da Tv a cabo senão o da aldeia, ou da *ágora* grega ?", pergunta Maffesoli (19).

Para Maffesoli a sociedade contemporânea caracteriza-se por um inelutável hedonismo das massas, uma tendência à formação de agrupamentos orgiásticos. Tais conclusões, segundo ele, estariam estribadas na observação da

16 No sentido original da palavra *fantasma* (do grego phántasma), que significa uma coisa ilusória, fantasmagórica.

17 GIDDENS, A. (1991), op. cit., p. 27.

18 MAFFESOLI, M. "Nosso quotidiano trágico", entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, em 22/12/91.

19 Idem, ibidem.

Labim/UFRN

sociedade mesma, da maneira como ela é e não "como nós desejaríamos que ela fosse":

> *"Quando retomei essa noção do dionisíaco ou do orgiástico (depois de Nietzsche e depois da sociologia de Mannheim, que também usa essas duas noções), não foi a partir de nenhum a priori intelectual, mas porque, muito concretamente, através de monografias, de pesquisas, podia-se ver que as pessoas se juntavam, grupos se formavam, e que esses agrupamentos se davam por sobrevivência, por afeto, por afinidades sexuais, culturais, religiosas, etc, pois a megalópole é uma cidade dura, difícil. E isso se dava de uma maneira quase animal. É o que eu chamo de sinestesia, algo que não foi pensado e que constitui o que chamo de princípio dionisíaco "*(20).

Tais tendências, para Maffesoli, não são algo realmente novo. Ao contrário, elas sempre estiveram presentes nas sociedades humanas. O que ocorreu é que a Modernidade impôs determinados padrões de estruturação da vida social (a Sociedade Racional) que se sobrepuseram a tais tendências, contrarrestaram, subjugaram e "formataram" outras formas possíveis de organização social. Com a Crise da Modernidade, e o questionamento das formas de intervenção (incluindo o Planejamento e a Engenharia Social) características da Modernidade, bem como com a emergência e difusão cada vez mais generalizada dos desenvolvimentos tecnológicos/eletrônicos gestados pela própria Ciência Moderna e a explosão/implosão dos processos comunicacionais, tais formas alternativas de organização social passariam a ter expressão mais corrente, em nossa Contemporaneidade.

Estaríamos vivendo em tempos de um novo tribalismo, mas um neotribalismo que, ao contrário do tribalismo clássico, que induz à estabilidade, é antes caracterizado pela fluidez, pelos ajuntamentos pontuais e pela dispersão (21).

Na tentativa de delinear essas tendências de formação de agrupamentos sociais na Contemporaneidade, Maffesoli vai reapropriar-se do conceito de "Comunidade emocional", usado por Max Weber. Trata-se, na verdade, como ele mesmo enfatiza, de uma *categoria*, ou seja, algo que nunca existiu efetivamente, mas pode servir como revelador de situações presentes. Tais comunidades teriam

---

20 MAFFESOLI, M., entrevista citada.
21 MAFFESOLI, M.,(1987), p. 107.

Labim/UFRN

como características o aspecto efêmero, a composição cambiante, a inscrição local, a ausência de uma organização e a estrutura quotidiana. A territorialidade, nesse sentido, seria, é claro, definida não somente em termos puramente geográficos, mas igualmente em termos simbólicos:

"O objeto cidade é uma sucessão de territórios onde as pessoas, de maneira mais ou menos efêmera, se enraízam, se retraem, buscam abrigo e segurança. Emprego o termo "aldeia", mas deixo claro que se trata de uma metáfora. Com efeito, aquilo que delimita, pode, na verdade, ser um espaço concreto, mas também pode ser uma "*cosa mentale*", pode ser um território simbólico, qualquer que seja a sua ordem, mas que nem por isso é menos real" (22). Essa delimitação territorial (geográfica ou simbólica) seria, estruturalmente, fundadora de múltiplas socialidades.

Não se deve, evidentemente, concluir que a territorialidade simbólica (em contraposição à física) seja algo característico apenas das Comunidades na Contemporaneidade. Os judeus (enquanto uma Comunidade) são um exemplo clássico de Comunidade de territorialidade simbólica. O território físico dessa Comunidade (Israel, Jerusalém, a Terra Prometida) é, com efeito, um elemento constituinte de sua territorialidade simbólica. Freud, em uma carta endereçada a sua noiva, já havia atentado para esse fato:

"Os historiadores dizem que se Jerusalém não houvesse sido destruída, nós, os judeus, teríamos desaparecido como tantos outros povos antes e depois de nós. Foi somente depois da destruição do Templo que o *edifício invisível* do judaismo pôde ser construído (23).

Para Maffesoli, nas cidades contemporâneas, estaríamos assistindo a uma presença dialética das massas-tribos. "Sendo a massa o pólo englobante, e a tribo o pólo de cristalização particular, toda vida social se organiza em torno desses dois pólos, num movimento sem fim" (24). A massa inscreve-se num conjunto que tem medo do vazio. A constituição dos micro-grupos, das tribos que pontuam a espacialidade, faz-se a partir do sentimento de *pertencimento* (25), em função de uma ética específica e no quadro de uma rede de comunicação, que tanto pode efetivar-se no eventual contato face-a-face, quanto no âmbito de redes eletrônicas, cada vez mais presentes e cada vez mais diferenciadas, sofisticadas e especializadas .

---

22 MAFFESOLI, M. (1987), op. cit, p. 194.

23 Apud HADDAD,Gerard. *O Filho Ilegítimo- As fontes Talmúdicas da Psicanálise*, Rio de Janeiro, Imago, 1992, p. 38.

24 MAFFESOLI, M. (1987), op. cit., p. 176.

Labim/UFRN

Remetendo-se às idéias do sociólogo E. Troeltsch, Maffesoli toma a distinção entre o "tipo-igreja" e o "tipo-seita" como outro indicador das diferenças entre as formas de agrupamentos modernos e pós-modernos, como um sinalizador dessa dialética entre massa e tribo. O cristianismo foi sempre marcado por essa dialética da Igreja e das seitas (heresias). O tipo-seita privilegia o aspecto instituinte em contraposição ao instituído (tipo-Igreja) e o que caracteriza o instituinte é "a força sempre renovada do estar-junto, (...) a relativização do futuro, a importância dada ao presente na tríade temporal", além, da "relativização do aparelho burocrático", com o estabelecimento de um sistema hierárquico orgânico, que torna cada um indispensável na vida do grupo, contrariamente à forma instituida que, com seus mecanismos de delegação e rígida hierarquia diferenciadora, tende a "favorecer a mornice de seus membros" (26). O rápida proliferação e o sucesso de pequenas seitas religiosas na Contemporaneidade e a multiplicação das "Comunidades de afinidades" dentro da Igreja Católica (Pastoral da Terra, Pastoral do Menor, Comunidades Eclesiais de Base, etc) seria um indicador desse fenômeno que, obviamente, não se restringe à órbita religiosa.

A idéia de rede, apesar de remeter diretamente a um conceito de corte cibernético, não implica, necessariamente, que essas novas tribos, estejam restritas às "tribos eletrônicas". Um afoxé na Bahia, uma escola-de-samba no Rio de Janeiro, uma torcida uniformizada de um time de futebol em São Paulo, uma tribo punk em Londres, um grupo de praia em qualquer cidade litorânea, poderiam ser exemplos desse tipo de agrupamento por afinidade que Maffesoli parece ter em mente. A noção de rede, para Maffesoli, remete a um conjunto inorganizado, e no entanto, sólido, invisível, porém servindo de ossatura a qualquer conjunto, seja ele qual for. O fundamental é que, sejam elas ou não produto de redes cibernéticas, essas tribos tem uma temporalidade própria. Trata-se de um tribalismo que pode ser perfeitamente efêmero e que se organiza conforme as ocasiões que se apresentam. São agrupamentos que *se esgotam na ação*.

A questão da efemeridade x permanência, portanto, coloca um elemento diferenciador fundamental, em termos da Comunidade, no sentido moderno do termo, e sua transfiguração na pós-modernidade.

A exemplo do sugerido por desenvolvimentos no âmbito da sociologia de base fenomenológica (e.g. Alfred Schultz, Thomas Luckmann, Peter Berger, etc), a perspectiva abraçada por Maffesoli indica a existência de uma multiplicidade de redes e de uma multiplicidade de inserções para o indivíduo. Maffesoli usa

---

25 Preferimos o termo *pertecimento* ao termo *pertença*, usado na tradução brasileira de *O Tempo das Tribos*.

26 MAFFESOLI, M. (1987), op. cit., p. 118.

Labim/UFRN

para isso uma imagem : a da nebulosa. Para ele os jogos de proxemia na sociedade contemporânea organizam-se como nebulosas policentradas:

> *"Na verdade, em torno dos valores que lhes são próprios, os grupos sociais dão forma a seus territórios e a suas ideologias. Em seguida, por força das circunstâncias, são constrangidos a ajustar-se entre eles. Esse modelo macrossocial, por sua vez, se difracta e suscita uma miríade de tribos que obedecem às mesmas regras de segregação e tolerância, de repulsa e atração (...) Não existe na cidade nenhum grupo cujas lealdades não sejam múltiplas"* (27).

Como bem sabemos, a partir de nossa experiência do sincretismo, não há nada de vivencialmente contraditório no fato de um indivíduo pertencer, simultaneamente, a uma irmandade religiosa católica e a um terreiro de candomblé. A múltipla inscrição social, em níveis aparentemente contraditórios é, com efeito, um fenômeno com o qual nos habituamos a conviver quotidianamente. Segundo Maffesoli, a Modernidade viveu um paradoxo: o de unir, apagando a diferença e a divisão que esta induz. A ordem do político, (característica da Modernidade), está construída sobre isso. Ele sugere, no entanto, que talvez tenhamos hoje que considerar que o cimento de um dado conjunto seja justamente constituído por aquilo que divide. A tensão das heterogeneidades, umas com as outras, tenderia a assegurar a solidez do conjunto social na Contemporaneidade (28).

Ao contrário da Comunidade definida em termos de sua conotação "moderna" e imersa na sociedade complexa, suas versões "pós-modernas", tribais, estariam caracterizadas *menos* por um projeto, voltado para o futuro, do que pela efetuação "in actu" da pulsão de estar-junto. Conforme os interesses do momento, conforme os gostos e ocorrências, o investimento passional irá conduzir para tal ou qual grupo, para tal ou qual atividade. Ao mesmo tempo "como o projeto, o futuro, o ideal, já não servem mais de cimento para a sociedade, o ritual, confirmando o sentimento de pertencimento, pode representar esse papél e, assim, permitir que os grupos existam" (29).

---

27 Idem, ididem, p. 203/204.

28 Idem, ibidem, p. 142.

29 Idem, ibidem, p. 196. Um outro aspecto importante e interessante dessa discussão diz respeito à questão da profundidade x superficialidade, do drámatico x trágico nas relações humanas na Modernidade e Pós-Modernidade e do lugar da *teatralidade* nesse contexto. Para isso remetemos aos próprios trabalhos de Michel Maffesoli, particularmente _*O Tempo das Tribos* e *A Conquista do Presente*_ (Rio de Janeiro, Rocco, 1984).

Labim/UFRN

Podemos agora retomar à questão inicialmente colocada quanto à caracterização de Comunidade, nesses tempos de pós-modernidade e novas tribos.

Voltando à imagem originalmente construída do que seria uma Comunidade em termos modernos, teríamos os seguintes elementos básicos:

a) o sentimento de pertencimento ;

b) uma territorialidade (geográfica e/ou simbólica) definida;

c) a permanência ;

d) a ligação entre sentimento de Comunidade, caráter cooperativo e emergência de um projeto comum ;

e) a existência de formas próprias de comunicação ;

f) a tendência à institucionalização .

Partindo das idéias sugeridas por McLuhan e Maffesoli quanto às formas de socialidade emergentes no espaço da Contemporaneidade, poderíamos concluir que a "Nova Comunidade" ou as "tribos" dos tempos da pós-modernidade certamente manteriam as duas primeiras das características identificadas como definidoras da Comunidade moderna, quais sejam, o sentimento de pertencimento e a territorialidade. Sem esses elementos não se pode falar em Comunidade de qualquer espécie.

A terceira característica arrolada (permanência), torna-se extremamente relativa, em termos das formas emergentes contemporâneas. A múltipla inscrição dos indivíduos em agrupamentos, as atrações e repulsões, a quotidianidade e o imediatismo (*presenteísmo*) fazem com que, certamente, a idéia de permanência passe a ter, na Contemporaneidade, uma acepção muito distinta desse mesmo elemento quando remetido à caracterização da Comunidade, em sua acepção moderna. A tribo, ou Comunidade pós-moderna, tendo sua própria temporalidade, tende a ser *efêmera* e não permanente, esgotando-se, em geral, como apontado por Maffesoli, em sua própria ação.

A ligação unívoca e quase que necessária entre sentimento de pertencimento, caráter cooperativo e projeto comum pareceria estar efetivamente descartada, quando falamos das Comunidades de novo tipo. Com efeito, a idéia de projeto é, "clara e distintamente", uma idéia Moderna.

A pós-modernidade estaria marcada justamente pela crise dos *discursos meta-narrativos*, que procuram integrar os discursos diversos em uma unidade. Seria através de tais meta-narrativas, grandes-relatos de caráter especulativo ou emancipatório (Progresso, Libertação pela Ciência, Democracia Universal, etc)

Labim/UFRN

que a Modernidade teria gestado as condições de estruturar universais, possibilitadores de projetos igualmente universais e comuns (30), que seriam interiorizados pelas Comunidades, "(...) unificando esforços individuais em defesa de interesses comuns, normalmente menosprezados na sociedade, mas que representam grandes massas (...)", como vimos na caracterização apresentada por Ciro Marcondes.

Na pós-modernidade, esses projetos ou tornam-se extremamente localizados e imediatistas, ou simplesmente não existem com essa conotação moderna de projeto, caracterizando-se a Comunidade menos pelo *projectum* e mais pela efetuação da pulsão de estar-junto. A vida social passa a ser determinada muito mais por saberes (e sabores ?) locais do que por uma verdade universal e projetiva (31).

Quanto à existência de formas próprias de comunicação, que constituiria um outro elemento caracterizador da Comunidade em sua acepção moderna, teremos que redefinir o que entendemos por "meios de comunicação próprios", se quisermos utilizar esse atributo na definição das Comunidades de novo tipo, emergentes na Contemporaneidade.

Meios de comunicação próprios não podem ser então entendidos em sentido estreito, apenas como jornais, murais, rádios comunitárias, etc. No caso das Comunidades formadas através de redes eletrônicas, essas mesmas redes são, obviamente, "o meio" de comunicação de seus participantes e a própria *condição de existência* de tais agrupamentos. Uma Comunidade de fanáticos por vídeogames, por exemplo, que se utilizam de um correio eletrônico para trocar instantaneamente informações e dicas sobre os jogos da moda, tem no sistema conformado pelo micro-computador/modem seu "meio próprio de comunicação", prescindindo portanto de outros, mais tradicionais.

Além disso, as formas de comunicação entre os integrantes dessas Comunidades de novo tipo, na medida em que estamos falando de uma pelo menos suposta (re)tribalização, podem dar-se através de formas "mais tácteis" e menos "visuais-literárias". Essas novas formas estariam definidas, por exemplo, por gestualidades, expressões corporais, rituais de toques físicos, como os elaborados "cumprimentos" de grupos afros ou de tribos de adolescentes, que teriam as mesmas funções dos "toques de reconhecimento" já existentes em alguns tipos de Comunidades de tipo tradicional, como as sociedades secretas ou fechadas da Modernidade (*e.g.* a Maçonaria ou os Rosacruzes).

Igualmente importantes passam a ser, no processo comunicacional, os comportamentos, indumentárias, "produção" visual (cabelos, maquiage, usos particulares de objetos de adorno, tais como brincos, etc, como entre grupos

30 Vide em especial LYOTARD, J. F. *O Pós-Moderno*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1986.
31 MAFFESOLI, M. (1987), op. cit. p. 81.

Labim/UFRN

punks, skinheads, surfistas, comunidades homossexuais e outras tribos urbanas). O recurso à teatralidade caracterizaria, muito mais do que os "meios" mais ortodoxos, o terreno da constituição da "comunicação própria" no seio de uma série dessas Novas Comunidades, ou tribos.

Finalmente, quanto à tendência à institucionalização, que parece ser outra clara característica das Comunidades definidas dentro dos parâmetros da lógica da Modernidade, teríamos, nas tribos e nas Comunidades de novo tipo, emergentes na Contemporaneidade, justamente uma contraposição a essa modalidade de destino último e final. O caráter instituinte de tais agrupamentos contemporâneos passa a ter predominância sobre seu caráter instituido. Existe, entretanto, uma contínua *tensão* entre o *instituinte* e o *instituído*. Isso pode ser observado, por exemplo, se mais uma vez tomarmos os exemplos de uma torcida organizada de um clube de futebol, ou uma escola de samba. Tais grupos, muitas vezes originados de impulsos espontâneos, tendem, pelo menos em alguns casos, à institucionalização, transformando-se até em verdadeiras empresas comerciais.

É claro que o que observamos, de fato, nas sociedades contemporâneas (tanto em países do primeiro, quanto do terceiro/quarto mundos) é a convivência, a coexistência de Comunidades que poderíamos chamar "de tipo moderno", lado a lado com outras, que poderíamos denominar "tribais" ou "pós-modernas". O "sentimento ecológico", por exemplo, tanto pode gerar organizações de caráter mais "tribal", inspiradas por esse sentimento (como os hippies dos anos 60's, ou certos agrupamentos mais ou menos efêmeros observados durante a Eco-92 no Rio, por exemplo), quanto formas organizativas "modernas" (como Partidos Verdes, ou organizações ecológicas ditas não-governamentais, porém claramente instituídas, como o Greenpeace, por exemplo).

Uma objeção óbvia que pode ser feita às considerações aqui apresentadas é a de que as evidências da existência de tais fenômenos na sociedade contemporânea são ainda muito tênues, ou mesmo que os conceitos e noções empregadas para se tratar dessas formas emergentes de socialidade carecem de "rigor" (uma objeção, aliás, tipicamente Moderna). Pode ser. Mas neste caso, preferimos ficar com Maffesoli, quando diz, num outro contexto:

> *"É bem mais "realista" reconhecer o impressionismo de uma avaliação, afirmar a polissemia que brilha numa situação ou num conjunto social do que acreditar na cientificidade de um veredicto generalizante e totalitário"* (32).

---

32 MAFFESOLI, M. (1984), op. cit., p.13. Para uma exposição de alguns aspectos dos fundamentos teóricos do pensamento de Michel Maffesoli e para a explicitação de uma série de "noções" usadas por esse autor, remetemos o leitor a seu livro "metodológico": *O Conhecimento Comum*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.

Labim/UFRN

O PORTO DE NATAL E A PERDA DE RECEITAS PORTUÁRIAS DE EXPORTAÇÃO

*Herbert Martorano de Souza**

* Mestre, Professor Assistente I do Departamento de Economia da UFRN

Vivência, Natal, v. 7, n. 1, p. 141-154, jul/dez. 1993

Labim/UFRN

Labim/UFRN

1 - INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, principalmente a partir dos anos 80, o comércio exterior passou a ter uma importância vital para o processo de desenvolvimento das regiões menos favorecidas do globo. Na tentativa de melhorar os níveis de vida de suas populações ou com o objetivo de fazer frente aos encargos financeiros de suas dívidas externas, os países em desenvolvimento começaram a dar uma maior atenção as atividades de exportação.

No caso específico do Brasil, estando também inserida a economia do Estado do Rio Grande do Norte, a busca de divisas externas - através de uma participação mais efetiva no comércio internacional - se tornou imprescindível. Como atestam pesquisas sobre a importância do fomento das exportações para o desenvolvimento da economia brasileira, qualquer estratégia voltada para a criação de renda e consequentemente de emprego, resultando numa melhoria dos padrões de consumo interno e qualidade de vida da população, dependerá inequivocamente do desempenho das exportações.[1]

Além disso, o recrudecimento das exportações estimula rápida e consistentemente o aumento da poupança interna via a especialização da mão-de-obra em atividades onde suas vantagens comparativas sejam mais visíveis. Num último estágio, o resultado desse processo seria o aumento da produtividade da massa trabalhadora.[2]

Em termos globais, uma expansão constante do setor exportador parece exercer uma influência maior sobre o crescimento econômico dos países de renda baixa e alta, sendo o efeito sobre o crescimento dos países de renda média menos significativo.[3] Esta constatação feita por dois pesquisadores do Fundo Monetário Internacional, através de uma pesquisa incluindo 55 países em desenvolvimento, confirma, entretanto, a importância do setor exportador para o processo de crescimento econômico de qualquer país, independentemente de seu nível de renda. O Estado do Rio Grande do Norte, como parte integrante

---

1 - Para uma análise mais ampla da importância das exportações para o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil, Ver Rocca, Carlos A. e Barros, José R.M. de - "Recursos Humanos e Estrutura do Comércio Exterior", Estudos Econômicos -IPEA, Vol. 2, 1972, No. 5, p 89.

2 - Ver Neves, Renato Baumann - "Exportações Industriais e Sua Importância para a Formação de Poupança e do Fluxo de Renda Internos", Estudos Econômicos - IPE/USP, Vol. 14, Maio/Agosto, No. 2, 1984, p 218.

3 - Ver Otani, Ichiro & Villanueva, Dellano - "Principais Determinantes do Crescimento a Longo Prazo em Países Menos Desenvolvidos", em Finanças & Desenvolvimento, Setembro 1989, Vol. 09, No. 3, p 13.

Labim/UFRN

de uma economia em desenvolvimento, certamente não poderá prescindir de suas exportações.

E foi exatamente com o intuito de fomentar as exportações nordestinas e, principalmente, de incutir nos agentes econômicos a idéia de que o comércio exterior havia se tornado a principal força propulsora do crescimento da região, que o Governo Federal através da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) implantou o Sistema Regional de Promoção de Exportação, o qual entrou em funcionamento no ano de 1971.[4]

A teoria econômica, como também a ação de organismos governamentais de fomento ao comércio exterior, justificam a idéia de que não necessitamos de maiores razões para que as atividades de exportação se tornem uma das principais frentes de ação da classe empresarial, bem como parte de uma política desenvolvimentista das autoridades governamentais.

Entretanto, esqueçamos por um momento a teoria econômica e nos concentremos na prática. Por prática, queremos resumir a infraestrutura físico-administrativa que possibilita a concretização das exportações. Dentro do arcabouço infraestrutural utilizado pelos exportadores, o porto, possivelmente, se constitui na principal porta de saída dos produtos para o exterior. E é sobre esta infraestrutura básica de exportação que o presente trabalho está centrado.

O objetivo principal aqui pretendido é o de mensurar a perda de receitas portuárias de exportação pelo Porto de Natal em virtude dos exportadores do Rio Grande do Norte se utilizarem ano após ano de outras estruturas portuárias do Nordeste, e não raramente de portos do sul do país, para escoar seus produtos.

A ociosidade do Porto de Natal traz à tona a quantidade de recursos financeiros que são canalizados para outros Estados. Tal "prejuízo" se evidencia através do montante de recursos financeiros pagos pelos exportadores para transportar suas mercadorias, via terrestre, para outros portos; evidencia-se também através da redução do nível de emprego no próprio Porto de Natal - ou pelo menos pela impossibilidade de contratar mais mão-de-obra. Redução do nível de emprego significa perda de renda para uma parcela da força de trabalho, e o Estado, como também a Cidade do Natal, são privados do recolhimento de impostos.

Torna-se adequado neste momento esclarecer que não há por parte deste trabalho a intenção de medir o montante total de recursos financeiros

4 - Alves, Francisco Ferreira; Lima, Jacy I. de Souza & Oliveira, Jose Aldo - "Potencial Exportador da Indústria de Transformação do Nordeste", Fortaleza, BNB, 1980, p 39.

Labim/UFRN

evadidos do Estado do Rio Grande do Norte em função da ociosidade do Porto de Natal. Esta seria uma tarefa muito mais dispendiosa, tanto em termos do esforço científico/investigativo do autor como também dos numerosos recursos humanos e financeiros adicionais. Como foi explicitado anteriormente, este trabalho tem como objetivo primeiro medir somente as perdas financeiras incorridas pelo Porto de Natal nos últimos anos. Secundariamente, procurar-se-á avaliar o nível de utilização do Porto de Natal pelos exportadores locais em comparação com o uso feito de outros portos.

Uma infraestrutura portuária adequada e eficiente se constitui num fator viabilizador das atividades de exportação. O estrangulamento da infraestrutura de comércio exterior tem sido apontado como um dos motivos que prejudicam enormemente o fluxo de mercadorias para o exterior.[5] Ao contrário, portos eficientes facilitam as exportações e muitas vezes determinam vantagens comparativas entre os mercados exportadores.[6]

Faz-se necessário esclarecer também que não se pretende determinar o nível de adequação das instalações portuárias de Natal, nem tão pouco a competitividade dos serviços oferecidos.

Na Seção 2, a seguir, a metodologia deste trabalho encontra-se detalhada. Tem-se a preocupação de usar dados que possam medir a evolução do Porto de Natal, como a infraestrutura básica das exportações do Estado. Na realidade, esta evolução cronológica é analisada numa Seção específica - Seção 3, intitulada: "o Porto de Natal e o escoamento das exportações".

A Seção 4, por assim dizer, é o "coração" deste trabalho. Nela se pretende chegar ao total de recursos que deixam de ser arrecadados pelo Porto de Natal na forma de receitas portuárias de exportação. O uso de dados sobre tarifas portuárias e sobre o volume das exportações do Estado escoadas através de outros portos permite que se alcance este objetivo básico.

---

5 - Revista Econômica do Nordeste, BNB, Ano III, No. 11, Janeiro/Março 1972, p 87.
O Sistema Regional de Promoção de Exportações tem como uma de suas funções específicas justamente a de coordenar propostas junto a orgãos nacionais de decisão que venham a melhorar a infraestrutura portuária da Região Nordeste. Ver SUDENE, Sistema Regional de Promoção de Exportações do Nordeste Brasileiro, Recife, 1971, p 38.

6 - Ver Alter, Rolf - "O Que Nos Ensina a Zona de Processamento de Exportações de Maurício", em Finanças & Desenvolvimento, Dezembro, 1991, Vol. 11, No. 4, p 8.

Labim/UFRN

2 - METODOLOGIA

Este trabalho faz uso de dados publicados principalmente pelo PROMOEXPORT/RN - orgão responsável pela compilação de informações sobre o comércio exterior do Estado.

Dados referentes as tarifas portuárias (tarifas médias que expressam o custo total em US dólar por tonelada movimentada, tanto para o exportador como para o armador do navio) foram obtidas diretamente na Companhia de Docas do Rio Grande do Norte - CODERN. Como estes dados não são divulgados publicamente, algumas entrevistas com o corpo técnico do Porto foram conduzidas para que essas informações pudessem ser levantadas. Multiplicando-se o valor das tarifas médias cobradas pelo porto em cada ano analisado pelo volume anual das exportações do Estado enviado a outros portos, chega-se ao montante dos recursos financeiros não arrecadados na forma de receitas portuárias.

Os dados sobre a participação anual do Porto de Natal no escoamento das exportações do Estado abrangem o período de 1989 a 1992. Neste período, ocorreram algumas mudanças que possibilitaram um melhor aproveitamento do porto, como principalmente o crescimento do número de navios de longo curso aportados.

Os dados sobre a quantidade total das exportações do Estado não fazem distinção entre o tipo de infraestrutura utilizada para escoar as mercadorias - se através de porto ou aeroporto, por exemplo.[7] Como o escoamento via transporte aéreo é quase insignificante, esta agregação dos dados não deve causar distorções às análises a serem realizadas.

Para se ter uma idéia da utilização de outros portos por parte dos exportadores do Rio Grande do Norte, elaboramos uma tabela (Tabela 3) com informações sobre o escoamento das exportações do Estado por porto de embarque. Os dados abrangem somente o período de janeiro a junho de 1992. Estas informações determinam quais portos competem com o Porto de Natal pelas cargas de exportação.

---

7 - Esta distinção é feita apenas no período de Janeiro a Junho de 1992.

Labim/UFRN

3 - O PORTO DE NATAL E O ESCOAMENTO DAS EXPORTAÇÕES

O crescimento da participação do Porto de Natal como parte fundamental da infraestrutura básica no escoamento das exportações do Estado tem sido substancial nos últimos anos.

TABELA 1

PARTICIPAÇÃO ANUAL DO PORTO DE NATAL NO ESCOAMENTO DAS EXPORTAÇÕES DO RN
1989-1992

ANO	QUANTIDADE TOTAL (TON)-A	PORTO DE NATAL-B	B/A (%)
1989	58.639	1.935	3,30
1990	64.677	8.848	13,68
1991	127.004	36.507	28,74
1992	97.922	29.273	25,89

Fontes: Boletim Informativo PROMOEXPORT - Janeiro/Junho, 1992 e Janeiro/Dezembro, 1991.
Análise Comparativa das Exportações do Rio Grande do Norte - PROMOEXPORT, Janeiro/Dezembro - 1988/1989.
CODERN - Companhia de Docas do Rio Grande do Norte.

Através da Tabela 1, observamos que das 97.922 toneladas exportadas pelo Estado do Rio Grande do Norte no ano de 1992, 25,89% foram embarcadas através do Porto de Natal, enquanto que em 1989 o porto movimentou apenas 3,30% de todo o volume físico exportado pelo Estado. Nos anos de 1990 e 1991, o porto movimentou cerca de 14 e 29% das exportações, respectivamente. Embora tenha havido um maior aproveitamento das instalações do Porto de Natal, quase 3/4 das exportações do Rio grande do Norte em 1992 ainda foram escoadas através de outros portos.

Convém mencionar que um possível motivo que leva os exportadores do Rio Grande do Norte a se utilizarem de outros portos do Nordeste, como também de portos fora da região, muitas vezes se resume na insuficiência de linhas regulares para o exterior.[8]

8 - Para uma visão mais global dos problemas enfrentados pelos exportadores Nordestinos quanto a

Labim/UFRN

Contudo, um esforço conjunto dos agentes econômicos que fazem o comércio exterior do Estado - exportadores, administradores do porto, armadores e as autoridades governamentais competentes -, com o intuito de ampliar o nível de utilização do Porto de Natal, pode trazer resultados palpáveis, principalemte quanto ao estabelecimento de linhas regulares de navios para os mais diversos mercados externos. Como está demonstrado na Tabela 2 abaixo, o número de embarcações de longo curso no Porto de Natal aumentou sensivelmente nos últimos anos.

TABELA 2

MOVIMENTO ANUAL DE EMBARCAÇÕES DE LONGO CURSO NO PORTO DE NATAL
1989-1992

ANO	Nº DE EMBARCAÇÕES
1989	03
1990	05
1991	25
1992	25

Anuário Estatístico do Brasil - IBGE, 1991.
CODERN - Companhia de Docas do Rio Grande do Norte.

De apenas 3 embarcações em 1989 para 25 navios de longo curso em 1992. Esses dados apenas corroboram a hipótese de que quanto maior o volume de cargas disponível para embarque, maior será, tudo mais permanecendo constante, o interesse dos armadores em enviar seus navios a Natal.

A Tabela 3 mostra por onde foram escoadas as exportações do Rio Grande do Norte no período de Janeiro a Junho de 1992.[9] Observamos que do total das exportações do Estado, pouco mais de 42% das mercadorias (cerca de 9.338 tons.) foram embarcadas pelo Porto de Natal. O Porto de Fortaleza-CE, por sua vez, recebeu cerca de 45% das exportações do Estado (pouco mais de

insuficiência de transportes adequados e oportunos, ver Alves, Francisco Ferreira et alli, op cit, pp 104-17.

9 - Os dados oficiais para o segundo semestre de 1992 omitem informações quanto aos portos de embarque das exportações do RN. Entretanto, os dados disponíveis mostram claramente que houve uma redução da participação do Porto de Natal no segundo semestre. De janeiro a Junho, o porto movimentou 42,16% das exportações do Estado, tendo sua participação no ano como um todo reduzida para apenas 25,89% das exportações. Ver Tabela 1.

Labim/UFRN

10.000 tons.). A participação de outros portos não é tão significativa, destacando-se apenas o Porto de Cabedelo-PB, o qual movimentou 6,12% das exportações do Rio Grande do Norte no período.

TABELA 3

EXPORTAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE POR PORTO DE EMBARQUE
JANEIRO/JUNHO, 1992

PORTO DE EMBARQUE	QUANT. (TON)	%	VALOR US FOB (MIL)	%
NATAL-RN	9.338	42,16	5.201	17,08
FORTALEZA-CE	10.057	45,40	20.173	66,26
CABEDELO-PB	1.356	6,12	1.504	4,94
RECIFE-PE	147	0,66	298	0,98
SALVADOR-BA	498	2,25	1.303	4,28
SANTOS-SP	228	1,03	877	2,88
OUTROS*	526	2,38	1.091	3,58

* Portos Marítimos e interiores.

FONTE: Boletim Informativo - PROMOEXPORT/RN, Janeiro-Junho, 1992.

Em termos de valor exportado, o Porto de Natal movimentou 17% das exportações totais do Estado. Já o Porto de Fortaleza-CE recebeu mais de 66%, ou seja, dos 30.4 milhões de dólares exportados pelo Rio Grande do Norte, 20 milhões passaram pelo porto da capital Cearense. Vê-se claramente que no primeiro semestre de 1992 o Porto de Natal movimentou mercadorias de baixo preço unitário, isto é, cargas pesadas, mas de baixo valor. O açúcar e as frutas tropicais se enquadram nesta categoria de produtos.[10]

10 - No período de Janeiro a Junho de 1992, por exemplo, os dados mostram que o preço médio das frutas tropicais situou-se em torno de US$ 0,42/kilo. Já a castanha de caju e a lagosta, os dois principais produtos de exportação do Estado neste período, obtiveram preços bastante superiores, ou seja, US$ 4,00/kilo e US$ 20,00/kilo, respectivamente. Ver Boletim Informativo - PROMOEXPORT/RN, Janeiro-Junho, 1992.

Labim/UFRN

4 - RECEITAS PORTUÁRIAS: Quanto se perde?

O total das receitas portuárias arrecadas pelo Porto de Natal depende claramente de duas variáveis, a saber: (1) o volume das exportações do Estado que passa pelas suas instalações e (2) o valor das tarifas de exportação cobradas.

Os dados constantes da Tabela 4 mostram o valor total das receitas perdidas ao longo dos três últimos anos. É evidente que quanto maior for a quantidade das exportações enviada a outros portos, maior serão as perdas incorridas pelo Porto de Natal.[11]

TABELA 4
VALOR ANUAL DAS RECEITAS PORTUÁRIAS NÃO ARRECADADAS PELO PORTO DE NATAL
1990-1992

ANO	QUANT. TOTAL (TON) EMBARC. OUTROS PORTOS	TARIFA MÉDIA COBRADA/TON	VALOR DAS RECEITAS
1990	55.829	US$ 7,98	US$ 445.515
1991	90.497	US$ 7,10	US$ 642.529
1992	68.649	US$ 6,32	us$ 433.662

FONTES: Boletim Informativo - PROMOEXPORT, Janeiro/Dezembro, 1991 e Janeiro/Junho, 1992.
Análise Comparativa das Exportações do Rio Grande do Norte - PROMOEXPORT, Janeiro/Dezembro, 1988-1989.
CODERN - Companhia de Docas do Rio Grande do Norte.

11 - A redução do valor das tarifas de exportação pode contrabalançar o aumento da participação de outros portos no escoamento das exportações do Estato. Tal fato reduziria o valor nominal das receitas portuárias perdidas. É bom lembrar, entretanto, que as tarifas não podem ser reduzidas indefinidamente. Deste modo, sempre haverá perdas quando as mercadorias forem exportadas através de outros portos.

Labim/UFRN

Entretanto, como foi observado anteriormente na Seção 3, a participação do Porto de Natal no escoamento das exportações do Estado cresceu ao longo dos anos, embora tenha havido uma certa estabilização no biênio 1991/1992. Já as tarifas portuárias cobradas dos exportadores e armadores de navios foram reduzidas ano após ano, como se vê na Tabela 4.

Em 1990, o nível médio das tarifas de exportação se situava no patamar de US$ 7,98 por tonelada movimentada, enquanto que em 1992 o valor médio foi de US$ 6,32/ton. Pode-se supor que esta redução na cobrança de taxas e tarifas de uso do Porto de Natal esboça provavelmente uma melhoria dos níveis de eficiência das instalaçoes, permitindo uma redução dos custos operacionais do porto e a consequente diminuição dos custos de embarque das mercadorias.[12]

A Tabela 4 mostra que no ano de 1990 o porto deixou de arrecadar pouco mais de US$ 445.000,00 em receitas portuárias de exportação. No ano seguinte, as perdas totalizaram mais de US$ 640.000,00. Em 1992, o montante total de recursos não arrecadados superou os US$ 430.000,00. Como se observa, no triênio 1990-1992, o Porto de Natal poderia ter aumentado suas receitas em mais de US$ 1,500,000.00 se as exportações totais do Rio Grande do Norte tivessem sido escoadas através de suas instalações. Anualmente, o Porto de Natal foi privado do recolhimento de mais de meio milhão de dólares; recursos estes que poderiam ser utilizados para a melhoria de sua operacionalidade de uma maneira geral.

A expectativa de que as exportações totais do Estado do Rio Grande do Norte sejam escoadas somente pelo porto de Natal pode parecer um pouco irreal, visto que muitas vezes as especificidades dos produtos a serem exportados ou a própria localização geográfica do exportador podem determinar a escolha de um outro porto. Entretanto, o aspecto mais importante parece ser a necessidade de se minimizar as perdas incorridas pelo Porto de Natal. E estas perdas só serão minimizadas a partir do momento que as instalações portuárias de Natal forem cada vez mais e melhor utilizadas.

12 - Diante dos objetivos deste trabalho, não foi detectada a importância das tarifas cobradas na movimentação de cargas de importação como mais uma fonte de receita do porto.

Labim/UFRN

5 - CONCLUSÕES

Não se pode negar a importância do Porto de Natal como a infraestrutura básica para o escoamento das exportações do Estado do Rio Grande do Norte. Mais importante ainda, o porto é um fator dinamizador da economia da cidade de Natal e do Estado como um todo em virtude de congregar elevados investimentos em infraestrutura, possibilitar o uso intensivo e extensivo de mão-de-obra, além de gerar renda e impostos.

Nos últimos três anos (1990-1992), a participação do Porto de Natal no escoamento das exportações do Estado cresceu consideravelmente, contudo, mais de 70% das exportações do Rio Grande do Norte ainda são escoadas através de outros portos -principalmente pelo porto de Fortaleza-CE.

A utilização do Porto de Natal somente será completa a partir do momento que os agentes econômicos que fazem o comércio exterior do Rio Grande do Norte se conscientizarem de que o porto tem a capacidade de criar e manter recursos dentro do Estado. Da parte dos administração pública, como também da administração portuária, espera-se uma postura voltada para a melhoria das condições gerais do porto, para que o mesmo possa oferecer serviços de boa qualidade a preços competitivos. Dos exportadores, espera-se um comprometimento com o crescimento das atividades internas relacionadas com o mercado externo.

Não se pode saber quem deverá tomar a iniciativa para que o Porto de Natal alcance o seu merecido lugar de destaque. Fica claro, entretanto, que somente as ações conjuntas possibilitarão o recrudecimento de sua função econômica.

O escoamento das exportações do Rio Grande do Norte através de outros portos fez com que o Porto de Natal deixasse de arrecadar mais de meio milhão de dolares em receitas portuárias de exportação, em média, anualmente, entre os anos de 1990 e 1992. Sabemos que tal montante de recursos é apenas um indicativo da quantidade total de recursos que são perdidos anualmente. A reduçao do nível de emprego, a evasão de divisas do Estado e a perda de receitas tributárias são indicadores mais amplos que não devem ser esquecidos.

A teoria econômica nos mostra a importância do comércio exterior como forma de estimular o crescimento econômico e de reduzir os níveis de desemprego e pobreza. Entretanto, além de se buscar mais e mais divisas externas é necessário também que se procure minimizar a perda de divisas internas. Maximizar ganhos e reduzir perdas são políticas de ação que devem caminhar juntas. O uso ineficiente e a ociosidade do Porto de Natal não condizem com estes preceitos.

Labim/UFRN

6 - BIBLIOGRAFIA

1 - Alter, Rolf - "O Que Nos Ensina a Zona de Processamento de Exportações de Maurício", em Finanças & Desenvolvimento, Dezembro 1991, Vol. 11, No. 4.

2 - Alves, Francisco Ferreira; Lima, Jacy I. de Souza & Oliveira, José Aldo - "Potencial Exportador da Indústria de Transformação do Nordeste", Fortaleza, BNB, 1980.

3 - Neves, Renato Baumann - "Exportações Industriais e Sua Importância para a Formação de Poupança e do Fluxo de Renda Internos", Estudos Econômicos - IPE/USP, Vol. 14, Maio/Agosto, No. 2, 1984.

4 - Otani, Ichiro & Villanueva, Dellano - "Principais Determinantes do Crescimento a Longo Prazo em Países Menos-Desenvolvidos", em Finanças & Desenvolvimento, Setembro 1989, Vol. 9, No. 3.

5 - Revista Econômica do Nordeste, BNB, ANO III, No. 11, Janeiro/Março 1972.

6 - Rocca, Carlos A. e Barros, Jose R. M. de - "Recursos Humanos e Estrutura do Comércio Exterior", Estudos Econômicos - IPEA, Vol. 2, 1972, No. 5.

7 - SUDENE, "Sistema Regional de Promoção de Exportações do Nordeste Brasileiro", Recife, 1971.

Labim/UFRN

Labim/UFRN

ESFERAS DE PODER E CONDIÇÃO HUMANA

*Zoroastro Cardoso**

* Professor de História do Brasil/CCHLA/UFRN

Vivência, Natal, v. 7, n. 1, p. 155-162, jul/dez. 1993

Labim/UFRN

Labim/UFRN

Segundo **Hannah Arendt**, todos os aspectos da vida humana se exercem através da política, porque o homem é político e não social. Isto nos remete de imediato para Aristóteles que concebia o homem vivendo de tal modo mergulhado na polis grega que de modo algum podia deixar de ser um animal político. A originalidade de Hannah Arendt, entretanto, pode ser considerada quando atribui ao homem sua verdadeira condição humana no momento em que este sai do mundo privado e entra no mundo público.

Mesmo que o pensamento liberal busque seu fundamento no respeito político à individualidade do cidadão, a ponto de ser quase consenso de que sem individualismo não há liberalismo, é de se convir que cresce cada vez mais sobre o indivíduo a ação pública. Stuart Mill reconhecia essa tendência crescente dos *"poderes da sociedade sobre o indivíduo"*(1)

Há quem veja o poder como uma forma de pressão política. Será uma pressão do indivíduo sobre o grupo ou deste sobre aquele. Em ambos os casos, contudo, ocorre do poder ser exercido.

Durante muito tempo, desde o surgimento da associação do poder com o Estado, este tem se tornado Leviatã na visão hobbesiana ou democrático para os defensores do Estado liberal clássico. Mesmo para Lenin, o Estado seria democrático na ditadura do proletariado, porque estaria sob controle da maioria dos cidadãos (proletários).

Embora o Estado seja o agente pelo qual se exerce esse poder em suas formas visíveis e simbólicas sobre os indivíduos, há de se considerar que *"o exercício do poder político apenas é legítimo se fundado sobre o consenso daqueles sobre os quais deve ser exercido"*.(2)

Assim o poder carece de legitimidade do grupo ou da sociedade civil. Esta legitimidade resulta do consentimento dos cidadãos que delegaram poderes aos governantes por meio de um contrato social, logo no início da fundação do Estado, procurando manter meios visíveis ou simbólicos de que dispõe em seus aparelhos para governar. *"Sem um governo, nenhuma sociedade poderia subsistir"*, advertia **Montesquieu**.(3)

---

(1) BALDACHEVSKY, Elizabeth - Stuart Mill: Liberdade e Representação, p.210.

(2) BOBBIO, Norberto - O Futuro da Democracia. pp.15.

(3) MONTESQUIEU, Charles-Louis - O Espírito das Leis. Liv. I Cap.III.

Labim/UFRN

O poder pode ser exercido de vários modos, desde o despotismo à democracia, pelos governantes que o receberam ou conquistaram violenta ou pacificamente. Mas nas democracias, mesmo liberais, a lei tende a limitar o poder dos governantes. A liberdade civil individual ou pública está, portanto, condicionada ao direito de fazer ou deixar de fazer somente aquilo que é permitido por lei. Contudo, na prática, os direitos liberais garantidos por lei são assegurados apenas aos cidadãos com mais poder de pressão e pertencentes a uma classe social dominante ou emergente, enquanto um mundo de despossuídos ficam à mercê do "poder dos donos" na expressão que deu título ao livro de **Burstzyn**.(4)

Engels assegura: *"O Estado, é via de regra o Estado da classe mais poderosa economicamente"*(5)

Para **Engels**, portanto, existe uma vinculação do poder político com o poder econômico. Assim, a classe mais poderosa economicamente tende a exercer o poder político mediante o Estado em conformidade com os interesses desta classe. Ainda para Engels, o *"Estado é um poder nascido da sociedade, mas que se coloca acima dela, e se lhe torna cada vez mais estranho"*

Deste modo o Estado parece mais o **Leviatã** de **Hobbes**(6) muito distanciado do Estado liberal dos contratualistas, sobretudo daqueles que limitam o poder do Estado em defesa da liberdade individual.

No Estado absolutista o rei tem poder absoluto, embora não haja apenas um tipo de absolutismo. O soberano não está limitado pela lei, embora tenha limites impostos pela classe social mais poderosa que dá sustentação ao monarca. Entretanto, esta classe social pode não ser necessariamente a classe mais poderosa economicamente. A história do Antigo Regime na Europa, apesar das variantes de absolutismo do Estado, mostra como a nobreza decadente ainda controla o poder, mesmo que o Estado fizesse algumas concessões à emergente burguesia, na verdade a classe mais poderosa economicamente.

Escreve **Roberto Smith** *"O absolutismo português fará do Estado a figura central da agilização mercantil. Sujeitará primeiramente a nobreza e depois a burguesia, e fará da própria manutenção da soberania do Estado um elemento mercantil"*(7)

---

(4) BURSTZYN, Marcel - O poder dos donos. Planejamento e clientelismo no Nordeste.

(5) ENGELS, F. - Origem da família, da propriedade e do Estado.

(6) HOBBES, Thomas - Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil.

(7) SMITH, Roberto - Propriedade da terra e transição pp.92.

Labim/UFRN

Na França absolutista é que se dá mais visivelmente o controle do poder pela nobreza. Sucessivos ministros franceses do século XVII desenvolvem uma política mercantilista que conduz inevitavelmente a burguesia para a conquista da esfera do poder político na fase inicial do liberalismo econômico. O binômio absolutismo-mercantilismo corresponde na França à aliança de uma burguesia ainda fraca com a monarquia, sobretudo de Luiz XIV contra uma nobreza ainda forte. A riqueza do Estado não funciona bem sem a riqueza da burguesia, desde o alvorecer do liberalismo econômico. A burguesia francesa recebe concessões, tendo até mesmo acesso a importantes funções administrativas que vão da intendência ao ministério. No entanto, lentamente, a burguesia vai acumulando experiência administrativa para mais adiante conquistar o poder político, apesar da nobreza vigiar zelosamente pela manutenção de seus privilégios de classe e pelo controle do poder político. Este poder está na esfera do poder público, ou melhor, constitui o macropoder.

Por outro lado, o micropoder, na esfera do poder privado, mantém relações estreitas com a esfera do poder público. Certamente esse poder miúdo, visível em suas formas e instituições mais locais, seja a extremidade do macropoder. No poder local (privado ou mesmo público) se encontra a fase externa e mais visível do poder, o espaço político onde produz efeitos reais. A multiplicidade de poderes locais constitui a base do poder central, a alma do Leviatã entendida por soberania. Por esta interpretação do poder segue-se caminho contrário ao de Hobbes, que vê o poder e mando do soberano de forma absoluta sobre todos os súditos do Estado. O poder, na visão de **Michel Foucault**(8) , ao contrário de Hobbes, dá-se em cadeia, exercendo-se por meio de uma intricada rede heterogênea de um indivíduo sobre os outros ou de um grupo sobre os outros. Indivíduos, grupos e classes circulam nas malhas desse poder miúdo, ora exercendo o poder, ora sofrendo seus efeitos. Em **Foucault**, portanto, o poder emana do indivíduo que também sofre seus efeitos. Em outras palavras, o indivíduo é centro de transmissão e simultaneamente efeito desse poder.

Em **Foucault** o marxista **Nicos Poulantzas** reconhece, embora com ressalvas, suas significativas e originais contribuições para compreensão do poder: *"Muitas de suas análises são não somente compatíveis com o marxismo, como, mais ainda, só a partir dele podem ser compreendidas".*(9)

Profundamente preocupado com o totalitarismo, Poulantzas se aproxima de Hobbes e Hegel ao ver o Estado como definidor da sociedade civil, onde *"o*

(8) FOUCAULT, Michel - Microfísica do Poder.

(9) POULANTZAS, Nicos - O Estado, O Poder, O Socialismo. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1990, pp.76.

Labim/UFRN

privado é apenas a réplica do público"(10) O Estado traça os contornos, tendo no individual-privado um espaço por ele construído e tornado campo estratégico para sua ação. No Estado moderno, contudo, o poder tem limites impostos pela correlação de forças das classes antagônicas, onde o *"individual-privado - segundo Poulantzas - aparece igualmente como resultado dessa relação de força e de sua condenação no Estado. Embora o indivíduo-privado não tenha essência intrínseca e, como tal, crie barreiras exteriores absolutas ao poder do Estado, limita o poder como uma das figuras privilegiadas da relação de classe nos Estado nas sociedades modernas"*(11)

Desse modo, o individual-privado em sua relação com o poder público corporificado no Estado parece exprimir avanços e recuos da sua política, não porque estejam fora da ação do Estado, mas porque situam-se dentro de seu campo estratégico. Na verdade, não existe uma rígida separação entre o público e o privado, de uma vez que o Estado representa os interesses de uma determinada classe no poder, atuando também na esfera privada, numa quase invisível simbiose.

No mundo moderno, mesmo para o norte-americano **Benjamin Constant**, a *"liberdade deve compor-se do exercício pacífico da liberdade individual"*(12). Para ele, nunca se deve sacrificar esta liberdade política. Até mesmo um exílio político imposto a um cidadão constitui um *"atentado político"*. Igualmente com veemência, defendia o livre exercício dos direitos políticos, vendo na omissão política um risco à liberdade individual e coletiva. Deve-se usufruir da liberdade individual e independência privada sem descuidar de participar do poder político, que precisa ser controlado pelos indivíduos-cidadãos.

A política invade tudo no mundo da esfera pública e privada. Daí a necessidade dos cidadãos exercerem atividades políticas que ponham o poder político sob controle da sociedade civil. Para **Claude Lefort** não existe divisão entre esfera pública e privada: *"Na verdade, lá onde foi apagada a distinção entre público e privado, também desaparecem tanto o domínio público quanto o domínio privado. O que surge, em contrapartida, é algo que se poderia chamar de 'social' como vasta organização, rede de múltiplas relações de dependência, cujo funcionamento é comandado por um aparelho dominante"*(13)

---

(10) Op. cit. pp.80

(11) Op. cit. pp.82.

(12) CONSTANT, B. Da Liberdade dos antigos comparada à dos modernos. In: Filosofia Política 2. LPM Editores. UNICAMP/UFRGS, Porto Alegre, 1985. pp.15.

(13) LEFORT, Claude - Pensando o político. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. pp.68.

Labim/UFRN

Enquanto isto, **Hannah Arendt** separa a esfera privada da esfera pública. Na cidade-Estado grega, o homem tinha duas vidas: uma vida privada circunscrita à família e a sua casa; e outra vida na esfera pública. Havia um mundo pessoal, próprio (privado). Mas é na esfera pública que o homem exprime sua condição humana no mundo político permeando tudo, através da ação e do discurso. Para Arendt o cidadão grego era educado para ser ao mesmo tempo um homem de ação e um hábil discursador.

Escreve **Hannah Arendt**: *"O ser político, o viver numa polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuação, e não através de força ou violência"* (14). O cidadão grego, na polis, exercia essas duas funções na esfera pública, espaço político onde melhor se exprimia a liberdade.

Desfrutava-se na esfera pública da polis grega a igualdade entre pares. Enquanto na esfera privada havia uma grande desigualdade. *"Ser livre - para Arendt - significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem mesmo ao comando de outro e também não comandar. Não significava domínio, como também não significava submissão. Assim dentro da família, a liberdade não existia, pois o chefe da família, seu dominante, só era considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos eram iguais"*(15).

Ao tratar da esfera privada e pública na polis grega, Hannah Arendt trabalha entre outras coisas com as categorias da igualdade e da liberdade. Mas para ela a igualdade do cidadão na polis grega não corresponde à igualdade no mundo moderno que está relacionada com justiça. A igualdade grega para os cidadãos era a essência da liberdade. Enquanto a igualdade burguesa moderna está relacionada com a igualdade perante a lei ou, quando muito, igualdade de condições. Quem vivesse na polis grega apenas na esfera privada (família) estaria de tal modo desprovido das mais importantes capacidades humanas que não podia ser considerado verdadeiramente humano.(16)

No mundo moderno a privacidade sob constante ameaça de invasão procura proteger pelo menos as coisas mais intimas, não necessariamente familiares, porque a família foi absorvida por outros grupos e instituições sociais.

Com esta absorção da família pela esfera pública, até mesmo a esfera mais recente da "intimidade" tem sido canalizada para a esfera pública. Contudo,

---

(14) ARENDT, Hannah - A Condição Humana. Rio de Janeiro. Ed. Forense-Universitária, 1987. pp.35.

(15) Op.cit. pp.41-42.

(16) Idem.

Labim/UFRN

Hannah Arendt chega à conclusão que *"a contradição entre privado e público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a submersão de ambas na esfera social".*(17)

Deste modo, voltamos a **Claude Lefort** que não vê distinção entre público e privado. A própria **Hannah Arendt** justifica o desaparecimento desta duas esferas da vida humana: *"a esfera pública porque se tornou função da esfera privada, e a esfera privada porque se tornou a única preocupação comum que sobreviveu".*(18) A privacidade moderna opõe-se à esfera social, sem todavia ser oposta à esfera política. Assim como em nosso tempo a família foi absorvida pela esfera social, também os diversos grupos foram absorvidos pela sociedade de massas, em que o social abrange e controla todos os membros da sociedade. Os franceses contudo reagem, procurando a felicidade entre "pequenas coisas" (o gato, o jarro de flores, ou algum recanto da sua morada), na tentativa de manter a privacidade no *"último recanto puramente humano do mundo"*(19) escreve nostálgica **Hannah Arendt**.

Cabe ao homem pós-moderno o desafio utópico de desenvolver, a partir deste último recanto puramente humano, novas condições políticas em sua relação com o poder nas diferentes esferas, a fim de resgatar a verdadeira condição humana, quer seja na esfera pública ou privada, não apenas para o bem-estar de uma minoria, como na polis grega ou na sociedade burguesa, mas indistintamente para todos os homens no livre exercício de sua ação política no mundo público.

---

(17) Op. cit. pp.79.

(18) Op. cit. pp. idem.

(19) Op. cit. pp.61.

Labim/UFRN

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah - **A Condição Humana**. Rio de Janeiro. Ed. Forense-Universitária, 1987.

BALBACHEVSKY, Elizabeth - Stuart Mill: **Liberdade e representação**. In: WEFFORT, Francisco C. - **Os Clássicos da Política 2**. São Paulo. Ática, 1990.

BOBBIO, Noberto - **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. 4ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

BURSZTYN, Marcel - O poder dos donos. Planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis, Vozes, 1985.

CONSTANT, Benjamin - **Da liberdade dos antigos comparada a dos modernos**. In: Filosofia Política 2. Porto Alegre, LPM Editores. UNICAMP/UFRGS. 1985.

ENGELS, F. - **Origem da família, da propriedade e do Estado**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.

FOUCAULT, Michel de - **Microfísica do Poder. Rio de Janeiro**. Editora Graal, 1990.

HOBBES, Thomas - Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de Estado Eclesiástico e Civil. São Paulo, Ed. Abril, 1974. Col. "Os Pensadores", v.XIV.

LEFORT, Claude - **Pensando o político**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

MONTESQUIEU, Charles Louis de - **O Espírito das Leis**. São Paulo. Ed. Abril Cultural, 1973. Col. Os Pensadores. Livro I, Cap. III.

POULANTZAS, Nicos - **O Estado, O Poder, O Socialismo**, Rio de Janeiro. ed. Graal, 1990.

SMITH, Roberto - **Propriedade da Terra e Transição**. São Paulo. Brasiliense, 1990.

Labim/UFRN

Labim/UFRN

O Significado dos Dados e das Informações Estratégicas no Estado Moderno e o Papel que, Neste Contexto, Cabe às Ciências Sociais Aplicadas

*Beatriz Maria Soares Pontes**

* Profª Doutora em Ciências Humanas pela USP.
Profª Adjunto I da UFRN

Vivência, Natal, v. 7, n. 1, p. 165-186, jul/dez. 1993

Labim/UFRN

Labim/UFRN

1. Considerações gerais sobre o Estado brasileiro

Na tradição política e administrativa brasileira, os partidos , o Congresso e os sindicatos costumam ficar mais ou menos à margem do processo de tomada de decisões, quanto às políticas econômicas e sociais. Vale dizer, a arena de decisões maiores fica na alçada quase exclusiva do Executivo. Essa relativa marginalização contribui poderosamente, embora não seja fato exclusivo, para a atitude daqueles agentes sociais de não se considerarem responsáveis pelas políticas em geral implementadas pelo Estado Brasileiro.

Daí a exacerbação de práticas predatórias, como o fisiologismo e os favores populistas, e a necessidade de se construir, pela negociação política, um sistema de co-responsabilidade, seja no presidencialismo, seja, de preferência, no parlamentarismo, que ajude a superar as tendências demagógicas existentes.

Outra distorção é o fato de tender a Câmara dos Deputados a ser mais uma Assembléia dos Estados do que uma Assembléia Nacional; Isto é, a prática política e o sistema eleitoral vigente não elegem o deputado federal com a preocupação de pensar o Brasil globalmente. Seu compromisso é com as reivindicações de seu Estado.

A existência das distorções apontadas coloca a necessidade de se procurar soluções em profundidade para as duas principais manifestações daquele estado de coisas: o fato de o "pluralismo de interesses" se localizar mais no Estado do que na sociedade, sem passar pelos partidos políticos, e a já denunciada "economia de transferências", que está na raiz do desequilíbrio financeiro estrutural do setor público, e tal desequilíbrio, na raiz do processo inflacionário.

Tais soluções sem se limitarem aos sintomas externos de práticas predatórias, passam pela modernização do Estado e do mercado.

Estado moderno, na concepção de um desenvolvimento à base de uma estratégia global, formulada em conjunto com a sociedade civil e a iniciativa privada e dotada de uma política industrial e tecnológica' ativa, mas reconhecendo que setores estratégicos, agora, são apenas o desenvolvimento científico e tecnológico e a política de investimento em capital humano.

Estado democrático, por se colocar sob controle social seja para exigir bom desempenho das empresas estatais, seja para torná-lo o locus do interesse público ou para reorientar sua ação social em favor das classes realmente pobres.

Labim/UFRN

Cabe se definir, enfim, o modelo estrutural que deve assumir a forma de um "Estado de ações estratégicas", e realizar a recuperação de sua capacidade de poupança, mas isto só ocorrerá com a eliminação da brutal sonegação existente e com uma profunda reforma fiscal.

Em face da nova ótica, mediante a qual o Estado está sendo visualizado criticamente, emerge, sem dúvida uma outra dimensão para o papel e o significado das ciências sociais aplicadas e, inclusive, como deverão ser tratados, no âmbito das mesmas, os dados primários e secundários, além das informações estratégicas. Não resta dúvida, também, que neste novo enfoque, o planejamento governamental passa por grande reformulação quanto a conceitos e critérios. É o quem, em termos breves, tentaremos elucidar a seguir.

2. O Planejamento Normativo-Estratégico

O planejamento territorial ambiental e o planejamento social não podem desconhecer a importância e a objetividade de questões tecnológicas como a questão dos custos econômicos e das funções de produção e a questão das proporções econômicas entre os vários recursos. Por outro lado, eles tem de salientar o componente ético decisional implícito na definição de prioridades entre grupos sociais, regiões etc.

Consideramos que a lógica instrumental do planejamento normativo e a lógica ético-social do planejamento estratégico (planejamento territorial ambiental e social) são dois pólos imbricados ou articulados na comunicação cotidiana, à qual também pertence o planejador, de modo que o planejamento deve dar conta dos dois simultaneamente.

A articulação entre os dois pólos se resolve na medida em que assumimos que a vizinhança dos mundos, aos quais eles pertencem, é necessariamente contraditória, e que as relações desses mundos não são fixas ou historicamente dadas para sempre, mas são mutáveis e dependentes do contexto histórico específico, devendo ser estudadas com rigor. O sentido desta extrapolação é reforçar a idéia da pluralidade e do conflito como uma idéia que de alguma forma rompe com a pretensão do sistema único de idéias (ou do macromodelo capaz de resolver o dilema da articulação entre planejamento e programação, entre o normativo e o estratégico).

A possibilidade de uma integração dos dois pólos está na dependência do reforçamento da comunicação livre, e, portanto, do mundo social, de tal maneira que este último possa controlar e ou reduzir ao mínimo necessário o

Labim/UFRN

espaço do agir instrumental (que hoje em dia é hegemônico) e ampliar os níveis de entendimento sobre as questões de verdade (bem estruturadas) e de correção normativa (semi ou quase estruturadas).

Nesta dimensão do planejamento normativo-estratégico, o tratamento, portanto, dos dados e da informação, sobretudo a estratégica, passam por substanciais reformulações.

Assim, torna-se imprescindível elucidar, através de exemplos concretos, como tais dados e informações estão sendo tratados pelas ciências sociais aplicadas, no visível intuito de atender aos novos reclamos do Estado e da Sociedade Civil.

Na abordagem, a seguir, relativa à circulação da informação e à espacialização do sistema bancário observar-se-á a importância dos sistemas de telecomunicações e de informação para a compreensão não apenas das transações financeiras levadas a termo pela rede bancária (nacional e estrangeira) sediada no âmbito do território nacional, mas principalmente a plena condição de que passa a dispor o cientista social (sobretudo o geógrafo) para melhor resgatar as articulações do espaço brasileiro e a partir de tais informações, sem dúvida, estratégias, ter a possibilidade de desencumbir-se do seu real papel e propor soluções plausíveis para o pertinente ordenamento do território do seu país.

Na verdade, a teleinformática através da TRANSDATA (linhas privadas de transmissão) e da RENPAC (Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes) oferece ao pesquisador importantes informações sobre a economia do país, como o capital está atuando no território mediante a localização e o dinamismo das atividades produtivas e, por conseguinte, oferecendo plenas condições para que o cientista possa avaliar questões tais como a divisão territorial do trabalho e em que termos se consuma o processo de integração do território nacional, tendo oportunidade, então, de melhor formular as políticas públicas territoriais para o Brasil.

3. A Circulação da Informação e a Espacialização do Sistema Bancário

Correspondente à fase de "financeirização" da nossa economia, a espacialização do sistema bancário é um dos fenômenos mais notáveis da recente organização do espaço brasileiro. Num país de projeção continental como o Brasil, somente através da fluidez das telecomunicações, os bancos puderam

Labim/UFRN

realizar a coleta e redistribuição do capital nos "fins do mundo" do território nacional. A expansão e o aperfeiçoamento da teleinformática, permitiram a reestruturação do trabalho bancário - através da continuada centralização das operações administrativas e o reforço da dedicação local às tarefas comerciais - a serviço da função gestora do capital.

A expansão do sistema bancário nacional deu-se a partir da criação de numerosos pequenos bancos locais, com poucas agências. Contudo, foi somente depois da RNSF e, sobretudo, do desenvolvimento dos sistemas de telecomunicações, que se deu o salto na expansão territorial. A EMBRATEL assumiu o monopólio das telecomunicações, chegando, em meados dos anos oitenta, a integração de todos os seus serviços ao domínio da informática depois do lançamento dos satélites BRASILSAT I e II. Assim, bancos de qualquer ponto do vasto território puderam ser ligados ao sistema, bem como toda a rede financeira às suas homólogas no exterior. Tornou-se ela própria elemento essencial de integração do território nacional e deste com o mundo.

Assim, os sistemas de telecomunicações e de informação são fatores fundamentais da espacialização bancária. Crescem os bancos como empresas gigantes, que empregam centenas de milhares de pessoas, relacionadas pela troca de dados, e deslocamento de fundos através dos meios eletrônicos; Portanto, puderam os bancos ser os principais agentes da ruptura do isolamento dos "fins do mundo", facilitando sua aproximação ao processo condutor da sociedade de consumo, através do poder da informação.

Para sua expansão funcional os bancos se fizerem os maiores usuários dos sistemas de telecomunicações e de informação.

Observando-se a rede nacional de telex (RNTX) desde que passou para a EMBRATEL, em fins de 1974, as contas dos bancos na empresa vêm crescendo simultaneamente à abrangência espacial da RNTX.

Para se fazer uma idéia da distribuição das informações bancárias basta observar o modelo de circulação dos fluxos da RNTX.

a) As metrópoles regionais recebem os fluxos de entrada da RNTX de todas as localidades de suas respectivas regiões; 40% a 60% dos seus fluxos de saída da RNTX dirigem-se para São Paulo.

b) Há um forte fluxo de chamadas no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, onde está localizada a estação emissora da RNTX para o exterior. O maior número de ligações internacionais são feitas por S. Paulo.

Labim/UFRN

c) Os centros de decisão da grande maioria dos bancos comerciais de capital nacional e estrangeiro do país, inclusive dos escritórios de representantes dos bancos estrangeiros, estão sediados no centro metropolitano de São Paulo.

d) A central da RNTX da rua dos Ingleses (SP) é a de maior movimento do país.

Tendo em vista essas observações, podemos afirmar que a maior concentração de informações do país é detida pelo centro de decisão do sistema bancário sediado no Centro Paulista. Menor parcela é mandada das metrópoles regionais para o Rio de Janeiro onde se localizam as sedes de grande número das maiores empresas e bancos federais e privados nacionais e estrangeiros.

Foge a esse modelo unicamente a Capital Federal; o movimento de fluxos de chamadas de entrada e saída da central de Brasília é quase regularmente distribuído por todas as regiões metropolitanas do país. Reflete circuitos de informação das sedes da maioria das empresas e bancos federais e de todos os órgãos políticos e administrativos de um sistema de governo fortemente centralizado.

As instituições bancárias dominam direta ou indiretamente todos os setores do campo da informática, desde a produção industrial dos equipamentos até os serviços de transmissão de dados.

As dunas maiores do seleto clube dos gigantes da produção de equipamentos da informática são a ITAUTEC e a DIGILAB, pertencentes aos "Holdings" das duas maiores redes bancárias privadas do país.

A teleinformática responde às necessidades das empresas que exigem a utilização contínua e instantânea de grande quantidade de dados. Seus serviços se realizam através de duas redes de transmissão de dados administrados pela EMBRATEL a TRANSDATA - linhas privadas de transmissão, que se integram ponto a ponto - e a RENPAC (Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes), - o acesso aos computadores se dá através de circuitos especiais das redes de telefone e telex, totalmente integrados desde 1988.

A TRANSDATA tem a dominação plena da rede, pelo sistema bancário, caracterizando também a sua espacialização.

1° Forte concentração da informática no Estado de São Paulo.

a) a capital de São Paulo (com o maior número de sedes sociais das grandes empresas e bancos do país;

Labim/UFRN

b) a RMSP - com o maior parque industrial e centros de tratamento de dados de bancos do país;

c) Bauru, São José dos Campos, Santos e outras cidades, - nós dos circuitos de produção e comercialização agrícola, industrial, científica, tecnológica e de exportação do Estado.

2° Rio de Janeiro, com metade das linhas relativamente às da capital de São Paulo, segundo mercado financeiro e empresarial do país.

3° Brasília e mais 5 metrópoles, 13 capitais de Estados, bem como cidades industriais importantes.

Desenvolveu-se no país um modelo centralizador da informação, absorvida pelas sedes de tomadas de decisão do Estado e das mais poderosas empresas nacionais e multinacionais, principalmente as bancárias, localizadas nos três mais importantes centros transacionais ou centros de gestão do território brasileiro: as RM de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Destaca-se o CMSP, - principalmente o núcleo do centro Paulista, que concentra a maior parcela dos fluxos de informação da RM São Paulo.

O desenvolvimento deste modelo centralizador de articulação de todos os agentes econômicos, sobretudo os financeiros, através da informação, reforçou o papel de S. Paulo no comando do setor privado da economia brasileira, e o de Brasília no controle do território pelo Estado Federal, com perda de posição relativa do Rio de Janeiro.

A expansão dos serviços de teleinformática facilita a extensão das redes de bancos em escala nacional com uma gestão centrada em apenas alguns pontos do território. Realizando a circulação do capital por todos os pontos de interesse econômico do país e a tomada de decisão sobre a gestão capitalista pela centralização da informação, a atividade financeira ajuda a viabilizar a divisão territorial do trabalho, a própria divisão internacional do trabalho, bem como a integração das distintas partes do nosso espaço. O modelo concentrador da circulação da informação permite à estrutura operacional do sistema bancário controlar tanto o setor financeiro, quanto todos os outros, tornando-se o instrumento privilegiado do Estado no processo de internacionalização da economia brasileira.

Todavia, a preocupação do cientista social não deve ater-se somente às questões inerentes ao macro-espaço nacional e de que maneira poderá utilizar-se das informações adequadas para melhor dar a sua contribuição à formulação de propostas para o equacionamento dos problemas detectados ou à formulação de políticas públicas. Na abordagem seguinte propor-se-á um siste-

Labim/UFRN

ma de informação inerente ao micro-espaço ou, melhor dizendo, ao espaço urbano que é, inclusive, por excelência esfera de atuação do cientista social.

4° Sistematização da Informação para o Planejamento: a sistemática de condicionantes, deficiências e potencialidades - CDP.

A atividade de planejamento deve se caracterizar pela utilização racional de recursos naturais, financeiros e humanos, objetivando a melhoria da estrutura global de uma cidade e de sua área de influência.

Portanto, é necessário influenciar as decisões político-administrativas através de procedimentos técnicos e da participação comunitária nos momentos chaves da elaboração dos instrumentos de planejamento e execução, necessários para gerenciar as ações e os investimentos.

Para se otimizar efetivamente, a alocação de recursos, deve-se atribuir máxima prioridade às medidas de desenvolvimento que resultem na eliminação de deficiências, observando as condicionantes pré-existentes e ao mesmo tempo aproveitando as potencialidades ou recursos ao alcance da administração local, considerando, na medida do possível, as prioridades sócio-econômicas e político-administrativas.

Assim sendo, a Sistemática de Condicionantes, Deficiências e Potencialidades pode desempenhar um importante papel no planejamento municipal.

Portanto, as definições a seguir devem ser tomadas como uma aproximação exemplificadora devendo ser complementadas e esclarecidas durante o próprio processo de aplicação.

Condicionantes são, basicamente, elementos urbanos e do ambiente natural ou planos e decisões existentes, com conseqüências futuras previsíveis no âmbito físico ou na estrutura urbana e que determinam a ocupação e uso do espaço em estudo. Condicionantes figuram como restrições, impedimentos ou como aspectos a serem preservados, mantidos ou conservados, dependendo das peculiaridades e das diferentes exigências locais.

O caráter das condicionantes pode ser:

- técnico (infra-estrutura, equipamentos existentes...)
- natural (relevo, recursos hídricos, qualidades ambientais)
- legal (propriedade, preservação ecológica)
- financeiro (valor da terra)

Labim/UFRN

- social (nível de renda)
- administrativo (administração municipal e demais órgãos federais, estaduais e privados com representação no local)
- econômico (instalações rentáveis)

Deficiências são situações de caráter negativo para o desempenho das funções urbanas, que significam estrangulamentos de caráter qualitativo e quantitativo para o desenvolvimento urbano, implicando a sua eliminação ou recuperação normalmente em investimentos.

O caráter das deficiências pode ser:

- técnico (carência ou inadequação de infra-estrutura e equipamentos)
- natural (erosão progressiva, corpo d'água poluído, desmatamentos, deslizamentos, áreas alagadas ocupadas)
- cultural (prédios históricos em decadência, destruição de sítios arqueológicos)
- legal (ausência ou inadequação da legislação urbanística, propriedade não regulada)
- financeiro (insuficiência do poder aquisitivo)
- social (população instável/migrante, desemprego)
- administrativo (inexistência de fiscalização)
- econômico (custo elevado de manutenção)

Potencialidades são elementos, recursos ou vantagens que até então foram aproveitados adequadamente e que poderiam ser incorporados ao sistema urbano, sem a necessidade de grandes investimentos públicos.

As potencialidades podem ser de caráter:

- técnico (equipamentos e sistema de infra-estrutura com capacidade ociosa)
- natural (áreas propícias à expansão urbana, áreas adequadas para reflorestamento, recreação, proteção ambiental)
- cultural (novas funções para áreas de valor histórico)

Labim/UFRN

- legal (terrenos de propriedade pública)
- financeiro (capacidade de endividamento não utilizada)
- social (aproveitamento das iniciativas comunitárias)
- administrativo (melhoria da renda municipal mediante atualização do cadastro)
- econômico (jazidas economicamente exploráveis, recursos pesqueiros)

Além da definição dos três elementos básicos da Sistemática CDP é oportuno definir aqui, também, os "produtos" resultantes da aplicação deste método, a saber:

Áreas de Ação são definidas pela superposição e concentração no espaço, das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, e, simultaneamente, pela concentração da demanda por medidas específicas para resolver os problemas destas áreas.

Áreas Prioritárias de Ação são aquelas onde através de determinadas medidas serão eliminadas Deficiências, aproveitando ao máximo possível Potencialidades e vantagens de localização considerando, ao mesmo tempo e de forma adequada, Condicionantes existentes. Assim, em menor comprometimento de recursos, pode ser atingido o maior benefício para a comunidade. Além disso, a possibilidade de calamidade ou outras emergências poderão contar com a ação imediata do poder público.

Portanto, a Sistemática CDP oferece, de modo geral, as seguintes vantagens.

- Representa um método de ordenação e operacional de informações;
- Orienta o planejamento urbano em todas as fases do processo;
- Está baseada nos critérios de otimização e adequação dos meios e recursos e de controle de resultados, evitando, com isto, os erros de uma simples eliminação de deficiências;
- A classificação dos elementos da estrutura urbana segundo Condicionantes, Deficiências e Potencialidades atribui aos mesmos uma função dentro do processo de desenvolvimento da cidade.
- Assim sendo, as medidas a serem adotadas, podem ser classificadas segundo três grupos de demanda:

Labim/UFRN

- demanda de manutenção - elementos a serem preservados;
- demanda de recuperação e melhoria - problemas a serem resolvidos;
- demanda de inovação - elementos que poderão ser melhor aproveitados.

Com isso pode ser estabelecida uma visão global da distribuição e da aglomeração espacial de demandas de caráter específico, sobre a área em estudo.

Em suma, este método se caracteriza pelo seu pragmatismo o que facilita a sua complementação e o seu aperfeiçoamento sucessivo e permanente em termos de abrangência e detalhamento. A possibilidade de sua aplicação em qualquer estágio de desenvolvimento da administração municipal, torna possível o seu aprimoramento até atingir uma posição de destaque dentro de um processo amadurecido de planejamento.

A aplicação da Sistemática deve ser orientada pelas seguintes etapas básicas:

- Levantamento da Informação;
- Sistematização da Informação;
- Avaliação da Informação;
- Formulação da Política.

Para chegar-se à Sistematização da Informação segundo condicionantes, deficiências e potencialidades propõe-se a estruturação dos assuntos da seguinte forma. (Vide Fig. 1)

- Condições regionais/micro-regionais, indicando especialmente os objetivos e planos do poder público, principalmente das esferas federal e estadual que tenham influência sobre o espaço, objeto do planejamento. Neste âmbito podem ser consideradas também as tendências gerais de desenvolvimento da área.
- Ocupação do espaço, considerando os condicionantes históricos e a ocupação e uso atual do solo.

Labim/UFRN

• Condições fisico-naturais, analisando a geologia e o relevo, o solo e a vegetação, bem como a hidrografia, considerando todas as implicações que estes elementos possam trazer para o desenvolvimento da área em estudo;

• Condições sócio-econômicas, envolvendo, particularmente, estudos sobre a demografia e o emprego e avaliando a base econômica local e regional e suas perspetivas futuras.

• Infra-estrutura urbana, abrangendo o sistema viário e de transportes, o sistema de saneamento e os sistema de energia e comunicações.

• Habitação e infra-estrutura social que compreendem além da análise das condições habitacionais, a avaliação dos setores de educação, saúde, cultura, lazer etc.

• Condições institucionais, abrangendo a análise da organização e dos sistemas administrativos existentes e suas relações com as demais esferas de poder.

A finalidade do processo de sistematização e avaliação da informação consiste na identificação das áreas de ação e da demanda resultante da situação atual, da confrontação desta situação com um padrão desejável (ou mínimo), determinado pela política, pela comunidade, pelos órgãos setoriais etc., e na determinação das medidas prioritárias para satisfazer eficientemente a esta demanda.

Partindo do princípio colocado inicialmente, deve-se atribuir máxima prioridade às medidas de desenvolvimento que resultem na eliminação de Deficiências, levando em consideração as Condicionantes pré-existentes e, concomitantemente, o aproveitamento das Potencialidades ou recursos ao alcance da administração local.

Na proposta a seguir, que versa sobre o "Sistema de informação para a promoção econômica" o cientista social contará com melhores recursos de avaliação e análise, a partir dos dados e das informações necessárias, para melhor equacionar os problemas econômicos do município, visto aqui, no seu todo, isto é, espaço urbano e rural.

Labim/UFRN

FIGURA 1

SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO SEGUNDO CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES - EXEMPLOS

	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
CONDIÇÕES REGIONAIS/ MICRO-REGIONAIS			
- Objetivos do poder público	Planos e Programas da União e do Estado de relelância para o município	Efeitos negativos da realização das medidas	Efeitos no sentido da melhoria do potencial infra-estrutural ou produtivo
OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO			
- Condições históricas	Traçado histórico da área central Prédios de valor histórico-cultural	Lotes muito pequenos	Novas funções para o centro histórico
- Ocupação e uso atual do solo	Áreas de usos tradicionais bem definidas Áreas de uso inadequado Aeroporto Áreas de segurança nacional Áreas verdes na área urbana	Áreas de uso conflitante ou inadequado Densidade inadequada Espalhamento da área urbana Loteamentos clan-destinos	Áreas adequadas para adensamento ou ex-pansão de funções urbanas Vantagens de localização para determinadas funções (subcentro) Terrenos de propriedade pública
CONDIÇÕES FÍSICO-AMBIENTAIS			
- Geologia e relevo	Morros dentro e fora da área urbana Área com declive maior que 30% Dunas Jazidas minerais	Erosão progressiva Deslizamento de área Escavações desorde-nadas	Áreas aptas para urbanização Jazidas economica-mente exploráveis Áreas de fácil recuperação por aterro ou drenagem
- Solo e vegetação	Solo de alta produtividade agrícola Florestas naturais Vegetação de valor paisagístico	Erosão de camada vegetal de solo Desmatamento progressivo	Áreas aptas para irrigação Áreas adequadas para reflorestamento, recreação e proteção ambiental Áreas para a produção horti-granjeira
- Hidrografia	Rio, lagos, lagoas, mangues Linha de enchente	Áreas urbanas inundáveis Áreas alagadas Corpo de água poluído	Fonte de água ou energia Criação de peixes Recreação, esporte

Labim/UFRN

Cont. Fig. 1

CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS			
- Demografia e emprego	Densidade habita-cional População de renda estável	Área de concentração de migração População de baixa renda/desempregada Movimento pendular de população	Reserva de mão-de-obra-qualificada
- Base econômica	Localização das empresas maiores Áreas principais de localização do setor terciário Centrais de abastcimento	Setor informal não controlado Leglalização inadquada d e indústria poluente	Áreas adequadas para o desenvolvimento e concentração de atividades econômicas de pequeno e médio porte Reserva de potencial aquisitivo
INFRA-ESTRUTURA URBANA			
- Sistema viário e transporte urbano	Ligações inter-regionais Traçado principal viário (pavimentado) Traçado de via férrea Equipamentos de transporte existente ou planejado	Pontos de congestio-namento de trânsito e de alta frequência de acidentes Falta de estacio-namentos Falta de pavimentação Falta de ligação viária ou transporte urbano	Melhorias por reorga-nização dos fluxos e sinalização e modifi-cações simples do desenho viário Cobrança de estacio-namento nas ruas Faxas exclusivas para ônibus
- Sistema de sa neamento	Áreas servidas Instalações existentes/ capacidade Adutores principais Reservatórios Áreas de reservas hídricas	Falta ou deficiência de serviços Deposição inade-quada de lixo Poluição pelo esgoto	Áreas adequadas para captação e tratamento de água Áreas adequadas para tratamento de esgoto ou disposição de água Áreas adequadas para tratamento de esgoto ou disposição de lixo
- Energia e comu nicação	Áreas servidas por luz, telefone, correio	Serviços deficientes	Capacidade ociosa
INFRA-ESTRUTURA SOCIAL			
- Habitação	Habitação de parâmetro adequado	Habitação de parâ-metro subnormal	Habitação em condições de melhoria ou em processo de melhoramento
- Educação, Saúde, Cultura, Lazer	Estabelecimentos existentes e funcionando satisfatóriamente Capacidade	Deficiência em equipamento e manutenção Falta de ensino profissionalizante	Terrenos em localização adequada à disposição Rutilização de instalações existentes abandonadas

Labim/UFRN

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A PROMOÇÃO ECONÔMICA

A presente proposta refere-se ao estabelecimento de um sistema de informação voltado para a promoção econômica a nível municipal.

Envolve a elaboração dos seguintes tópicos:

- elementos do sistema e seu conteúdo;
- formas de apresentação da informação;
- utilização da informação.

O sistema proposto compõe-se de quadro segmentos de informação sócio-econômica, que são:

- economia local;
- fatores locacionais;
- população e mão-de-obra;
- diretrizes existentes e instrumentos disponíveis.

Ressalta-se a grande importância das informações sócio-econômicas, principalmente aquelas que se referem à economia local e aos fatores locacionais, na formação de uma base de informações a nível municipal. A partir do conhecimento da estrutura econômica pode-se detectar as atividades a serem objeto de promoção.

A informação sobre a infra-estrutura do município, por sua vez, é fator essencial na proposição de medidas de melhoria, favorecendo, também, o trabalho de promoção junto aos investidores.

A estrutura populacional indica a demanda potencial para empregos, fator imprescindível no seu dimensionamento.

O conhecimento de planos, diretrizes e programas de apoio aos diversos níveis do governo permite delimitar o âmbito de atuação do planejamento e da promoção econômica, possibilitando a identificação de instrumentos disponíveis que concorrem para a solução de problemas detectados no setor econômico, nas áreas de infra-estrutura e emprego em geral.

Labim/UFRN

Os elementos básicos do sistema proposto, apresentado no gráfico a seguir, estão estruturados da seguinte maneira: (Vide Fig. 2).

O sistema resulta na "Promoção Econômica" que como ação planejada ainda é uma experiência muito rara a nível municipal. Existem municípios que, isoladamente ou em conjunto com órgãos estaduais ou federais, planejam e executam programas ou projetos de fomento às atividades econômicas.

Entretanto, estas medidas são pontuais e imediatistas, faltando-lhes as características de uma ação integrada e planejada, fazendo com que muitos projetos, em vez de resolverem as causas dos problemas, apenas tangem seus efeitos. É bem verdade que isto se deve, em grande parte, à escassez de instrumentos adequados para a identificação e a execução de projetos e programas de fomento econômico.

Neste sentido não se pode esperar com a apresentação deste "Sistema" a solução para todos os problemas identificados acima. O que se pretende é a divulgação de idéias e sugestões que possam orientar a ação promocional e torná-la mais eficaz. Estas propostas se referem ao planejamento e a execução, após os conhecimentos detectados a partir da aplicação prática do "Sistema de Informação", da assistência às empresas de pequeno e micro porte e à identificação, execução e avaliação de novos projetos.

6. Conclusões

Pelo exposto precedentemente no que concerne aos sistemas de telecomunicações e de informação, à sistemática de condicionantes, deficiências e potencialidades-CDP- e ao sistema de informação para a promoção econômica observa-se claramente que o cientista social lidou com dados e informações estratégicas que se remetem aos processos e produtos centrados no sujeito; aos elementos produzidos por meio do sujeito e que têm incumbência em seu desempenho na comunidade e aos processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito.

No primeiro aspecto, salientam-se os processos e produtos elaborados pelo pesquisador, averiguando as percepções do sujeito (formas verbais), através de entrevistas e questionários, principalmente, e os comportamentos e ações do sujeito, mediante, de forma fundamental, a observação livre ou dirigida, e os processos e produtos construídos pelo sujeito mesmo (ex: livros).

Labim/UFRN

Os elementos produzidos pelo meio estão representados: pelos Documentos (internos, relacionados com a vida peculiar das organizações e destinados, geralmente, para o consumo de seus membros; e externos, que têm por objetivo, principalmente, atingir os membros da comunidade em geral); instrumentos legais: leis, decretos, pareceres, resoluções, regulamentos, regimentos etc; instrumentos oficiais, que seriam de duas classes: aqueles que se referem à diretrizes, propostas, códigos de ética, memorandos, atas de reuniões, políticas de ação etc., e que são estudados fundamentalmente através do método de análise de conteúdo; dados estatísticos e informações quantitativas ordenadas e informatizadas em sintonia com os objetivos da pesquisa.

Os processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito, referem-se aos modos de produção, às forças e relações de produção, à propriedade dos meios de produção e às classes sociais.

Na posse dos dados e informações estratégicas identificados, de acordo com a sua natureza, conforme acima arrolados, o cientista social após o tratamento e o cruzamento dos referidos, no âmbito dos sistemas propostos pode passar à utilização dos mesmos no planejamento normativo-estratégico, com o intuito de chegar à programação que venham a beneficiar a sociedade civil.

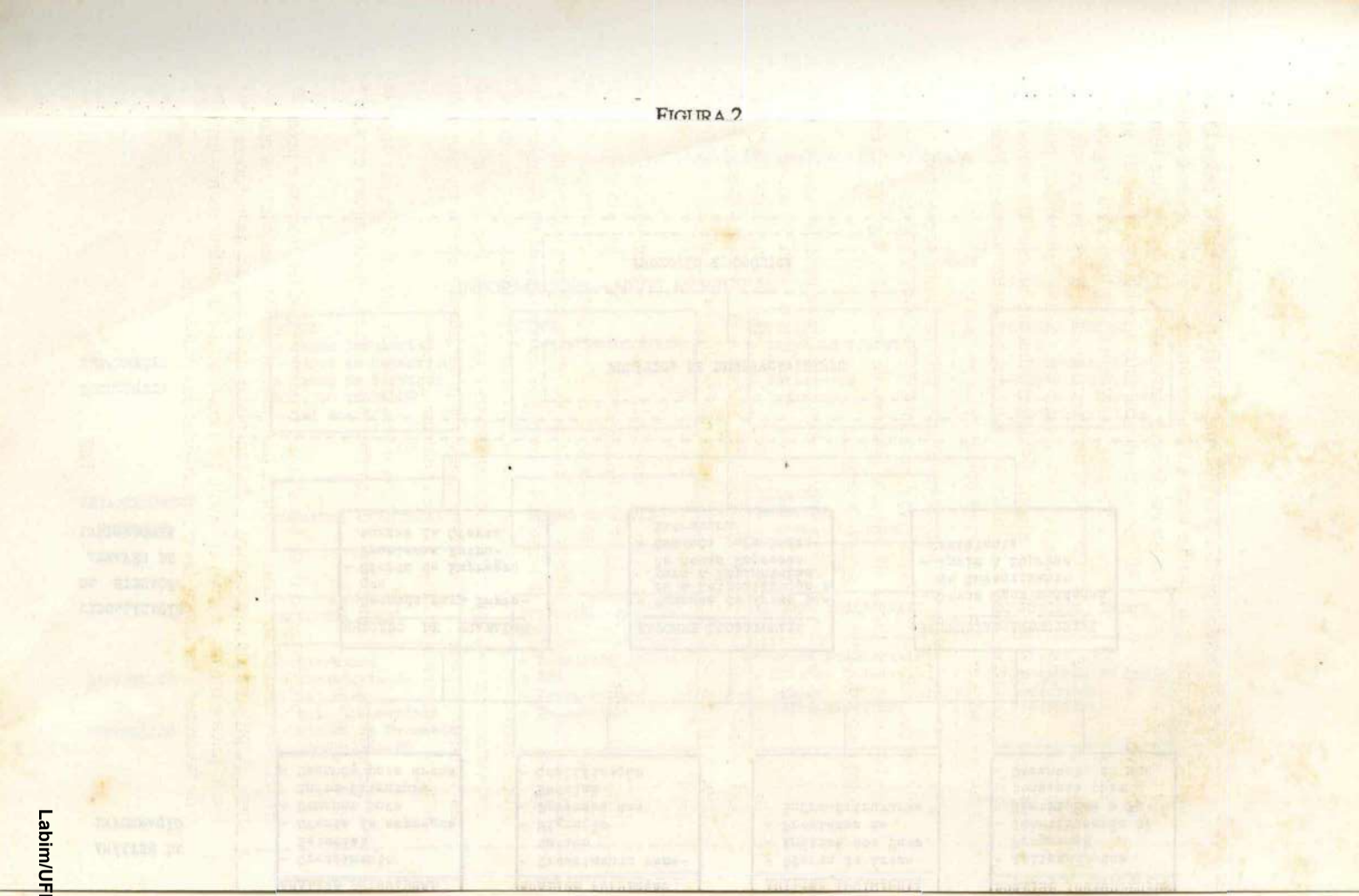
A programação deve ser entendida como um momento do planejamento, no sentido de que ocorre simultaneamente com ele e de que se processa ciclicamente em um movimento incessante de produção e reconstrução. Sendo um momento do planejamento, não se admite que a programação tenha a exclusividade do técnico-administrativo, visto que todo o sistema de planejamento é um sistema de natureza política. Não é concebível, portanto, que a programação venha a ser um espaço sem atores sociais e que possa dispensar a questão da viabilidade política. Prefere-se assumir a programação como um momento tático do programa estratégico que conforma um plano.

A programação deve ter uma direcionalidade que não deve ser imposta por algum nível superior. Ela é fruto de atores sociais, que ocupam os vários níveis da institucionalidade.

A programação deve transbordar os limites dos fenômenos e penetrar na rede de casualidade mais profunda para melhor definir e explicar os problemas. A procura de um espaço e de um plano de definição de natureza mais hierárquica é um imperativo colocado pela necessidade de definir os nós críticos e de favorecer a mudança das características dos problemas.

Labim/UFRN

FIGURA 2



Labim/UFRN

Os elementos produzidos pelo meio estão representados: pelos Documentos (internos, relacionados com a vida peculiar das organizações e destinados, geralmente, para o consumo de seus membros; e externos, que têm por objetivo, principalmente, atingir os membros da comunidade em geral); instrumentos legais: leis, decretos, pareceres, resoluções, regulamentos, regimentos etc; instrumentos oficiais, que seriam de duas classes: aqueles que se referem à diretrizes, propostas, códigos de ética, memorandos, atas de reuniões, políticas de ação etc., e que são estudados fundamentalmente através do método de análise de conteúdo; dados estatísticos e informações quantitativas ordenadas e informatizadas em sintonia com os objetivos da pesquisa.

Os processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito, referem-se aos modos de produção, às forças e relações de produção, à propriedade dos meios de produção e às classes sociais.

Na posse dos dados e informações estratégicas identificados, de acordo com a sua natureza, conforme acima arrolados, o cientista social após o tratamento e o cruzamento dos referidos, no âmbito dos sistemas propostos pode passar à utilização dos mesmos no planejamento normativo-estratégico, com o intuito de chegar à programação que venham a beneficiar a sociedade civil.

A programação deve ser entendida como um momento do planejamento, no sentido de que ocorre simultaneamente com ele e de que se processa ciclicamente em um movimento incessante de produção e reconstrução. Sendo um momento do planejamento, não se admite que a programação tenha a exclusividade do técnico-administrativo, visto que todo o sistema de planejamento é um sistema de natureza política. Não é concebível, portanto, que a programação venha a ser um espaço sem atores sociais e que possa dispensar a questão da viabilidade política. Prefere-se assumir a programação como um momento tático do programa estratégico que conforma um plano.

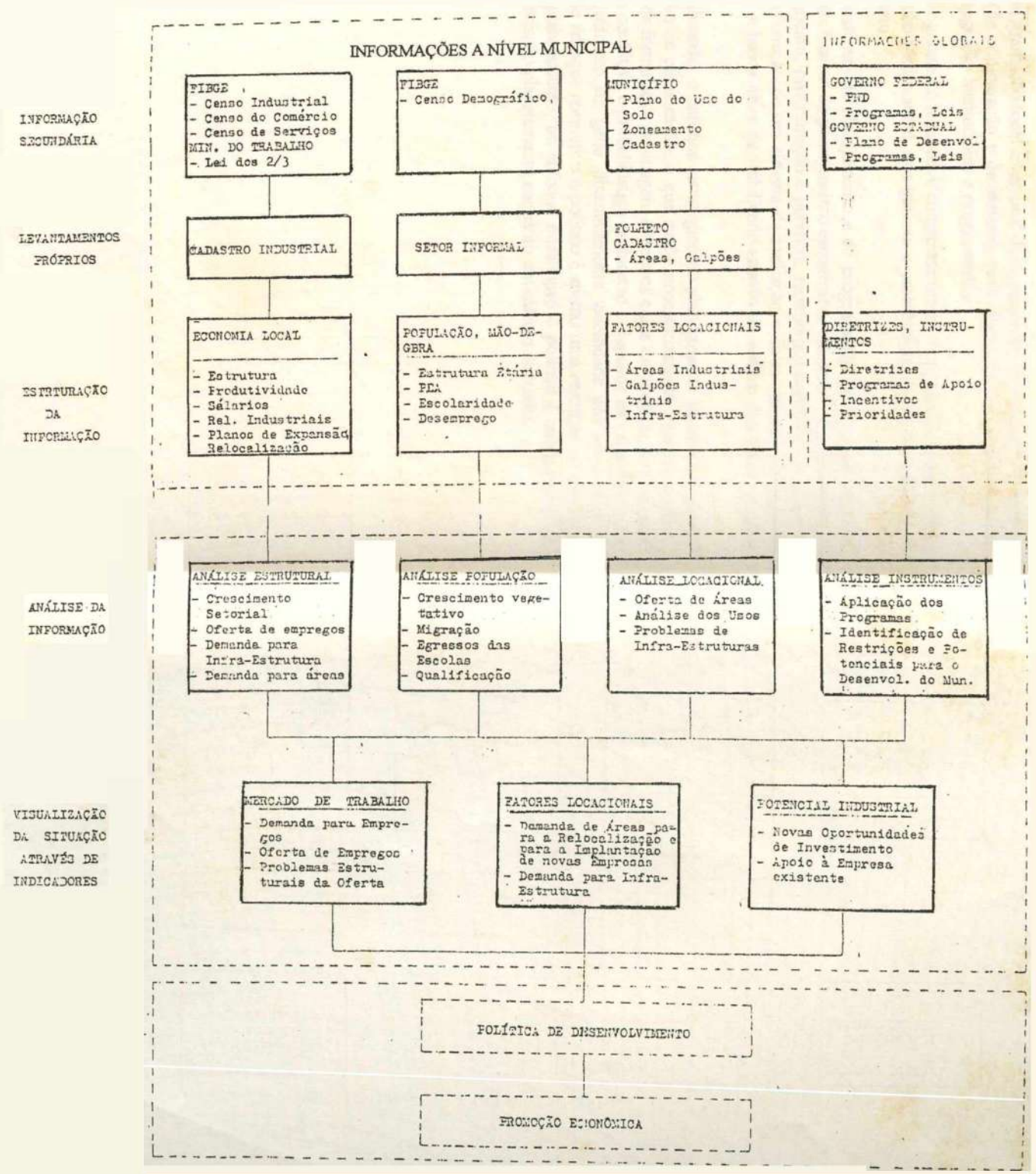
A programação deve ter uma direcionalidade que não deve ser imposta por algum nível superior. Ela é fruto de atores sociais, que ocupam os vários níveis da institucionalidade.

A programação deve transbordar os limites dos fenômenos e penetrar na rede de casualidade mais profunda para melhor definir e explicar os problemas. A procura de um espaço e de um plano de definição de natureza mais hierárquica é um imperativo colocado pela necessidade de definir os nós críticos e de favorecer a mudança das características dos problemas.

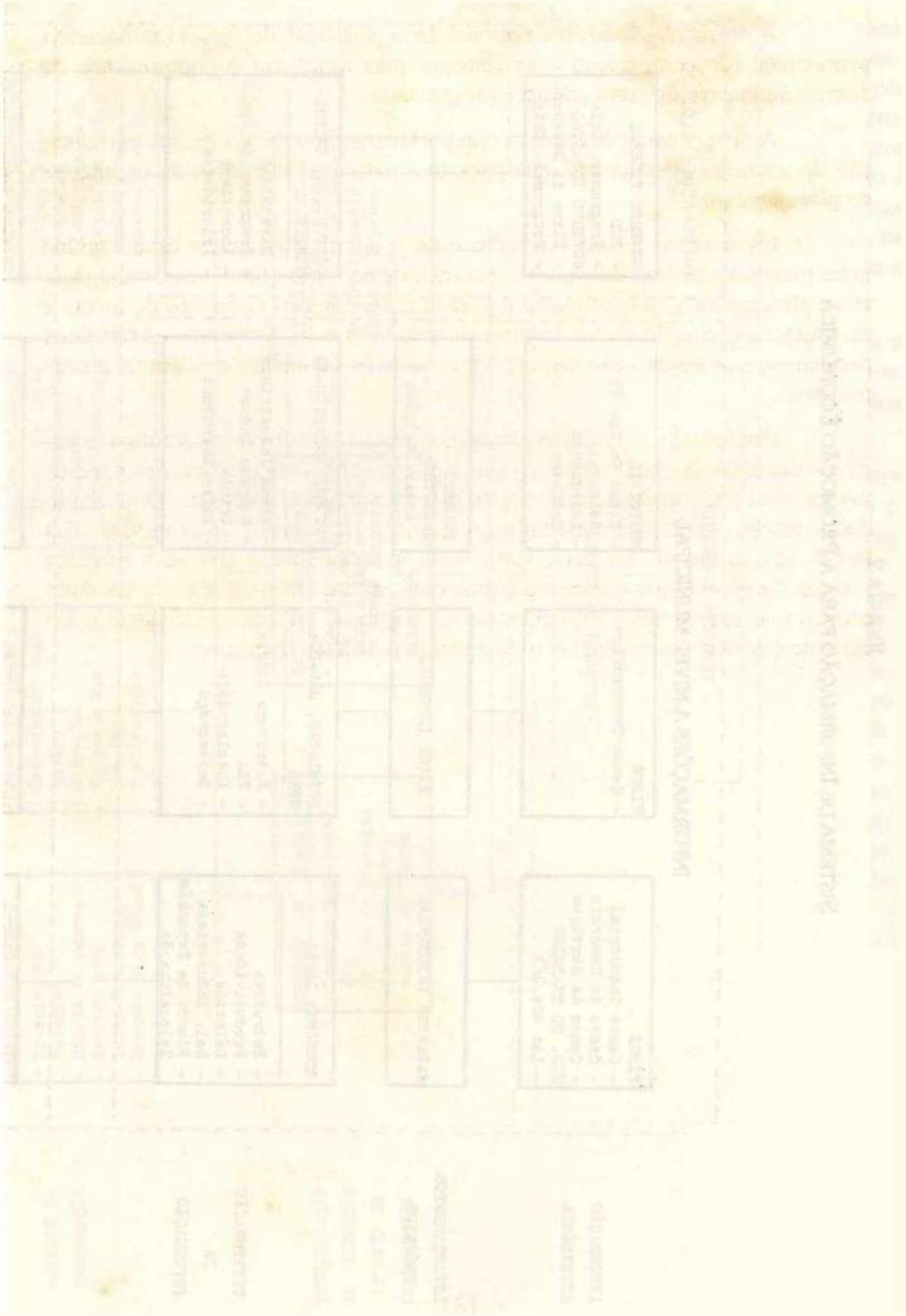
Labim/UFRN

FIGURA 2

SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A PROMOÇÃO ECONÔMICA



Labim/UFRN



Labim/UFRN

A programação local e regional deve participar do mesmo movimento operacional (de comparação e de síntese), para assegurar o cumprimento da diretriz de integração institucional e programática.

A programação local deve comportar um movimento de descentralização do aparelho institucional, que garanta a participação efetiva da população no planejamento.

Os sistemas de planejamento e de programação devem estar regidos pelas premissas básicas do planejamento estratégico, tais como: inseparabilidade entre planejamento, programação e gerência; redefinição constante de metas e de trajetórias; criação de um sistema de avaliação e de monitores estratégicos permanentes, a busca ativa da viabilidade através da análise dos atores e seus projetos.

Finalizando, o enfoque estratégico no planejamento irá acentuar o caráter interativo da planificação, o que supõe necessariamente relações conflitivas no nível da formulação de imagens-objetivos e das estratégicas. O resultado desta relação conflitiva é probabilístico ou incerto e depende da capacidade das forças em confronto de gerar dinamicamente viabilidade aos seus projetos básicos. Se no enfoque normativo o político é apenas uma restrição ou um dado exógeno ao planejamento, no enfoque estratégico o político é endógeno e faz parte da essência do planejamento enquanto um cálculo interativo.

Labim/UFRN

BIBLIOGRAFIA

1. Trivinos, Augusto N.S. - Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. Editora Atlas S.A., São Paulo, 1990.

2. Rivera, F. Javier Uribe - (organizador) - Planejamento e programação em Saúde: um enfoque estratégico. Tradução de Elizabeth Artmann Cortez - Editora, São Paulo, 1989.

3. CNDU - Ministério do Interior - Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano - SDU. Coordenadoria de Planejamento Setorial - CPS. Sociedade Alemã de Cooperação Técnica - GTZ - Planejamento Urbano no Brasil. Avaliação e Propostas. Brasília, 1983.

4. Cordeiro, Helena Kohn - O setor financeiro e a circulação da informação no Brasil pós 70, In: Memoria del III er Encuentro de Geógrafos de América Latina, del 18 al 22 Marzo de 1991. Toluca. México. Tomo III.

5. Velloso, João Paulo dos Reis - (organizador) - Brasil em mudança. Fórum Nacional. Livraria Nobel S.A. São Paulo, 1991.

6. Trabalho de pesquisa envolvendo cientistas sociais da USP - UNICAMP e UNESP sobre a natureza dos dados e das informações estratégicas no âmbito do planejamento normativo-estratégico. São Paulo, Campinas, Rio Claro. 1992.

Labim/UFRN

IDENTIDADES E CONTRASTES NA ANÁLISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

*José Antonio Spinelli Lindoso**

* Prof. do Mestrado em C. Sociais-UFRN e doutorando na USP

Vivência, Natal, v. 7, n. 1, p. 187-214, jul/dez. 1993

Labim/UFRN

Labim/UFRN

I. INTRODUÇÃO: as origens históricas do Estado de bem-estar social

O moderno Estado de bem-estar social-EBE, assume suas feições características, tal como hoje o conhecemos, a partir dos anos 30 deste século e, sobretudo, após a segunda guerra mundial.

Suas origens, entretanto, remontam às últimas décadas do século passado.

É interessante observar que embora o Estado de bem-estar contemporâneo esteja associado à mobilização sindical dos trabalhadores e à ascensão de partidos social-democratas ou socialistas, na verdade as políticas de bem-estar, adotadas nas principais nações industriais do mundo ocidental entre fins do século XIX e os anos 30 deste século, foram, em geral, uma iniciativa de políticos e partidos conservadores.

A presença de uma classe trabalhadora ativamente organizada em sindicatos fortes e em partidos políticos que se expandiam consistentemente, como o Partido Socialista na França e o Partido Social-Democrático na Alemanha - este sob a influência direta de Friedrich Engels e de dirigentes fiéis ao marxismo, como August Bebel e Wilhelm Liebeknecht - certamente foi decisiva para impulsionar estas primeiras medidas. Entretanto, *"essas políticas não refletiam a influência específica de partidos socialistas ou social-democratas, nem constituíam uma formulação coerente da natureza do estado de bem-estar"* (King, 1988, p 59).

Embora a força da mobilização sindical e partidária dos trabalhadores tenha sido decisiva neste primeiro momento, ela não foi capaz de moldar diretamente políticas coerentes. Sua influência consistiu em provocar respostas por parte do aparelho de Estado, que tinham, ademais, um claro sentido desmobilizador. As primeiras medidas de política social na Alemanha foram uma iniciativa do governo ultra-conservador de Bismarck e pretendiam deter a trajetória ascencional do Partido Social Democrata[1].

---

1 As primeiras leis sociais na Alemanha foram propostas durante o governo de Bismarck, entre 1883 e 1889, e versavam sobre seguro-doença, seguro contra acidentes de trabalho e seguro velhice-invalidez. O propósito explícito de Bismarck era combater a influência do Partido Social Democrata sobre a massa trabalhadora, e tais medidas constituíam a outra face da moeda de uma política repressiva e anti-socialista (cf. Rosanvallon, 1984, p 116-7). Rosanvallon comenta que esta legislação "em vez de extirpar a social-democracia da classe operária, iria, pelo contrário, fornecer bases para o seu enraizamento" (id. p. 117). Acrescente-se, porém, que ao tempo em que este enraizamento se consolida o Partido Social Democrata havia trocado sua perspectiva revolucionária por uma postura reformista.

Labim/UFRN

King estabelece uma útil distinção entre as políticas de bem-estar antes e depois dos anos 30:

> *"Enquanto antes dos anos 30 a força da classe trabalhadora impeliu o desenvolvimento de políticas de bem-estar por partidos não socialistas, na subseqüente expansão tornou-se ela própria um fator importante, isto é, a força da classe trabalhadora foi dirigida a objetivos social-democráticos específicos, encarregando-se o Partido Social-Democrata de realizá-los" (id. ibid.).*

Neste sentido, as políticas de bem-estar antes dos anos 30 tinham um caráter reativo diante da pressão da classe trabalhadora organizada e traduziam-se em medidas parciais e setorizadas. Após os anos 30 e, em especial nos anos que se seguem à II Guerra, elas se traduzem num conjunto sistemático de medidas e refletem, como veremos adiante, a força de novas coalizões políticas que modificam os arranjos do bloco-no-poder nos grandes países industriais.

Nesta medida, é legítimo perguntar se pode-se falar em Estado de bem-estar indistintamente nos dois períodos como fazem King e outros autores. As políticas sociais do primeiro período têm um caráter reativo e de contenção frente à crescente mobilização da classe trabalhadora sob a liderança do partidos revolucionários. As políticas sociais do segundo período se dão num contexto político e econômico bastante distinto. Já não são meras políticas reativas, mas se inscrevem numa concepção mais abrangente que redefine o papel do Estado diante da economia e da sociedade; por outro lado, esta nova política social seria incompreensível sem considerar os instrumentos de que o Estado lança mão para intervir no ciclo econômico e garantir o crescimento e o pleno emprego. Outro elemento importante deste novo período é o papel desempenhado pelos trabalhadores industriais em aliança com outras classes e sob a liderança de partidos reformistas de esquerda que empreendem uma larga intervenção social que irá mudar de forma significativa a face do sociedade.

Seguindo o raciocínio exposto acima talvez fosse mais razoável reservar a noção de Estado de bem-estar para o segundo período, pós-anos 30, ou pós-Segunda Guerra. Corroborando esta idéia, pode-se observar que os estudos que analisam sistematicamente o Estado de bem-estar social tomam basicamente como referência o segundo período, reportando-se ao primeiro período apenas para localizar as origens das políticas sociais e contrastar as duas experiências.

Labim/UFRN

Aliás, leis sociais, assistência social ou algo equivalente pode ser encontrado bem antes do período bismarckiano na Alemanha ou do Segundo Império na França. Só para dar um exemplo, é possível encontrá-las nos começos do século XVII na Inglaterra, com as conhecidas leis para os pobres (**poor laws**), fixadas a partir do reinado de Isabel I.

No entanto, as **poor laws** e outras medidas legislativas equivalentes, e mesmo as políticas sociais da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, diferem não só em extensão e abrangência, mas também na sua concepção, ou seja, em sua natureza, da legislação emergente depois dos anos 30. Rosanvallon, referindo-se ao "plano Beveridge", de 1942, que serviu de base para a organização do sistema britânico de seguridade social, dirá que *"Foi o primeiro documento a exprimir os grandes princípios da constituição do Estado-providência moderno"* (id. p.115). E acrescenta que "O regime de segurança social preconizado por Beveridge no seu relatório" se baseia ***"numa nova concepção do risco social e do papel do Estado"*** (id. ibid.).

II. CARACTERÍSTICAS DO ESTADO DE BEM-ESTAR

Este moderno Estado de bem-estar (Welfare state, na Inglaterra e Estados Unidos; Sozialstaat, na Alemanha; État-Providence, na França) tem sido analisado, nos anos recentes, de diferentes perspectivas. Vou me referir a algumas destas abordagens, feitas por autores representativos, tentando apreender a forma como os mesmos caracterizam o Estado de bem-estar e, ao mesmo tempo, procurando estabelecer identidades e contrastes.

a) O Estado de bem-estar em Habermas

Habermas* enquadra o Estado de bem-estar no contexto do que ele chama "capitalismo tardio", embora às vezes tome de empréstimo de outras tradições teóricas as expressões "capitalismo de organização" ou "capitalismo regulado pelo Estado".

Para ele, o capitalismo tardio remete ao estágio avançado do processo de acumulação e tem duas características centrais: a) a concentração em grandes empresas *"e a organização dos mercados de bens, de capitais e de trabalho"*; b)

* Verti para o português as citações do texto de Habermas.

Labim/UFRN

a intervenção do Estado nas *"falhs de funcionamento do mercado"* (Habermas, 1975, p. 49).

Este processo de concentração empresarial, com a conseqüente oligopolização do mercado e a intervenção estatal, certamente aponta para a superação do capitalismo concorrencial. No entanto, adverte Habermas, isto não elimina o mercado como mecanismo de regulação da vida econômica, nem significa a superação do capitalismo liberal. As prioridades globais da planificação econômico-estatal continuam a ser uma função *"das estratégias adotadas pelas empresas privadas"* (id. p 50).

A intervenção estatal atua de forma bastante precisa: confere regularidade ao ciclo da economia *"e cria e melhora as condições de valorização do capital acumulado em excesso"* (id. p 51).

O Estado, no capitalismo tardio, não é mais um "não-capitalista" através do qual se realiza a "vontade capitalista genérica"; ou o "capitalista ideal" que garante as condições gerais e externas do processo de produção. Ele agora é parte do processo de reprodução e *"se converte em uma sorte de órgão executor da lei de valor"* (id. p. 70).

Estas observações têm permitido a muitos autores reafirmar a posição ortodoxa, insistindo na velha concepção engelsiana do Estado como "capitalista ideal". Para isto, se fundamentam na suposição de que o novo papel do Estado *"não cancela a espontaneidade do processo anárquico da produção mercantil"*; não domina a produção *"como uma instancia de planificação do capitalismo em seu conjunto"*; não intervém decisivamente *"na estrutura das fortunas pessoais"*; nem evita, a longo prazo, *"as perturbações cíclicas do processo de acumulação"* (id. ibid.).

Entretanto, Habermas afirma que a questão de saber se a estrutura de classes no capitalismo tardio tem-se modificado não pode ser decidida de antemão, na teoria, mas apenas através da observação empírica. E acrescenta que enquanto no capitalismo de concorrência *"a dominação de classe se exercia sob a forma não-política do intercâmbio de trabalho assalariado por capital"*, no capitalismo tardio tal dominação não pode-se exercer somente através do mercado nem pelo recurso às tradições de origem pré-capitalista, mas se deslocou para o sistema político, tal como ocorria em certas sociedades pré-capitalistas.

Isto acontece porque o Estado, hoje, não pode ser concebido como um mecanismo que, de fora, garante as condições gerais do processo de produção, mas, ele também é parte deste processo.

As "forças motrizes econômicas" por si próprias são incapazes de

Labim/UFRN

assegurar a continuidade da acumulação capitalista, impondo-se ao Estado a necessidade de executar sistematicamente ações que "substituem o mercado". Isto se dá seja abrindo possibilidades de inversão através da demanda de bens improdutivos (compra de armamentos, exploração do espaço, etc.), seja *"com novas formas de produzir mais valia (organización estatal do progresso técnico-científico, quaificação profissional dos trabalhadores, etc.)"* (id. p 72). Além dessas ações substitutivas do mercado o Estado deve compensar as *"conseqüências disfuncionais do processo de acumulação"*, assumindo os *"efeitos externos da economia privada"* (id. p.73), como, por exemplo, a degradação do meio ambiente, ou subsidiando setores ameaçados de sobrevivência. Por outro lado, por pressão dos sindicatos e partidos reformistas, o Estado assume tarefas que se traduzem nos gastos sociais e no consumo social.

Resumindo, o Estado no capitalismo tardio, além de cumprir de forma mais ampla e eficiente as funções tradicionais do Estado capitalista *"atua substitutivamente nos lugares onde se produzem disfunções do mercado, intervém no processo de acumulação e compensa aquelas conseqüências deste que se tornam insuportáveis desde o ponto de vista político"* (id. p.74).

No que se refere às mudanças que se dão nas relações de produção no capitalismo tardio, Habermas levanta três aspectos: *"uma forma diversa de produção de mais valia, que afeta o princípio de organização da sociedade; uma estrutura de salários quase-política, que é expressão de um compromisso de classes, e a crescente necessidade de legitimação do sistema político, que põe em jogo exigências orientadas para os valores de uso, eventualmente conflitivas com as necessidades de valorização do capital"* (id. ibid.).

A emergência de um setor público na economia indica que o Estado, ao se encarregar da produção de bens de uso coletivo, fornece a infra-estrutura material e imaterial que reduz os custos da economia privada; neste quadro se inserem a organização estatal do sistema educativo (qualificação da força de trabalho, incremento da produtividade) e do progresso técnico-científico, fazendo com que a ciência passe a ser um "ingrediente" do processo produtivo.

No setor monopólico implanta-se uma coalizão entre sindicatos operários e entidades empresariais, resultando numa fixação "quase política" do preço da força de trabalho, permitindo suavizar o conflito entre capital e trabalho nos setores mais dinâmicos da economia e logrando um compromisso parcial de classes.

Mas, a presença do Estado nas "brechas operativas" deixadas pelo mercado e as novas demandas por valores de uso dirigidas ao sistema administrativo, recolocam a importante questão da legitimação. Esta, agora, *"não*

Labim/UFRN

pode reduzir-se a problemas de valorização do capital" (id. p 78).

A democracia formal construída na fase do capitalismo liberal mostra-se insuficiente para prover legitimidade a um Estado que *"já não representa a mera superestrutura de uma relação de classes não-política"* (id. p.77). Não obstante, o compromisso de classes tem permitido ao Estado desempenhar-se de suas funções na economia, garantindo a lealdade das massas *"no marco da democracia formal e em harmonia com sistemas de valores de vigência universal"* (id. p.78).

O contraponto da democracia, no entanto, é a persistência de um "privatismo civil" que confina os interesses dos indivíduos a questões de carreira, tempo livre e consumo, combinados com uma atitude de indiferença política.

Neste contexto, a participação democrática destes "cidadãos passivos" resume-se a aceitar ou rejeitar em bloco fatos consumados. Esta "despolitização estrutural" é justificada ideologicamente pelas "teorías de las élites democráticas, inspiradas en Schumpeter y Max Weber" (id. p 54).

Como última observação a propósito das reflexões de Habermas vou me referir ao problema das relações entre as classes no capitalismo tardio. Segundo ele, os países capitalistas avançados, após a Segunda Guerra Mundial, conseguiram manter o conflito de classes em estado de latência e dilataram os prazos do ciclo, substituindo as fases críticas agudas por uma crise inflacionária permanente e pelo déficit público crônico. Por fim, distribuíram os *"efeitos secundários disfuncionais da crise econômica (...) entre quase-grupos (como os consumidores, os escolares ou seus pais, os usuários dos meios de transporte, os enfermos, os anciãos, etc.) ou grupos naturais com escasso grau de organização. Assim se dissolveu a identidade das classes e se fragmentou a consciência de classe"* (id. p.56).

Após esta análise, objetiva e amarga, Habermas aponta a necessidade de se conduzir investigações com o objetivo de determinar até onde a estrutura de classes no capitalismo tardio é modificada pelo compromisso de classes e se os mecanismos de mercado foram deslocados por "relações de poder político" no processo de produção e apropriação da mais valia (id. p 56-7).

b) O Estado de bem-estar em Claus Offe

Claus Offe vem dedicando um já longo esforço de investigação à análise das questões que envolvem o Estado de bem-estar social nas sociedades de capitalismo avançado. Seu resultado, em andamento, é uma obra instigante e criativa que, além de discutir problemas sociais e políticos de relevância para o

Labim/UFRN

presente e o futuro, tem alimentado vivamente o debate teórico sobre a questão do Estado.

Não há divergências teóricas acentuadas entre as posições de Offe e Habermas[2]: o próprio Habermas acentua a convergência, quando, após criticar as teses da teoria do capitalismo monopolista de Estado, aponta o modelo teórico de Offe como mais adequado para explicar as conexões entre o sistema econômico e o sistema administrativo (Habermas, op. cit., p.78-80).

Porém, enquanto a obra de Habermas é mais uma reflexão filosófica sobre os resultados alcançados por investigações particulares no âmbito das ciências sociais, a obra de Offe é construída sobre um amplo projeto, ainda em curso, de investigação empírica, que lhe tem permitido testar hipóteses, fazer generalizações e construir modelos teóricos. Nesse sentido, apesar da convergência de visões, o enfoque incide sobre aspectos diferenciados, o que justifica abordar os dois autores.

Segundo Offe, tanto o marxismo quanto o liberalismo do século XIX (Marx, Tocqueville, Mill) pressupunham uma incompatibilidade radical entre capitalismo e democracia plena. Marx, em particular, considerava que a democracia exacerbava os conflitos sociais e possibilitava à classe operária questionar a sociedade burguesa (Offe, 1984, p.356-7).

Mas, a experiência histórica, no século XX, tem demonstrado justamente a coexistência entre aqueles dois princípios contra as expectativas e as hipóteses convergentes do marxismo e do liberalismo do século passado. A partir dessa constatação Offe formula duas questões que vão ocupar suas reflexões: *"(a) quais os arranjos e mecanismos institucionais que podem ser considerados responsáveis pelo padrão da coexistência"* entre aqueles princípios; *"(b) se é que existem, quais são os limites desses arranjos"* (id. p.357). Em outras palavras *"como **explicamos** a compatibilidade dos componentes estruturais da 'sociedade de massa' a da 'economia de mercado'"*.

Ao propor as questões interligadas da coexistência e dos limites entre democracia e capitalismo, Offe está consciente que retorna a Marx e a Mill, ao menos para lhes dar parcialmente razão; *"**existe** alguma tensão real entre os dois respectivos princípios organizadores do poder social e do poder político..."* (id. p. 358).

Contra esta suposição ergue-se a tradição leninista que impõe *"uma harmonia inerente entre o domínio do capital e as formas democráticas burguesas..."* (id. ibid.). Tal ótica, calcada no experimento de governo

2 Embora talvez, uma investigação mais detalhada pudesse encontrar diferenças relevantes.

Labim/UFRN

constitucional na Rússia entre 1905 e 1917, revela-se inadequada em sua generalização, além de obscurecer e distorcer a problemática discutida (id. ibid.). De outro lado, a tradição pluralista-elitista, por caminhos inversos, também reconhece a compatibilidade entre democracia e capitalismo. Segundo um desses teóricos, Lipset, o funcionamento da democracia faz com que *"todos os arranjos sociais, incluindo o modo de produção e a distribuição dos recursos econômicos"* dependam das eleições. Dessa forma, a vontade popular pode destituir a classe dirigente e modificar a ordem dominante. Se tal não ocorre é porque a democracia tem avalizado o capitalismo (id. p.359).

Offe conclui, a propósito da perspectiva leninista e da pluralista-elitista:

"A primeira postula, dogmaticamente, a ***dependência*** *total das formas e processos democráticos a um poder de classe, enquanto a última postula, de modo igualmente dogmático, a* ***independência*** *total da classe e do poder político democraticamente constituído"* (id. ibid.).

Rejeitando ambas as perspectivas, Offe parte da constatação histórica da compatibilidade real entre democracia e capitalismo "em grande parte da Europa", sobretudo após as duas guerras mundiais e começa por indagar as condições que permitiram esse fenômeno (id. p.359-60).

Essa indagação o leva a identificar no welfare state keynesiano e na competição partidária entre partidos políticos de massa os dois "princípios mediadores" que fazem convergir uma "versão específica da democracia" e um "tipo específico de capitalismo".

A forma como esses dois princípios se combinam para dar origem ao "capitalismo democrático" contemporâneo exige que a lógica de cada um deles penetre o funcionamento do outro.

Assim, de um lado, introduz-se uma "contingência de mercado" na política (o que exige uma forma de partido que "perverte e obstrui o interesse de classe e a política de classe'), onde elites políticas, dominando organizações partidárias burocráticas, oferecem "bens públicos" no mercado político; de outro lado, *"infunde-se autoridade à economia através do gerenciamento da demanda global, das transferências e da regulamentação, de forma que ela perde cada vez mais seu caráter espontâneo e auto-regulador..."* (id. p. 360).

Para finalizar esse ressumo da abordagem de Offe vou acrescentar algumas palavras sobre o que ele chama o "Welfare state" Keynesiano. Esse "conjunto de instituições e práticas estatais" desenvolveu-se nos países capitalistas ocidentais desde a Segunda Guerra Mundial e foi adotado independentemente do partido que estivesse no poder. Seu efeito: *"(a) um boom econômico amplo e sem*

Labim/UFRN

precedentes, que favoreceu todas as economias capitalistas avançadas e (b) a transformação do padrão de conflito industrial e de classe numa forma que se afasta cada vez mais do radicalismo político (...) e que conduz a um conflito de classe economicista, centrado na distribuição e crescentemente institucionalizado" (id. p.372).

Tudo isso é possível a partir de um jogo de concessões mútuas entre a classe empresarial e os trabalhadores; estes, abandonam a perspectiva revolucionária e aceitam a "lógica do lucro e dos mercados"; aqueles se comprometem a respeitar os direitos sindicais e democráticos e a manter o nível de emprego e de renda.

> *"O que estava em questão nos conflitos de classe já não era mais o modo de produção mas o volume de distribuição (...) e esse tipo de conflito era particularmente adequado para o processamento político através da competição partidária, precisamente porque ela não envolvia questões `ou-ou` e sim `mais ou menos` ou `mais cedo ou mais tarde`"(id. p. 173).*

Offe qualifica esse compromisso como uma *"aliança inter-classes de crescimento-segurança"* que tem nas formulações Keynesianas seu fundamento teórico (id. ibid.).

Na falta desses arranjos o conflito industrial poderia ser bem mais acirrado. Dessa forma, *"o welfare state dispersa, parcialmente, os motivos e as razões do conflito social"* (id. p.374).

O crescimento contínuo e regular limita o desemprego estrutural e gera dividendos em impostos que asseguram as provisões das políticas sociais.

> *"Os elos funcionais entre a política econômica keynesiana, o crescimento econômico e o welfare state são bastante óbvios, aprovados por todos os 'sócios' e partes envolvidas" (id. p. 375).*

Portanto, na esfera da política formal restam, para resolver, conflitos de natureza secundária, que não questionam o pacto social básico e que, assim, podem ser encaminhados através dos mecanismos tradicionais da negociação e da

Labim/UFRN

composição de interesses.

c) A perspectiva de Esping-Andersen

Esping-Andersen inicia o seu artigo sobre o Estado de bem-estar afirmando que a maioria das discussões gira em torno de duas questões básicas: 1) *"... o welfare state pode transformar fundamentalmente a sociedade capitalista"*? 2) *"... quais são as forças causais por trás do movimento do welfare state?"* (Esping-Andersen, 1991, p.85).

São questões que estão subjacentes não apenas ao debate estritamente teórico e acadêmico em torno do welfare state, mas, também, ao debate ideológico e político que perpassa a discussão teórica e que dela é dificilmente discernível.

Andersen classifica as abordagens sobre o welfare em três versões: a) a estruturalista/sistâmica; b) a institucional e c) a do poder de classe. A estas ele acrescenta sua própria perspectiva, que combina alguns elementos das outras.

A abordagem estruturalista, segundo Andersen, percebe o welfare como uma necessidade imposta pela lógica do próprio desenvolvimento econômico-social. Numa de suas variantes, a que Andersen rotula como a "lógica do industrialismo", o processo de industrialização destrói os modos de vida tradicionais e, subseqüentemente, gera os recursos necessários para as políticas sociais; nesta variante enfatiza-se o papel da burocracia moderna "como forma de organização racional, universalista e eficiente" e ainda como "um centro de poder em si" interessada em seu próprio crescimento (id. p.91)

A outra variante, o "estruturalismo marxista", considera *"que o welfare state é um produto inevitável do modo de produção capitalista. A acumulação de capital cria contradições que forçam a reforma social"* (id. p.92).

Tanto numa como noutra variante *"os welfare states praticamente não precisam ser promovidos por agentes políticos, sejam estes sindicatos, partidos socialistas, humanistas ou reformadores esclarecidos"* (id. ibid.). No que diz respeito mais particularmente ao marxismo estruturalista a política social seria imposta pelas próprias necessidades do capital enquanto ente coletivo, o que se daria pelo caráter estrutural do poder e pela relativa autonomia do Estado frente às classes dominantes (id. ibid.).

A abordagem institucional caracteriza-se, segundo Andersen, por um esquema explicativo que exclui de seu horizonte a *"referência a qualquer classe ou agente social em particular"* (id. p.93). Em contrapartida, esforça-se em

Labim/UFRN

compreender a economia como algo interligado às instituições sociais e políticas. Enfatiza, em particular, o papel da democracia na origem do estado de bem-estar.

Uma de suas variantes *"identifica estágios de construção nacional onde a extensão da cidadania plena tem de incluir também os direitos sociais"* (id. p.93-4).

Outra, *"desenvolvida tanto pela teoria pluralista quanto pela teoria da escolha pública, afirma que a democracia alimenta uma intensa competição dos partidos pelo eleitor médio, o que, por sua vez, estimula gastos públicos crescentes"* (id. p.94).

A principal objeção que Andersen faz à abordagem institucional é de caráter empírico e diz respeito à associação que este enfoque faz entre welfare e democracia. Segundo o autor, este ponto de vista não resiste à análise histórica uma vez que as primeiras iniciativas de welfare surgiram em regimes tipicamente autoritários, como os de Bismarck, na Alemanha, Napoleão III, na França e Von Taaffe, na Áustria. Contrariamente, naqueles países onde as instituições democráticas se firmaram mais cedo, como Estados Unidos, Austrália e Suíça, o welfare state teve seu desenvolvimento retardado (id. ibid.).

A terceira versão explicativa para a emergência do welfare state, analisada por Andersen, é a tese da mobilização de classe que, segundo o autor, se origina na economia política social-democrata.

De acordo com esta versão, as classes sociais são os *"principais agentes de mudança e (...) o equilíbrio do poder das classes determina a distribuição de renda"* (id. p.94).

Isto, entretanto, não significa negar o papel dos parlamentos: *"... a política parlamentar é capaz de sobrepor-se ao poder hegemônico e pode ser levada a servir interesses antagônicos aos do capital"* (id. p.95).

Ainda segundo essa teoria, o welfare state não se limita a "aliviar os males correntes do sistema", mas, ele próprio é uma fonte de poder para a classe trabalhadora na medida em que a extensão dos direitos sociais constitui pré-requisito *"para a força e unidade exigidas para a mobilização coletiva de poder"* (id. ibid.).

"O problema mais difícil dessa tese" diz Andersen, *"é especificar as condições para a mobilização de poder"* (id. ibid.). E, em seguida, enumera três objeções à tese, que considera válidas.

a) A primeira refere-se à possibilidade de que o locus do poder se transfira do parlamento para instituições de corte neo-corporativo.

Labim/UFRN

b) A segunda sugere que a capacidade mobilizatória dos partidos trabalhistas pode ser contida pela mobilização partidária de direita. Um adendo importante a esta crítica afirma que a tese de mobilização de classe peca por "suecocentismo", ou seja, por estar presa ao caráter singular da experiência sueca e por superestimar o potencial de mobilização do socialismo, quando existem outras bases organizativas igualmente importantes: no passado, as corporações; hoje, a Igreja, a etnia, a língua.

c) A terceira objeção, que Andersen considera a mais importante, aponta na tese da mobilização de classe uma visão linear do poder, como se o número de votos ou de cadeiras no parlamento, ou a taxa de sindicalização fossem suficientes para ampliar o welfare state. Contra estas suposições otimistas ergue-se, de um lado, a impossibilidade, até aqui constatada nas democracias parlamentares, de que qualquer partido ultrapasse o patamar dos 50% de maioria; de outro lado, o fato de que a classe trabalhadora tradicional (no suposto de que os partidos socialistas representam-na) em poucos casos tem constituído maioria numérica enquanto, presentemente, *"seu papel está se tornando marginal com grande velocidade"* (id. p.96).

Concluindo sua análise crítica das distintas abordagens que tratam de explicar o EBE, Andersen aponta sua incapacidade de perceber a especificidade dos diferentes regimes de welfare states.

Em contrapartida, ressalta as virtudes de um modelo recente inspirado nas teses de Barrington Moore: o modelo de coalização de classes. Nessa abordagem o welfare state não seria o simples resultado de uma incoercível necessidade estrutural ou de uma mobilização linear dos trabalhadores, mas produto das alianças de classe que a classe trabalhadora é capaz de forjar. Para ilustrar a tese, o autor dá o exemplo de welfare sueco, possível graças à capacidade do partido social-democrata em construir uma duradoura aliança com os proprietários de terras no que se convencionou chamar a aliança vermelho-verde, ao passo que o insucesso dos socialistas austríacos deveu-se justamente ao fato de os proprietários rurais terem sido atraídos para a coalizão conservadora (id. p.97).

Em conclusão, Andersen classifica seu próprio enfoque como "abordagem interativa". Na verdade, ele considera os enfoques analisados precedentemente apenas parcialmente verdadeiros e, portanto, unilaterais e incapazes de dar conta de toda a complexidade da EBE. Não é possível analisar o welfare com base em *"uma única e poderosa força causal..."* (id. p.111). Por isso, ele propõe que *"três fatores em particular seriam importantes: a natureza da mobilização de classe (...); as estruturas de coalização política de classe; e o*

Labim/UFRN

legado histórico da institucionalização do regime" (id. ibid.).

d) O Estado de bem-estar em Desmond King

Um enfoque bastante distinto da tradicional abordagem marxista é o esposado por Desmond S. King. Este autor refere-se às "democracias industriais modernas" com sua *"combinação única de estado de bem-estar e economia"* (King, 1988, p.55) como uma nova e original estrutura social, consolidada na pós-45.

King defende que *"os estados de bem-estar maduros têm suas estruturas e benefícios entrelaçados às estruturas sociais que eles próprios remodelaram"* (id. p.53). Por isso, esses estados de bem-estar não podem ser facilmente desmontados, mesmo por governos conservadores fortes e ideologicamente estruturados, como os de Reagan e Thatcher.

Se era possível no século XIX, ou no pré-45, distinguir o Estado da economia de mercado como fez Marx, no pós-45 isto é impossível. Estado e economia, Estado e estrutura social estão entrelaçados de uma nova forma, configurando um novo estágio social, que não é *"simplesmente um novo estágio de desenvolvimento capitalista e do nível de intervenção estatal"* (id. ibid.).

Transformações fundamentais atingem a estrutura do emprego, com o crescimento do setor público como gerador de emprego e de renda, em franca competição com o setor de mercado. Citando Goran Therborn, King acentua que a rotina do Estado envolve basicamente assistência social, bem-estar público e educação (id. p.54).

O Estado de bem-estar adota critérios distintos dos de mercado, critérios que enfatizam a utilidade social dos bens, o que acaba por corroer *"a difusão de critérios de mercado nestas democracias industriais avançadas"* (id. ibid).

O trabalho no setor público *"não é tratado como uma mercadoria produzida para a troca"* (id. p.55). Portanto, no setor público a força de trabalho já não tem aquela característica de mercadoria, apontada por Marx.

Por sua vez, as estruturas do Estado de bem-estar fortalecem as forças sindicais e o funcionalismo público que passam a defender os interesses ligados às políticas sociais.

A partir dessas observações, o autor elabora uma "proposição geral" segundo a qual *"o desenvolvimento do estado de bem-estar e os direitos sociais de cidadania a ele associados remodelaram fundamentalmente a natureza das*

Labim/UFRN

sociedades modernas..." (id. ibid.).

King sugere que, em particular, a extensão dos direitos sociais no pós-45 distinguem as novas democracias industriais daquelas existentes antes da II Guerra Mundial, transformando em profundidade o papel do Estado e a natureza do conflito social (id. ibid.).

Ele apresenta uma "proposição específica" que completa sua proposição geral acima enunciada. Ele quer se reportar à solidez das estruturas do Estado de bem-estar frente às ofensivas políticas de direita. Refere-se à crise econômica que se abateu sobre o mundo capitalista desenvolvido após 1973, cujas conseqüências *"acentuarem a polarização política e facilitarem desafios ao consenso em torno do estado de bem-estar keynesiano do pós-guerra"* (id. p.56).

Depois de exemplificar vários casos de avanços eleitorais da direita em países como Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha Ocidental, entre outros, conclui:

"Há fontes de apoio ideológico e institucional cercando o estado de bem-estar que não serão facilmente demolidos, pois estão firmemente integrados à estrutura da sociedade e aos seus processos de consumo e produção" (id. ibid.). E mais: *"... o estado de bem-estar tem uma legitimidade pública e uma posição estrutural nas democracias modernas que torna sua eliminação extremamente difícil"* (id. ibid.).

A seguir, King apresenta as fontes de apoio que dão sustentação ao Estado de bem-estar. Segundo ele, as políticas públicas do Estado de bem-estar possam a ser *"um elemento aceito do papel apropriado para o Estado"* e, ao mesmo *tempo*, contribuem *"para a difusão de uma ideologia de apoio"* (id. p.63). Com isso, desenvolve-se *"uma cultura política favorável a existência e expansão do estado de bem-estar"* (id. p.64).

O segundo elemento importante, como fonte de apoio para o EBE, seria o papel relativamente autônomo desempenhado pelo funcionalismo público. Esta postura remonta a Weber, para quem o Estado não se reduz simplesmente ao governo, mas aponta para *"estruturas organizacionais permanentes"* (id. p.65). Neste sentido, os funcionários públicos (eleitos ou burocratas, mas especialmente estes últimos) não podem ser encarados como meros instrumentos de interesses sociais e/ou econômicos. São eles *"que têm que responder às pressões ambientais (...) e formular a política pública de acordo com as circunstâncias"* (id. p.66). Uma vez introduzidas as políticas sociais são os funcionários que *"firmam compromissos programáticos"* com elas e entram até em conflito com servidores eleitos *"defendendo políticas de longa duração"* (id. p.67).

Labim/UFRN

Se o funcionalismo público está inerentemente interessado na expansão das políticas de bem-estar, há por outro lado uma associação imediata entre o crescimento do emprego no setor público e o crescimento do grau de sindicalização. Com efeito, tem sido observado que as taxas de sindicalização e o nível de organização dos trabalhadores do setor público são maiores do que entre outras categorias de trabalhadores (id. ibid.).

Uma conseqüência disso é que *"os empregados públicos podem vir a compartilhar dos mesmos valores do movimento operário e de seus objetivos relativos a um estado de bem-estar abrangente"* (id. p.68).

Finalmente, entre os beneficiários do EBE *"há cidadãos que recebem uma fração ou a totalidade de sua renda primária do Estado, mas que não são seus empregados diretos ou de uma de suas associações...."* (id. ibid.). Quem seriam esses cidadãos? São *"os que recebem pensões, seguidos pelos beneficiários de auxílio-desemprego, de programas de suplementação de renda, aposentadoria por invalidez e auxílio-doença"* (id. ibid.).

King define esse tipo de beneficiários como "clientes", ou como uma "classe dependente" que tem sua rotina de vida determinada por *"sua relação com o Estado de bem-estar..."* (id. p.71).

Na conclusão do seu artigo King afirma que embora os cientistas sociais tenham dedicado grande atenção à análise do Estado de bem-estar e suas políticas, as mudanças na economia política e nas estruturas sociais como efeitos dessas mesmas políticas têm sido pouco consideradas.

Em particular, ele dirige uma crítica aos analistas que enfatizam o papel dos burocratas na defesa de seus interesses "como determinantes da política de bem-estar", acentuado que essa linha de análise *"descuida das conseqüências estruturais do desenvolvimento do estado de bem-estar"* (id. p.76).

Em contraste, ele realça, mais uma vez, seu próprio argumento de que as bases não-mercantis de EBE *"não se coadunam com o sistema generalizado de produção de mercadorias das democracias industriais"*, provocando uma remodelação de toda a estrutura social e das *"percepções pessoais acerca da natureza das relações de mercado e de seu alcance efetivo"* (id. ibid.).

Essa perspectiva, segundo ele, é *"contrária à geralmente aceita, de que há uma contradição entre os estados de bem-estar e as economias capitalistas"*, a qual seria representada, entre outros, pelas posturas de Claus Offe (id. ibid.). O defeito, nessa perspectiva, é que ela *"dá peso insuficiente ao impacto das instituições do estado de bem-estar e da participação nessas instituições (...) sobre a estrutura social e, por conseguinte, sobre o caráter das democracias*

Labim/UFRN

industriais modernas" (id. ibid.).

e) O Estado-providência em Pierre Rosanvallon

Entre os autores que estamos passando em revista talvez Pierre Rosanvallon seja o mais original, no sentido de que o seu pensamento dificilmente pode ser enquadrado em alguma das linhas de análise conhecidas. Sua originalidade decorre também do fato de trazer ao debate elementos novos e instigantes, embora isto não signifique necessariamente concordar com seus argumentos.

De fato, Rosanvallon recusa tanto a lógica liberal quanto a marxista para explicar o movimento do Estado-providência. Com esta última, em particular, ele estabelece uma polêmica que permeia todo o seu texto.

De acordo com Rosanvallon, não se deve procurar a chave explicativa da gênese do Estado-providência na lógica do capitalismo, ou nas lutas de classes, como querem os marxistas, mas na própria lógica inscrita na trama do Estado moderno.

Efetivamente, o Estado moderno seria "uma forma política específica", distinto "de todas as formas políticas anteriores de soberania". O que o caracteriza: "a produção de segurança e a redução da incerteza". Segurança e redução da incerteza para os indivíduos - reconhecimento dos direitos individuais, portanto, como caraterística distintiva deste Estado moderno "pensado e construído do século XIV ao século XVIII" e definido, assim, como Estado-protetor (id. ibid.).

Na lógica liberal, que instaura o Estado-protetor, a segurança individual implica necessariamente, como uma conseqüência implícita, *"o reconhecimento e a garantia de outro direito, o de propriedade"*. A propriedade, neste sentido, não é nada mais que *"o prolongamento indissociável do indivíduo"*. O autor arremata: *"indivíduo, propriedade, Estado protector, são indissociáveis"* (id. p.19).

Em relação ao Estado protetor o Estado-providência tem um maior grau de complexidade: *"não tem apenas por função proteger bens adquiridos (a vida ou a propriedade); visa igualmente ações positivas (de redistribuição de rendimentos, de regulamentação das relações sociais, de direcção de certos serviços coletivos, etc.)"*. (id. ibid.).

A lógica do Estado-providência está embutida na lógica do Estado-protetor, um é o desdobramento do outro. Não é outro o sentido das citações que se seguem. *"Os direitos econômicos e sociais"*, leia-se o Estado-providência,

Labim/UFRN

"surgem naturalmente como um prolongamento dos direitos cívicos", leia-se o Estado protetor (id. p.20).

Mais à frente Rosanvallon é mais explícito: ***"o Estado-providência não é senão uma extensão e um prolongamento do Estado-protector"***, isto porque ambos *"se baseiam numa mesma representação do indivíduo e das suas relações com o Estado"* (id. p.21).

Mas, como se dá esta passagem do Estado protetor, de "segurança policial", para o Estado-providência, de "seguro"? É um processo complexo, lento, que se arrasta no tempo histórico e se afirma nos momentos de crise do contrato social, quando o pacto básico é repensado e reformulado. Esta passagem ***"traduz, ao nível das representações do Estado, o movimento no qual a sociedade deixa de se pensar como um corpo para se conceber como um mercado"*** (id. p.22).

É também um processo que implica uma laicização mais completa do Estado, na medida em que ***"o Estado-providência exprime a idéia de substituir a incerteza da providência religiosa pela certeza da providência estatal"*** (id. p.22).

Neste sentido, os mecanismos do seguro, instaurados pelo Estado-providência com a finalidade de precaução contra as incertezas da vida, funcionam como uma espécie de *"complemento, uma variante da mão invisível"* (id. p.22). Mas, a instituição do seguro, que torna possível, teórica e praticamente, ***"a integração da idéia de providência no Estado"*** só é viável com *"a descoberta das leis matemáticas da estatística, que ajuda, de facto, a tornar muito simplesmente verossímil o domínio do aleatório"* (id. p.23).

A evolução que consiste no progresso do Estado-protetor ao Estado-providência ocorre por saltos, nos momentos de crise, quando *"há uma reformulação mais ou menos explícita do contrato social"* (id. p. 24). Nesses momentos *"tudo se passa como se a sociedade voltasse às suas origens imaginárias (...) A troca simbólica do contrato original entre os indivíduos e o Estado reafirma-se nestes períodos"* (id. p.25).

Este retorno ao "contrato original", a um mítico pacto fundante, está associado ao temor de uma regressão *"ao estado natural, estado de incerteza e de guerra interna"* que as crises suscitam (id. ibid.).

Mas, se o Estado-providência, em seu momento instituinte, ou melhor, em sua lógica instituinte, brota, como um fruto, da razão liberal, ele é, na sua dinâmica, *"produto da cultura democrática e igualitária moderna"* (id. ibid.). Isto faz assentar essa dinâmica ***"num programa ilimitado: libertar a sociedade da***

Labim/UFRN

necessidade e do risco" (id. p.27).

Neste sentido, não há formalmente limites ao desenvolvimento do Estado-providência. Se há "dúvida" quanto ao Estado-providência esta não pode ser captada *"do ponto de vista da regulação dos equilíbrios econômicos que o regem"* (id. p.26). Não se trata meramente de uma crise fiscal, de desequilíbrio orçamentário ou do peso crescente das despesas sociais. O que se coloca em causa quando se questiona o Estado-providência é o contrato social, o pacto: *"são as relações da sociedade com o Estado que são objecto de uma interrogação"* (id. p. 26).

O Estado-providência *"baseia-se na idéia de* ***compromisso social****, ligando o Estado, o patronato (o capital) e os sindicatos (a classe operária); a classe operária aceita não contestar as relações de produção (a propriedade privada) em troca de um Estado social redistributivo e da existência de um sistema ativo de negociações sociais"* (id. p.43).

No entanto, a "equação keynesiana", base econômica do Estado-providência, está hoje bloqueada *"através da redução considerável dos efeitos sobre o crescimento das políticas de relançamento pelo apoio ao investimento ou ao consumo, redução ligada à abertura das economias que faz do 'constrangimento externo' a variável-chave da questão econômica. Ora, neste contexto, a eficácia econômica (a competitividade) e o progresso social (redução das desigualdades e socialização crescente da procura) tornam-se contraditórias a curto prazo"* (id. p.44).

Diante da crise, conjugada aos ataques do neo-liberalismo, que clama pelo Estado mínimo e o retorno às puras leis de mercado, a situação é de perplexidade. A "maior parte das análises marxistas" não revela grande capacidade para compreender o problema, na medida em que suas análises precedentes do Estado-providência partem da lógica do capital e supõem *"uma 'inteligência política pura' da burguesia capaz de conceber claramente o desenvolvimento do Estado-providência como um simples* ***meio*** *de ultrapassar certas contradições da acumulação capitalista"* (id. p.42).

Neste contexto, o que esperar? O regresso do liberalismo?

III. EM RESUMO

Após este breve exame de parte da obra de alguns dos representantes das principais linhas de análise que se debruçam sobre o fenômeno contemporâneo do

Labim/UFRN

moderno Estado de bem-estar social, farei um resumo sucinto de suas posições. Antes, quero ressaltar que não pretendi fazer um apanhado completo do material que selecionei, mas procurei dirigir o foco para aspectos que me pareciam relevantes, por incidir sobre os traços estruturais do Estado de bem-estar, ou por seu caráter polêmico frente às interpretações concorrentes.

Para não entrar imediatamente nos ângulos polêmicos, vou apontar o pouco que me parece consensual e que passa, portanto, como algo "adquirido", que não suscita contestação.

A grande idéia-força que explica e dá a característica essencial do Estado de bem-estar é a idéia de compromisso de classes. Todos os autores estudados, sob formas diversas e com acentuações distintas, salientam tal compromisso de classes como a base de sustentação do Estado-providência, envolvendo um jogo de concessões mútuas e a crença consensual na virtude dos mecanismos democráticos e do progresso ilimitado da economia capitalista.

Como tal, esse compromisso de classes envolve uma dupla moldura institucional: a) de um lado, o funcionamento da democracia parlamentar com sufrágio universal e livre competição partidária; b) de outro lado, uma economia de mercado com substancial intervenção do Estado.

Existe mais algum acordo quanto à questão das origens do EBE: as políticas sociais, ou políticas de bem-estar são um produto recente, das décadas finais do século XIX, surgidas em algumas das principais nações industriais do mundo ocidental, por iniciativa de elites políticas conservadoras, com a finalidade de inibir o conflito social, latente ou real. Neste sentido, não é demais citar uma observação de Esping-Andersen e Korpi, com a qual, creio, concordariam os autores aqui resenhados: *"o desenvolvimento dos estados de bem-estar das nações ocidentais até 1945 resultou de uma política social imposta 'de cima', em que a classe trabalhadora era o **objeto** dos interesses e preocupações da classe dominantes tradicional"* (Esping-Andersen e Korpi, apud King, op. cit., p.66).

Embora alguns autores façam referência indiscriminada ao "Estado de bem-estar" tanto para o período anterior como para o posterior a 1945, o EBE típico, que resulta de um pacto ou compromisso entre classes, é produto do pós-45; o EBE do pré-45 é "elitista", "imposto" etc. Isto, porque só no pós-45 se consolidam aquelas pré-condições institucionais que dão ao EBE seu feitio característico: a moderna democracia de massas e as técnicas keynesianas de intervenção no ciclo econômico, ambas gestadas entre as duas grandes guerras, mas só tornadas efetivas no conjunto das nações avançadas no pós-45 devido à grande depressão, à ascensão do fascismo e à Segunda Guerra Mundial.

Labim/UFRN

Finalmente, há consenso quanto ao fato de que o Estado de bem-estar entra em crise a partir da década de 70 e sofre múltiplos ataques: da direita política; dos ideólogos liberais e neo-liberais; da esquerda; dos chamados novos movimentos sociais; dos contribuintes... a lista seria extensa. Dois fenômenos, em particular, conferem aspecto dramático à crise: a ascensão política da "nova direita" e a incapacidade apontada, entre outros, por Przeworski e Wallerstein, dos instrumentos tradicionais da política keynesiana para debelar o aumento persistente da inflação e o declínio da taxa de investimento (Przeworski e Wallerstein, 1988, p.30).

Feito o magro inventário do consenso, vamos aos nós polêmicos, ressaltando aqueles que expressam oposições mais significativas.

Embora os autores anteriormente focalizados manifestem, entre si, diferenças na abordagem do Estado-providência, espero que a exposição precedente tenha tornado essas diferenças evidentes. Vou enunciá-las sumariamente para melhor enquadrar a discussão.

Para Habermas, o Estado do capitalismo tardio deve cumprir, além das suas funções tradicionais (garantia do sistema de direito civil e funções de complementação do mercado, através da adequação do sistema jurídico à organização e competição empresariais) **funções de substituição do mercado** *"como reação frente às falências de las fuerzas motrices económicas..."* (Habermas, op. cit. p.72) e **funções de compensação** frente às *"conseqüências disfuncionais do processo de acumulação"* (id. p.73). Estas últimas cobrem tanto os *"efeitos externos da economia privada"* como atende às pressões *"dos sindicatos e partidos reformistas com e o fim de melhorar a situação social dos trabalhadores..."* (id. ibid.).

Para Claus Offe, o Estado de bem-estar é resultado da convergência entre uma versão específica de democracia, a democracia partidária competitiva, e um tipo específico de capitalismo, aquele que resulta das políticas anti-cíclicas keynesianas.

Para Esping-Andersen, o welfare state resulta da atuação de forças interativas: a mobilização da classe trabalhadora, a edificação de coalizões políticas de classes e a institucionalização do regime, a qual condiciona o comportamento político posterior.

Para Desmond King, o Estado de bem-estar, particularmente em seu período de expansão após os anos 30, decorre da atuação sistemática de dois fatores primaciais: a classe trabalhadora e a burocracia pública.

Para Pierre Rosanvallon, a chave explicativa do Estado-providência

Labim/UFRN

encontra-se na dinâmica de movimento do Estado moderno, que ele qualifica como Estado-protetor; este, consagrado à defesa dos direitos civis do indivíduo (outra categoria-chave), prolonga-se e desdobra-se no Estado-providência, consagrado à defesa dos direitos sociais e econômicos deste mesmo indivíduo.

Parece haver convergência entre os três últimos autores, Andersen, King e Rosanvallon, no sentido de imputar generalizadamente ao marxismo uma forma explicativa que localiza na "lógica do capital" a razão última do Estado de bem-estar. Senão, vejamos.

Segundo Esping-Andersen, para o marxismo estruturalista *"o welfare state é um produto inevitável do modo de produção capitalista. A acumulação de capital cria contradições que forçam a reforma social"* (Andersen, op. cit., p.92). Nesta perspectiva *"os welfare states praticamente não precisam ser promovidos por agentes políticos..."* E ainda: *"o Estado, enquanto tal, posiciona-se de maneira que as necessidades coletivas do capital sejam satisfeitas"*. Esta visão tem *"dois pressupostos cruciais: primeiro, que o poder é estrutural e segundo, que o estado é 'relativamente' autônomo das classes dirigentes"* (id. ibid.).

A seguir, Andersen questiona a análise baseada no modo de produção, uma vez que na Europa socialista também há welfare states (id. ibid.).

Vou passar adiante a acompanhar as críticas dos outros autores, já que elas são notavelmente similares, embora com diferenças de ênfase.

Desmond King, embora sem nomear diretamente o marxismo, dirige-lhe uma crítica nestes termos: *"Entretanto, os estados de bem-estar não constituem simplesmente um novo estágio do desenvolvimento capitalista e do nível de intervenção estatal..."* (King, op.cit. p.53). No final de seu artigo ele concentra suas críticas em Claus Offe, para quem, segundo ele, *"há uma contradição entre os estados de bem-estar e as economias capitalistas..."* (id. p.76). Complementando sua crítica ele assevera que *"essa visão dá peso insuficiente ao impacto das instituições do estado de bem-estar (...) sobre a estrutura social"* e que *"estas instituições redefinem a natureza das relações econômicas do Estado e, conseqüentemente, a natureza das estruturas sociais através de sua posição central nesses processos"* (id. ibid.).

Por fim, Rosanvallon: *"a teoria liberal e a teoria marxista falham igualmente na compreensão do movimento do Estado-providência..."* (Rosanvallon, op.cit., p.18).

Continuando, Rosanvallon afirma que *"a maior parte das análises marxistas"* encara o Estado-providência *"unicamente do ponto de vista da lógica do capital"*. Este enfoque atribuiria à burguesia uma clarividência política

Labim/UFRN

extraordinária, *"capaz de conceber claramente o desenvolvimento do Estado-providência como um simples **meio** de ultrapassar certas contradições da acumulação capitalista"* (id. p.42).

Vejamos a pertinência e o alcance dessas críticas, naquilo que diz respeito aos autores e obras que aqui são resenhados, sem nenhuma pretensão de responder questões tão amplas, mas, apenas, no intuito de tentar situá-las.

Em primeiro lugar é interessante realçar o núcleo comum da crítica dos três autores, para em seguida considerar as críticas específicas. Parece-me que este núcleo comum consiste na afirmação de que o marxismo concebe o Estado de bem-estar como produto necessário do desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua fase madura, o chamado capitalismo tardio, ou capitalismo de organização. O poder, nesse caso, como diz Andersen, é estrutural e quando muda a infra-estrutura econômica a superestrutura acompanha esta mudança. Isto recoloca a velha questão do "determinismo econômico", dor de cabeça eterna dos marxistas, cavalo de batalha invariável dos críticos.

Não há dúvida de que qualquer análise marxista do Estado que se preze coloca necessariamente o problema da vinculação entre poder político e estrutura econômica, ou modo de produção. Não há, no entanto, marxismo, porém marxismos. E a forma como cada uma das tradições do marxismo coloca este problema varia enormemente.

Jürgen Habermas e Claus Offe podem ser alinhados numa mesma "tradição" teórica no interior do marxismo. Com efeito, certos autores situam Offe como discípulo de Habermas (Gold et al., 1979, p.40). E Habermas, como já vimos, aprova a solução teórica encontrada por Offe para explicar a relação entre poder político e estrutura econômica.

Em que consiste esta solução? Offe parte de um "modelo de teoria de sistemas" que faz uma distinção entre a estrutura e os processos do sistema administrativo. As funções desse sistema consistem em *"dirimir conflitos e formar consenso, adotar decisões, implementar medidas, etc."* (Habermas, op. cit. p.80).

Este processo se dá através de mecanismos de "seletividade estrutural" que permitem à burocracia estatal acolher aqueles temas que *"são funcionais com respeito a valorização do capital..."* (id. ibid.) ou que favorecem, perante as massas, a legitimidade do poder.

Esta elaboração sociológica, explicativa do caráter de classe do Estado capitalista, é extremamente complexa e particulariza a contribuição de Offe no interior do marxismo. Para efeito de nossa discussão é pertinente observar que

Labim/UFRN

Offe recusa tanto as explicações marxistas instrumentais do poder de classe (Miliband e outros), que concebem as competências e funções do aparelho estatal como *"um **instrumento** da classe dominante, constituindo a totalidade dos 'suportes' do processo de valorização"* (Offe, 1984b, p.141), como as explicações estruturalistas (Poulantzas e outros), que *"insistem no fato das limitações estruturais à possibilidade de ação, na falta de soberania das instituições e dos processos políticos"* (id. p.142).

Em particular, considero mais adequada a interpretação presente na abordagem teórica do Poulantzas maduro, que, em seu último trabalho (Poulantzas, 1980), faz uma dura autocrítica de suas posições estruturalistas anteriores, combinada com um esforço extremamente criativo no sentido de desenvolver uma teoria marxista do estado que escape ao instrumentalismo, sem cair nas tentações do estruturalismo ou do funcionalismo.

Parece-me que o esforço de Offe, influenciado pela teoria de sistemas, conduz a uma noção de Estado e economia como estruturas autônomas, mas interdependentes. Sem pretender discutir, por ora, qual o grau de ruptura que essa atitude expressa com a tradição marxista mais ortodoxa, acho oportuno observar que isto se distancia bastante de uma determinação simples e direta do político pelo econômico, como parece sugerir a crítica feita ao "marxismo" pelos três autores mencionados.

Por outro lado, a análise particular que Offe faz do moderno Estado de bem-estar social parece ser bem mais abrangente e elucidativa enquanto esquema explicativo global, que as de Esping-Andersen e King, por exemplo. Com efeito, estes dois autores trazem importantes contribuições pontuais à análise da estrutura do EBE como produto da confluência histórica de certos fatores - a "mobilização de classe", as "coalizões políticas", o "papel da burocracia", a "institucionalização do regime", ao passo que Offe integra todos esses elementos numa análise sistemática (se se quiser, estrutural), que revela as grandes linhas de força que comandam as transformações no sistema econômico e no sistema político, assim como nas relações entre eles.

Quanto a Rosanvallon, sua principal operação teórica consiste em colocar a ênfase no sistema político, ou, como ele diz, no "Estado moderno" e em suas tendências de desenvolvimento, como realidade autônoma. Ora, embora sua análise revele questões pertinentes e apresente as linhas de continuidade entre o "Estado-protetor" e o "Estado-providência", isto não anula as relações estruturais do Estado com a economia capitalista. Talvez fosse mais elucitativo, sem abandonar as linhas de continuidade entre as duas formas de Estado, investigar as relações entre o Estado-protetor e o Estado-providência com o capitalismo liberal

Labim/UFRN

e o capitalismo de organização, respectivamente.

Consideremos agora as posições de Habermas. Aqui a comparação torna-se difícil porque este autor trabalha em nível de abstração distinto daquele abordado pelos outros autores e porque, na verdade, sua problemática não é exatamente a mesma: ele está preocupado, especificamente, com a questão da legitimidade do Estado, da ideologia, da falsa consciência: na sua perspectiva o "capitalismo tardio" re-politiza as relações de produção, porém isto não leva ao questionamento direto destas, antes direciona este questionamento para o próprio aparelho de Estado.

Como o Estado processa essas demandas? De um lado, **compensa** certas disfunções da acumulação, promovendo regulamentos e intervenções que dão origem aos gastos sociais e ao consumo social para atender às exigências dos sindicatos e partidos reformistas (Habermas, op. cit. p.73). De outro lado, cria um *"público despolitizado estruturalmente"* que dá origem ao privatismo político, "quer dizer, *a indiferença política unida com o interesse dominante pela carreira, o tempo e o consumo...*" (id. p. 54). Neste contexto, origina-se, *"para as instituições da democracia formal, condições de aplicação pelas quais os cidadãos, em meio ae uma sociedade que em si é política, adquirem o status de cidadãos passivos com direito à aprovação e ao rechaço em bloco de fatos consumados"* (id. ibid.).

Quanto às mudanças estruturais que atingem a sociedade capitalista com a emergência do Estado de bem-estar, a ponto de produzir uma "nova estrutural social", como quer King, tanto Habermas como Offe estão atentos ao problema. Habermas coloca a questão de uma perspectiva mais ampla, a de uma etapa do capitalismo - o "capitalismo tardio". Suas estruturas teriam mudado as relações de produção em três aspectos importantes: a) na forma de produção da mais valia, que já não corresponde àquela analisada por Marx em **O Capital**; b) na fixação do preço da força de trabalho, a qual, no setor monopólico, assume um caráter quase-político e c) na necessidade premente de legitimação do poder político, imposta pela quebra do automatismo do processo econômico.

Em conexão com isto, Habermas deixa em aberto, para futuras pesquisas, a questão de saber se o capitalismo superaria suas contradições "por via evolutiva" ou se seria submetido a uma crise de caráter revolucionário (id. p.57).

Finalmente, tanto Habermas como Offe reconhecem uma **tensão** entre democracia e capitalismo, mas isto não significa incompatibilidade. Offe, por exemplo, afirma que *"o Estado social converteu-se numa estrutura irreversível, cuja eliminação exigiria nada menos que a restrição da democracia e dos*

Labim/UFRN

sindicatos ..." (Offe, 1991, p.120). Para Habermas, apesar de que *"As instituções e os procedimentos da democracia formal têm sido desenhados para que as decisões de governo possam adotarse com suficiente independência de motivos indefinidos dos cidadãos"*, o mecanismo do sufrágio universal continua sendo uma necessidade para o processo de legitimação. (id. p.53).

Neste sentido, há uma convergência parcial entre King, de um lado, e Offe e Habermas, de outro, quanto ao fato de que as estruturas do Estado de bem-estar não podem ser facilmente destruídas pelos ataques de governos conservadores, mas eles não poderiam concordar com a sugestão daquele autor (King, op. cit. p.55, nota 3) de que a noção de "capitalismo" já não é adequada para definir a "nova" sociedade.

Com estas observações quero encerrar estes comentários despretensiosos sobre um tema praticamente inesgotável.

Labim/UFRN

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESPING-ANDERSEN, Gosta. "As três economias políticas do welfare state" Rev. Lua Nova nº 24, set. 1991. São Paulo, CEDEC, Ed. Marco Zero, p.85-116.

GOLD, LO, WRIGHT. "Recientes desarrolos en la teoria marxista del Estado capitalista". In: Santag, H. e Valecillos, H. El Estado en el capitalismo contemporâneo. Madri, Siglo XXI, 1979.

HABERMAS, Jürgen. Problemas de legitimación en el capitalismo tardio. Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1975.

KING, Desmond S. "O Estado e as estruturas sociais de bem-estar em democracias industriais avançadas" Rev. Novos Estudos nº 22, out. 1988. São Paulo, CEBRAP. p.53-76.

OFFE, Claus. "A democracia partidária competitiva e o 'welfare state' keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização" In. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984. p.356-86).

_____. "Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas". In: ____. op. cit. p. 140-77.

_____. "Algumas contradições de Estado social moderno". In: ____. Trabalho e sociedade. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991. p.113-31.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

PRZEWORSKI, Adam e WALLERSTEIN, Michael. "O capitalismo democrático na encruzilhada". Rev. Novos Estudos nº 22, out. 1988, São Paulo, CEBRAP. p.29-44.

ROSANVALLON, Pierre. A crise do Estado-providência. Lisboa, Ed. Inquérito, 1984.

Labim/UFRN

RESENHA

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo, HUCITEC, 1988.

Anelino Francisco da Silva
Prof. Dep. de Geografia

Labim/UFRN

Labim/UFRN

Argumenta Milton Santos que a verdadeira subversão, ocorrida no final da Segunda Guerra Mundial, permitiu ao homem utilizar o conhecimento planetário, nas suas relações sociais. "Vivemos num mundo em que a lei do valor mundializado comanda a produção total, por meio das produções e das técnicas dominantes, aquelas que utilizam esse trabalho científico universal". Não devemos esquecer da interdependência entre a ciência e a técnica. A tecnologia utilizada em escala mundial é o meio para busca do lucro, em qualquer que seja as condições. Assim, a ciência comanda o papel produtivo universal.

Ao se deixar cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade. Dessa forma, ao atender a objetivos utilitariamente estabelecidos (saber comprometido com interesses), estamos diante do divórcio entre a teoria e a práxis. É nessa tendência da "perversão das ciências" que a Geografia, segundo o autor, conta entre suas fraquezas o fato de não ter um objetivo claramente definido e a pobreza teórica e epistemológica sobre a qual repousa sua prática. Então, que fazer da Ciência Geográfica? Seria de fato a inexistência de um sistema de referências mais sólidas, que possibilitou uma reorganização não-igualitária do espaço e da sociedade? Ou, é porque, nesse momento, todas as estratégias levaram a que a Ciência Geográfica rumasse naquela direção?

As novas realidades são ao mesmo tempo causa e conseqüência de uma multiplicação de possibilidades, potenciais ou concretizadas, cuja multiplicação de arranjos é fator de complexidade e de diferenciação crescentes. Não se trata aqui de adaptação do passado, mas de subversão das concepções fundamentais das formas de abordagem e dos temas de análise. Isto equivale a dizer que mudam ao mesmo tempo o conteúdo, o método, as categorias de estudo e as palavras-chave (SANTOS, 1988:21). Interessa, diz Santos, é encontrar as categorias que os permitem o seu conhecimento sistemático, isto é, a possibilidade de propor uma análise e uma síntese cujos elementos constituintes sejam os mesmos. É visível o caminho dado pelo autor ao afirmar que a razão desses fracassos deve-se, primordialmente, ao fato de as condições históricas concretas não terem sido reunidas, criando as dificuldades para a elaboração de uma teoria geográfica.

Transformação do espaço habitado. Uma das características do espaço habitado é, pois, a sua heterogeneidade, seja em termos da distribuição numérica entre continentes e países, seja em termos de sua evolução. Tais dimensões escondem e incluem outra: a enorme diversidade qualitativa sobre a superfície da terra, quanto a raças, culturas, credos, níveis de vida etc., dentro dos países, a

Labim/UFRN

repartição geográfica da população também muda. Certas regiões perdem população em proveito de outras, tornadas mais dinâmicas, mas o essencial do movimento é devido à urbanização. O fenômeno da urbanização é, hoje avassalador nos países do terceiro mundo. O meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encoberto pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tornam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo. Com o aumento das populações urbanas, ocupadas em atividades terciárias e secundárias o campo é chamado a produzir mais intensivamente. A urbanização ganha, assim, novo impulso e o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, vai tornando-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturalizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência. O capital constante que, antes, era um apanágio das cidades, sobretudo naqueles onde se concentrava a produção industrial, passa, também, a caracterizar o próprio campo, na forma de implementos, fertilizantes e inseticidas, máquinas e sementes selecionadas. E o urbanismo subterrâneo se transforma em um suporte indispensável às formas de vida e as atividades econômicas contemporâneas.

Em categorias tradicionais, categorias atuais, Milton Santos, enfatiza que a compreensão de região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos e estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, organizações, estruturas, etc., com seus distintos níveis de interação e contradição. Temos que ter nossa atenção também voltada para as diferentes geografizações das variáveis à nossa maneira de produzir. Não podemos desprezar esta importante via de compreensão da realidade. Hoje a região, o regional, a regionalização têm de ser assim entendidos.

O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Não podemos mais falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos que falar de circuitos espaciais da produção. Antes, a maioria da regiões produzia quase tudo de que se necessitava para sua reprodução, produzia-se de quase tudo em todos os lugares. Hoje assistimos à especialização funcional das áreas e lugares, o que leva à intensificação do movimento e à possibilidade das trocas. Nesse sentido, a cidade aparece, como uma semente de liberdade, "... quando se compra mais as cidades produzem mais, trocam mais excedentes entre si e, conseqüentemente, podem expandir-se e vêem seus espaços, elementos e relações aumentados; crescem e especializam-se em determinadas atividades..." possibilitando o intercâmbio entre elas, sendo que a criação e a

Labim/UFRN

transmissão do conhecimento têm lugar privilegiado. Dessa forma, a cidade é um elemento impulsionador do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas.

E, do argumento de Carl Sauer, que se apreende que a medida que o homem se defronta com a natureza, há entre os dois uma relação cultural, que é também política, técnica etc. É a marca do homem sobre a natureza, chamada socialização por Marx. E se levarmos em conta a sucessão histórica dos modos de produção, nela reconheceremos as diversas gradações do artifício, com o império do cultural se tornando cada vez mais marcante e significativo. Este parece ser o caminho da evolução.

Em cada momento histórico os modos de fazer são diferentes, o trabalho humano vai tornando-se cada vez mais complexo exigindo mudanças correspondentes às inovações. Através das novas técnicas vemos a substituição de uma forma de trabalho por outra, de uma configuração territorial por outra, por isso, o entendimento do fato Geográfico depende tanto do conhecimento dos sistemas técnicos. As mutações da paisagem podem ser estruturais ou funcionais. Já uma mudança estrutural dar-se também pela mudança das formas. Seja qual for o país e o estágio do seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. A paisagem é o conjunto das coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos; a configuração territorial é o conjunto integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível, e o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade (SANTOS: 1988:77).

Dentro da natureza modificada pelo homem os níveis de organização são tão diversos quanto são os níveis de humanização da natureza. Mas, sobretudo o que é importante é que, com a evolução dos sistemas de engenharia a própria noção de tempo muda: o tempo da produção, o tempo de circulação, o do consumo e da realização da mais-valia. Na verdade o nosso grande problema não é o de empiricizar o espaço, que é também formado de coisas materiais e tangíveis, mas o de empiricizar o tempo e o espaço ao mesmo tempo. Fazer isso equivale a realizar, no domínio da análise espacial o aporte apistemológico de Einstein, para quem o espaço e o tempo se equivalem sendo não apenas simultâneo (SANTOS, 1988:83).

No capítulo 7, Milton Santos, trata a questão "homem e a produção" destacando que a relação entre o homem e o seu entorno é um processo sempre renovado que tanto modifica o homem quanto a natureza, daí, a afirmação de que

Labim/UFRN

a "relação do homem com a natureza é progressiva, dinâmica" é, que no processo de desenvolvimento humano, não há uma separação do homem e da natureza. Há uma socialização da natureza quando a sociedade se torna responsável pela ação do grupo sobre a natureza, isto é, quando a sociedade é responsável pelo trabalho de todos.

Já em "o espaço e o movimento das contradições" o autor M. Santos, diz que teorizar sobre a ciência geográfica equivale a procurar caminhos para entendermos o fenômeno geográfico. Assim toda situação é, do ponto de vista estático, um resultado, e do ponto de vista dinâmico, um processo. O processo é a própria história, o movimento, a luta entre contrários que se chocam e criam uma nova realidade. A realidade do externo depende, do interno. Nenhuma variável externa se integra numa situação, se esta não tem internamente as condições para poder aceitá-la. A eficácia do mesmo fator externo varia segundo os lugares, os valores internos a estes. Os lugares se diferenciam pela maneira pela qual os fatores internos resistem aos externos, determinando as modalidades do impacto sobre a organização preexistente. A partir desse choque impõe-se um nova combinação de variáveis, um outro arranjo, destinado a se manter em constante movimento. Nenhuma situação reproduz outra, mas é sempre composta de pares dialético. Só podemos compreender a situação através de movimento. E movimento é um outro nome para o tempo. As diversas variáveis têm múltiplas dimensões, apresentam vertentes as mais diversas. Uma variável apresenta o novo e o velho, existe nela uma luta contínua entre estes dois agentes. O novo expulsa logo o velho, às vezes este resiste, por muito tempo. Esta resistência não depende só dessa variável velha, mas do conjunto das variáveis da combinação e relação que existem entre elas. É esta relação contextual que vai estabelecer como se dará a luta entre o novo e o velho. O novo não é obrigatoriamente o interno, nem obrigatoriamente o externo, nem todo o externo é o novo absoluto. Assim, o Estado e o mercado, esse par dialético, agem como mediadores entre o externo e o interno, entre o novo e o velho. Hoje, o mercado não consegue equilibrar-se sem a intervenção do Estado.

Tendo por base a falação de M. Santos, (1988:103) que o desejo de afirmação da Geografia com a ciência autônoma, não deve ser o nosso maior cuidado, sob pena de nos arriscarmos, a cada instante, a ver posto em terra o nosso raciocínio lógico ou a nossa generalização, em frente a realidades bem diferentes, resultados de jogo inusitado ou inesperado dos mesmos elementos. E retomar a questão ao afirmar "a Geografia Geral, pois para ser acreditada, não deve ser entendida como desejosa de encontrar relações permanentes de causa e efeito entre os fenômenos, mas como o estudo dos diferentes fatores do ponto de vista de sua estrutura e do seu dinamismo, verificando, por outro lado, a sua aptidão para entrarem em combinação (M. Santos: 106).

Labim/UFRN

Integralmente, M. Santos, usou Cholley ao se referir a Geografia Regional, quando diz que esta "que se propõe a reconhecer e estudar os diferentes domínios, meios ou regiões que as combinações físicas, biológicas e humanas têm feito aparecer na superfície do planeta, e por outro lado, a Geografia Geral Humana, que se eleva acima dos casos regionais para considerar a estrutura e o jogo dos fatores que, na superfície do planeta, entram em combinação (SANTOS, 1988:107). Assim, enfatiza M. Santos, que as divergências conceptuais, só acentua que na disciplina Geografia, a preocupação deve centralizar-se com as realizações dos grupos humanos sobre o nosso planeta. E que o correto em Geografia estará em não perseguir certezas, nas possibilidades admitidas, pois é, de fato, mais fácil desmentir que confirmar prognósticos que se firmarem em experiências passadas.

Finalmente de "teoria à prática..." sugere o autor que uma definição de espaço pautada em dois componentes que considera ideal: 1°) o conjunto de dados naturais, mais ou menos modificados pela ação consciente do homem, através dos sucessivos sistemas de engenharia; 2° a dinâmica social ou o conjunto de relações que definem uma sociedade em um dado momento. Em cima desses componentes, M. Santos, tece considerações, justificando as inter-relações que imbricam a cada situação peculiar, levados em questão a cada situação.

Dessa forma o espaço é formado por sistemas de engenharia e fluxos de relação. Aqueles deixam sua marca concreta nos objetos materiais geográficos que formam o conjunto de dados naturais e as paisagens, as quais funcionam como verdadeira condição do desenvolvimento social.

Labim/UFRN

Labim/UFRN

RESENHA

KURZ, Robert. **O Colapso da modernização;** da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

Do "socialismo real ao socialismo de concorrência"

May Guimarães Ferreira*

* Professora da UFMA e Doutora em Educação pela UNICAMP

Labim/UFRN

Labim/UFRN

A quem se poderia imputar o término da Guerra Fria entre potências ocidentais e orientais? Quem poderia se considerar responsável pelas mudanças político-ideológicas que desde o final dos anos 80 alteraram a fisionomia da esquerda européia e asiática? A queda do socialismo real na Polônia, na ex-União Soviética, na ex-Alemanha Oriental, ex-Iugoslávia, na Hungria, na Romênia tem sido proclamado pela imprensa ocidental como uma vitória quase que definitiva da forma capitalista de produção, do capitalismo avançado nos países desenvolvidos. Enfim, o viver sob a livre concorrência, ou seja, *the american way of life*, finalmente conquistaria os adeptos remanescentes da Glasnost e da Perestroika de Gorbatchov.

No entanto, a realidade sócio-econômica é mais complexa do que os ideólogos pretendem apresentar. "Enxadristas" de direita e de esquerda põem-se a explicar as "jogadas" que levaram ao colapso do comunismo bolchevique. De um lado imputam ao triunfo do mercado livre inglês e americano e de outro, ao avanço do processo corretivo dos desvios burocráticos e estadistas do Estado Proletário Soviético. Ocorre, porém, que as condições de vida e sobrevivência das grandes massas nos dois hemisférios contradizem, em princípio, as tentativas de sucesso proclamadas de ambos os governos. Além disso, o avanço do processo de acumulação de capital, e a forma de vencer a crise que acomete o próprio processo internacional, exige formas distintas de solução.

Com efeito, desde outubro de 1987, quando houve uma queda drástica na bolsa de Nova York, emergiram mais explicitamente os sinais da própria crise do capitalismo e da concorrência internacional. Analistas econômicos internacionais apontavam o processo irreversível de transnacionalização de empresas multinacionais, a formação de blocos de mercado comum, o crescimento da indústria de ponta, a terceirização e o desemprego em massa, a emergência dos nacionalismos e a desestruturação da esquerda européia. Tudo isso, sem esquecer o crescimento nos países do Terceiro Mundo da miséria, do analfabetismo, da violência, criminalidade, desequilíbrio econômico, inflação e etc.

O livro de Kurz analisa todo esse processo de desenvolvimento econômico-social do final do séc. XX, sob o ponto de vista do conflito inevitável entre ideologias opostas de direita e esquerda, mas que, em última instância é o resultado do processo de industrialização e modernização promovido pela acumulação do capital desde o início do século, mais especificamente a partir do término da I Guerra Mundial. Nesse sentido, aponta os estatismos resultantes nas economias ocidentais e orientais como caminhos paralelos de introdução do Estado na economia, visando a melhoria dos mecanismos de acumulação primitiva, face ao

Labim/UFRN

desenvolvimento do capital nas diversas regras do planeta. Para ele, o Estado constituído pós-Revolução de 1917, foi uma idealização criada por Lênin que reproduziu a forma existente desde o século passado, na época em que o mercantilismo predominava na Alemanha. Destarte, Lênin teria se pautado na concepção de Estado planejado Alemão, em plena economia de Guerra, cujo modelo organizatório exemplar eram "os correios" considerados como uma das formas de economia socialista.

O trabalho, que na economia burguesa e calvinista ocidental teria sido exaltado como a forma "legítima" de aquisição de bens materiais e de acumulação, na economia socialista, transformou-se na "verdadeira essência humana". Segundo o autor, isso significa a realização em níveis monumentais da exploração da força de trabalho humano, agora sob o ponto de vista da "classe trabalhadora e da ditadura do proletariado". Para tanto, o Estado Soviético promoveu a forma mais desastrosa de exploração da finalidade inerente ao trabalho, transformando-o na "sociedade do trabalho", sob a batuta da "ideologia do trabalho" abstrato como religião do proletariado, fetichizando-o como "riqueza nacional".

Afirma também o analista no texto, que a mercadoria cujo desvendamento se deve a Marx em o capital, não foi superada pela forma de produção de bens que se desenvolveu no "socialismo real". Portanto, as categorias presentes no capitalismo ocidental como salário, preço e lucro permanecem existindo como formas de circulação na economia de mercado planejado. A diferença existente entre os dois "sistemas de produção" não estaria na superação da relação "trabalho morto - trabalho vivo", nem tampouco na eliminação da reificação e da finalidade capitalista da circulação do dinheiro, mas apenas no estágio de desenvolvimento "regional", digamos assim, da forma histórica burguesa de produção da sociedade e do Estado, no âmbito do espaço econômico e geográfico soviético.

Sob essa ótica desenvolvimentista do próprio capitalismo, Kurz não engrossa as fileiras daqueles que ufanisticamente se confraternizam com o triunfo do capitalismo ocidental, como o pretende Fukuyama e outros. Muito pelo contrário, o colapso do socialismo real seria apenas a primeira fase do colapso geral da modernização industrial iniciada neste século nas grandes potências européias e americanas. Aponta a situação caótica das economias periféricas dos países africanos e sul-americanos como uma das evidências da contradição interna que emerge nos países do Terceiro Mundo, mas que avança em direção aos países centrais, tais como: Alemanha, França, Inglaterra e o próprio Estados Unidos. Com efeito, os índices de desemprego e violência urbana e aumento nos níveis de pobreza das camadas médias desses países, tem crescido assustadoramente nos últimos cinco anos. Até mesmo no Japão, onde a empresa mantinha o funcionário

Labim/UFRN

vitalício está tendencialmente alterando esta política. O Estado do bem estar social não consegue mais manter os planos de saúde coletiva, o seguro desemprego, a educação universal e a habitação em níveis iguais aos de 30 anos atrás. Os países que não conseguirem alcançar os índices de produtividade e competitividade promovidos pela indústria de ponta, serão os mais atingidos pelo colapso global da modernização capitalista e se tornarão cada vez mais desindustrializados na sociedade "pós-industrial" do terceiro milênio.

A queda do bloco comunista é considerada como a ponta do iceberg que a crise do capitalismo já vem desenvolvendo desde os anos 70. A Revolução Russa, cujo escopo era a implantação do comunismo, na razão de Kurz não passou de uma visão "errônea", da história, mas produzida historicamente, que sequer analisou o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, ocultou a identidade interna entre capital e trabalho no Ocidente e no Oriente. O partido comunista, a classe trabalhadora e a luta de classe não passaram de formas ideologizadas de realizar a modernização radical burguesa que as próprias condições econômicas existentes, naquele momento na Rússia, exigiam para conseguir o desenvolvimento capitalista "recuperador" do atraso em que esta se encontrava. Por outro lado, as próprias contradições inerentes ao movimento social levaram, através do estatismo militarista, à estagnação econômica, à queda da produtividade e a obsolescência do parque de indústria pesada criado pelo Estado Soviético. O resultado atual do socialismo real é uma economia de escassez e penúria, cuja capacidade de recuperação, agora explicitamente capitalista se tornou inevitável e, ao mesmo tempo, inatingível a médio prazo.

Em síntese, ao final da sua exposição, Kurz aponta o processo que ocorre entranhado na produção ampliada do capital. Isto é, a socialização derivaria do movimento real da mercadoria no capitalismo avançado, sob a forma de realidade objetivada, dos sujeitos humanos históricos, produtores de ciência e tecnologia. A alternativa apontada "en passant", seria um movimento de supressão da mercadoria e da concorrência mundial, através de uma força social interna, que se torna possível através da "conscientização". Essa "força intelectual", instalaria uma nova "razão sensível" que analisaria os conteúdos globais da crise do capitalismo e da destruição da forma de produção de mais-valia, a nível internacional.

Nesse sentido, o autor critica os "maexismos", mas faz ressalvas a Teoria do próprio Marx, que afirmava ser necessário estarem desenvolvidas todas as forças produtivas de uma determinada formação social, no caso, o modo capitalista de produção, para que se gerem as condições necessárias de estabelecimento de novas formas de relações sociais de produção. Contraditoriamente afirma que, nas condições atuais, não será a "classe trabalhadora", cuja expropriação se encontra "esgotada" que poderá conduzir essa "revolução".

Labim/UFRN

Apesar de ter negado a fidelidade de categorias marxistas exploradas pelo "socialismo de caserna" tais como a missão do proletariado e da luta de classes, Kurz corrobora, nas entrelinhas, a afirmação de Marx de que uma teoria crítica só depõe as forças materiais quando aquela se apossa dos homens. A radicalidade consiste, exatamente, em ir às raízes do problema, ou seja, na compreensão do próprio homem, social e histórico.

Labim/UFRN

ÍNDICE ALFABÉTICO DE AUTORES

BARROS, Dacier. p.89.
CARDOSO, Zoroastro. p.155.
FERREIRA, May Guimarães. p. 223
GERMANO, José Willington. p.19.
LINDOZO, José Antonio Spinelli. p.187.
OLIVEIRA, João Emanuel Evangelista de. p.7.
OLIVEIRA, Maria Bernadete F. de. p.63.
PALÁCIOS, Marcos. p.125.
PONTES, Beatriz Maria Soares. p.165.
SILVA, Anelino Francisco. p.215.
TAKEUTI, Norma.33.
TINÔCO, Dinah dos Santos. p.107.
YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. p.71.

Labim/UFRN

Labim/UFRN

Reg: 39
m.1/v.